

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Manoel Ricardo Arraes Filho

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E DESERTO: OS SOLDADOS BRASILEIROS
NO BATALHÃO SUEZ (1957-1967)**

Rio de Janeiro

2009

Manoel Ricardo Arraes Filho

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E DESERTO: OS SOLDADOS BRASILEIROS
NO BATALHÃO SUEZ (1957-1967)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração História Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Rollemberg

Rio de Janeiro

2009



Manoel Ricardo Arraes Filho

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E DESERTO: OS SOLDADOS BRASILEIROS NO
BATALHÃO SUEZ (1957-1967)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Contemporânea.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Denise Rollemberg – UFF
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Mauad – UFF
Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Samantha Quadrat – UFF
Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Paula Araújo Nascimento – UFRJ
Examinadora

Prof^º. Dr^º. Francisco Carlos Palomares Martinho – UERJ
Examinador

À minha família, da qual me privei em muitos momentos, para me dedicar à pesquisa e à elaboração da tese.

Aos meus filhos, Marcelo Ricardo e Eric, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de iluminação. Refúgio, nos momentos de angústia e escuridão.

À Universidade Federal do Piauí, ao Centro de Ciências Humanas e Letras, e à Universidade Federal Fluminense, que, por meio do Programa de Mestrado em História e do DINTER, tornaram possível a realização desta pesquisa.

À Pós-Graduação em História; em especial aos professores doutores coordenadores do DINTER/UFPI/UFF.

À Denise Rollemberg, minha orientadora, por sua competência, e ajuda inestimável à construção deste estudo.

À Associação Brasileira dos Ex-Integrantes do Batalhão Suez (ABIBS), pelo reconhecimento de meu modesto trabalho, concedendo-me a “Medalha Amigo do Batalhão Suez”, que tanto me orgulha. Aos responsáveis pelo site oficial do Batalhão Suez (Alceu Batista), fonte de muitas informações utilizadas no trabalho, e *ponto de encontro* dos veteranos.

A todos os veteranos do Piauí – Coimbra, Cipriano, Macedo, Manuel, Chicó, Oswaldo, Orisvaldo, Bonifácio, Conrado, Carlos Alberto, Carlos Alberto “Suez”, Irapuã e Fonseca –, pela paciência e disponibilidade, durante as entrevistas. O trabalho ganhou em qualidade com suas participações, tanto no teatro de operações (antes) quanto no teatro da memória e na lembrança de Suez (agora). Sou muito grato a todos vocês.

A Theodoro Júnior e Stans Zoauin, em especial; e a todos os outros veteranos do Brasil – Fernando Vargas, Osni Pisani, Heraldo Félix, Oscar André Silva – que se tornaram meus amigos. Obrigado pela amizade, pela coragem, desprendimento por me atender. Parabéns a todos pelo merecido prêmio Nobel da Paz (1988).

Gostaria também de agradecer a algumas pessoas que foram de importância primordial na realização deste trabalho:

À Zélia e Lígia, essenciais na retaguarda; à Palônia, pela leitura e discussão de trechos da tese; à Michelly, que leu trechos, digitalizou e catalogou as imagens; às “meninas” da Coordenação da Graduação – Virgínia – e da Pós-Graduação – Dona Eliete.

À minha família, da qual me privei em muitos momentos, para me dedicar à pesquisa e à elaboração da tese. Peço desculpas pela ausência e a dor que lhes causei, especialmente, ao Marcelo Ricardo e ao Eric: amo muito a vocês, a quem dedico este trabalho.

À Janice Batista, pela cuidadosa e excelente revisão dos originais; suas indicações e sugestões foram valiosas; e, sempre que possível, acatadas.

Nasci numa cidade do interior do Espírito Santo, depois morei numa cidade vizinha da capital, e de lá me mandaram para o Exército no Rio... No Rio, eu morava no quartel... Meu mundo era pequeno e limitado, as informações eram poucas. De repente, eu estava no Egito/Palestina. Outro país, terra estranha, língua e costumes, servindo à ONU, que nos cobria de novidades jamais vistas e imaginadas... a expectativa das viagens que viriam, o conforto, materiais do bom e do melhor, respeito, admiração dos outros e uma quantidade de outras coisas.

Os únicos estrangeiros amistosos de Rafah Camp eram os indianos, só que corria um boato na Faixa, acerca da 'sexualidade duvidosa' dos mesmos. Contavam muitas histórias, tão engraçadas quanto ridículas. Para nós eram apenas fofocas, e deixamos pra lá... Até que um dia eles disseram que iam nos visitar no Fort!... "Ah! Pra quê?"... Tivemos uma reação na hora, não pelos novos amigos indianos, e sim os colegas do Fort que, nos vendo com os indianos, iam cair em cima da gente de gozação! Ficamos 'empurrando com a barriga', os indianos durante algum tempo, dando desculpas esfarrapadas; até que um dia, eles apareceram de surpresa no Fort. Após se identificarem na guarita, entraram e foram nos procurar... Eu, que estava de serviço no Motorola, não podia sair... O regulamento me beneficiou... Durante um bom tempo, tentamos explicar para os companheiros do Fort que o que falavam dos indianos era tudo mentira, eles eram casados, nos mostraram os retratos delas e 'nunca cantaram a gente', mas não adiantou, o pessoal vivia em cima da gente. De tanta gozação, paramos de ir lá, mas valeu a pena conhecê-los.

Stans Zouain Filho

RESUMO

Este trabalho faz uma análise sobre a primeira Força de Paz da ONU, enviada para a região do Oriente Médio, compondo a UNEF (*United Nations Emergency Force*). Deste modo, o Exército brasileiro enviou ao Egito um Batalhão de Infantaria com efetivo acumulado de aproximadamente 6.300 homens (de janeiro de 1957 a julho de 1967), denominado de “Batalhão de Suez”, integrando a Força de Emergência das Nações Unidas I (FENU I), organizada com a finalidade de separar forças egípcias e israelenses. Neste estudo, o interesse consiste em reconhecer as impressões daqueles “homens de paz”, em um mundo de ódio secular e de identidades extremamente diferentes; e descobrir suas visões acerca do conflito, sobre a vida cotidiana do povo e da cultura de egípcios, palestinos e israelenses; enfim, resgatar a memória e a história da participação dos militares brasileiros. Para tanto, a análise foi realizada a partir do *corpus* de entrevistas com treze soldados piauienses, e também por meio de depoimentos de veteranos de outros Estados brasileiros, sobre si próprios, a realidade vivida e a cultura material que encontraram no contexto do processo de paz instaurado no deserto do Sinai, na Faixa de Gaza e em Jerusalém, durante a Missão de Paz. O estudo da História do Batalhão Suez, foi realizado com base em documentos oficiais da ONU, dos Exércitos e da UNEF, tais como relatórios, ofícios, memorandos, mapas, correspondências etc., disponíveis nos arquivos do Exército e nos *sites* oficiais da ONU e do Batalhão Suez. A História Oral tornou-se fundamental no desenvolvimento inicial da pesquisa, posto que reconhecer os depoimentos como fontes históricas relevantes, construídas na relação entrevistador e entrevistado, é fortalecer e amadurecer uma concepção de história que problematiza os sujeitos “ordinários” e os significados que atribuem às suas experiências, expressos por meio de seus valores, atitudes e crenças; em outras palavras, sua subjetividade. Uma vez que se trabalhou com a História Oral, antes de tudo, como uma metodologia, as fontes orais foram pensadas não exclusivamente como fornecedoras de informações em si mesmas, mas como reveladoras de importantes significados da Missão para a paz na região e na vida de cada um dos entrevistados.

Palavras-chaves: ONU. Oriente Médio. Conflito árabe-israelense. Operações de Paz. UNEF. Exército brasileiro. História Oral. Representações e memória.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the first United Nations Peace Force deployed to the Middle East as part of the United Nations Emergency Force (UNEF). Their objective was to prevent aggressions between Egypt and Israel. From January 1957 to July 1967, the Brazilian Army sent an infantry battalion to Egypt numbering around 6,300 troops. The “Suez Battalion”, as they were called, took part of the United Nations Emergency Force I (UNEF I), and were organized to separate Egyptian and Israeli armed forces. In a world of age-old hatred and of extremely different identities, this dissertation concerns itself with knowing and recording the impressions of those “peace-keeping men”, and it goes deep within their views about the conflict, and also about the everyday life of Egyptian, Palestinian, and Israeli peoples and their respective cultures. The main objective of this dissertation is to recover the memory and the history of Brazilian military personnel – among them twelve troops from the Brazilian state of Piauí – in that peace-keeping mission in Suez, at Sinai Desert, in the Gaza Strip, and in Jerusalem. The study was carried out and based on official UN files, on documents from both the armies and from the UNEF, such as reports, official letters, memoranda, maps, miscellaneous pieces of correspondence etc, all available at the Army registry and also at UN’s and Suez Battalion’s internet homepages. Oral history became fundamental at the initial stage of the research because recognizing the testimonies as relevant historical sources, constructed in the relation between interviewer and interviewee, is to corroborate and to ripen up a conception of history that renders problematic the “ordinary” subjects and the meanings they attribute to their experiences, expressed by way of their values, attitudes, and beliefs; in other words, their subjectivity. Once it becomes clear that this dissertation works within the concepts of oral history as a methodology, the oral sources in it were not exclusively thought of as information suppliers in themselves, but as disclosers of important meanings to understand the peace-keeping mission for the region and for the life of each one of the interviewees.

Keywords: United Nations Organization. Middle-East. Arab-Israeli conflict. Peace-keeping Operations. United Nations Emergency Force. Brazilian Army. Oral History. Representations and memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	— Mapa da região do Oriente Médio.....	39
Figura 2	— Canal de Suez. Navio no Canal de Suez deixa a cidade de Ismailia	45
Figura 3	— Foto aérea da Faixa de Gaza com as instalações.....	60
Figura 4	— Organograma do Batalhão Suez.....	62
Figura 5	— Foto da chegada ao Egito, 1958. Soldados brasileiros embarcam em caminhão rumo ao deserto do Sinai.....	64
Figura 6	— Carta de batismo do soldado Oswaldo Oliveira.....	65
Figura 7	— Foto dos componentes da 8ª Companhia.....	68
Figura 8	— Foto da entrada da Nona Companhia no início da década de 1960.	69
Figura 9	— Soldado no PO posa com Motorola.....	76
Figura 10	— Soldado no PO posa com Motorola.....	76
Figura 11	— Reprodução a partir do original. Cortesia do soldado Orisvaldo.....	77
Figura 12	— Foto do Mapa das Companhias do Batalhão Suez, desenhado a mão por Stans Zouain.....	79
Figura 13	— Foto do Sapador brasileiro desarmando minas, no deserto do Sinai, 1958.....	82
Figura 14	— Foto de minas terrestres, minas antitanques, de fabricação Russa, que foram desarmadas nos vários Campos Minados que existiam na área de atuação do Btl. Suez.....	85
Figura 15	— Foto da distribuição de água no Sinai. Soldados canadenses na distribuição de água para os beduínos.....	89
Figura 16	— Ofício do Batalhão Suez sobre repasses de verbas.....	91
Figura 17	— Radiotelegrama acusando atraso de pagamento.....	91
Figura 18	— Foto da Residência de oficiais canadenses. Prédio em que residiam os oficiais canadenses, em Gaza, tendo o Mediterrâneo ao fundo.....	94
Figura 19	— Interior da 9ª Cia, 1966. Barracas de alvenaria substituíram as de lona; permitiam mais conforto para os soldados.....	94
Figura 20	— Ambulância do BS, em 1957-58.Acervo: soldado Orisvaldo Dias, destacado com a seta.....	99

Figura 21	— Foto da Brigada de Incêndio do Batalhão Suez, 1958. Soldado posa ao lado da Brigada de Incêndio.....	100
Figura 22	— Encontros de soldados israelenses e brasileiros na ADL, marcados geralmente pelo medo e pela mudez entre ambos.....	103
Figura 23	— Encontros de soldados israelenses e brasileiros na ADL, marcados geralmente pelo medo e pela mudez entre ambos.....	104
Figura 24	— Foto do Veterano na “Praça da Solidão”. Coimbra “matando as saudades” de casa e dos amigos.....	105
Figura 25	— Foto do Pracinha brasileiro no serviço de Patrulha na ADL.....	107
Figura 26	— Foto “proibida” do cabo Heraldo, na Mesquita do Domo Dourado, em Jerusalém.....	211
Figura 27	— Foto de um soldado na “clássica” pose sobre a Pirâmide (1967)....	212
Figura 28	— Foto do soldado Oswaldo na “clássica” pose sobre a Pirâmide (1958).....	212
Figura 29	— Foto do Cerco israelense ao Batalhão Suez, em que brasileiros pedem em inglês para não serem alvejados pelos israelenses.....	223
Figura 30	— Foto do caixão, após a exumação, com o corpo de Adalberto Macedo.....	230
Figura 31	— Foto do Bombardeio no Batalhão Suez. Instalações do Batalhão Suez ardem em chamas na Guerra dos Seis Dias.....	235
Figura 32	— Retirada do Batalhão Suez da área do conflito. Morte e destruição captadas pelo comboio brasileiro ao deixar a área de guerra.....	241
Figura 33	— Foto do embarque de volta ao Brasil. Oficiais brasileiros, da RAU e da UNEF, no momento de despedida do Batalhão Suez em Port Said.....	242
Quadro 1	— Chegada da UNEF na Faixa de Gaza em 1957.....	53
Quadro 2	— Batalhão Suez, acidentes com perdas e ou baixas - 1957-1967.....	102

LISTA DE SIGLAS

ABIBS	— Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez
ADL	— Linha Demarcatória de Armistício
AHEX	— Arquivo Histórico do Exército
CAN	— Correio Aéreo Nacional
CCSv	— Companhia Comando e Serviços
CGF	— Comando Geral da Força
CIA	— Companhia Militar
CIA DE FZL	— Companhia de Fuzileiro
CMDO SV	— Comando e Serviço
FAA	— Força Aérea Americana
FAB	— Forças Armadas Brasileiras
FAI	— Força Aérea Israelense
FDI	— Forças de Defesa de Israel
FE	— Forças de Emergência
FEB	— Força Expedicionária Brasileira
FENU	— Força de Emergência das Nações Unidas
FNM	— Fábrica Nacional de Motores
GC	— Grupo de Combate
LAU	— Leave Administratives Unit
MGB	— Marinha de Guerra Brasileira
MRT	— Morteiro
MQT	— Mosquetão
MTR	— Metralhadora
ONU	— Organização das Nações Unidas
PC	— Posto de Comando
POs	— Postos de Observação
RAU	— República Árabe Unida
RI	— Regimento Interno do Exército
UNEF	— <i>United Nations Emergency Force</i>
UNTSO	— <i>United Nations Truce Supervision Organization</i>
UNWRA	— <i>United Nations War Relief Agency</i>
UNWRA	— Agência das Nações para Refugiados de Guerra

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO: IDENTIDADE E DIFERENÇA CONSTRUINDO IMAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A MISSÃO.....	15
1	INTRODUÇÃO.....	24
2	O TEATRO DA MEMÓRIA: BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRISE DO ORIENTE MÉDIO E A INVENÇÃO DA UNEF.....	36
2.1	O Egito, o povo, o rio e o deserto.....	36
2.2	O surgimento de Israel e o sionismo.....	38
2.3	A Partilha da Palestina.....	40
2.4	Para uma cartografia da Missão: a Palestina e a Faixa de Gaza.....	41
2.5	Nasser, a nacionalização do Canal e a guerra de 1956.....	42
2.6	O Canal de Suez: ponto de discórdia e de chegada.....	44
2.7	O Conflito de 1956 e a Organização das Nações Unidas.....	46
2.8	A ONU e a manutenção da paz.....	49
2.9	A criação da UNEF e a busca pela paz no Oriente Médio.....	51
2.10	A relação de Nasser e a UNEF.....	54
3	O BATALHÃO SUEZ E OS BOINAS AZUIS.....	57
3.1	Breve histórico da criação do Batalhão Suez.....	57
3.2	O Brasil na UNEF: a lei de criação do Batalhão Suez.....	58
3.3	A estrutura e a missão do Batalhão Suez.....	61
3.4	A chegada do Batalhão Suez ao Egito.....	62
3.5	A Oitava Companhia e a CCS: prontas para servir.....	67
3.6	Recrutamento e preparação militar.....	70
3.7	A base logística: comida, combustíveis, vestuário e armas.....	74
4	A FALA DE LUGARES E DOS FAZERES.....	79
4.1	A missão dos pioneiros de Suez.....	79
4.2	O perigo subterrâneo: as minas de '5670.....	80
4.3	Cotidiano e trabalho na fronteira: a ADL e as principais cidades da Palestina.....	85
4.4	Entre o épico e o fantástico: a estética discursiva dos veteranos.....	92
4.5	O <i>fazer</i> de cada batalhão.....	93

4.6	Uma breve história da saúde do Batalhão Suez.....	98
4.7	Sinai 50° e a paisagem adversa.....	102
4.8	O jeito brasileiro nas patrulhas noturnas.....	106
4.9	Uma cartografia para a missão: as fronteiras das representações.....	108
4.10	A memória das pequenas e das grandes missões.....	110
5	LEMBRAR A MISSÃO, INVENTAR A MISSÃO.....	112
5.1	Esquecimento, lembrança e a mudança de papéis.....	113
5.2	A memória do medo: a UNEF e o conflito árabe-israelense.....	115
5.3	Lembranças etnológicas, “os do lado de lá” e “os do lado de cá” da ADL..	119
5.4	Camelo e madeira, máquina e aço.....	121
6	MEMÓRIA DA CULINÁRIA E DA COMIDA DO DESERTO.....	125
6.1	O pão e a estética do <i>fazer</i> e do <i>comer</i>	127
6.2	Cultura material, cheiros e sabores: representações sobre a comida palestina e a da UNEF.....	131
6.3	Memória do cotidiano: culinária e religião.....	134
7	REPRESENTAÇÕES SOBRE SI, SOBRE ÁRABES E ISRAELENSES...	141
7.1	Representações sobre <i>o ser</i> voluntário da UNEF.....	141
7.2	Astúcias e resistências na ADL: militantes e <i>gazeteiros</i>	152
7.3	Representações sobre os árabes: a miséria e o fanatismo, fermentos de ódio, paixões e desconfianças.....	154
7.4	Representações sobre o modo de vida israelense e árabe.....	162
7.5	Árabes: ladrões e inconformados.....	164
7.6	Uma pequena cartografia dos beduínos.....	166
7.7	Construindo imagens: memória e representações sobre os <i>fedayins</i>	169
7.8	A ação dos <i>fedayins</i> : duelo político ou combate marginal pela vida?.....	171
7.9	Identidade nacional e participação cívica: questões políticas, econômicas e estruturais palestinas.....	174
8	AS CERCAS COMO ESPAÇOS DE SEPARAÇÃO E DE SOCIABILIDADES.....	177
8.1	As cercas: lugares de memória, espaços de sociabilidades e de representações.....	178
8.2	Sociabilidades nas cercas: jogos de <i>astúcias</i> e prazer.....	
8.3	ADL: espaço de memória sobre israelenses e beduínos.....	180
8.4	O beduíno: pastores, agricultores, machistas.....	183
8.5	As mulheres e as cercas: representações sobre as beduínas.....	189

8.6	Memória de uma sexualidade interdita.....	193
8.7	O discurso erótico: sexo, adultério e exploração sexual na Missão.....	196
8.8	Homossexualismo e sociabilidades afetivas na Missão Suez.....	201
8.9	Sobre a poligamia: a economia do matrimônio.....	206
8.10	A cartografia dos <i>Leaves</i> : a memória dos lazeres, viagens e passeios pelo Oriente Médio.....	208
8.11	Passeio à cidade do Cairo, às Pirâmides e aos museus.....	210
8.12	Representações sobre o <i>Oriente</i> e o <i>oriental</i> : o discurso oficial no programa de viagem ao Cairo (1962).....	212
8.13	A cartilha do soldado da UNEF: código de conduta e disciplina.....	216
9	ENTRE ESCOMBROS E CADÁVERES: MEMÓRIAS DA GUERRA DOS SEIS DIAS.....	219
9.1	A fuga da guerra: fatos e versões.....	221
9.2	Anátema da guerra: invenção e glosa.....	224
9.3	Entre lembranças, as cores e o cheiro da morte.....	231
9.4	No fogo cruzado: o que comer na guerra.....	238
9.5	O fim da Missão e a saída melancólica por Israel.....	239
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CULTURA ESCRITA, IDENTIDADES E SOCIABILIDADES.....	243
10.1	Entre a poeira e a tradição: educação e identidade no deserto.....	247
10.2	Memória sobre a cultura escrita.....	250
10.3	Menu de culturas: <i>experimentando</i> a língua árabe.....	251
10.4	Vigiando a ADL, observando a paisagem.....	253
	REFERÊNCIAS.....	263
	APÊNDICES.....	267
	ANEXOS.....	270

APRESENTAÇÃO: IDENTIDADE E DIFERENÇA – CONSTRUINDO IMAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A MISSÃO

Há cinquenta e um anos, o Exército do Brasil se juntou a tropas de outros nove países, constituindo uma Força de Paz enviada à Palestina. Era o Batalhão Suez. Neste estudo, meu objetivo foi apresentar o panorama com as experiências – o modo de ver e de imaginar – de alguns personagens anônimos, integrantes do Batalhão, durante a intervenção diplomática e militar da ONU, na Fronteira árabe-israelense, entre 1957 e 1967. A análise foi realizada a partir do *corpus* de entrevistas com treze soldados piauienses, e também por meio de depoimentos de veteranos de outros Estados brasileiros, sobre si próprios, a realidade vivida e a cultura material que encontraram no contexto do processo de paz instaurado no deserto, durante a Missão de Paz.

O estudo da História do Batalhão Suez, foi realizado com base em documentos oficiais da ONU, dos Exércitos e da UNEF,¹ tais como relatórios, ofícios, memorandos, mapas, correspondências etc., disponíveis nos arquivos do Exército e nos *sites* oficiais da ONU e do Batalhão Suez.² Embora nestas fontes, em geral, predominem “os grandes fatos e personagens políticos”, uma história “prisoneira de evidências documentais”,³ marcada pela frieza de determinações e números, buscou-se o calor das patrulhas nas areias do deserto, as aventuras, os conflitos, as alegrias e as tristezas; enfim, as sensibilidades e as representações de gente comum, os soldados, acerca das participações de cada um na Missão. Um *olhar de baixo para cima* marca a inclinação desta pesquisa, que agrega microenredos e tramas “banais”, passados nos bastidores da Missão, nos quais atuaram personagens anônimos.

A História Oral tornou-se fundamental no desenvolvimento inicial da pesquisa, posto que reconhecer os depoimentos como fontes históricas relevantes, construídas na relação entrevistador e entrevistado, é fortalecer e amadurecer uma concepção de história que problematiza os sujeitos “ordinários” e os significados que atribuem às suas experiências, expressos por meio de seus valores, atitudes e crenças; em outras palavras, sua subjetividade. As fontes orais foram pensadas não exclusivamente como fornecedoras de informações em si mesmas, mas como reveladoras de importantes significados da Missão para a paz na região e

¹ UNEF, sigla em inglês para *United Nations Emergency Force*; em português, Força de Emergência das Nações Unidas (FENU), sigla que também aparecerá em alguns momentos, especialmente, nos depoimentos dos veteranos.

² O site oficial da ONU é: <www.un.org>. E o site do Batalhão Suez é: <www.batalhaosuez.com.br>.

³ Os trechos com as aspas são retiradas de VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. São Paulo-SP: Campus, 2002. p.35-36.

na vida de cada um dos entrevistados, uma vez que se trabalhou com a História Oral, antes de tudo, como uma metodologia.

A *força inercial do hábito* produziu a lenta inscrição dos ex-integrantes do Batalhão Suez nos *anais do esquecimento*. O hábito da não-lembrança, seja em razão da ausência de estímulo para contar, seja pela mera força do tempo, institucionalizou secretamente em cada um o silêncio sobre a Missão Suez. Esse processo transformou-se em um “modelo” no qual o esquecimento é generalizado.⁴ Provavelmente, por isso, um dos entrevistados, o Sr. Macedo, veterano do Contingente de 1967, tenha demonstrado grande surpresa em minha primeira visita: merecia a atenção de alguém interessado em ouvir suas histórias sobre a Missão?

Nos dias atuais, o esquecimento da maioria dos boinas azuis convive com a constituição de Associações de Veteranos em várias partes do País. Essas entidades se tornaram espaços para encontros, debates e rememoração das *coisas de Suez*. Enfim, são lugares com possibilidades “festivas”, para encontrar velhos *cansados de guerra*. Assim, o grupo não se dissolve. “Os encontros para as conversas são uma ruptura qualitativa no esquecimento, prioridade sempre mantida em favor da memória, onde sintetizam as múltiplas experiências e observações do Batalhão Suez”.⁵

a) O encontro com as memórias “esquecidas”

Em 2003, encontrei-me com o veterano Coimbra, que participou da Missão entre 1966-1967, no penúltimo contingente enviado ao Egito. Queria saber detalhes de seu acervo fotográfico trazido do Egito. Lembrei que muitas noites de minha infância foram preenchidas com as exibições de imagens mostradas por um viajante de terras distantes. Muitos vizinhos, adultos, jovens e crianças, como eu, paravam para assistir às imagens da “Terra Sagrada”, do deserto, como, por exemplo, camelos, beduínos, cidades, e as cenas do cotidiano dos quartéis da UNEF. Era o final da década de 1960, Teresina ainda não possuía canais de televisão; dessa forma, as projeções de slides realizadas na Rua 24 de Janeiro atraíam a vizinhança. Tudo colorido, bonito, mas *diferente* e *exótico* demais para a imaginação de quem não esteve ali. Contudo, o estranhamento e a curiosidade eram prontamente *explicados* e saciados ante a descrição minuciosa do recém-chegado *boina azul*. Sua memória, ainda recente, satisfazia toda a modalidade de especulações daquela ávida plateia. Algumas lembranças ficaram em mim, atravessaram décadas, esperando o momento de trazer à tona perguntas sobre o deserto, os beduínos, as cidades.

⁴ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 85. V. II.

⁵ Id. *ibid.*

Agora minha atenção estava centrada em detalhes que as imagens não contavam, naquilo que o esquecimento havia perdido; fragmentos que nem mesmo o Sr. Coimbra lembrava. Em um dos encontros, pude observar que o acervo é composto de mais de dois mil slides e fotografias, além de vários objetos adquiridos durante sua participação na Missão. Estas relíquias enfeitam salas, corredores e paredes de sua casa, e despertam pouco ou nenhum interesse de seus filhos e netos. Entre a saudade e a vontade de contar sobre aquele período, Coimbra ia abrindo a “caixa de Pandora”. Descortinavam-se ali muitas histórias; apareciam temas, conceitos, sonhos realizados, sonhos frustrados. A paisagem do deserto, ora vazio ora salpicado de gente e verde – plantações, oásis etc. –, cidades, ruas, o movimento de cafés, mercados, e o tempo de uma vida que não mais retornará.

A profusão de fontes se avolumava com a narrativa do veterano, que se comprazia em revelar o local, datas e personagens de cada um dos slides e fotografias. Resolvi marcar uma entrevista e, depois de vários outros encontros, tinha em mãos um rol de mais doze veteranos que também foram ao Egito em diferentes momentos. Fontes vivas, aptas e dispostas a me contar “as aventuras de Suez”. Apenas um deles, exatamente o último que encontrei, não se dispôs a gravar entrevistas, embora tenha cedido suas fotografias. Desculpou-se, “denunciando” o coração, pois poderia “não resistir à emoção...”

Marquei as entrevistas; e cada uma das narrativas sobre aquele passado procura pontuar suas singularidades, os acontecimentos dos mais marcantes aos banais, quando circularam como atores que brilham em todas as ocasiões. Certamente várias passagens da experiência contêm adornos da imaginação. Observei que, para a maioria dos casos, as narrativas procuram destacar tanto pontos positivos quanto negativos das experiências no deserto e nas cidades. Refugiados na duração de suas participações, não têm qualquer preocupação em desfiar os meandros da memória do Batalhão Suez e suas práticas cotidianas. Contudo, não cabe aqui questionar supostas reduções, distorções, falhas de memória ou ampliações contidas nas narrativas, tampouco a organização e o sentido atribuído ao espaço e ao tempo. Tive a oportunidade de adentrar pelo “mundo da memória” de cada um, e conhecer fragmentos da “silenciosa enciclopédia dos atos singulares”, para citar uma expressão de Certeau.⁶ Invocando *mnemosine*, eles revelam a constituição de espaços organizados e espaços caóticos; revelam práticas cotidianas e um conjunto de circunstâncias bricoladas *na* ou *da* memória.

Suas representações identificam os personagens-chaves do deserto como homens atrasados, rústicos. Evidentemente, estas declarações estão calcadas conscientemente nos

⁶ Certeau, op. cit., 1994, p. 161.

papéis que encarnavam, sem posses e com poucas escolhas, escassos objetos, parca saúde, atores de uma ópera trágica iniciada em 1947, com a Partilha. São relatos idílicos, realistas sobre o conhecimento imediato daquela realidade, confiando apenas na percepção captada pelos sentidos. Na memória *sobre e daquele* mundo, não há reflexão, não há causas primeiras que levaram àquela situação. Ela estava “simplesmente” posta à observação.

O “invisível tesouro da memória” de cada um e de todos fornece pormenores – “microhistórias” – da conjuntura. Passados, em alguns dos casos, mais de cinquenta anos, desde o retorno ao Brasil, e mais de quarenta da volta do último contingente militar da Faixa de Gaza, observo como para cada um deles a memória individual e coletiva ainda é prodigiosa, ainda não se esvaiu por completo. O passado, lembrado agora em um lugar distante de Rafah Camp, de Gaza, Ismailia e das pequenas vilas e povoações do deserto do Sinai, é reencontrado, saboreado e exposto nas narrativas.

As entrevistas ocorreram em diversos lugares: em casa, no local de trabalho e até em um boteco. Por ocasião do encontro marcado com essas memórias, no bar do Sr. Oswaldo, pude conversar com ele, na companhia de mais dois ex-integrantes, Sr. Cipriano e Sr. Orisvaldo. Momento de reunir fragmentos de memórias individuais e coletivas do segundo contingente, que foi ao Egito (Palestina), em 1958, e retornou em 1959. No decorrer da conversa, daquele sábado pela manhã, foram nascendo vários pontos de luz da memória de um e de outro: as aventuras, as alegrias, a cultura diferente, e as notícias dos companheiros; alguns ainda vivos; outros já falecidos; outros que não mais se encontram no Piauí. As lembranças, que aparentemente eram mais bem-vindas aos dois visitantes que me acompanhavam, parecem não alterar o humor e as feições do meu anfitrião. O Sr. Oswaldo continuou atendendo os fregueses habituais. Um negócio antigo, um ponto de encontro de amigos, que, àquele dia, parecia destinado a um *happy hour* vespertino. Nas prateleiras, os gêneros alimentícios não eram muitos, e rivalizavam com as marcas de bebidas, que àquela hora, já eram vendidas sem tempo para parar.

De vez em quando, o Sr. Oswaldo se mobilizava para deixar a conversa mais agradável, pois quase sempre o *bartender* não disfarçava o sabor insípido das memórias de sua passagem pelo Batalhão Suez, que trazia à mente naquele instante. Ele parecia rejeitar suas lembranças, incomodava-se com a situação em que alguns integrantes da Missão ainda se encontram: desprestigiados pelos políticos e pela corporação na qual serviram. O Sr. Cipriano e o Sr. Orisvaldo pareciam mais à vontade. A força de intervenção da memória sobre suas narrativas os atingia em fragmentos claudicantes e, às vezes, o Sr. Oswaldo parecia não ter tanto interesse em despertá-las e narrá-las. A conversa a quatro espalhava-se pelo ambiente e

seus fregueses deixavam-lhe pouca margem de escolha. Então, era melhor agradecer a pequena assembleia de visitantes e fregueses.

Eu mesmo, depois de quarenta anos, não gosto de falar, porque a pessoa: “ah, esse camarada lá teve (sic) nesse negócio! Ele está falando sem saber o que está dizendo”. Eu não gosto mesmo, e a gente vai esquecendo o hábito. Por exemplo, eu sabia um bocadinho de inglês, hoje eu não sei quase mais inglês, também é fácil; o espanhol, eu não tenho inveja de quem fala o espanhol. Eu sei falar espanhol muito bem, graças a Deus, não esqueci. Agora francês, inglês, árabe a gente vai esquecendo, porque não tem com quem falar. Aqui eu me juntava com os amigos [...] que eram espanhóis: o Tony, o Francisco [...] Chico e muitos outros. Eles vinham sempre aqui em Teresina e me procuravam para ficarmos conversando em espanhol.⁷

Inicialmente, pensei que não seria um bom dia para o *approach* com o Sr. Oswaldo. Era um dia em que recebia clientes “cativos” para conversas e bebidas. As condições em que ele produzia suas lembranças eram embebedas por copos de cerveja que servia no balcão, sobre o qual repousavam algumas fotografias em preto-e-branco de seu acervo. Cópias de um projeto de aposentadoria e a velha máquina fotográfica, “que ainda funciona”, descansavam em uma prateleira dividindo a poeira, o mofo e o espaço com *secos e molhados* à venda naquela esquina, no centro de Teresina.

Se seus relatos não mudavam seu humor, ainda assim se esforçou para contar algumas minúcias, fios entrelaçados no cipoal de lembranças em que se enredava, acerca de sua presença na missão. Regressando àquela região inóspita do Oriente Médio, lembra que falava palavras e frases de aproximação em árabe – “bom dia”. Invocando o triunfo da memória sobre o esquecimento, mostrou que, além disso, escrevia e contava de um até dez, “*na língua deles*” (Sr. Oswaldo). Era o único deles que fazia isso; o que demonstrava sagacidade e nenhum temor em errar no que se propunha. Os demais não “evoluíram” muito no aprendizado da língua e não passavam de um “*salaam aleikum*”, “*sauich*” e “*ranzira*”.⁸

Comparando seu relato com o dos dois colegas que o visitavam, em minha companhia, naquela manhã ensolarada de Teresina, pode-se dizer que ele se digladiava entre as retrospectivas e a vontade de não querer lembrar. A presença dos colegas foi que, aos poucos, o demoveram do pouco caso com que tratava a memória da Missão. Para meu desespero, pois ele aparentava não gostar muito de revirar o terreno da memória para percorrer as areias do Sinai, os caminhos minados das redondezas e as duras patrulhas na ADL ou lembrar-se das brincadeiras com os companheiros nos acampamentos nos dias de folga. Nas três vezes em

⁷ OLIVEIRA, Oswaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 out. 2004.

⁸ A primeira palavra é uma saudação de aproximação, que quer dizer: “A paz esteja contigo”; a segunda era a forma errada como os habibes palestinos chamavam “sargento”; e a terceira significa “comida” em árabe.

que o encontrei, vi poucas mudanças de postura em relação à “memória de Suez”. Na última vez, até maldisse a Missão e o Prêmio Nobel da Paz com o qual as missões de paz da ONU foram agraciadas em 1988. Até nisso, para ter direito, teria que desembolsar cerca de duzentos dólares... Enfim, “para receber teria que pagar”. Para ele, a Missão parece que está longe de ser o maior referencial de seu passado, do qual realmente sinta orgulho. Com efeito, sua posição atual é em muito influenciada pelo descaso que a própria instituição militar reserva para o Batalhão e os remanescentes, desde o retorno, em 1967.

Entretanto, em uma inversão de seu postulado, deplora a Missão e “erra” o alvo destinatário. Para ele, a Missão não representa um mito, conforme a opinião de outros entrevistados. Conscientemente ou não, mantém esta memória quase em segundo plano, em segredo. Mas não é só ele. Os demais, por falta de interlocutores, também mantinham em suspenso os referenciais do passado, vivido em terras distantes, separando “os de lá” e “os de cá”. O então segundo-tenente de infantaria e hoje coronel aposentado, Irapuã Soares Cavalcante, que participou do 15º Contingente de agosto de 1964 a setembro de 1965, foi o único oficial piauiense que comandou um pelotão na Faixa de Gaza. Também foi o único que escreveu suas memórias em um diário, o qual chamou de “Uma viagem ao Egito e à Europa”.

b) Identidades de si e do grupo

Se a postura do Sr. Cipriano e do Sr. Orisvaldo indicava abertura, proximidade, a atitude do Sr. Oswaldo era mais fechada, distanciada. Assim, pode-se ver que cada um deles possui formas diferentes de lidar com o enfrentamento da memória sobre a realidade que vivenciaram juntos. Tentar compreender esses aspectos/diferenças de cada um, em relação a *pertencer* ao Batalhão Suez (BS), e à forma como eles se ligam àquela corporação, remete ao que Alistair Thompsom denomina de “composição da identidade”:

Nossa identidade... é a consciência do eu, a qual construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vida com o passar do tempo. Nós construímos nossas identidades ao contar histórias – ou para nós mesmos como histórias secretas ou fantasias, ou para outras pessoas, em situações sociais... Ao narrarmos a história, identificamos aquilo que julgamos ter sido, quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser.⁹

A interpretação das estratégias e das táticas usadas no momento de “composição” das narrativas sugere que os senhores Cipriano, Orisvaldo, Macedo e Manuel tenham tentado fazer isso de uma maneira que lhes possibilitasse apresentar uma imagem satisfatória de si

⁹ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997.

próprios. A maneira diferente como cada um deles utilizou o espaço da entrevista serviu como referência para que revelassem o enfrentamento das dificuldades, na Missão. Outrossim revelou o modo pelo qual querem ser vistos neste processo. Assinale-se que o momento mesmo de realização das entrevistas permite uma reflexão extremamente rica e profunda, pois aponta posturas, recursos à diversidade presente na elaboração dos discursos dos depoentes e, sobretudo, nas relações sociais concretas estabelecidas no contexto da Missão.

Ao ouvir os relatos, muitos interlocutores não lhes davam crédito. Afinal, havia pouca divulgação do acontecimento. Assim, a memória com a grande quantidade de detalhes da Missão, as “aventuras”, as cidades visitadas, tinham os entrevistados como as únicas testemunhas. Dessa forma, as fotografias e os cartões postais, trazidos na bagagem, desempenharam papel importante como suporte de comprovação das “histórias de Suez”. Ou seja, as fotografias assumiram parte considerável no reforço de credibilidade e no de “estabelecimento das suas verdades”. Enfim, funcionaram como suporte para “efeito de evidência” de que realmente estiveram lá, quando as pessoas não acreditavam ou não davam a devida importância às suas histórias.

Em cada um dos entrevistados, participar da Missão engendrou um passado cujas vicissitudes ainda estão abertas a estudos. Daí a riqueza e a originalidade do trabalho. Trata-se de um passado vivido e guardado na memória e nos acervos fotográficos: suas experiências com o Oriente. A série de relatos constitui um texto inacabado; o conjunto da narrativa é a reprodução de uma arte de dizer acerca de muitas faces, de sentimentos, de elementos concretos e simbólicos do Batalhão, e sobre si mesmos e seus pares.

As narrativas transformadas em texto escrito conferem às suas práticas cotidianas, às suas representações sobre o contato com outras culturas e sobre a história vivenciada na Faixa de Gaza, as cumplicidades e as sociabilidades refugiadas no decurso da Missão. Lembranças, narrativas, certezas, incertezas e ficções são o substrato que se pode encontrar. Esse material possui papel relevante, por ser um momento oportuno e precioso para conhecer essa história. Excetuando-se a busca de supostas objetividades e legitimidades científicas, procurou-se, a partir da produção/invenção desta história das práticas cotidianas, reconhecer seu valor e restituir a importância científica de suas narrações/representações, e conferir-lhes estatuto de documento, origem desse e de futuros estudos sobre o Batalhão Suez. Restituir-lhes um valor contra a não-valorização a que os veteranos se sujeitavam. Colocá-los na posição de *metteur-en-scène*¹⁰ no teatro em que representaram o papel de guardiães e promotores da paz. Tentar

¹⁰ Em tempo, a expressão francesa *Metteur-en-scène* significa encenadores.

recuperar suas experiências e visões, grandezas e misérias. Resgatar a memória não para mitificá-la, mas para a compreensão do passado.

O conjunto das narrativas é o meu “objeto de saber; diria, ainda, que são os objetos, a saber, como, por exemplo, cavernas onde “mistérios” postos em reserva aguardariam da pesquisa científica o seu significado” e sua “interpretação”. “Integrados em nossa análise lapsos mais amplos” da duração da Missão, passados pelo filtro das décadas seguidas de esquecimento.¹¹ Portanto, é preciso ser capaz de perceber e de reconstruir as durações que correspondem a estruturas ou realidades de grande vigor, que surgem nos inventários das memórias dos veteranos. É preciso mostrar o seu impacto particular e a influência efetiva no interior dos processos mais amplos desse episódio da História humana.

Um ou outro entrevistado tem mais cuidado nas descrições sobre o Batalhão. É mais sutil, *menos afoito*, mais comedido... Enfim, tem um olhar mais crítico, inclusive, sobre o que dizem os colegas, para não transformar o desvelamento de segredos, fatos e eventos sobre o que vivenciaram e experimentaram, na Faixa de Gaza, em ficções, “fábulas orientais”. No texto produzido, há o esboço de uma arte da narração. Discorrem longamente sobre o que sabem: suas práticas, gestos, comportamentos, maneiras de falar, caminhar, vestir, alimentar-se etc. É a tessitura do *corpus* de um saber rememorado. Certamente são apenas fragmentos, muitos fragmentos, sobre os palestinos e sua cultura, mas também acerca de suas astúcias e táticas de sobrevivência e navegação, à época, naquela realidade inóspita.

A partir destes estratos incompletos dos elementos da cultura e das práticas ali observadas, existe a possibilidade de entrar no universo das técnicas, hábitos e experiências cotidianas dos beduínos, das patrulhas e do labor diário nos pelotões e nas Companhias militares; seus discursos são reveladores por suas próprias palavras, fazendo brilhar uma memória há tempo empoeirada nos porões do esquecimento.

Durante as entrevistas, pude observar que, entre eles, sobressai uma visível vontade de contar. Com efeito, há uma “arte de contar histórias”. Para a maioria, há prazer em relatar os enredos da história que ficou durante muito tempo esquecida. Poucos se davam ao trabalho de lembrar ou não eram estimulados a contar suas memórias. Entre os piauienses, ninguém jamais escreveu sobre o evento depois do retorno. O prazer proporcionado por minha presença parecia benéfico a estes senhores; tanto que, às vezes, sem que eu lhes instasse, prontamente, começavam a elaborar a narração. Da mesma forma que, praticamente, todos me atenderam ao primeiro convite para a entrevista, não houve necessidade de insistências, às vezes comuns neste tipo de metodologia e de abordagem, mesmo que, de alguns, viessem

¹¹ As expressões entre aspas foram retiradas de Certeau, op. cit., 1994, p.155.

algumas negativas inicialmente. Pude observar que havia regozijo em falar de suas experiências naquele cotidiano. O contar metamorfoseando casos em idas e vindas, em um ritmo, às vezes, alegre, às vezes, pesaroso, sobre a condição em que viviam eles e os palestinos. É uma memória com sabor especial também para o ouvinte: escutar peripécias, astúcias, sentimentos, medos etc. Na verdade, realidade e ficção passeiam na memória destes senhores ávidos por contar. Afinal, são contadores de histórias; autoridades nesta matéria. O prazer em narrar e a satisfação que demonstram são os benefícios simbólicos de quem espera ser ouvido *nestes tempos* em que se prefere exercer a arte de observar, olhar e nada dizer, a perguntar.

A partir de agora, a História escrita do Batalhão Suez, que surge das entrevistas, tem uma dívida grandiosa com os senhores Bonifácio, Carlos Alberto, Cipriano, Coimbra, Conrado, Fonseca, Francisco (Chicó), Irapuã, Oswaldo, Orivaldo, Macedo e Manuel, para citar apenas aqueles com os quais pude conversar por várias horas e por mais de uma vez. Devo dizer ainda que tive uma convivência quase semanal em quase quatro anos com o Sr. Theodoro Jr., residente em Ponta Grossa, no Paraná, através da internet. Minha dívida com ele é imensurável; mas não posso esquecer outras pessoas, como os senhores Stans Zoauin, Fernando Vargas, Wilton Melo e Sérgio Luiz, todos boinas azuis e membros da ABIBS, entidade que os congrega, aflorando um sentimento de pertença, de identidade, por conservar um pouco da grande história vivenciada nas areais quentes do Sinai.

Houve o primeiro momento, tempo útil de deixar evaporar o véu da memória refugiada na duração dos eventos. Por conseguinte, a maior parte do turbilhão de fatos, episódios e eventos ainda permanecerá guardada no porão do esquecimento e/ou do silêncio, à espera de novos contatos, novas questões e novas pesquisas.

1 INTRODUÇÃO

a) Notas para uma história cultural e a crônica do cotidiano do Batalhão Suez

Este trabalho explorou uma História olvidada, de personagens esquecidos, relegados, de uma Missão abortada por uma guerra. Mesmo a instituição de onde saíram os sujeitos desta pesquisa desconhece o prêmio maior que ostentam no currículo: o Nobel da Paz. Assinale-se que a História do Batalhão Suez vem sendo tratada como matéria de importância menor no contexto de sua atuação internacional. Os membros não são reconhecidos, as histórias não chamam a atenção da corporação. Dessa forma, os “veteranos de Suez” estão excluídos da História do Exército e do Batalhão. Entretanto, neste trabalho, tomaram a palavra e revelaram o “oceano de pequenas histórias... como a história do descontínuo, do pontual, do que parece fragmentário”.¹² Este trabalho se posiciona, assim, como recuperação da memória dos veteranos e da própria Missão. Amparados nos “testemunhos vivos”, puderam ser “reconstituídos” os comportamentos e as representações produzidos sobre a cultura, os povos e a própria Missão. A força motriz foi a memória coletiva dos memorialistas de Suez sobre a permanência e a imersão em um mundo tão diferente, mas paradoxalmente similar ao seu. Há, por conseguinte, uma memória coletiva, produzida pelos veteranos com poder de difusão, que se alimenta de imagens, ideias e valores, que dão identidade aos boinas azuis, especialmente quando da formação de um discurso formalizado em torno de certos temas.

A intenção do trabalho foi produzir o esboço de uma História do Batalhão, pelo viés do cultural, ancorada, especialmente, na narração sobre as experiências vivenciadas durante a Missão Suez. Isso ocorreu a partir da observação do conteúdo das entrevistas, por meio das quais descreveram em minúcias os elementos da cultura e do equipamento material fornecido pela ONU e o que lá encontraram. O conjunto das visões acerca deste encontro de culturas na fronteira árabe-israelense permitiu-me afirmar que o elenco de produtos cristalizaram nos soldados formas de pensar, crenças, [pre]conceitos e visões sobre aquela sociedade. Em que pese o trabalho com fontes oficiais escritas – relatórios da ONU e da UNWRA –, as entrevistas com os veteranos de Suez foram minhas principais fontes de pesquisa.¹³ Também me servi das milhares de imagens que trouxeram na bagagem. Inicialmente, elas seriam meu principal interesse, que se foi modificando com a riqueza das entrevistas realizadas, e com os depoimentos recebidos ao longo da parte de pesquisa. As fotografias, mapas, selos etc.,

¹² BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. In: **Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2004. p. 14-15.

¹³ UNWRA, sigla em inglês para *United Nations War Relief Agency*, ou Agência das Nações para Refugiados de Guerra. A sigla aparecerá sempre na versão em inglês.

também fontes de extrema importância e riqueza, não tiveram seu tratamento mais acurado neste trabalho. Isso ocorreu em virtude da decisão de não subutilizá-las; ou seja, não apresentá-las apenas como ilustração do texto escrito. Meu desejo caracterizou-se na realização de um mergulho mais profundo. Um estudo de Semiótica que priorizou o estudo de todas as possibilidades de análise, aquele que atravessa a camada de *nitrato de prata* exposta no papel ou no *slide*, e possa oferecer um apanhado mais profundo do que a discussão do óbvio visível na camada do papel. Afinal, foi por meio destes registros e sinais do passado que procurei acessar aquele tempo-espaço *finito*, em uma perspectiva da história “vista de baixo”.

b) Cultura material e a descoberta do *mundo dos outros*

Cultura é, usualmente, definida como “o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a uma sociedade”. Já a *cultura material* inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva, da preparação do alimento à produção do aço. Enfim, é tudo o que os homens e mulheres fazem.¹⁴ Em um sentido mais restrito, compreende o progresso técnico e o conjunto do modo de produção dos bens materiais de uma sociedade historicamente identificada. Em suma, cultura é tudo aquilo criado pelo esforço e pela inteligência humana, quer apresentada de forma tangível, material ou expressa em usos, costumes e ideias. No limite, ela é ordenadora da vida humana, concentrando todos os aspectos materiais e não materiais necessários à existência.

A narrativa dos veteranos revelou ingredientes da cultura material encontrada no *Oriente*, à época. Sob este aspecto, a relação do repertório cultural é variada, indo desde as cidades, a culinária, os transportes, a tecnologia civil e de guerra, o vestuário, a produção econômica etc. Ao rememorar o cotidiano vivenciado na Faixa de Gaza, os veteranos reencontraram os objetos da cultura material do homem do deserto. O fio condutor teórico-metodológico para que eu pudesse conhecer as experiências dos soldados da UNEF se inscreve na História Cultural. Mas, além de conhecer *os produtos* da cultura material, também me interessaram as “visões de mundo”, os sistemas de valores, os sistemas normativos que “constrangiam os indivíduos”, os modos de vida de cada grupo. Em outras palavras, como tudo isso foi disseminado nas entrevistas com os veteranos, suas representações sobre “os outros”. *Last but not least*, as *lacunas*, os *esquecimentos*, os *silêncios* também *falam*, deram-me pistas para conhecer e analisar as ideias que os boinas azuis construíram, processaram e as

¹⁴ Verbete cultura. In: JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 59.

reproduzem nos dias atuais. A História do Batalhão Suez é essa trama, tecida pelos ditos e não ditos, pelas lembranças, pelos *esquecimentos e silêncios*.

c) Memória e representações: o Batalhão Suez à luz da história cultural

As memórias individuais e coletivas dos soldados da Força de Emergência da ONU no deserto do Sinai constituíram minha principal fonte de informações. Partindo da ideia de que o homem é um ser social e produtor natural de cultura, interessou-me estudá-los a partir do grupo social ao qual estavam integrados e onde desenvolveram suas atividades. Assim, a participação no Batalhão Suez e o episódio bélico da Guerra de Suez serviram de pano de fundo para se conhecer suas representações sobre o que viram, consumiram e realizaram naquele evento e sobre “as outras culturas”, sobre *o outro*.

As sociedades humanas são dinâmicas, em permanente contato umas com as outras, ora interagindo ora em conflito, acomodando-se e/ou em processo de assimilação. Da mesma forma, através de suas realizações transformadoras, o homem, individualmente ou em grupo, vive em permanente produção de História e de cultura. A cultura material local e os ritos da vida cotidiana do habitante do deserto foram referências constantes nas narrativas dos soldados. Deste modo, vi aquele *mundo* através de suas representações, seus conceitos e preconceitos. Ancorados na visão parcial de cada um deles, portanto, como diria o historiador inglês Peter Burke, há que se “distinguir entre representações do típico e imagens do excêntrico”,¹⁵ e realizar o que se poderia chamar de uma *História Cultural do Batalhão Suez*.

Não fiz aqui nenhum balanço da produção historiográfica contemporânea sobre as novas tendências, novos atores e novos objetos da História. Apenas aponte ideias gerais do modelo adotado no trabalho. Em uma breve folheada pela produção historiográfica produzida, principalmente nos últimos vinte anos, pude observar que ela passou por mudanças significativas. A História cada vez mais se relaciona com outras disciplinas, como, por exemplo, a Antropologia, a Sociologia, Etnologia, Arqueologia, a Diplomacia etc. Independentemente de uma nova vertente ou uma variação dos *Annales*, a Nova História *Cultural* ganhou destaque a partir dos trabalhos de Ginzburg, Chartier etc.,¹⁶ cujas principais preocupações eram com questões populares, a valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais.

Muitos historiadores, ao discorrer sobre o conceito de cultura, definem-na como um conjunto de significados, e os fenômenos culturais como partilhados e historicamente

¹⁵ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004. p. 237.

¹⁶ GINZBURG, C. **A microhistória e outros ensaios**. Tradução António de Narino. Lisboa: Difel, 1989; CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRS, 2002.

construídos pelos sujeitos sociais ante a necessidade de explicar o mundo. Esse pressuposto teórico reside na compreensão proposta por Chartier de que toda realidade é cultural e socialmente construída. Afirma que a “história cultural do social” tem como objeto o estudo das encenações sociais nas quais os atores, individual ou coletivamente, vivenciam experiências, posicionam-se, partilham interesses, segundo motivações apreendidas na realidade que os cercavam e nas aspirações que ali engendraram.¹⁷ Interessa aqui a sua decisiva colaboração no campo da História Cultural, os conceitos de “práticas” e de “representações”, dois polos que se interagem na produção de cultura. Logo, enquadraram-se no primeiro conceito os materiais de consumo, produzidos pelos sujeitos, mas também a maneira como falam, comem, vestem-se, rezam, solidarizam-se e ou hostilizam-se; e ainda suas atitudes para com os estrangeiros. Destaque-se que a noção de “representação” que complementa a de “prática” inclui os modos de pensar e de sentir coletivos – ou não. Estes *trazem* para o presente o ausente vivenciado e, dessa forma, é possível interpretá-lo, remetendo para suas “determinações fundamentais”, que são o social, o institucional e, sobretudo, o cultural.¹⁸ Ressalte-se que, conforme se pode ver nos capítulos sobre as representações dos boinas azuis, as representações podem ainda ser apropriadas e assimiladas, quadrante no qual se encontram alguns deles, ao discorrerem sobre o *mundo oriental*, “pelo que ouvi dizer”.

Meu interesse pela História Cultural do Batalhão Suez, sobre a qual pretendo oferecer alguns elementos, não consiste *exclusivamente* em revelar as manifestações das culturas materiais vistas e experimentadas. Também me interessaram os elementos da vida cotidiana nas areias do Sinai, Neguev e no interior dos diversos batalhões que compuseram a UNEF, descritos e representados nas narrativas dos boinas azuis. Em suma, interessaram-me as descrições dos objetos e utensílios materiais, mas também as representações sobre os sujeitos produtores e consumidores das culturas, momentaneamente, “postas” para visualização, experiência e consumo.

Chartier propõe o conceito de cultura como prática social. Segundo ele, o passado só pode ser estudado sob o ponto de vista da categoria de *representação*. Dessa maneira, o passado vivenciado pelos personagens anônimos do Batalhão Suez chegou aos dias atuais por meio de representações. Desta forma, ao discorrerem sobre um ausente em-si, que não mais pode ser visitado, os soldados brasileiros “representaram-no”, isto é, discorreram sobre suas

¹⁷ Ver, entre outras obras, CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

¹⁸ Id. *ibid.*

vivências nesse tempo e lugar ausentes, mas encravados em suas memórias, distanciados, em alguns casos, por mais de quatro décadas. Decorre desta definição a possibilidade de que sejam recuperados fragmentos da história do conflito em uma dimensão sociocultural. Trabalhando com uma temporalidade escoada com o não visto, o não vivido, pude acessar essa história do Batalhão Suez através dos registros e dos sinais do passado que se me apresentaram, seja revirando gavetas e os álbuns fotográficos seja embrenhado no cipoal de memórias fragmentárias dos veteranos.

d) Escalas de análise do Batalhão Suez

A metodologia de trabalho aqui adotada abandona o paradigma Hankiano que advogava que o resgate do passado fosse exatamente tal como aconteceu, e a sistematização rígida das fontes em que os atores principais eram os generais e imperadores; e, nesse sentido, o povo era apenas um agente passivo dos poderosos. Aqui, ao contrário, reduzi a escala dos objetos e priorizei as fontes da pesquisa, pois a base consistiu no testemunho presencial de pessoas desconhecidas, não famosas, “ordinárias”. Por conseguinte, neste palco, o homem comum entrou em cena como ator relevante.

O trabalho privilegiou a (re)construção da memória do Batalhão Suez, realçando os traços culturais e as identidades, as percepções e representações, historicamente construídas por esses soldados na relação com árabes, judeus e os militares de outros países. Utilizei uma escala de observação de circunscrições reduzidas, por acreditar que a observação neste diapasão pode revelar fatores certamente não observados em uma abordagem tradicional, mas que são importantes para a compreensão do evento estudado.

À luz destes conceitos, acredito ter sido possível recuperar parte das experiências desses atores no Oriente Médio, entre as décadas de 1950 e 1960. Ao rememorar a Missão, os militares rechearam *um discurso* com ideias e percepções – representações – sobre as diferenças culturais e sobre a cultura material com as quais mantiveram contato naquele espaço-tempo. Assim, estudar as narrativas destes veteranos implicou observar permanências, rupturas, reconfigurações e apreensão de significados, que conferem sentido histórico ao evento. Em suma, pude analisar as influências das condições materiais, o uso dos utensílios no trabalho e nas operações cotidianas que deram sentido e vida àquela sociedade. O conjunto das representações classificam e atribuem valores sobre o mundo social de beduínos, israelenses, mas também sobre os outros militares da UNEF. Sabe-se que as representações não são neutras, quaisquer que sejam e de quem quer que sejam. Implicam atribuições de sentidos de acordo com relações de poder que, no caso, colocavam os boinas azuis em uma

situação relativamente privilegiada face às condições sociais, políticas e econômicas dos beduínos e foi, dessa forma, que se puseram a “olhar” e “comentar”, isto é, representar aquele povo, sua cultura e seu mundo.

O exercício da memória pode transportar a um tempo vivenciado e reacender sentimentos aparentemente esquecidos. Através do processo de recordação revivem-se fatos e mantém-se contato com lugares, pessoas e tempos passados. Maurice Halbwachs afirma que “a memória é sempre uma reconstrução social do passado, onde os grupos sociais determinam o que é memorável e, pelo inverso, o que deveria ser esquecido”.¹⁹ Para além da lembrança, cabe dizer, deve-se interpretar também, para citar Bosi novamente, o “esquecimento, as omissões, os trechos desfiados de narrativas [pois] são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas”.²⁰

A memória coletiva é base para a construção da identidade coletiva e da cidadania. Ela constitui, por isso mesmo, uma força social de imenso poder. Le Goff lembra que se tornarem senhores da memória e do esquecimento sempre foi uma das grandes preocupações dos ocupantes do poder. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores do mecanismo de manipulação da memória coletiva.²¹ A História Oral permite apreender como a memória de um grupo se constitui e se transmite; como ela ajuda a reforçar sua identidade e a assegurar sua permanência para além da esfera da vida de seus membros individuais; dizendo de outro modo, o estudo da memória coletiva e de sua relação com as lembranças individuais, coletivas, de grupos e comunidades.

Ao analisar estas memórias coletivas, não se buscou confrontar a dicotomia entre memória oficial versus memória não oficial ou subterrânea. As entrevistas revelaram uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas; todas, de uma forma ou de outra, ideológicas e culturalmente determinadas. Convém enfatizar que não adentrei pelas questões históricas nem polêmicas acerca das implicações de seu uso, de suas peculiaridades frente às fontes, à análise do material e à apresentação dos resultados e sua diversidade e riqueza. No resgate da história do Batalhão Suez, deparei-me com os dilemas comuns nos trabalhos de História Oral: o *dilema* entre objetividade e subjetividade; e a riqueza que se pode extrair desse *dilema*.

A preocupação acadêmica com a construção das subjetividades foi algo inexistente até 1960. No final dos anos 1960, operou-se uma fragmentação (“migalhas”) da história. Houve

¹⁹ Halbwachs apud Burke, op. cit., 1992, p. 237.

²⁰ Bosi, op. cit., 2004, p.18.

²¹ Ver LE GOFF, J.; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 13.

uma retração teórica, uma “virada epistemológica”. O regime de verdade ou do conhecimento verdadeiro foi questionado. Entretanto, muito antes, os historiadores Bloch e Febvre já se posicionavam contra a ideia de “tempo único” e contra a História política e cronológica e a favor da História *problema*. Dessa forma, fizeram uma revolução documental, redefiniram os métodos. Com essa Nova forma, aproximaram a História de outras ciências, sobretudo, as sociais e de disciplinas como a Sociologia e a Antropologia.

Enquanto ciência não exata, a História estuda as sociedades e seus atores, *importantes* ou não; ou seja, estuda o conjunto da ação e a lógica de homens e mulheres no tempo – as normas, valores, padrões, gestos, “astúcias”, desvios compartilhados no passado. Com esse método e esse procedimento científicos, o horizonte da História só pode ser constituído de verdades parciais. Assim, no presente trabalho, as narrativas e os documentos escritos foram o testemunho de uma época; aceitos como registros fiéis dos acontecimentos e também porque possuem uma lógica coerente de verdade.

O significado da história do Batalhão na vida dos veteranos deslocou-se, para ser visto mais adiante. Isso se deu precisamente na descoberta da diferença que destaca o sujeito dos outros, e que, no entanto, o vincula ao universo cultural partilhado com outras pessoas. Nesse sentido, os relatos foram um instrumento de (re)conhecimento do evento e da Missão, já que estes narradores não se limitaram a contar sobre si, contando também sobre os outros batalhões, outros que são parte da própria existência da UNEF. Ao gerar novas histórias e novas interpretações, contribuíram para o processo de dar voz a experiências vivenciadas por indivíduos e grupos, excluídos ou marginalizados de narrativas históricas anteriores.

Considerando-se que os entrevistados foram para o Egito ainda muito jovens, e com um nível de instrução elementar, ressalte-se que, antes da viagem ao Oriente, alguns sequer haviam ultrapassado os limites geográficos do Piauí, nem mesmo atravessado a borda oriental do rio Poti que banha Teresina. Nas narrativas sobre a Missão, pude encontrar um universo complexo, projeções e aspirações de vida, quer sobre o deserto, as cidades e o povo, quer sobre os seus locais de origem. Em suma, é através de representações que, simbolicamente, classifica-se o mundo e as relações em seu interior.²² Então, a ideia de representação procurou analisar de que forma a cultura e as identidades dos brasileiros foram construídas sobre palestinos, israelenses e sobre os outros contingentes militares presentes na UNEF. As razões da participação também foram reveladas nesse campo das representações.

²² A esse respeito ver: WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da & STUART, Hall (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

e) Identidade e diferença sob o vento do Sinai

Os capítulos iniciais da tese remeteram a alguns aspectos e momentos da história de uma guerra inconclusa – o conflito árabe-israelense – procurando explorar a questão das identidades, formadas e/ou modificadas por esses sujeitos no diálogo com o *mundo árabe* em miniatura, sobre o deserto e a paisagem, as culturas locais e os ritos e personagens. Observei, nas narrativas, o estranhamento, tecido entre a repulsa, o nojo e a curiosidade, o *querer saber*. A partir de tais depoimentos, pude entender a complexidade e as ambiguidades sobre as identidades culturais que conheceram e descreveram; isto é, os aspectos de suas identidades que surgiram de seus “pertencimentos” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.²³ Em um cenário de turbulência econômica, social e política, constrói-se o tecido da memória sobre várias identidades diferentes: brasileira, canadense, indiana, judaica, nórdica e palestina. As percepções são dependentes de duas posições nacionais separadas, vistas aqui como povos claramente identificáveis, aos quais os homens envolvidos supostamente pertencem – pelo menos é assim que se veem. Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas.

A redescoberta deste passado foi importante para reacender ou mesmo dar início ao processo de *construção* de uma *identidade* para o Batalhão Suez. Inicialmente, cabe esclarecer os conceitos centrais envolvidos nessa discussão, bem como as referências teóricas que deram uma compreensão mais ampla dos processos envolvidos na construção da identidade. Para tanto, foram aqui adotadas algumas ideias desenvolvidas por Woodward:

1 A identidade é, na verdade, relacional...

2 A identidade está vinculada *também* a condições *sociais* e *materiais*. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais.

3 O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.

4 A conceitualização da identidade envolve o exame dos *sistemas classificatórios* que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – “nós e eles”.²⁴

Na História recente, palestinos e israelenses são dois povos que têm em comum sessenta anos a mais de dissensão religiosa, política e econômica. Partilham o mesmo local e

²³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 8.

²⁴ Woodward, op. cit., 2000, p. 14.

diversos aspectos culturais em suas vidas cotidianas. Mas o argumento básico do soldado, ao analisar a sua inserção no cenário e a relação com os atores do conflito, é que *ocidentais* e *orientais* são totalmente diferentes. A princípio, parece não existir qualquer coisa em comum entre eles.

Os relatos de viagens, os fragmentos da história reconstruídos através da memória coletiva mostraram de fato como o conceito de identidade é relacional. Ou seja, como depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. Enfim, a identidade se distingue pelo que ela não é. A identidade é, assim, marcada pela diferença.²⁵ Deve-se reconhecer que a forma de expressão sobre aquela realidade – a marcação da diferença – acarreta alguns problemas: a asserção da diferença entre os grupos que ocupam posições naquele espaço e as populações nativas – palestinos e israelenses –; a negação de que não existem quaisquer similaridades entre os grupos; enfim, nega-os constituindo-os, assim, como estranhos e como “outros”. *O outro* é, especialmente, o palestino, visto como sendo diferente.

As narrativas servem como marcadores da diferença que é, em regra, sustentada pela exclusão. Logo, isso implica: – ocidental é ocidental ou brasileiro não pode ser palestino e vice-versa. Aliás, conforme será visto mais adiante, os brasileiros nunca se identificam com aqueles. Procuram se colocar mais próximos dos israelenses. Da mesma forma, para os boinas azuis, os judeus são melhores que os palestinos. Embora seja produto da experiência vivenciada e do contato com as coisas da vida cotidiana, esta percepção está eivada de reduções e preconceitos. Ao procurar fazer alusões ao que tinham ou não em comum, ou seja, o não domínio dos conceitos de identidade (que enfatiza o coletivo “nós somos”) e a dura experiência da vida cotidiana, terminam por criar confusões para os soldados que, às vezes, parecem contradizer-se.

Nos discursos sobre os outros, pude encontrar distorções significativas; geralmente, expressões através de pares de oposição, a saber: erudito/popular, criação/consumo, realidade/ficção. A existência de relações, permitidas ou não, dos brasileiros com os palestinos permitiu um conhecimento mais abrangente sobre estes. Sobre as camadas da memória, foi possível construir parte da estrutura do que é descrito como estranho, “exótico” e diferente. Entretanto, o apelo à diferença exclui não apenas os palestinos, mas também os elementos dos outros exércitos. O *diferente* não é apenas o palestino e o seu mundo islâmico, mas o indiano que também se encontrava fora do “padrão ocidental”. Aos primeiros, eles

²⁵ Woodward, op. cit., 2000, p. 9.

confirmaram sua profunda antipatia pela religião, comida, hábitos, seu povo e suas ideias; aos segundos, alguns hábitos de sociabilidades.

É importante salientar que este trabalho permitiu a estes homens um retorno à memória de Suez; e pude descobrir a força da amizade que marcou a elaboração de suas identidades, como brasileiros e como soldados da paz. Dessa forma, esses veteranos buscaram marcar as identidades brasileiras e a palestina por meio de alguns símbolos. Por sua vez, as microhistórias engendram um discurso que procura coerência para as afirmações, especialmente quando buscam associar a identidade do grupo e as coisas que os outros grupos usam, vestem, atuam, pensam e comem. O arado de madeira, por exemplo, funciona como um significante importante da diferença e da identidade dos beduínos, especialmente com relação aos israelenses. Assim, no consenso social que anima a identidade deste grupo de militares brasileiros vale a ideia de que “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social.”²⁶

Acrescente-se que as identidades nacionais são afirmadas e historicamente construídas; e as diferentes identidades têm causas e consequências materiais. Isto é bastante visível no conflito entre palestinos e israelenses em guerra e na turbulência e na desgraça socioeconômica que a guerra havia trazido para os primeiros.

Pormenorizando ainda mais a escala de observação e descrição daquela realidade, encontrei um discurso produzido sobre as identidades nacionais, que é masculino e liga-se a concepções militaristas de masculinidade. Embora, as mulheres também façam parte desse cenário, são representadas como elementos ora de nojo e repulsa, ora de exotismo e de desejo.

Em face do exposto anteriormente citado, pode-se observar a complexidade e os vários sentidos do conceito de identidade. O conceito que surgiu nos relatos é reducionista, pois sugeriu a existência de um conjunto cristalino de características no qual *todos* os palestinos partilham e que não se alteraram significativamente ao longo dos milênios. Basicamente, não focalizaram as diferenças, somente entre eles e os palestinos, como também entre outros grupos étnicos ali estacionados. Ao afirmar a primazia de uma identidade, por exemplo, a do israelense, distinguem-se alguns padrões estáveis nas figurações discursivas dos veteranos sobre os diversos povos que encontraram e conviveram durante a Missão. Também foi dada ênfase ao testemunho religioso como determinante do ser e do agir palestino. Assim, pôde-se ter a diferença identitária islâmica e judaica marcando as bordas e o interior de cada uma das duas sociedades.

“Nós” e “eles” são duas entidades diferentes e poderosas presentes nas narrativas que estes “contadores de histórias” anotaram sobre as passagens daquele tempo; “nós” e “eles”

²⁶ Woodward, op. cit., 2000, p. 10.

são representações e ideologias da diferença e, como diria Said, as “identidades” não são entidades fechadas, lacradas.²⁷ Vale dizer que o que não foi dispersado no esquecimento revela a crueldade da memória manifestada nas lembranças de Suez. Para esses soldados, parece não ser necessário apenas colocar uma identidade em oposição a outra. Faz-se necessário descrever os traços e elementos em que uma é valorizada, estimada – a israelense – e a outra é depreciada e pouco estimada – a palestina.

Ao comparar culturas, os sujeitos de pesquisa se caracterizam por enfatizar, realçar, etiquetar traços ocidentais levados na bagagem. E é exatamente isso que lhes confere identidade, como produtor de um discurso sobre os palestinos. Por ser um trabalho de História Oral, postula-se a ênfase na existência destes seres pensantes que dizem “eu” e “nós”, para marcar os traços, os gestos, os hábitos e os rituais da diferença com os outros, especialmente com os palestinos.²⁸ Dito de outro modo, não há consciência de si sem consciência da existência do outro, posto que é “na diferença entre ‘si’ e ‘o outro’ que se constitui o sujeito”.²⁹

A identidade é dupla. Pode-se afirmar que a identidade dos sujeitos de pesquisa “se constrói de duas maneiras diferentes, em dois domínios que são ao mesmo tempo distintos e complementares (psicológica e sociológica): uma identidade dita ‘pessoal’, uma identidade dita de ‘posicionamento’”.³⁰ Charaudeau distingue ainda uma identidade psicossocial de uma identidade discursiva. A primeira, “externa”, consiste em um conjunto de traços que definem esses atores segundo a idade, o sexo, o estatuto, o lugar hierárquico, a legitimidade para falar, as qualidades afetivas. Suas estratégias discursivas são elaboradas a partir da articulação e do jogo entre traços de identidades externos e internos.

Considerando ainda que os soldados pensam que os procedimentos, as estratégias e as táticas militares por eles utilizados se aproximavam ou se assemelhavam dos utilizados pelos israelenses, e, tendo em vista também a posição ocupada em relação aos sistemas de valor que ali circulavam, os discursos dos veteranos inscreveram-se no tipo de identidade que Maingueneau denominou de *identidade de posicionamento*.³¹ Certamente leva-se em conta tanto o pré-constituído do discurso como também as condições de produção sob as quais viveram no Oriente Médio, que, de maneira mais ou menos consciente, exerceram coerções sobre esses sujeitos de pesquisa, na formação das identidades nos dias atuais.

²⁷ SAID, Edward. **Cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 43.

²⁸ Maingueneau, op. cit., 2004, p. 226.

²⁹ MAINGUENEAU, Dominique. In: CHARADEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 226.

³⁰ Essa ideia se baseia em Maingueneau, op. cit., 2004, p. 226.

³¹ Maingueneau, op. cit., 2004, p. 267.

É interessante observar que há algo em comum entre todos os sujeitos de pesquisa. Eles descreveram o *Oriente* em termos de um pré-construído ocidental “moderno” levado na bagagem ou mesmo conhecido nos dias de hoje. Embora as realidades socioeconômicas do seu lugar de origem, especialmente para os do Piauí e do Nordeste, fossem marcadamente “mais próximas” das do beduíno e “mais parecidas” com os da Palestina no modo de produzir e nos elementos da cultura material disponível, é em Israel, espaço econômico, social e cultural, que eles buscaram decalcar suas identidades. Alguns mais, outros menos experimentaram um Egito que foi descrito como “um reinado de obscuridade”, no qual o menu cultural e o conflito existente não faziam muito sentido. Por fim, suas narrativas revelam uma experiência singular fincada no “exotismo” e nas extravagâncias de usos, nos costumes e tradições até então conhecidas por poucos, apenas através de livros, da literatura e, em menor escala, nas películas de cinema.

2 O TEATRO DA MEMÓRIA: BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRISE DO ORIENTE MÉDIO E A INVENÇÃO DA UNEF

Por mais de dez anos a UNEF atuou como um anteparo entre as forças opostas de Israel e RAU na ADL em Gaza e na Fronteira Internacional, [ela] tem sido o principal meio de manter quieta e calma a região.³²

O presente trabalho, em sua agenda, trata de um ícone diplomático criado, *inventado*, pela ONU, contudo, a ênfase não se dará na complexa teia dos aspectos políticos e econômicos que ensejaram e/ou que caracterizaram a presença da UNEF, durante dez anos nas areias do Sinai. Para tanto, utilizei fontes oficiais e os relatórios do Exército, da ONU e do Batalhão Suez. Da mesma forma, não farei um balanço exaustivo da historiografia produzida sobre o evento; o interesse recai sobremaneira sobre o estudo da vida cotidiana, acerca das representações sobre a realidade que os boinas azuis conheceram e vivenciaram durante suas participações na UNEF. Interessa, aqui, a narrativa de casos sobre as situações particulares vivenciadas pelos mencionados boinas azuis, no contato com a cultura, a religião e as tradições orientais.

2.1 O Egito, o povo, o rio e o deserto

O teatro de operações onde se desenrolam as histórias dos soldados, sujeitos deste estudo, se localiza no Oriente Médio, em uma área que testemunha uma das mais importantes disputas territoriais de atualmente, motivo de complexas negociações de paz, que envolvem israelenses, palestinos, os Estados árabes vizinhos e a comunidade internacional, através da ONU. Vale informar que *Oriente Médio* é definido com base no que descrevem os manuais de geografia, como a região situada no encontro da Europa, África e Ásia.³³

A história política marca nesse espaço uma notável sucessão de domínio exterior. No Egito, ela se inicia com os gregos, romanos, persas, árabes – que, com Saladino, introduzem o islamismo e permitem a permanência de judeus em Jerusalém –, pelos turcos-otomanos (1517 a 1917), além de uma breve ocupação das tropas francesas de Napoleão Bonaparte (no final do século XVIII). Por último, a ocupação britânica, a partir de 1917 a 1948, que legou ao país

³² Trecho extraído de um relatório da ONU sobre a retirada da UNEF, de 26 de junho de 1967, disponível em: <[HTTP:// www.unu.org](http://www.unu.org)>. Acesso em: 8 set. 2006.

³³ Em termos geopolíticos, inclui os seguintes países: Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Barhein, Kuwait, Iraque, Irã, Síria, Jordânia, Líbano, Egito, Israel e a Palestina.

alguns requintes da influência cultural europeia. Em suma, o Egito sempre se debateu contra a dominação estrangeira, e somente em 1922 conseguiu sua independência.

A maior parte da região é propícia a secas periódicas, calor, tempestades de areia (chamadas de *khamsin*) e até mesmo a enchentes no período das chuvas. O clima do Egito é desértico, quente e seco no verão, e moderado no inverno. Caem poucas chuvas anualmente, com um nível de precipitação de 200 mm ao Norte, e perto de zero nos desertos, razão pela qual a maioria da população mora próxima ao rio Nilo.³⁴

No léxico da fauna do deserto, apenas as serpentes e os escorpiões foram vistos e descritos; ou seja, a peçonha e a inclemência são a lembrança dominante dos animais. Nas narrativas dos soldados, o sorrateiro, o hostil e o dissimulado aparecem deslizando nas areias do deserto, fazendo companhia aos *fedayins* entre os perigos que enfrentaram.

A memória econômica reconstituída pelos soldados revela que as principais fontes de renda do Egito, à época, eram o turismo e, certamente, o pedágio cobrado pela passagem dos navios no Canal de Suez. No primeiro caso, o turismo era especialmente o religioso, com a visita às várias “cidades sagradas”, além de os passeios às Pirâmides, e ao Delta do rio Nilo. À época da existência da UNEF, a cidade do Cairo já era a maior, mais populosa e mais moderna cidade do Egito. Ali muita gente vestia-se ao modelo ocidental, embora grande parte da população ainda utilizasse as túnicas. Nas cidades do interior do país, os homens permaneciam com suas *galabias* e turbantes, enquanto as mulheres vestiam-se com os tradicionais trajes pretos.

O Egito, à época, vivia sob o modelo socialista, liderado por Nasser. Entre suas medidas de maior destaque (1957-1967) está a nacionalização da indústria, que praticamente fechou o País a investimentos estrangeiros.³⁵ Chamava a atenção dos soldados um brutal contraste socioeconômico entre os habitantes do deserto e uma minoria cidadina. Enquanto esta tinha um alto padrão de vida, a maior parte da população vivia em condições precárias. A riqueza e a pobreza convivendo juntas, assim como o automóvel Mercedes e o BMW dividiam espaços na rua e no deserto com burricos e camelos. O Mercedes é descrito em várias narrativas, como um carro comum tanto na cidade como no deserto, onde eram usados como táxis.

O analfabetismo era uma endemia cultural no Egito, haja vista que, nas décadas de 1950 e 1960, cerca de 80% da população não sabiam ler nem escrever.³⁶ Uma das razões

³⁴ Esta informação consta no livro **Curiosidades sobre o Egito**; e-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 23 ago. 2006.

³⁵ A moeda do Egito era a libra egípcia, dividida em 100 *piastras*, ou *pounds*.

³⁶ Trecho do livro **Curiosidades sobre o Egito**, op. cit., 2006.

provavelmente fosse o fato de que mais da metade da população vivesse no deserto e no campo. Uma realidade que ainda grassa a Palestina, que, à época, era uma porção territorial do Egito. A religião era majoritariamente composta por islâmicos (principalmente sunitas) 94%. Apenas 6% eram católicos coptas. Vários grupos étnicos costuravam o mosaico da população: egípcios, beduínos e berberes (99%), além de gregos, núbios e armênios (1%).

Terra de monumentos arquitetônicos gigantescos, o grande marco do Egito dos últimos 150 anos foi a construção do Canal de Suez, inaugurado em 1869. Já na seara política, o País declara a independência em 1922, mas adota o regime monárquico, sob o reinado de Fuad I, pró-Inglaterra. Em virtude disso, o Reino Unido ainda manteve sua presença militar e continuou a controlar o Egito até 1936, quando se retira, deixando tropas apenas na zona do Canal.

Com a morte de Fuad I, em 1936, seu filho Faruk, assume em meio a uma difícil situação econômica. Contudo, a Monarquia só enfrentaria protestos violentos anos mais tarde, em face do despertar nacionalista contra o domínio europeu, mas também das derrotas para as Forças israelenses, em 1948 e 1949, como consequência da Partilha da Palestina e da criação do Estado de Israel pelas Nações Unidas.

2.2 O surgimento de Israel e o sionismo

O atual Estado de Israel tem sua origem no sionismo, palavra derivada de Sion, uma colina da cidade de Jerusalém. Este movimento político surgiu na Europa, no século XIX, e pregava a criação de um país em que os judeus vivessem livres e sem perseguições. Em 1897, Theodor Herzl, seu principal ideólogo, organizou na Basiléia – Suíça – o Primeiro Congresso Sionista, quando foi aprovada a ideia de formação de um Estado judeu na Palestina. Este fato animou a imigração de judeus da Europa Oriental, onde o antissemitismo era mais intenso. Embora houvesse uma população árabe majoritária, levas de judeus começam a se instalar maciçamente na região, e, em 1909, criam o primeiro *kibutz* (colônia agrícola de caráter comunitário). Mesmo com a precariedade dos dados, há informações de que a população palestina contava, na década de 1920, com cerca de 750 mil habitantes (580 mil muçulmanos, 83 mil judeus e mais de 71 mil cristãos).

Em que pese este ambiente relativamente hostil, do ponto de vista da correlação de forças religiosas, a migração foi encorajada sobremaneira pela ação política e institucional inglesa. A esse respeito, cabe lembrar que, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Palestina foi ocupada pelo Reino Unido, que promoveu a retirada dos turcos da região (Figura

1); e, em 1917, o chanceler britânico Arthur Balfour, defendeu o estabelecimento de um lar nacional para os judeus na Palestina. Essa medida chamada de Declaração Balfour, e, mais tarde com o apoio de Winston Churchil, permitiu, nas décadas seguintes, a imigração de dezenas de milhares de judeus para a Palestina (a mesma região onde ficava a Israel bíblica), em sua maioria vindos da Europa, movidos pelo ideal político conhecido como sionismo. Esse espectro político que rondava a região “dava às pessoas um sentido de causa comum sem importar sua procedência”.³⁷ Era o prenúncio do retorno “definitivo” ao território de onde tinham sido expulsos dois mil anos antes. A contrapartida oferecida aos antigos moradores árabes da região seria apenas “a condição de serem respeitados os direitos das comunidades não judaicas ali existentes.”³⁸



Figura 1 – Mapa da região do Oriente Médio.
Fonte: Acervo particular.

Outro fator político exógeno que intensificou ainda mais o apelo à migração para a Palestina foi a perseguição pelo regime nazista de Adolf Hitler, a partir de 1933. Três anos mais tarde, o Reino Unido recebeu da Liga das Nações um mandato para administrar uma

³⁷ GRANDES CIVILIZAÇÕES DO PASSADO. **Israel**. Barcelona: Folio, 2006. p.88.

³⁸ Ver OREN, Michael. **Seis dias de guerra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Palestina já atravessada “por revoltas contra a ocupação britânica e pela maciça imigração judia”.³⁹ A administração britânica não conseguia conciliar os oponentes nem limitar a entrada de imigrantes; ela continuava crescentemente de forma clandestina. No intervalo de 1945 a 1947, mais de 70 mil entraram em solo palestino. Entre 1932 e 1938, 217 mil migraram para a Palestina, e os conflitos entre os dois povos já era uma realidade; e a revolta contra a presença britânica se avoluma. Com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus, nos campos de concentração nazistas – o Holocausto –, também aumentou o apoio internacional à criação de um Estado judaico, com o suposto de pagar uma “dívida humanitária” com aquele povo sem pátria.

A 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução n. 181, que colocava fim ao mandato britânico. As cidades de Jerusalém e de Belém – ambas sagradas para judeus e árabes – ficariam sob a proteção da ONU.

2.3 A Partilha da Palestina

O fim do conflito mundial (1939-1945) marcou a retirada britânica da Palestina. A incapacidade inglesa e, depois, da própria ONU, de solucionar os problemas da região, permitiu a esta tomar uma decisão complexa e controversa, e que ainda, nos dias atuais, traz reflexos banhados em sangue, dor e sofrimento para palestinos e israelenses. Sem uma consulta prévia aos árabes, em 1947, a ONU vota a favor da divisão da Palestina bíblica em dois futuros Estados: um judeu e outro árabe palestino, colocava, deste modo, a cidade de Jerusalém sob controle internacional.⁴⁰ A população judia, embora em menor número, teria direito à maior parcela do território sobre a maioria árabe, o que aumentou ainda mais a animosidade contra o Império britânico e Israel. Esta decisão foi sobejamente rejeitada pela Liga Árabe formada por Egito, Iraque, Transjordânia, Líbano e Síria.

Poucas horas após a retirada britânica, em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion, fundador do *Haganah*⁴¹ e político do Partido Trabalhista, declarou a independência do Estado de Israel e tornou-se seu Primeiro-ministro. Os países árabes, contrários a sua criação, enviam

³⁹ Cabe lembrar que, ainda em 1920, “a Conferência de Paz de San Remo cede o mandato da Palestina aos britânicos”; e, em “1922, recebem da Liga das Nações o Mandato para governar a Palestina”. Ver A questão Jerusalém. In: **Delegação especial palestina no Brasil**. Brasília: Stephanie Editora, 1999. p.140.

⁴⁰ Pela divisão proposta pela ONU, Israel teria direito a 54% do território; e o Estado árabe ficaria com 46% da Palestina bíblica. A esse respeito, ver a Resolução n. 181, de 28 de novembro de 1947, concernente ao Plano de Partilha da Palestina e à internacionalização de Jerusalém. Outras resoluções podem ser encontradas no site oficial da ONU. Disponível em: <www.uno.org>.

⁴¹ Denominação de um dos grupos armados israelenses. Possuía poderoso arsenal bélico e era bastante severo na conquista de territórios e na ofensiva contra os árabes, *fedayins* ou não, jovens, adultos, velhos e crianças. Era um exército “secreto” de Israel, com mais de 35 mil homens fortemente armados. Sobre esta organização, ver MARDOR, Munya M. **Haganah**: o exército secreto de Israel. Lisboa: Portugalia, 1957.

tropas para a fronteira, e tem início a primeira guerra árabe-israelense, que termina em janeiro de 1949, com a vitória de Israel, que passa a controlar 75% do território da Palestina. Em outras palavras, o novo Estado aumentou seu território um terço a mais do que o determinado pela ONU, enquanto parte das fronteiras destinadas a ser o futuro Estado Palestino foi anexada pela Jordânia, que ainda tomou o setor oriental de Jerusalém, que se torna uma cidade dividida, pois já tinha o setor ocidental ocupado pelos israelenses. O Egito, por seu turno, ocupou toda a extensão da Faixa de Gaza. No plano das conquistas territoriais, em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou também a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Nesse ambiente político hostil, cerca de 800 mil árabes palestinos fugiram da região do conflito e se espalharam pelos países vizinhos.

Sessenta anos após a Partilha, os palestinos ainda não têm um Estado nacional, nem um lugar na Organização das Nações Unidas. Atualmente, mais de sete milhões de palestinos estão, em sua maioria, dispersos pelos países árabes e pelo resto do mundo.

2.4 Para uma cartografia da Missão: a Palestina e a Faixa de Gaza

Para os propósitos desta tese, até aqui fiz uma descrição do teatro da Missão, do que se chama de Oriente Médio, buscando fornecer um cenário para os atores do Batalhão Suez, teatro onde descrevem seus conhecimentos e suas representações sobre o mundo Oriental. O teatro de operações desses soldados se estendia nas areias de um “antigo reino vassalo de Roma”, que teve, no ano de 37 a.C, Herodes, o Grande, como rei.⁴² Seus ancestrais chegaram à costa do Mar Mediterrâneo por volta de 3.500 a.C. Ao longo dos séculos, sofrem a dominação de egípcios, assírios, caldeus, persas, romanos, hebreus e também dos cruzados cristãos. Mas o território árido da Palestina também viveu 400 anos sob o jugo do Império Turco-Otomano, findos em 1917, quando o general inglês Allembly entrou – a pé – em Jerusalém.

A Faixa de Gaza possui um território de aproximadamente 360 km², localizado no Sudoeste da Palestina. Foi mantido sob controle militar egípcio de 1949 a 1956, quando é tomado por Israel, durante a chamada “Campanha do Sinai”. Por força das pressões internacionais, foi devolvido ao Egito no ano seguinte; e, desde então, tornou-se palco de constantes e sangrentos conflitos entre palestinos e israelenses.

Com uma cartografia irregular, a Faixa de Gaza tem uma largura que ora mede 20 km, ora 30 km, e aproximadamente 100 km de comprimento. À época da chegada da Força de paz

⁴² Ver DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. **A questão Jerusalém**. Brasília: Stephanie, 1999.

da ONU, a Faixa de Gaza era habitada por cerca de 200.000 refugiados palestinos, e tinham outros 400 mil vivendo na Jordânia, 100 mil no Líbano, e 60 mil na Síria. Eram cerca de 800 mil refugiados errantes. Dos mais de 850 vilarejos palestinos, espalhados pelo deserto, restaram em torno de 200. Não sem razão, nas entrevistas e nos depoimentos escritos, sua população é descrita, ora como hostil, ora como indiferente à presença da UNEF. Ao Norte, a cidade de Gaza era seu maior núcleo urbano, e abrigava o QG da UNWRA e da UNEF; esta, durante seus 10 anos. As principais cidades da Faixa eram Gaza, Khan Yunis e Rafah.

Fora dos núcleos urbanos, essa área caracteriza-se por grandes espaços desérticos, com calor excessivo durante dia, frio à noite, e tempestades de areias; fenômenos que, segundo os depoimentos dos veteranos, produziam muitos desconfortos, como sangramento nas narinas, obrigando-os ao uso de equipamentos especiais como óculos e máscaras. Ademais, havia também grande quantidade de insetos, répteis e – muitas – moscas. Na economia dos perigos ali existentes, deve-se informar também que o solo do Sinai estava devastado e minado desde a guerra entre Israel e Egito (1956).

2.5 Nasser, a nacionalização do Canal e a guerra de 1956

No início da década de 1950, com a ascensão de um novo líder egípcio – Gamal Abdel Nasser, que governou o país de 1954 a 1970 –, houve um movimento das peças no tabuleiro político regional e mundial, que encetou uma nova conotação de forças e fatos que mudaram o rumo da história recente do Oriente Médio. De “tecnocrata obscuro” Gamal Abdel Nasser transforma-se em oficial do Estado-Maior egípcio, chegando ao poder com a queda do governo do rei Faruk, que, pressionado, abdicou e fugiu do Egito, em 1953. Pouco antes, o general Mohamed Naguib proclamou a independência, em 18 de julho, apoiado por Nasser que, meses depois, lidera uma revolta e assume a Presidência da República, no dia 13 de novembro de 1954. Sob sua inspiração, foi criada a RAU, em 1958, que era a união política entre o Egito e a Síria, que durou até 1961. Nasser morreu em 1970, mas o Egito continuou a ser chamado de República Árabe Unida (RAU) até 1971.

Sua ação política de maior destaque foi provavelmente a nacionalização do Canal de Suez (26/07/1956), descrita, à época, como sendo uma “aventura perigosa”, a qual ele se lançou com “alegria”. Tinha internamente o apoio de vários setores da sociedade: *wafdistas*,⁴³

⁴³ *Wafd* era um partido oposicionista e de posição antibritânica. A palavra significa “Comissão”, uma referência ao seu começo, pois foi criada para negociar a independência do Egito. Para mais detalhes sobre os wafdistas, ver matéria disponível em: < http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/13/RPI_002_115.pdf.

mulçumanos, comunistas e fazendeiros.⁴⁴ O trecho a seguir representa parte da reação que tomou conta da população egípcia contra o domínio inglês; palavras como “delírio”, “exaltação” e “aprovação” foram usadas para descrever a ação de Nasser e o sentimento da população contra o imperialismo. Enfim, o “gesto corajoso” do homem alçado à condição de líder e futuro mito nacional. Entretanto, também se pode observar, na narrativa de Lacouture, certa apreensão com os rumos que, naquele momento, a decisão de Nasser poderia levar o País.

Forças do Exército egípcio ocuparam a sede da Companhia no Cairo e as suas instalações em Ismailia, em Port-Said, em Port-Tewfik e no Suez. Uma operação feita com uma precisão pouco egípcia... “Convidado” pelo governador de Ismailia, o diretor-administrativo da empresa, Ménessier, tomou conhecimento dos fatos ouvindo o discurso, pelo rádio, no palácio do governo. Alexandria inteira pulava e dançava nas ruas e nas sacadas dos prédios, com caminhões com alto-falantes que atravessavam a cidade divulgando, no som mais alto possível, o discurso de Nasser. Mas a presença do cruzador inglês *Jamaica* na baía, em visita “de cortesia”, moderava o entusiasmo de algumas pessoas. “O gesto é corajoso, mas que Deus nos ajude...”, murmurou um amigo alexandrino. Mas só dois dias depois, no Cairo, víamos a verdadeira exaltação popular, quando da volta de Bikkachi, subitamente promovido a herói nacional. Era preciso ter conhecido o ex-oficial do Estado-Maior, o tristonho Gamal Nasser de antigamente, o tecnocrata tímido, boiando agora, de repente, sobre uma massa ensurdecadora, agitando os braços como um naufrago num mar desconcertante: um campeão de boxe voltando para sua casa, em Chicago... E por toda parte, nos cafés populares e nos salões burgueses, com a mesma aprovação: “Fez ele muito bem! Atropelou os que o queriam abater e isso é um gesto pelo qual a nação esperava. Agora é preciso apoiá-lo”. Ouvimos palavras como essas da boca de wafdistas, de simpatizantes dos Irmãos Muçulmanos, de fazendeiros vítimas da reforma agrária, de praticamente toda a oposição. Entre comunistas e simpatizantes era o delírio. Só se ouviam algumas reservas entre as pessoas com mais de cinquenta anos ou entre os leitores assíduos da imprensa britânica, evidentemente chocados pela dimensão e violência das reações em Londres. “Mas o que podem vocês fazer?”, perguntam-nos todos os nossos interlocutores egípcios. Haveria ansiedade em suas vozes? Aparentemente, nem um pouco.⁴⁵

Deve-se afirmar, entretanto, que a nacionalização rendeu-lhe também duras reprimendas no mundo político ocidental, especialmente de Londres onde foi chamado de “Novo Hitler”, “pirata insolente” e “aprendiz de ditador endividado”; expressões supostamente pronunciadas na tribuna da Câmara dos Lordes e no Palácio de Bourbon.⁴⁶ Mas Nasser também foi descrito como:

Um líder populista que avançou com a ideia do pan-arabismo antisemita, a ser liderado, evidentemente, pelo Egito e por si mesmo. A nacionalização do Canal de Suez, no verão de 1956, foi a gota de água para a França e o Reino Unido, e

⁴⁴ Ver mais detalhes sobre a nacionalização do Canal, disponível em: <[HTTP://diplo.uol.com.br/2002-07,a364](http://diplo.uol.com.br/2002-07,a364)>.

⁴⁵ Trecho do livro de LACOUTURE, Jean. ‘L’Egypte en mouvement’ (relatando o episódio). In: A nacionalização do Canal de Suez. Tradução Jô Amado. **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2002-07,a364>>. Acesso em: mar. 2002.

⁴⁶ A esse respeito ver matéria no **Le Monde Diplomatique**, op.cit Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2002-07,a364>>.

precipitou a ação militar, que hoje sabemos ter sido secretamente concertada com Israel.⁴⁷

2.6 O Canal de Suez: ponto de discórdia e de chegada

Canal de Suez foi idealizado e construído entre 1859 e 1869, pelo francês Ferdinand Lesseps, que era apoiado financeiramente por um consórcio internacional liderado pela França e o Império Otomano. A obra ousada para os padrões da época serviria para ligar os mares Mediterrâneo e Vermelho.⁴⁸ Inaugurado em 17 de novembro de 1869, e como parte dos acordos políticos firmados para a sua construção, um condomínio franco-britânico obteve a concessão do governo egípcio para a exploração, por 99 anos consecutivos, o qual duraria até 1968. Deste modo, o governo do Egito receberia “apenas 15% do valor do pedágio” e assegurava a total abertura à navegação de embarcações de todas as bandeiras, conforme o acordo internacional firmado em Constantinopla, que durou 87 anos.⁴⁹ Ressalte-se sua importância para a região, pois ele assume a condição de ponto estratégico econômico e militar, ao permitir uma rota mais curta entre a Europa e os oceanos Índico e Pacífico. O Canal tem 162,5 km de extensão, 190 m de largura e 11,7 m de profundidade (Figura 2).



Figura 2 - Canal de Suez. Navio no Canal de Suez deixa a cidade de Ismailia.
Fonte: Acervo particular.

No espaço interno, uma das metas mais ambiciosas do presidente Nasser visava deslocar o desenvolvimento e o crescimento econômico do Egito. Dessa forma, a construção de uma represa para a produção de energia elétrica se fazia urgente e necessária: a Represa de Assuã foi um ponto marcante em sua administração. Sua construção também é descrita como um dos motivos para que Nasser optasse pela decisão de nacionalizar a Companhia do Canal

⁴⁷ Trecho do livro de Buescu, Jorge. **Suez**: antes da geração de 1960. Enviado por e-mail por Theodoro. Acesso em: 16 maio 2006.

⁴⁸ Sobre a história e as controvérsias do Canal de Suez, sob o ponto de vista de estrategistas, políticos e de engenheiros, consultar KOMZELAM, Gerhard. **O Canal de Suez**: um ponto explosivo na rota do petróleo. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

⁴⁹ Correspondência com Theodoro, via e-mail. Acesso em: 18 maio 2006.

de Suez, até então administrada pelo condomínio França e Inglaterra. A decisão política seria consequência da negativa norte-americana de financiar a construção da barragem, tendo em vista o posicionamento anti-Israel de Nasser. No limite, a equação pode ser resumida em uma frase: “Suez pagaria Assuã”.⁵⁰

Desde sua inauguração, o Canal havia sido administrado sucessivamente por franceses e ingleses; até que, em um discurso inflamado na cidade de Alexandria, Nasser determinou o fim do acordo; e, a 22 de maio de 1956, anunciou o bloqueio. Era a nacionalização do Canal de Suez, que proibia especialmente a passagem de navios israelenses.⁵¹ Na intrincada organização do jogo de poder e de interesses na região, a atitude de Nasser desagradou tanto aos ingleses como aos franceses, que, sentindo-se prejudicados, em poucas horas intervieram militarmente na zona do canal.

A irrupção política, surgida na esteira da nacionalização do Canal de Suez, levou Israel a aliar-se à França e à Inglaterra em ataque às Forças do Egito. O apoio logístico europeu garantiu a invasão israelense, com o desembarque de tropas de franceses e ingleses na região do Canal de Suez, bem como na importante e estratégica cidade de Port Said. Como represália, os egípcios afundaram alguns navios, impedindo sua utilização. Do ponto de vista das ações militares, as potências europeias ocuparam a fatia que lhes era mais cara, a zona do Canal, enquanto as tropas israelenses invadem a Península do Sinai e a Faixa de Gaza, avançando em direção ao Canal. Seguindo um desenho tático próprio, as Forças de Defesa de Israel (FDI) também ocuparam o setor Oeste do território jordaniano, de tal forma que parte de Jerusalém ficou dentro dos limites de Israel. A ação apoiada por tropas francesas e inglesas, em 29 de outubro de 1956, tinha como pretexto eliminar supostas bases de comandos egípcios, instaladas na região. Isto posto justificava a intervenção militar aos franceses e ingleses na região.

No dia imediato à invasão, França e Grã-Bretanha apresentavam ao Egito um ultimato, estipulando o prazo de 12 horas para a cessação dos confrontos; e exigia o recuo das tropas egípcias para 16 km do Canal de Suez. Nasser não as aceitou, considerando que as exigências formuladas seriam uma violação à Carta da ONU, à sua autonomia e, especialmente, à aquisição de terras pela via bélica. Diante da recusa, o comando franco-britânico desembarcou tropas em Porto *Said* e Porto *Foad*. A Guerra de Suez (1956) era a segunda desde a partilha da Palestina em 1947. Diante das pressões diplomáticas da ONU e das duas maiores potências

⁵⁰ Ver FERRER, F. C. & MATOS, J. S., **A construção do Canal de Suez e a formação do conflito no Sinai: a Força de Paz brasileira na Faixa de Gaza**. **Biblos**, Rio Grande, 19:43-53, p. 49, 2006.

⁵¹ Oren, op. cit., 2004, p. 152.

mundiais de então, a União Soviética e os EUA, exigindo de Israel, França e Inglaterra o fim da guerra e a cessação das hostilidades na região, os europeus se retiraram, mas os israelenses, o fizeram somente um ano depois. O Egito, por seu turno, reabriria o Canal no dia 09 de abril de 1957.

2.7 O Conflito de 1956 e a Organização das Nações Unidas

Além de nacionalizar o Canal, o presidente Nasser queria, conforme dito anteriormente, impedir a passagem de navios israelenses, originando um conflito de proporção internacional. Não obstante a derrota militar, e em virtude da intervenção da ONU e das pressões dos EUA e da União Soviética, o Egito garantiu o controle sobre o Canal, com a obrigatoriedade de mantê-lo aberto à navegação mundial.

Sob o aspecto internacional, a URSS, envolvida na Guerra Fria, protesta contra o que chamava de “agressão imperialista”, criando uma nova frente de tensão com os EUA. Mas foi somente sob pressão da ONU, dos EUA e da URSS que as tropas israelenses capitulam e retiram-se da região. A partir de então, Nasser aprofunda os laços com a URSS, que passa a fornecer armas e instrutores militares. No campo econômico, os russos financiam a construção da Represa de Assuã, no rio Nilo.

Deve-se lembrar também que, após a invasão israelense, configurou-se uma delicada situação que envolvia os interesses de quatro potências: Grã-Bretanha, França, e, por extensão, dos Estados Unidos e União Soviética. De alguma forma, essas potências procuravam manter sua influência no Oriente Médio, fosse por interesses políticos, fossem econômicos e militares.⁵² Em virtude do acirramento do conflito e do fracasso do Conselho de Segurança da ONU, na solução política do problema que envolvia dois de seus integrantes, a Grã-bretânia e a França, o caso foi, então, levado à Assembleia Geral. O grande impasse internacional estava criado, o clima político tornou-se tenso e aumentaram as ameaças de intervenção, tanto por parte dos EUA, como por parte da então URSS, o que poderia gerar outra guerra de proporções mundiais. Enquanto a URSS mostrava-se simpatizante das causas árabes, por outro lado, França e Inglaterra buscavam apoio entre os demais países ocidentais. A posição soviética pró-Egito fica evidente em uma carta endereçada à ONU, em que seu representante deixava claro que “a agressão aos árabes não seria tolerada”.⁵³

⁵² Ver SAID, Edward, em seu clássico *Orientalismo*. SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. onde trata em pormenores a história da influência econômica, cultural e política da Europa e dos Estados Unidos sobre o Egito e sobre o Oriente como um todo.

⁵³ A esse respeito consultar Oren, op. cit., *passim*.

Nas primeiras horas da manhã do dia 4 de novembro de 1956, após uma reunião de emergência, a Assembleia Geral da ONU analisou apenas uma Resolução, exatamente a que exigia o cessar-fogo e estabelecia uma Força de Emergência para assegurar e supervisionar a cessação das hostilidades no Canal Suez. A Resolução passou com 57 a favor, nenhum contra e 19 abstenções. Em virtude da ideia de criação de uma Força de Paz ser do embaixador Lester Pearson, do Canadá, há naquele país a ideia de que as Forças de Paz que separam combatentes diminuem as tensões, regenerem a ordem, e tragam a paz duradoura, sejam uma “invenção canadense”.

A 5 de novembro, a URSS enviou cartas a Londres e a Paris, ameaçando “um ataque com foguetes”, caso a invasão prosseguisse. A possível intervenção russa serviu como argumento utilizado pelos EUA para sua aproximação do conflito. Com vistas a solucionar a crise, a ONU, através da Assembleia Geral, intervém; e, no dia 6 de novembro, foi firmada uma Resolução que exigia a imediata cessação das hostilidades, o término da luta armada e a retirada das tropas militares invasoras do solo egípcio. A ideia de uma Força de paz ganhava mais força, pois, no limite, o espectro do crescimento do conflito que rondava o Oriente Médio ameaçava também a paz mundial.⁵⁴

Em virtude da situação de extremo conflito que se desenhava naquela área, a Assembleia Geral determinou o envio de uma tropa multinacional de Emergência para garantir o cessar-fogo e o cumprimento da Resolução; e foi aprovado o comando das Nações Unidas proposto pelo então secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld. Surgia a “Força de Emergência das Nações Unidas” (sigla em inglês, UNEF). Firmaram-se, então, os princípios de sua organização, efetivo, missão, recrutamento e recursos financeiros.

Ficou acertado, outrossim, que seria estabelecida uma zona neutra entre Israel e Egito, a ser ocupada pela UNEF. As primeiras unidades da Força de Emergência das Nações Unidas chegaram ao Egito a 15 de novembro de 1956. Mas somente uma semana depois é que franceses e britânicos deixaram Porto Said, enquanto Israel permaneceu no território invadido até fevereiro de 1957, quando, finalmente, a Força Internacional de Paz iniciou suas ações. No começo, atuou monitorando o conflito e criando a Linha de Demarcação de Armistício (sigla em inglês, ADL), e, aos poucos, “apaziguando” a região, fazendo com que as tropas de Israel retornassem para além da Linha neutra estabelecida.

⁵⁴ Era a chamada Resolução “União pela Paz” que exigia o cessar-fogo e que as tropas britânicas e francesas se retirassem da região. A UNEF também foi criada – pela Assembleia Geral –, segundo a Resolução “União pela Paz”, em conformidade com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Na disputa política das grandes potências pela rota do Canal, Israel foi incluído como grande coadjuvante na invasão militar ao território egípcio. Essas ações táticas serviram como forma de pressão e apoio militar a Israel, na clara tentativa de resgatar o cumprimento do acordo anterior, e retomar a administração da Companhia para o antigo consórcio.

O Egito, por seu turno, enfrentou sozinho Israel e seus aliados. Com efeito, apenas realizava a apropriação de um espaço político e economicamente estratégico que já pertencia ao seu território. Para Oren, a maneira como se deu o final do conflito criou, por parte dos egípcios, “o mito de 1956”; ou seja, a versão “de que o exército egípcio não fora derrotado, apenas tinha se retirado do campo de batalha – [mito] que, no entanto, seria destruído”, mais tarde na Guerra dos Seis Dias.⁵⁵

Cinquenta anos depois, a crise de Suez está praticamente esquecida. No que se refere à existência e a atuação da ONU, ali, e especialmente sobre a existência da UNEF, fala-se menos ainda. Ela é uma quase desconhecida. Para que se tenha uma ideia, basta dizer que, no livro *A Guerra dos Seis Dias*, seu autor, destina poucas linhas sobre a presença da UNEF na região.⁵⁶ O Exército brasileiro não reconhece a importância da Missão, muito menos a condição de laureados pelo Nobel da Paz em 1988. Enquanto isso, o Parlamento brasileiro nega direitos civis e pecuniários aos seus participantes. O engajado intelectual palestino Edward Said, em vários de seus livros e artigos consultados, nada cita sobre a atuação da UNEF em sua terra natal. Entretanto, no livro de Oren, *Seis dias de guerra*, o tema é dissecado nos bastidores do poder dos principais envolvidos e da ONU, conforme será visto mais adiante.

2.8 A ONU e a manutenção da paz

A Carta das Nações Unidas confere ao seu Conselho de Segurança o poder e a responsabilidade de empreender ações coletivas, com o intuito de manter a paz e a segurança internacionais. Na criação das missões de manutenção da paz, o Conselho de Segurança das Nações Unidas atribui o mandato e a descrição das tarefas a cumprir. Da mesma forma, só ele pode alterar o mandato ou os efetivos de uma missão existente; mas, para tanto, é necessário o voto favorável de nove dos 15 Estados-Membros do Conselho. No caso da Guerra de 1956, dois dos cinco membros permanentes – França e Reino Unido – estavam envolvidos

⁵⁵ Oren, op. cit., p.194.

⁵⁶ Para este livro e outros sobre o conflito ver **A guerra dos seis dias**. A. J. Baker. Livraria Renes, 1973; e CHURCHILL, Randolf & CHURCHILL, Winston. **Seis dias de uma guerra milenar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968; e DAYAN, D. **A Guerra dos seis dias**. São Paulo: Lux, 1968.

diretamente. Como regra interna, se qualquer um dos cinco – China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos – votar contra qualquer proposta, ela é rejeitada. Vale dizer também que, do ponto de vista operacional e administrativo, as operações de paz são dirigidas pelo secretário-geral.

As chamadas “Forças de Manutenção da Paz” surgiram durante a Guerra Fria, no final da década de 1950. Tendo em vista o caso da UNEF, elas podem ser uma forma política eficaz de ajudar aos países em conflitos a criar as condições necessárias a uma paz sustentável. Assinale-se que os componentes de uma Força de Paz são chamados de “capacetes” ou “boinas azuis” (*blue berets*, em inglês). Sua composição envolve soldados e oficiais das Forças Armadas, mas também pessoal civil, que acompanha e observa os processos de paz no pós-conflito, ajudando as partes envolvidas a observarem os acordos assinados. Assim, a ONU funciona como um ente “extrarregional, de forma plena” no processo de paz. Embora, por princípio, a ONU adote como inadmissível a “aquisição de território pela guerra”, ao que parece, ela segue uma posição ambígua na questão árabe-israelense, como aceitar desrespeito de Israel em acatar todas as Resoluções implementadas pela ONU, desde a sua fundação em 1948.⁵⁷

Ao assinarem a Carta das Nações Unidas, todos os Estados-Membros concordam implicitamente em fornecer forças armadas para manter a paz e a segurança internacionais. Ao tempo em que também estipula que todos os Estados-Membros são legalmente obrigados a contribuir com uma parcela dos custos da manutenção da paz e da segurança internacionais.⁵⁸ Dessa maneira, as atividades de manutenção da paz são uma responsabilidade coletiva internacional; ou seja, as operações de paz são empreendidas em nome dos 191 Estados-Membros da ONU. Isto lhes confere legitimidade e universalidade únicas. No limite, as missões de manutenção da paz da ONU podem ser uma ferramenta importante à disposição da comunidade internacional, para ajudar a resolver conflitos e impedir guerras; um meio eficiente aos esforços de pacificação e de consolidação da paz duradoura em regiões conflituosas.

Os soldados integrantes de missões de manutenção da paz são remunerados pelos respectivos governos; entretanto, a ONU reembolsa os países que fornecem equipamento e

⁵⁷ Entre as diversas Resoluções da ONU que não são aceitas por Israel ou são acatadas com muita demora ou aceitas apenas parcialmente, está a Resolução n. 181, que trata da Partilha; a Resolução n. 242, de 22 de novembro de 1967, que trata da inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e evacuação das forças armadas dos territórios ocupados etc., entre outras.

⁵⁸ A ONU gasta menos, por ano, na manutenção da paz, em nível mundial, do que a cidade de Nova York gasta nos orçamentos anuais de seus bombeiros e de sua polícia... As missões de manutenção da paz do ONU custaram cerca de 2,6 bilhões de dólares em 2002.

voluntários, com uma taxa de aproximadamente mil dólares por soldado. Desde 1948, centenas de países contribuíram com pessoal militar e civil para operações de paz. Embora não existam registros precisos do pessoal envolvido em missões, calcula-se que, nos últimos 60 anos, cerca de um milhão de soldados e civis prestaram serviço sob a bandeira da ONU.⁵⁹

Em missões de paz não é permitido aos capacetes azuis usar a força. Segundo o conceito tradicional de manutenção da paz, no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, as Forças da ONU devem estar desarmadas ou portar armas de pequeno calibre. Embora atuem em missões perigosas e complexas, os capacetes azuis só devem empregar a força em legítima defesa. Isso não impediu, no entanto, que, no caso da UNEF, os capacetes azuis assumissem uma postura enérgica, quando necessário, susceptíveis de produzir efeito de dispersão nas ações de ataques que sofriam, mormente de *fedayins*. De acordo com os depoimentos, os batalhões foram alvo de várias emboscadas e agressões; e ainda que tenha havido perda de vidas de habitantes locais e das Forças Internacionais, mesmo assim, por princípio básico, o uso da força só foi utilizado como uma medida de último recurso. Conforme o relato do Sr. Theodoro, a UNEF estava baseada em dois pontos:

- a) A FENU só atuaria com o uso da força em situação de legítima defesa, diferentemente da tropa designada pelo Conselho de Segurança, que teria, de imediato, autorização para fazê-lo.
- b) A FENU somente atuaria sob consentimento do país, ou dos países, em cujo(s) território(s) estivessem operando, o que seria irrelevante para as Forças empregadas pelo Conselho de Segurança.⁶⁰

A participação *in loco* revelou, entretanto, que o “calor do momento” muitas vezes determinou a utilização das armas. Mais adiante, também serão tratados os principais desafios que os boinas azuis tiveram que superar, a fim de garantir o êxito da primeira missão de manutenção da paz. As atividades de manutenção da paz das Nações Unidas são uma maneira aceita e reconhecida pela comunidade internacional para resolver conflitos entre os Estados. No caso da UNEF, foi necessário, um intenso trabalho diplomático entre as Nações Unidas e o Egito, momento em que se estabeleceram as garantias e as condições de envio e permanência da UNEF na Palestina, posto que a Missão não obteve a cooperação de Israel.

A falta de cooperação econômica e política israelense aparece nas descrições orais e escritas de vários boinas azuis, entretanto, ela não é criticada por nenhum deles. A não

⁵⁹ Em março de 2004, além do pessoal militar e da polícia, havia mais de 3.200 efetivos civis internacionais, 1.200 voluntários das Nações Unidas e 6.500 efetivos civis locais, trabalhando em missões de manutenção da paz da ONU. Naquele ano, havia mais de 51 mil elementos de 94 países prestando serviço. Era o maior número desde 1995.

⁶⁰ Trecho de e-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 23 jul. 2006.

colaboração, todavia, trouxe enormes dificuldades para a operacionalização da Missão: “Cabe ressaltar que a FENU não foi reconhecida por Israel. Por essa razão [apenas], o Egito acolheu a FENU, pois os *judeus* não admitiram tropas em seus territórios”; ou ainda, “Israel não concordou em receber suas tropas”.⁶¹ A UNEF permaneceu, de fato, em toda a sua existência apenas em solo egípcio (Faixa de Gaza); dessa forma, a área de operações da UNEF compreendia o perímetro da Faixa de Gaza (do Mediterrâneo, ao Norte, até a fronteira internacional ao Sul) em Acaba.

2.9 A criação da UNEF e a busca pela paz no Oriente Médio

Sem embargo dos esforços da ONU, na região do Oriente Médio, os resultados de sua atuação têm sido considerados pelos boinas azuis, ao mesmo tempo, complexos e frustrantes. Contudo, há, entre os veteranos de Suez, o sentimento de que a missão da UNEF foi relativamente eficaz, enquanto teve as condições objetivas de acordo e de logística entre as partes envolvidas, posto que conseguiu reduzir sobremaneira os focos de conflito. A importância e a urgência da atuação da ONU no Oriente Médio já ultrapassam os sessenta anos. No início, era uma situação política de caráter basicamente local, mas que poderia ter consequências globais. Anos mais cedo e em face do conflito de 1948 – a criação de estado de Israel –, quando a ONU enviou para o Oriente Médio a UNTSO (*United Nations Truce Supervision Organization* ou, em português, Organização da ONU para a Supervisão da Trégua entre árabes e israelenses), foi a primeira tentativa para resolver os obstáculos à paz na região; dessa forma, a UNTSO é considerada nos meios diplomáticos como o protótipo do que viria a ser a UNEF.

Oito anos depois, no início de novembro de 1956, a ONU criou a *United Nations Emergency Force* (UNEF) ou, em português, Força de Emergência das Nações Unidas (FENU).⁶² A UNEF foi criada para garantir o cessar-fogo e para supervisionar a retirada das Forças britânicas, francesas, e israelenses do território egípcio, e assim manter a paz no Oriente Médio. Essa Força Internacional permaneceu no Sinai até 1967, garantindo a integridade das fronteiras do Egito, e, ao mesmo tempo, ajudando a manter a segurança de Israel.⁶³

⁶¹ Email enviado por Theodoro, op. cit., 2006 (grifo meu).

⁶² Conforme dito anteriormente, esta sigla aparecerá em alguns momentos em que utilizarei depoimentos de veteranos que preferem utilizar a denominação em português como quando serviram no Egito.

⁶³ *Agenda de Política Externa dos EUA*. In: **Revista Eletrônica da USIA**, v. 3, n. 2, abr. 1998. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0498/ijpp/ijpp0498.pdf>. Acesso em: 25 set. 2006.

No extrato seguir, retirado de um relatório da ONU, no conflito que desembocaria na Guerra dos Seis Dias, o então secretário-geral U Thant revela as bases diplomáticas do acordo para o estabelecimento e a retirada da UNEF do território do Egito. Ele se serve deste artefato jurídico – o princípio básico – para embasar o aceite de pôr um fim na Missão, em 1967. Nele, fica clara a impossibilidade da permanência e/ou a inviabilidade de funcionamento da UNEF sem o consentimento do anfitrião.

a) A Força de Emergência das Nações Unidas foi introduzida no território da República Árabe Unida na base de um acordo alcançado no Cairo entre o secretário-geral das Nações Unidas e o presidente do Egito, e, portanto, ele parece ser completamente claro para mim, que desde que o consentimento da República Árabe Unida fosse retirado, seria incumbência do secretário-geral dar ordens para a retirada da Força. O consentimento do país anfitrião é um princípio básico o qual tem sido aplicado para todas as operações de paz das Nações Unidas.

b) Na prática, a UNEF não poderia permanecer ou funcionar sem o contínuo consentimento e cooperação do país anfitrião.⁶⁴

Inicialmente, a Força era composta por 10 países (Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia). Entretanto, na maior parte do tempo, a UNEF foi composta por tropas de sete países: Brasil, Canadá, Índia, Dinamarca, Noruega, Suécia e Iugoslávia. Isto porque, ainda no primeiro ano, as tropas da Colômbia, Finlândia e Indonésia deixaram a Missão e retornaram aos seus países. Ao se instalar na Faixa de Gaza, as Forças Internacionais criaram uma zona neutra e estabeleceu à ADL que partia de Gaza até a cidade de Rafah, e desta ia para o Sul, até Aqaba. A ADL nada mais era do que a divisa física estabelecida pela ONU e efetivada pela UNEF, entre Egito e Israel. Convém assinalar que, entre os 29 países convidados, o Brasil foi escolhido para compor essa Força de Emergência, contribuindo com 20 contingentes militares durante toda a sua existência nas areias do Sinai. No conjunto das narrativas, está expressa uma ideia dominante entre os capacetes azuis. No limite, há uma certeza insofismável: a participação na UNEF aparece como uma “aventura” épica, tanto em suas vidas como para a manutenção da paz no mundo naquele momento.

⁶⁴ Em inglês: a) *The United Nations Emergency Force was introduced into the territory of the United Arab Republic on the basis of an agreement reached in Cairo between the Secretary-General of the United Nations and the President of Egypt, and it therefore has seemed fully clear to me that since United Arab Republic consent was withdrawn it was incumbent on the Secretary-General to give orders for the withdrawal of the Force. The consent of the host country is a basic principle which has applied to all United Nations peace-keeping operations.*

(b) *In practical fact, UNEF cannot remain or function without the continuing consent and co-operation of the host country.* Trecho retirado de **DOCUMENT A/6730/ADD.1 I/**, document circulated, on 21 May 1967, as a document of the twenty-second session under the symbol A/6669/Add.1. Disponível em: <<http://www.uno.org>>. Acesso em: 16 maio 2006 (minha Tradução).

Deve-se dizer, ainda, que, durante toda a existência da UNEF, os Estados Unidos e a URSS permaneceram nos bastidores, entretanto, estavam perto da linha de frente do conflito. Outrossim, os Estados Unidos sempre tiveram, no Oriente Médio, o papel ambíguo de apoiar bélica e politicamente Israel, e de indispor-se minimamente contra a maioria árabe. Observe-se o Quadro 1, a seguir, que apresenta a chegada da UNEF na Faixa de Gaza em 1957.

Contingentes	Número de componentes das tropas
BRASIL	531 oficiais e praças
CANADÁ	950 oficiais e praças
COLÔMBIA	520 oficiais e praças
DINAMARCA	390 oficiais e praças
FINLÂNDIA	250 oficiais e praças
ÍNDIA	900 oficiais e praças
INDONÉSIA	590 oficiais e praças
IUGOSLÁVIA	720 oficiais e praças
NORUEGA	470 oficiais e praças
SUÉCIA	320 oficiais e praças
TOTAL	5641 oficiais e praças

Quadro 1 - Chegada da UNEF na Faixa de Gaza em 1957.

Fonte: documentos avulsos. Arquivo Histórico do Exército.

Conforme se pode observar no Quadro 1, no início da Missão, em 1957, o Brasil possuía apenas a quarta maior Força em números absolutos de homens. Seu contingente era ainda menor do que o da Indonésia; um país, do ponto de vista político, de menor expressão no conjunto das Forças Internacionais dentro da ONU; e, do ponto de vista econômico e social, mais pobre e “atrasado”. Mesmo a Colômbia, outro país com índices econômicos e sociais menos expressivos, possuía um contingente de – praticamente – igual número de homens na Faixa. Ao entabular-se uma comparação em tamanho geográfico, os países nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia – várias vezes menores que o Brasil, enviaram contingentes significativamente de igual tamanho. Contra estes países pesava ainda as condições climáticas, de 50° durante o dia, vetor supostamente “desestimulante” para envio de homens à frente de batalha.

2.10 A relação de Nasser com a UNEF

Em todas as passagens anotadas por Michael Oren, no livro *Seis Dias de Guerra*, sobre a relação de Nasser com a UNEF, observa-se que o autor deixa transparecer que havia uma posição dúbia, no melhor dos casos, ou mesmo uma antipatia de Nasser para com a Força Internacional. Tratava-se de uma “imposição externa”; ao que parece, por parte do líder egípcio, uma aversão espontânea e instintiva. A leitura da obra sugere que, embora houvesse alguma empatia, o aceite era restrito. Em sua narrativa sobre os eventos da Guerra dos Seis Dias, as palavras “expulsão” e “retirada” são uma constante: “Nasser e ‘Amer passaram a maior parte da noite discutindo as consequências de um ataque israelense [...] incluindo a expulsão da UNEF”.⁶⁵ Em outro ponto: “o tema da discussão era particularmente delicado: a possível retirada da UNEF. Embora ‘Amer fosse defensor ferrenho da completa retirada da UNEF, Nasser era menos categórico”.⁶⁶ Isto se dava supostamente pelo receio deste de uma guerra de confronto com Israel em Gaza, “o alvo mais provável” dos comandantes israelenses; deste modo, Nasser traria a guerra da Síria para o Sinai, “antes mesmo que Nasser se livrasse da UNEF”.⁶⁷

Nos preparativos para o que seria a Guerra dos Seis Dias, segundo Oren, a UNEF era um empecilho para o Egito, por exemplo, no caso de “qualquer tentativa de tomar partes do sul de Israel, o Egito seria com toda certeza frustrado pela UNEF”, acreditava ele.⁶⁸ Deve-se dizer também que a UNEF não foi criada para durar tanto tempo. Teria, a princípio, uma existência datada: “Em geral se supunha [em 1957] que a UNEF ficaria estacionada ali [no Egito] por apenas três meses”, teria dito U Thant aos delegados da Índia e do Paquistão no Comitê Consultivo da UNEF, em Nova Iorque. Um aspecto que deve ser salientado é que, pelo “acordo de cavalheiros” conseguido pelo secretário-geral de então, o sueco Dag Hammarskjöld, em 1956, o Egito consultaria a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo da UNEF, antes de alterar ou pedir o fim do mandato da Força. Assim, pode-se concluir que a UNEF não era em absoluto um fator unilateral e impositivo. O Egito podia, na verdade, dispensá-la na hora que lhe conviesse, diria mesmo Oren que “o Egito tinha o direito soberano de dispensar a UNEF, por mais imprudente que fosse essa decisão”.⁶⁹

⁶⁵ Oren, op. cit., 2004, p. 83.

⁶⁶ Ibid., p.86. Vale esclarecer que Abdel Hakin Amer era marechal e o ministro da Defesa do Egito na Guerra dos Seis Dias.

⁶⁷ Ibid., p. 75.

⁶⁸ Ibid., p. 95.

⁶⁹ Oren, op. cit., 2004, p. 99.

Até porque, se o objetivo fosse alcançado [a paz na região] e “se o consentimento da RAU deixa[sse] de existir, então a UNEF deve[ria] se retirar; não há alternativa’, insistia ele [U Thant]”.⁷⁰ Não sem razão, Oren costuma afirmar que “um dos principais obstáculos à sobrevivência da UNEF era, aparentemente, o próprio secretário-geral”.⁷¹ O veterano paranaense Theodoro Jr. tem uma interpretação parecida com a do diplomata e escritor Michael Oren, em relação à forma de atuação supostamente ambígua e claudicante do secretário-geral no aceite “tácito” do pedido de Nasser para a retirada da Força da zona de guerra. Todavia, cabe aqui lembrar que o “acordo de cavalheiros” estabelecido por Hammarskjöld e Nasser era bastante claro, e deixava pouca margem para manobra a U Thant, dez anos mais tarde, que “nada fez” frente ao desejo de Nasser expresso em 1967. Tanto Oren quanto Theodoro aspiravam à atuação diplomática de “envergadura” e mais enérgica de U Thant contra o desejo do Egito, assim ele teria protelado por mais tempo uma resposta declinante; e, por outro lado, teria permitido uma sobrevida à UNEF e ao processo de paz no Oriente Médio.

Abba Eban,⁷² recapitulando o cenário que precipitou a Guerra dos Seis Dias, afirmou certa vez que “Israel saíra de uma situação de grave perigo para uma gloriosa e bem sucedida resistência”, desde a remilitarização do Sinai, a expulsão da UNEF e o bloqueio de Tiran. Em suas metáforas, ele costumava dizer que, com o controle do estreito, “Israel respirava com um pulmão só”; e, ao referir-se à Força Internacional, afirmava como quem desdenha que sua função era como “um guarda-chuva que se joga fora logo que começa a chover”.⁷³ Deve-se afirmar ainda que a despeito do *status* de uma nação jovem e recém-reconhecida, as relações entre Israel e a ONU “nunca haviam sido as melhores”.⁷⁴ Diferentemente do trecho retirado do livro *Seis Dias de Guerra*, ao morrer, em 2002, Eban foi saudado na imprensa como “pacifista desde os seus primeiros dias como diplomata”, posto que Eban havia tentado “incansavelmente encontrar um caminho para a reconciliação entre árabes e israelenses”. Ele teria ainda defendido “as negociações imediatas depois das conquistas israelenses de 1967,

⁷⁰ Oren, op. cit., 2004, p. 100.

⁷¹ Id. *ibid.*

⁷² Abba Eban (1915-2002), nascido Aubrey Salomon Meir, na África do Sul, foi simultaneamente o primeiro embaixador de Israel na ONU e em Washington; foi também ministro da Educação e Cultura e do Exterior, e liderou a batalha diplomática na ONU na Guerra dos Seis Dias.

⁷³ Oren, op. cit., 2004, p.283.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 237.

quando era o ministro do Exterior. Desde então, pediu pela retirada israelense da Faixa de Gaza e da Cisjordânia”, conclui o jornal.⁷⁵

Se entre os veteranos há uma convicção de que a atuação política da UNEF se dava de maneira isenta, por outro lado, encontra-se, na análise do escritor judeu Michael Oren, a ideia de que a atuação da Missão era perpassada por passionalidade em favor do Egito. De acordo com o *talento inventivo* do autor, havia uma tendência para fazer concessões, em vez de punir a agressão árabe que supostamente nortearia a política da ONU. Sua análise põe em dúvida o caráter e a postura da Missão, empreendida pelos batalhões, e o esforço para manter a paz na região, quando afirma, por exemplo, que a Força Internacional era composta por “contingentes oriundos de países pouco simpáticos a Israel, [e, dessa forma], a UNEF estaria menos propensa a deter uma agressão egípcia do que a conter as respostas de Israel”.⁷⁶

Tendo por base um arsenal de fontes primárias e entrevistas com vários personagens envolvidos diretamente na linha de frente do evento, manuseando cartas, relatórios e nas muitas conversas de bastidores do poder, Oren não tem dúvida de que havia uma espécie de “aquiescência” da parte da ONU pró-Egito. Essas assertivas não são de estranhar, uma vez que procedem de um autor de origem judaica. Era fato que a Força estava totalmente estacionada no território palestino, entretanto, ele esquece – ou desconhece – que, em 1948, o secretário-geral da ONU favorável à criação do Estado de Israel era o brasileiro Osvaldo Aranha. Da mesma maneira, não revela que o Canadá nunca foi uma unanimidade entre os egípcios. Ademais, a própria UNEF não era bem vista pelas autoridades daquele país, conforme constata o próprio Oren, quando fala acerca do entendimento que ‘Amer e Nasser tinham da permanência da UNEF no Sinai. Por último, também era fato que Israel não colaborava com a ONU, e não permitiu as Forças Internacionais dentro de seu solo “prometido”.

⁷⁵Trechos retirado do artigo Morte de Abba Eban: silencia um israelense que usou sua voz pela paz. **Financial Times**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2002/11/19/ult579u473.jhtm>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

⁷⁶Oren, op. cit., 2004, p.101.

3 O BATALHÃO SUEZ E OS BOINAS AZUIS

3.1 Breve histórico da criação do Batalhão Suez

Após apresentar *o teatro da memória* e um breve resgate dos eventos que deram origem a UNEF, cabe agora oferecer alguns tópicos acerca do que foi o Batalhão Suez. Compilando um repertório de ensaios com os traços biográficos dos militares, rememorando a estrutura e a arquitetura, as patrulhas, o serviço interno, elabora-se aqui um pequeno legado para a construção de sua História. Por meio das narrativas, os soldados fazem rica descrição sobre a geografia, o povo e a cultura árabe e israelense. Sobre a economia dos afazeres e do tempo livre, sobre a cultura “dos outros” e os bens materiais que iam acumulando com a evolução da Missão.

Embora marcadas pela objetividade e pela frieza dos números, as escassas fontes oficiais de consulta acerca do Batalhão Suez, quando coligidas às entrevistas, as crônicas, os diários de viagem e os depoimentos escritos, são instrumentos reveladores das histórias dos soldados brasileiros no *front* da Missão. Aqui também procuro montar um quadro com as origens, seleção, composição e deslocamento do Batalhão Suez para o Egito. Para tanto, faz-se necessário retornar a alguns acontecimentos que, reunidos, servem de pano de fundo onde se estendem alguns aspectos da Unidade do Exército brasileiro que atuou como instrumento de paz mundial no Oriente Médio. Enfim, como se deu a instalação de todo um conjunto ideológico, bélico-militar, arquitetônico de controle e disciplina, transportado para a área da Faixa de Gaza, os limites, sentidos e desdobramentos na vida dos militares que participaram da Missão. Vale dizer também que, neste trabalho, interessa a captação de subjetividades e a apreensão das diversidades existentes nas falas dos sujeitos de pesquisa. Para tanto, servimo-nos de vários relatos de veteranos, alguns enviados por e-mail, como o senhor Theodoro;⁷⁷ além da consulta da bibliografia nacional e internacional acerca do tema. Os depoimentos são interessantes na medida em que representam um coletivo amplo – um grupo de militares – que define experiências, que expressa visões e sentimentos diferenciados no interior do contexto exterior e de guerra iminente. Os tópicos seguintes objetivam proporcionar a leitura do que foi o Batalhão Suez e a participação brasileira no Oriente Médio, como integrante da Força de Emergência das Nações Unidas, a primeira Força de Paz conhecida até então, guarnecendo a linha de armistício estabelecida entre Egito e Israel e mantendo a paz entre ambos.

⁷⁷ Theodoro, 10º Contingente, 1962.

3.2 O Brasil na UNEF: a lei de criação do Batalhão Suez

Era o ano de 1956, no Brasil, correspondia ao 137º da Independência e ao 70º da República. No Egito, a partir de então, a guerra tripartite, como Nasser costumava referir-se ao conflito árabe-israelense (1956), fez de um evento eminentemente regional algo que ainda nos dias atuais é parte da paisagem política internacional; e que coloca em espaços diferentes povos, culturas e religiões. Espaço antropológico que reúne pessoas em um confronto secular: dois povos semitas – árabes e judeus. Ambos sujeitos que sofriam os reflexos locais dos interesses econômicos e das ambições políticas e estratégicas das grandes potências (EUA, URSS, França, Inglaterra). Lugar onde jaziam história e tradição também fez crescer o principal antagonismo, religioso, político e econômico, existente na região do Oriente Médio e que parece longe de um fim pacífico.

A Missão é descrita por todos os entrevistados e por aqueles que concederam depoimentos ao site do Batalhão Suez como uma experiência importante, longa e extremamente rica do ponto de vista cultural. Entretanto, causa espanto que, mesmo entre alguns veteranos, ela seja desprezada, minimizada e tão desconhecida, inclusive dentro da corporação.

Após ser formalmente convidado a participar da Força de Emergência, no dia 08 de novembro de 1956, o Brasil apresentou ao Congresso Nacional uma exposição de motivos, tratando da Resolução da Assembleia Geral da ONU, que criava a Força Internacional de Paz. Adentrando pela economia das legislações nacionais, que puseram o Batalhão Suez em funcionamento, destaco aqui apenas três.

O Senado nos termos do Art. 86, item III, da Constituição Federal, combinado com a Lei n.º 2.953, do dia 17 de novembro de 1956, promulgou Decreto Legislativo n. 61, publicado em 22 de novembro de 1956, autorizando o presidente da República a contribuir com um contingente militar para a formação e integração da Força Internacional de Emergência. No documento, ele estabelece os motivos e a função do Contingente a ser enviado.

Art. 1º - É o presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um Batalhão independente, para a formação ou integração da Força Internacional de Emergência, instituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o Canal de Suez e a Linha de Armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução.

Em ofício, o ministro da Guerra solicitou ao presidente da República, o crédito extraordinário inicial no montante de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender as despesas do III/2º RI no exterior, com a seguinte discriminação: Vencimento, ajuda de custo e outras vantagens para um período de seis meses: Cr\$ 33.000.000,00. Material bélico, de intendência, de saúde, de engenharia, de motomecanização e outros: Cr\$ 47.000.000,00.⁷⁸ O pedido foi feito com exposição de motivos reservada n. 33, de 4/12/1956. O presidente da República Juscelino Kubitschek, mediante Decreto Reservado n. 40.502 – A, de 10/12/1956, abriu Crédito Extraordinário para cobrir tais despesas.

Em meio ao descaso e ao esquecimento em que o Batalhão Suez se encontra nos círculos oficiais, e com o intuito de tornar a Missão ainda mais evidenciada, o site oficial da ABIBS (Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez)⁷⁹ apresenta também o Decreto Presidencial pelo qual o presidente Juscelino Kubitschek reconhece juridicamente o Batalhão Suez como Serviço Nacional Relevante.⁸⁰ Observa-se que, ao reunir esta documentação, os responsáveis pelo site oficial da Associação de Veteranos realizam nitidamente um esforço concentrado, à busca da construção da imagem do Batalhão, tornando-a mais conhecida, acentuada e positiva.

Art. 1º - A missão atribuída ao Batalhão Suez como representante do Brasil na Integração da Força Internacional de Emergência, instituída em consequência da Resolução da Assembleia das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, é considerada como SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE, tendo em vista a sua destacada significação na preservação da paz e a segurança internacional.

O artigo segundo do mesmo diploma legal estabelecia ainda que “o contingente brasileiro que integrará a FENU, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com o uso da força e permanecerá o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão”.⁸¹ Aqui o Decreto procura ajustar-se ao estatuto da Carta das Nações Unidas que deplora qualquer tipo de aquisição de terras pela violência.

Por último, a Unidade recebeu autonomia administrativa pela Portaria número 197, de 20 de novembro de 1956, tornada efetiva em 15 de dezembro. Dessa forma, passava a existir, de fato e de direito, o 3º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria (3º/2º RI), o Batalhão Suez,

⁷⁸ Ofício do ministro da Guerra ao presidente da República n. 9 (D-1/S-2), de 2 de março de 1957. Documentos avulsos do Batalhão Suez, Caixa 2. Arquivo Histórico do Exército.

⁷⁹ Site oficial disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

⁸⁰ Decreto de n. 43.800 de 23 de maio de 1958, enviado por Theodoro, e-mail: theojr@terra.com.br. Acesso em: 9 abr. 2006 (18:40:50).

⁸¹ Este decreto tinha efeito retroativo. Embora tenha sido publicado em 23 de maio de 1958, entraria em vigor a partir de 11 de janeiro de 1957. Theodoro, op. cit.

nome pelo qual a Unidade é mais conhecida e permanece assim até os dias atuais. O Exército brasileiro enviou para o Oriente Médio vinte contingentes entre os anos de 1957 e 1967. Esta experiência durou até maio de 1967, quando o Egito solicitou a retirada das tropas multinacionais da UNEF.

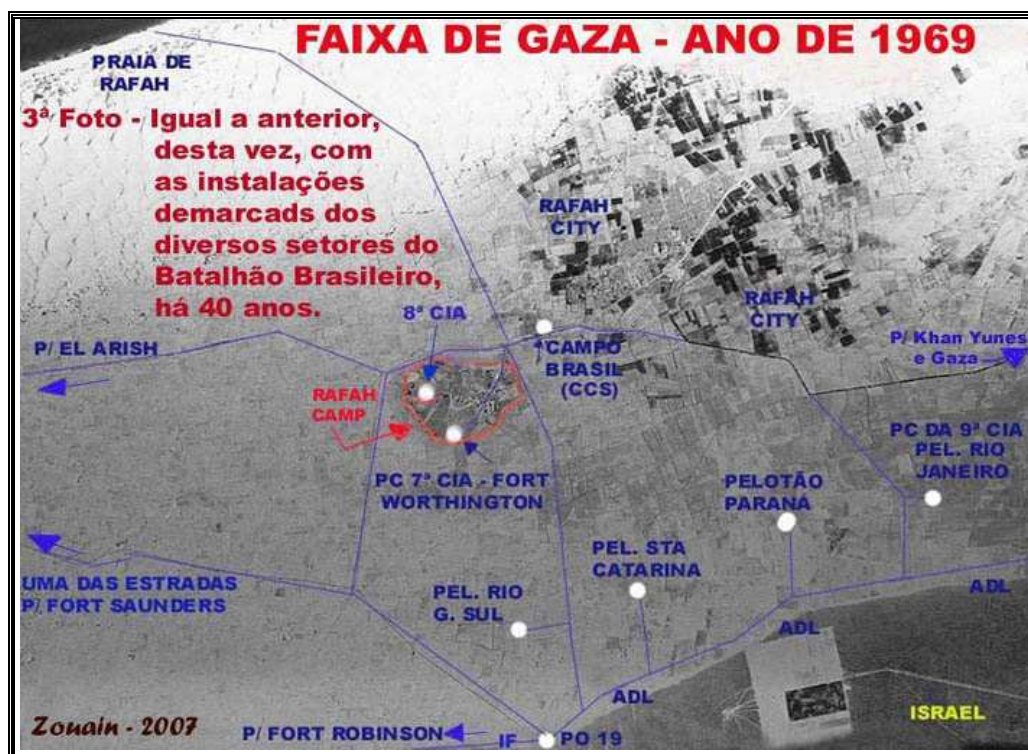


Figura 3 - Foto aérea da Faixa de Gaza com as instalações.
Fonte: Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

Ressalte-se que, inicialmente, a Unidade era denominada de “Batalhão Expedicionário”. Somente após a chegada da tropa ao Egito foi que recebeu o nome “Batalhão Suez”, pelo qual ficou mais conhecida. Para comandar o Batalhão foi escolhido o coronel de Infantaria Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa. Também se faz oportuno informar que, em duas oportunidades, a Força de Emergência foi comandada por generais brasileiros. Em 1964, pelo general Carlos Flores de Paiva Chaves; que, em 1965, foi substituído pelo general Sizeno Sarmento.

O veterano Stans Zouain informa que a palavra “Suez”, no complemento do nome do Batalhão brasileiro, era uma espécie de “nome fantasia”; ou seja, “nada tem a ver com o Canal de Suez, que distava do nosso Batalhão uns 200 a 300 quilômetros”.⁸² De fato, os

⁸² Artigo escrito para o site oficial do Batalhão de ZOUAIN, S. & SILVA JÚNIOR, T. E-mail: zouainsuez@uol.com.br; nene.theo@yahoo.com.br. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br>. Acesso em: 31 mar. 2004 (grifos dos autores).

batalhões estavam no deserto do Sinai, e o Canal de Suez ficava relativamente distante da área de atuação do Batalhão.⁸³ Zouain esclarece ainda que a palavra “Contingente”, com o tempo, passou a ser “o nosso ponto de referência, quando conversamos sobre o Batalhão Suez com algum companheiro” que participou da Missão Suez nos 20 Contingentes, que chegavam a cada seis meses na Faixa de Gaza. Em suma, a palavra “Contingente” serve como senha para localizar os veteranos na sequência das vinte tropas enviadas ao Egito. Assim, *Contingente* tem atualmente duplo significado, para a memória dos veteranos é, ao mesmo tempo, o interstício da Missão, e um lugar na fala e na memória do Batalhão.

3.3 A estrutura e a missão do Batalhão Suez

A Unidade enviada ao Egito não diferia do que vem a ser um batalhão convencional. De maneira geral, Batalhão é uma unidade militar composta por quatro Companhias. Desagregando o Batalhão Suez em sua estrutura organizacional, pode-se ver que o 3º/2º RI era constituído da seguinte forma:

- Comandante e Estado-Maior;
- Três Companhias de Fuzileiros (7ª, 8ª e 9ª Cias de Fzl);
- Uma Companhia de Comando e Serviço (Cmdo Sv);
- Um Pelotão de Polícia Especializada (PE);
- Um depósito misto.⁸⁴

Do ponto de vista da sua constituição, as Companhias militares, montadas no Sinai, geralmente possuem 150 homens, assim distribuídos:

- 01 capitão comandante;
- 01 segundo-tenente (subcomandante);
- 03 segundos-tenentes (comandante de pelotão);
- 01 primeiro-sargento (serviço burocrático);
- 10 terceiros-sargentos auxiliares (09 seriam cmt dos GCs – grupos de combate);
- 01 cabo para cada GC;
- 10 soldados para cada GC.

No teatro de operações, os quartéis-generais (QG) da ONU e da UNEF ficavam em *Rafah Camp*; ali concentrava, entre outras coisas, o coração da ONU na Faixa de Gaza.

⁸³ Artigo escrito para o site oficial do Batalhão de ZOUAIN, S. & SILVA JÚNIOR, T., op. cit., 2004.

⁸⁴ Cia significa Companhia militar; Cia de Fzl, Companhia de Fuzileiro; Cmdo Sv, Comando e Serviço; e GC, significa, Grupo de Combate.

Imensa área, como se fosse uma pequena cidade, com serviços diversos, tais como: transportes, engenharia, combustíveis, energia, mantimentos, água, esportes, saúde/hospital [...] e inúmeras instalações essenciais para o funcionamento da UNEF ou ONU na Faixa de Gaza.⁸⁵ Pode-se observar (Figura 4), no organograma sucinto, a estrutura do Batalhão Suez no deserto do Sinai.

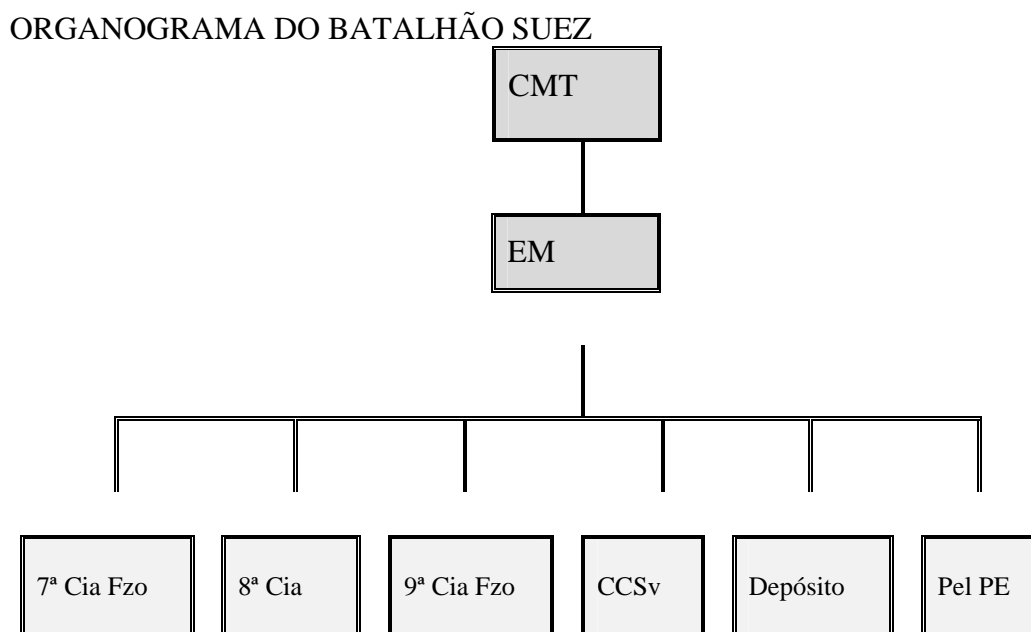


Figura 4 - Organograma do Batalhão Suez.

Fonte: Elaboração do autor.

No conjunto dos batalhões da UNEF, o nome oficial do Batalhão Suez era “Campo Brasil” ou Brazilian Camp. Da mesma forma, ocorria com os outros batalhões, como o DANOR Camp, que era a abreviatura de Denmark e Norway Camp – Campo DANOR –, que em face da proximidade cultural e linguística ficaram estacionados juntos na Missão.

3.4 A chegada do Batalhão Suez ao Egito

No dia 13 de dezembro de 1956, o Exército enviou ao Egito um destacamento precursor; ou seja, ainda não era o Batalhão Suez de fato. Este Contingente deixou o Brasil a bordo de uma aeronave da Força Aérea Americana. Era composto por cinquenta homens – cinco oficiais e quarenta e cinco praças: um major, um capitão, três tenentes, nove sargentos, sete cabos e vinte e nove soldados. O primeiro Contingente do Batalhão Suez só foi criado em

⁸⁵ Artigo escrito para o site oficial do Batalhão por ZOUAIN, S. & SILVA JÚNIOR, T., op. cit., 2004.

15 de dezembro de 1956, no Quartel do 2º RI, na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Por isso a Unidade militar denominou-se de III/2º RI, isto é, 3º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria. O efetivo total do 1.º Contingente entre oficiais e praças era de 531 homens. De acordo com a documentação oficial a que tive acesso no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, quem ocupasse o posto de major do Batalhão Suez, conforme designação do ministro da Guerra, “deveria ter diploma pela CEME, no mínimo com menção “BEM”, não ter estado no estrangeiro por mais de um ano”. Afinal, o Batalhão iniciou sua viagem em 11 de janeiro do ano seguinte, a bordo do navio da Marinha Custódio de Mello, tendo chegado a *Port Said* em 02 de fevereiro de 1957, após 21 dias de viagem.⁸⁶

Durante os dez anos da Missão, foram mobilizados efetivos de São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, em um sistema de rotatividade que permitiu ao Batalhão uma constituição de âmbito nacional.⁸⁷ Embora o Rio Grande do Sul tenha enviado três contingentes para participar da Missão de paz, o 5º, em 17 de abril, o 13º, em 4 de julho de 1963, e o 20º, em 21 de março de 1967, enfatize-se que geralmente esses contingentes eram constituídos por militares de diversas partes do Brasil.⁸⁸ O primeiro contingente que seguiu para o Egito era composto por soldados incorporados, ou seja, os que estavam servindo ao Exército. Todavia, logo depois, foi adotado o sistema de convocação de reservistas. O Batalhão brasileiro era formado apenas por elementos do Exército; entretanto, o transporte das tropas era realizado inicialmente através dos navios da Marinha e, posteriormente, dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Os voluntários selecionados serviam à Força de Emergência pelo prazo de um ano; alguns serviam um pouco mais, como no caso dos veteranos piauienses Cipriano, Manuel, Chicó, Oswaldo, Bonifácio e Orivaldo, que participaram do Segundo Contingente, em 1958. A esse respeito, Cipriano relata: “fomos lá passar um ano e terminamos passando dezoito meses; eu tenho ali a data da chegada e da saída, foram quase dezoito meses”.⁸⁹ Vale dizer que a permanência por um período superior a um ano não voltou a ocorrer nos contingentes restantes.

Para cumprir a missão de promover a paz e evitar o confronto armado, a ONU estacionou suas tropas junto ao Canal de Suez. Isso era feito por meio da observação e do patrulhamento da área. Posteriormente, fixou seu QG na cidade de Rafah, localizada na Faixa

⁸⁶ Não há uma data precisa sobre a chegada ao Egito, pois também há o registro 4 de fevereiro.

⁸⁷ Há referências à partida no dia 9 de janeiro de 1957, após apresentação ao ministro da Guerra e ao presidente da República.

⁸⁸ Sobre o envio destes contingentes, consultar FERRER, Francisca Carla & MATOS, Júlia Silveira. A construção do Canal de Suez e a formação do conflito no Sinai: a Força de Paz brasileira na Faixa de Gaza. In: **Biblos**, Rio Grande, 19:43-53, p. 49, 2006.

⁸⁹ Cipriano. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

de Gaza e em seguida posicionou suas companhias e pelotões no Deserto do Sinai, ao longo da linha demarcatória de armistício (ADL). Assim, sob o comando do coronel Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa, hoje general da Reserva,⁹⁰ o primeiro contingente brasileiro chegou em terras egípcias em *Port Said*, no dia 4 de fevereiro de 1957, dando início à histórica participação de soldados brasileiros, na primeira Missão de Paz no Exterior.⁹¹



Figura 5 – Foto da chegada ao Egito, 1958. Soldados brasileiros embarcam em caminhão rumo ao deserto do Sinai.
Fonte: Acervo do soldado Orisvaldo.

De acordo com informações dos veteranos, após a chegada ao Egito, o Batalhão brasileiro passou por três fases: A *primeira* teve início no dia 8 de fevereiro e foi até 7 de março de 1957, para a ambientação no acantonamento de *Omar Camp*, nas proximidades da cidade de *El Ballah*. A *segunda* fase, de 7 de março a 22 de janeiro de 1958, foi o momento de substituição do Exército de Israel, no Sinai e na Faixa de Gaza. A terceira fase teve início a 22 de janeiro de 1958, e durou até 1967, quando o Batalhão Suez exerceu a vigilância da Linha de Demarcação de Armistício (ADL) entre o Egito e Israel. Uma vez integrada à UNEF, observou-se, então um esquema de revezamento de contingentes, que a cada seis ou sete meses substituía metade do efetivo da tropa. Dessa maneira, cada pracinha cumpria,

⁹⁰ A tropa viajou a bordo do navio de transporte (TrT) Custódio de Melo da Marinha de Guerra do Brasil, tendo o capitão de Mar e Guerra Arnaldo Toscano, comandante do navio. O seu subcomandante foi o major Afonso Celso Boldstain.

⁹¹ A outra missão militar brasileira fora do País foi com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

conforme dito anteriormente, cerca de um ano de Missão; com isso evitava-se também a quebra do padrão de eficiência da tropa.

Como parte do *metier* da viagem, e com vistas a oferecer um clima mais descontraído aos passageiros pouco afeitos ao mar, a Marinha oferecia uma lembrança aos soldados, que eram agraciados com um “Diploma de Batismo”. Era uma espécie de documento, por terem atravessado a Linha Equatorial, como pode ser visto no Diploma (Figura 6) do veterano Oswaldo Oliveira, do Segundo Contingente. Em tom de brincadeira, o “Rei Netuno” autorizava os navegantes a percorrer “seus domínios” e assinava juntamente como comandante da embarcação.⁹²

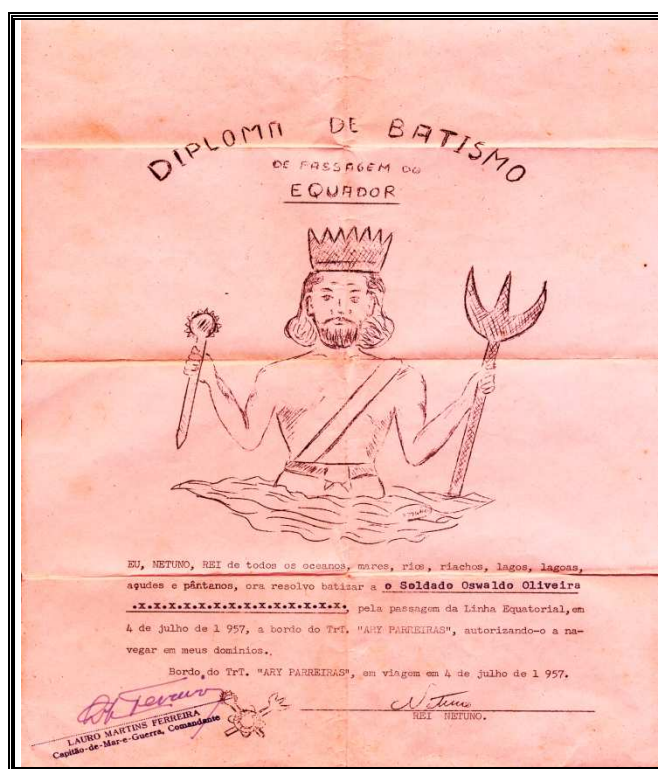


Figura 6 – Carta de batismo do soldado Oswaldo Oliveira, que atravessou a Linha do Equador, em 1957. Cópia a partir do original do arquivo do soldado.
Fonte: Acervo do soldado Orisvaldo.

A operação de transporte dos efetivos brasileiros para a península do Sinai era feita em navios da Marinha de Guerra Brasileira. Somente a partir de 1965 o transporte passou a ser realizado em aviões da Força Aérea Brasileira. Enquanto foi realizada por navios, a viagem

⁹² No “diploma” pode ser lido: “EU, NETUNO, REI de todos os oceanos, mares, rios, riachos, lagos, lagoas, açudes e pântanos, ora resolvo batizar o soldado Oswaldo Oliveira, pela passagem da Linha Equatorial, em 4 de julho de 1957, a bordo do TrT. “ARY PARRAEIRAS”, autorizando-o a navegar em meus domínios. A bordo do TrT. ARY PARREIRAS, em viagem a 4 de julho de 1957.” Além de “Netuno”, assinava o comandante do navio, o capitão de Mar-e-Guerra, Lauro Martins Ferreira.

demorava em média 21 dias. O longo deslocamento gerava alguns problemas como enjoos e debilidades, que chegaram a causar a morte de um soldado, já no primeiro Contingente, em 1957.⁹³ A descrição da chegada dos pracinhas brasileiros ao Egito, na cidade de *Port Said*, no dia 4 de fevereiro de 1957, feita pelo veterano Fabrizio Dal Piero, também é traçada com uma gramática preocupada em revelar alguns elementos interessantes da *epopeia* dos pioneiros que, à época, viajaram a bordo do navio “Custódio de Melo”.

As tropas [eram] equipadas com material nacional, inclusive jipes e caminhões; estiveram primeiramente acampadas em *El Ballah*, antiga caserna inglesa situada a 15 km [da cidade palestina] de Ismailia, no meio do Canal. A 6 de março, partiram para *El Arish*, base avançada do Exército egípcio do Sinai, onde guarneceram o quartel-general da UNEF. Entraram na Faixa de Gaza pela madrugada do dia 9, recebendo o comando da vila de Rafah das tropas israelenses que a ocupavam. Daí em diante, como o restante das tropas internacionais, limitaram-se a patrulhar as fronteiras com Israel e a varrer os campos de minas no deserto.⁹⁴

Nas narrativas, sobre o início e o decurso da viagem, aparece a descrição das novidades, o Mar sem fim, “o peixe baleia”, as cidades e os continentes singrados sem pressa, a África, a Europa e o Mediterrâneo, ora verde, ora azul, e, enfim, o porto no Oriente. As calmarias e as tempestades acompanhavam uma viagem de vinte e tantos dias. A esse respeito, o veterano piauiense Cipriano, utilizando uma economia discursiva marcada por referências a episódios e lugares, relembra o itinerário que cumpriram até chegar ao Egito. Diz ele:

Saímos daqui com destino ao Egito. Saímos para Fortaleza em cima de um caminhão Alfa Romeu, enfrentando o frio da Serra Grande. Chegamos a Fortaleza e fomos de avião para Recife. Ficamos em Recife durante vinte dias, no 17º Regimento, em Paulista, próximo a Olinda, e de lá embarcamos para Salvador. Juntamos com a equipe de baianos e fomos para o Rio de Janeiro servir no 2º Regimento de Infantaria na Vila Militar de Deodoro. Passamos lá um estágio de mais ou menos quarenta dias; de lá, quando estávamos preparados, embarcamos no navio Ari Parreira com destino ao Egito - Faixa de Gaza.⁹⁵

Da mesma forma, Theodoro revela com um nível de linguagem rica e performática, suas primeiras impressões ao aportar em solo egípcio, dando início à sua participação na UNEF. O estatuto de sua narrativa sobre a chegada está envolto em um clima de surpresa e do inesperado.

Exatamente 30 dias depois chegávamos em Port Saïd - no Egito (era o dia 06 de janeiro 1962). Inverno ao Norte do Equador. Naturalmente fazia muito frio quando lá chegamos, usando o fardamento de lâ verde oliva. Assim tivemos nossas primeiras impressões sobre a região desértica e a dureza que nos aguardava. Tudo

⁹³ O soldado João Antonio faleceu de infecção a bordo do Custódio de Melo e teve sepultamento no mar.

⁹⁴ E-mail de Theodoro, com depoimento escrito do veterano Fabrizio Dal Piero. Disponível em: <http://www.militar.com.br/pessoal/civil/Dal_Piero.htm>. Acesso em: 11 set. 2006.

⁹⁵ Cipriano. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

era estranho e diferente, então tivemos que nos superar e tentar a melhor e mais rápida adaptação.⁹⁶

Além das instalações de Comando das Forças da ONU existiam duas Companhias brasileiras em Rafah *Camp*, a 7ª Cia e a 8ª Cia. A localização inicial das Companhias diferiu da posição ao fim da Missão, dez anos depois. A 7ª Cia ficava inicialmente em Abu-Sweir (em Ismailia), e mudou-se para El Arish; a 8ª Cia permaneceu toda a Missão em Rafah City; mas a 9ª Cia, que no início estava localizada em Gaza, teve uma parte transferida para Khan Yunis, ficando outra parte em Gaza.

Na 7ª Cia, o PC (Posto de Comando) se situava no *Fort Worthington*. Os outros Pelotões da 7ª Cia ficavam na Fronteira: **Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Fort Robinson e Fort Saunders**. Os Pelotões distavam uns dos outros alguns quilômetros, sendo que o *Fort Robinson* era muito distante, e o *Fort Saunders*, muito, muito mais distante.⁹⁷

Em 1964, as instalações dos pelotões da 9ª Cia (Pernambuco e Guanabara) ficaram com o Batalhão indiano. O pelotão Rio de Janeiro era o Posto de Comando (PC sede) da 9ª Cia; já o pelotão Rio Grande do Sul era o PC da 7ª Cia.

3.5 A Oitava Companhia e a CCSv: prontas para servir

Na descrição das atividades de cada Companhia, as narrativas procuram esmiuçar as hierarquias, as posições de comando e serviços, e a localização do Batalhão Suez ao longo da ADL e da fronteira internacional. Tanto nos depoimentos dos piauienses como no do Sr. Theodoro aparecem a descrição sucinta da organização do Batalhão e de cada uma das Companhias.

Uma outra Cia. de Fuzileiros (a 8ª Cia) servia no QG do Batalhão brasileiro, garantindo as instalações e pronta para receber outras missões, o que foi realmente implantado, uma vez que a 8ª Cia passou a garantir as instalações de Logística da UNEF, em *Rafah Camp*, coisa que era atribuição dos Canadenses e outros Batalhões que não o brasileiro. Finalmente a Cia Comando e Serviços (CCSv) tinha seu PC justaposto ao do Batalhão brasileiro (compunha-se de pessoal da área de saúde, mecânicos, motoristas, burocratas, e outras especialidades). A partir da chegada do 16º Contingente brasileiro houve alterações e dispositivos de área e de mudanças de atribuições ao Batalhão brasileiro. Sabe-se que alguns Pelotões foram extintos, bem como um remanejamento de pessoal e de atribuições.⁹⁸

A 8ª Cia de Fuzileiros teve seu efetivo aumentado quando passou a garantir as instalações de Logística da UNEF, em *Rafah Camp*. A 8ª Companhia tinha como “missão

⁹⁶ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 24 jul. 2008.

⁹⁷ Artigo escrito para o site oficial do Batalhão por ZOUAIN, S & SILVA JÚNIOR, T., op. cit., 2004 (Grifo do autor).

⁹⁸ Trecho de e-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 18 jun. 2006.

principal dar segurança ao Support Group em Rafh Camp - onde ficava a Unidade Logística da UNEF, particularmente ao longo de seu perímetro de quase três quilômetros”;⁹⁹ era denominada em inglês de *Guard Company (Guard Coy)*. Na Figura 7, a seguir, é possível observar a formação de componentes da 8ª Companhia, em que aparece o veterano piauiense Luiz Raimundo Coimbra – à frente, o segundo da direita para a esquerda.¹⁰⁰



Figura 7 – Foto dos componentes da 8ª Companhia.

Fonte: Acervo particular.

As narrativas proporcionam certo conhecimento das funções, o tamanho, a localização e a “aparência” das acomodações, os pontos de referências arquitetônicas das instalações militares. Elas permitem uma apreciação rica e diversa das classificações e dos saberes, manancial esquecido e relegado da memória militar brasileira. Enfim, as narrativas se encarregam de produzir as referências sociológicas, fornecendo elementos para a compreensão das relações humanas e de trabalho que se davam em seu interior. Conforme dito anteriormente, a 8ª Cia tinha funções e responsabilidades específicas, a saber, a “segurança de Rafah Camp era toda cercada de concertina (arame farpado enrolado),

⁹⁹ Texto retirado do livro “Em nome da Paz”, do Cel. Stelson S. Ponce de Azevedo, que participou do 17º Contingente, enviado por Theodoro Jr. Acesso em: 15 out. 2006.

¹⁰⁰ Coimbra, 19.º Contingente, 1966-1967.

patrulhando noite e dia, com viaturas e várias torres de observações que circundavam a grande área, além da guarda no portão principal, o Main Gate.”¹⁰¹

Na CCSv (*Companhia de Comando e Serviços*) ficava o Quartel-General do Brasil; era a responsável pela manutenção do Batalhão Brasileiro, “podemos até dizer que a CCSv era a nossa ‘força especial’: burocracia, saúde, comunicações, transportes etc.”¹⁰² De fato, a Cia de Comando e Serviços era a subunidade mais “especializada”, composta pelo pessoal das áreas de saúde, mecânica, motoristas, burocratas. Tinha como função guardar a área do Posto de Comando (PC), a manutenção de viaturas, a administração do Batalhão, cuidar dos suprimentos e da assistência sanitária (odontologia, química e farmácia), da instalação do sistema de comunicação, iluminação do PC, rancho, cinema, levantamento e remoção de campos de minas e instalação de armadilhas.¹⁰³

A partir do 16º Contingente houve alterações de área e mudanças de atribuições ao Batalhão brasileiro, alguns Pelotões foram extintos e houve remanejamento de pessoal e de atribuições.¹⁰⁴ Observe-se a fotografia da entrada da Nona Companhia, no início da década de 1960 (Figura 8).



Figura 8 - Foto da entrada da Nona Companhia no início da década de 1960.
Fonte: Acervo particular.

¹⁰¹ ¹⁰¹ Artigo escrito para o site oficial do Batalhão por ZOUAIN, S & SILVA JÚNIOR, T., op. cit., 2004 (Grifo do autor).

¹⁰² Id. ibid.

¹⁰³ Existiam ainda as funções de cabo enfermeiro, motoristas e abastecimento d’água, tarefas ao encargo de cabos e soldados. Estas informações constam no e-mail recebido de Theodoro Jr. Acesso em: 18 out. 2004.

¹⁰⁴ As informações sobre a estrutura do Batalhão Suez foram fornecidas por vários veteranos e ou compiladas do site oficial do Batalhão Suez.

Os veteranos procuraram estabelecer, na narração, os elementos do cotidiano necessários para o entendimento como era e como funcionava a estrutura e as hierarquias militares do Batalhão Suez. Por isso há uma maneira *de saber* sobre a Missão e uma maneira *de dizer*, que arranja, descreve ações, localiza os elementos e define as partes e o todo da UNEF. No conjunto das entrevistas, é possível observar a formação de um discurso da informação que procura oferecer credibilidade aos relatos sobre “o que é necessário saber”, conhecer, divisar e entender a estrutura e o funcionamento do Batalhão, conforme pode-se ler na passagem, a seguir, sobre a rotina das missões do Batalhão.

Dentro desse quadro, o Batalhão brasileiro recebeu missões diversas. Na LDA vigiava 32 km com duas Companhias de Fuzileiros, cuja principal rotina da missão de Paz resumia-se no seguinte: de dia vigiava-se o "front" com postos de observação e com sentinelas em pontos estratégicos e espaçadas bem pequenas patrulhas motorizadas. À noite, transformava-se em patrulhas a pé, onde cada Pelotão fornecia duas patrulhas, uma das 18 horas às 24 horas e a outra de 00:00h às 06 horas. Havia o serviço de Ronda Motorizado efetuado por um Oficial e dois Praças, que percorriam toda extensão da LDA, e prestavam uma espécie de reforço à Patrulha a pé. Esse serviço de patrulha a pé era pesado. Cada patrulha tinha o itinerário distante caminhava em formação, a critério das ordens de seu comandante, ininterruptamente, durante 6 horas consecutivas por serviço, no verão ou no inverno, caminhando sobre a areia. O patrulheiro tirava esse serviço numa média, três vezes por semana. Com as alterações havidas, em relação aos primeiros Contingentes, sabe-se que existiu patrulha motorizada, a partir do 16º Contingente.¹⁰⁵

3.6 Recrutamento e preparação militar

Tendo em vista que a UNEF foi criada em novembro de 1956, e, no início de fevereiro de 1957, o primeiro Contingente brasileiro já estava em terras egípcias, pode-se concluir então que o Contingente teve um espaço de tempo extremamente reduzido, desde a preparação e instrução do serviço militar até o embarque para o Egito. A exiguidade de preparação militar e mesmo psicológica teve reflexos visíveis – mais tarde – na atuação tanto dos praças como dos oficiais. De acordo com depoimentos, nesse aspecto, a seleção de pessoal deixou a desejar e os efeitos sobre a tropa foram significativos.

A tropa do primeiro Contingente integrante da UNEF teve os preparativos iniciais, período de adestramento, no então 2º Regimento de Infantaria (RI), localizado na Vila Militar no Rio de Janeiro. No período de preparação final para a viagem, o programa para nivelamento da instrução do pessoal era cumprido no aquartelamento do 2º RI e no Campo de Instrução de Gericinó, também no Rio de Janeiro. A preparação à instrução consistia em

¹⁰⁵ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 23 set. 2007.

patrulhas, tiro e ordem unida. Foram, inclusive, ministradas palestras com ex-integrantes. Entretanto, não havia preparação psicológica para os soldados antes nem depois da Missão.

O adestramento consistiu no nivelamento da instrução de seus integrantes. Foi dada ênfase às técnicas de patrulhamento, nas instruções de tiro, ordem unida e instrução geral do combatente. A urgência que caracterizou o envio do primeiro contingente tornou impossível a realização de um aprestamento mais aprimorado e de uma preparação psicológica mais adequada às peculiaridades da missão... O poder de combate de que dispunha, assegurava ao Batalhão as condições necessárias para o cumprimento de sua missão. No entanto, o fator moral, expresso pela atuação como força de paz, era o fator mais importante... A missão de paz da UNEF caracterizava-se por extensas frentes (40 a 50 Km por subunidade), pequenos efetivos, atuação diuturna, isolamento e trabalho exaustivo, sob calor inclemente ou frio intenso, escassez de água e tempestades de areia.¹⁰⁶

O caráter pioneiro e a inexperiência do Exército em missões de paz revelaram que a seleção do pessoal era problemática, deixava a desejar e tinha reflexos, principalmente, na instrução, no adestramento e no aprestamento da tropa. Entretanto, essa difícil experiência inicial, de alguma maneira, influenciou nos avanços ocorridos posteriormente, em especial, no que se refere à mobilização, no âmbito da Força.

É importante dizer que, na seleção dos efetivos do Batalhão Suez, foram observadas algumas dificuldades especialmente na formação de contingentes apenas com reservistas. Segundo relatos, esse procedimento teve reflexos negativos para o desempenho operacional por ocasião do cumprimento das missões recebidas. Tais dificuldades, entretanto, foram atenuadas à medida que os contingentes foram sendo substituídos.¹⁰⁷ Deve-se dizer que quando os contingentes passaram a ser organizados à base apenas de voluntários reservistas, soldados, tornou-se necessário um período de preparação mais acurado, com vistas a readaptá-los à vida militar. Ou seja, os soldados cumpriram sessões de instrução para atualização e enquadramento à rotina da caserna, a fim de melhor preparação para a permanência na missão. A *Instrução tática* era o conjunto de exercícios realizados pelos oficiais e praças que visava conhecer e aproveitar o terreno para abrigar e atirar; A *Instrução geral* era uma prática de contingência, oferecida aos soldados voluntários da reserva para o conhecimento de postos e insígnias. Já a *Ordem unida* era uma atividade diária e que continha as instruções com ou sem arma, um exercício de vivacidade.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Texto preparado pelo Exército brasileiro sobre a participação na UNEF, para mais detalhes consultar o site oficial da Unidade. Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

¹⁰⁷ Para maiores detalhes consultar o site oficial do Batalhão Suez. Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

¹⁰⁸ No meio militar, o conceito de **instrução** é definido como o processo pelo qual são transmitidos conhecimentos técnicos sobre atitudes que devem ser adotadas em determinadas situações, bem como sobre a utilização de equipamentos. O **adestramento** é o momento posterior à instrução e que deve permitir o desenvolvimento de habilidades para cumprir missões específicas. Já o **aprestamento** é a capacidade de responder às situações de emergência sem necessidade de mobilização. Em uma missão como a UNEF era

É importante salientar que em face da inexperiência em operações deste tipo e da exiguidade de tempo entre a seleção, preparação e a viagem, esses aspectos nem sempre eram bem observados pelo Estado-Maior do Batalhão Suez. Dessa forma, conclui-se que a maioria dos militares que fez parte dele não estava capacitada para aquele tipo de missão. Com base nos relatos e em relatórios oficiais da ONU e da UNEF, pude relacionar alguns dos problemas da composição e o precário sistema de seleção – recrutamento – dos efetivos do Batalhão: Heterogeneidade do contingente, despreparo dos oficiais e falta de domínio de idiomas estrangeiros, principalmente o inglês. Também havia elevado número de analfabetos e semianalfabetos. Para se ter uma ideia, no primeiro Contingente, havia 48 analfabetos e 73 semianalfabetos. Há relatos da falta de preparo físico, psicológico e baixo nível de instrução militar. Era fato o desconhecimento da área de operações e das áreas com potenciais de conflitos. Neste particular, teria sido dada pouca importância à instrução, ao adestramento e ao aprestamento para a Força. Embora apareçam algumas referências contrárias à questão da má qualidade na formação do soldado, de acordo com estes boinas azuis, eles seriam recrutados com rigor. Aí há depuração, há escolha. Homens saudáveis na saúde física e na vida militar.

O efetivo do Batalhão brasileiro compunha-se de oficiais e praças do Exército brasileiro, que, para incorporar-se à nova Unidade do Exército, eram rigorosamente selecionados, ter boa qualificação e conduta moral, com especial atenção ao estado físico de cada elemento, como altura e peso compatível e submetido a vários exames médicos e aplicação de várias vacinas para imunizações etc.¹⁰⁹

Para o veterano paranaense Theodoro Jr. e para os veteranos do Piauí – Cipriano, Coimbra, Manuel e Orisvaldo – não apenas a seleção física era rigorosa, como havia preparo moral dos integrantes da tropa. Pelo menos, levando-se em conta os padrões de rotina militar, o tipo de recrutamento e de adestramento que eram adotados pelo Exército brasileiro à época. Destaque-se que, se as ligações entre o comando da UNEF e o Batalhão Suez eram cordiais, não chegavam a ser estreitas. Um dos fatores restritivos dessa relação era o idioma, uma vez que poucos oficiais brasileiros falavam o inglês correta e fluentemente. Entretanto, mesmo nos últimos contingentes, levando em conta o depoimento do veterano Coimbra, do penúltimo contingente, ao que parece, a preparação no Brasil era ainda insuficiente ou mesmo inadequada.

necessário um correto adestramento, especialmente porque a Força não possuía os meios logísticos necessários para emprego efetivo dos conhecimentos adquiridos na preparação.

¹⁰⁹ Ver o artigo **Nossa Participação 2**, retirado do site oficial do Batalhão. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.uol.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2006.

Nos apresentamos ao 2º RI, porque eu fazia parte do 3º do 2º Regimento de Infantaria Batalhão Suez, ligado ao 2º RI. O RI era o Regimento de Infantaria. Chegando lá fomos nos apresentando à proporção que iam chegando os demais companheiros, porque o contingente de oficiais é como eu disse, os cabos e sargentos são de todo Brasil, mas os praças eram do I Exército do Rio. Então, formado o contingente, foram feitos os preparativos para aquele período que se supõe que vamos (sic) passar por lá. Nada disso na realidade existiu. Aqui nós fizemos marchas em areia, fizemos marchas em praia, fizemos marchas em vários setores para nos prepararmos mais ainda para o que desse e viesse, só que lá nada disso a gente faz. O que nós fizemos lá foi prestar o nosso serviço, as nossas patrulhas, o nosso serviço designado de acordo com a sua função. Mas de qualquer maneira, como sempre, o Exército é preparado. O Exército prepara homens para o futuro, ele nos preparou o suficiente para que chegássemos lá e não fizéssemos feio, e qualquer missão que nós recebêssemos estávamos aptos a cumprir lá.¹¹⁰

Da mesma forma que Coimbra, a narrativa de Theodoro procura enfatizar pelo menos o nível de preparação moral e militar da tropa no Brasil; e a seleção, no seu entender, primava pelo rigor. Confiscando no discurso o lugar da – espinhosa – preparação inadequada, ele utiliza o estatuto da conveniência para reconstruir o caminho para o Egito. A memória tem aí apenas a função prática e fática. A sua interpretação estereotipa a sistemática militar e contorna, sobremaneira, o despreparo para ação e os equívocos da preparação para a Missão. Ou seja, o estatuto do seu discurso é a conveniência, o “Exército prepara homens para o futuro” e, assim, “estávamos aptos a cumprir lá”, toda e “qualquer missão”. Segundo ele:

Para ingressar no Batalhão Suez, todos fomos voluntários, pois essa era uma das condições estabelecidas pelo Exército. Tínhamos que enfrentar uma rigorosa seleção, vários candidatos para determinado número de vagas. Os exames seletivos visavam selecionar o que de melhor existia, principalmente, o aspecto e estado físico e moral de cada voluntário. Havia enorme concorrência, e quem passava nos exames de seleção ia sendo agrupado. *Em seguida passaram a ter um treinamento super-intensivo e rigoroso até vésperas* do dia do embarque para o Egito. Foram 20 os Contingentes que embarcaram para o Egito. Até o 16º contingente a viagem era em navios. A partir do 17º Contingente a viagem passou a ser em aviões (Hércules) da FAB, encurtando despesas e o nº de dias de viagem.¹¹¹

Outro veterano piauiense, o Sr. Manuel Ferreira,¹¹² também envolvido por uma narrativa detalhista e passional, concorda que houve preparação militar adequada e condizente para a Missão, segundo ele, “porque é tropa de elite”:

Saí daqui e fui para Fortaleza, de Fortaleza fui para Recife. Passei quatro meses em Recife, aí é que nós fomos para Salvador. Lá reuniram a turma do Nordeste e passou um navio que vinha de Manaus, que era o navio Ari Parreiras e fez o transporte nosso para o Rio de Janeiro, passando pela Bahia e levando o pessoal da Bahia. E lá [no Rio de Janeiro] fomos preparados, porque é tropa de elite e tem que malhar

¹¹⁰ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

¹¹¹ E-mail enviado por Theodoro, comentando acidente com o soldado Arno Schemp em Suez. Acesso em: 24 jul. 2008.

¹¹² Manuel Ferreira, 2.º Contingente, 1958-1959.

muito, sofrer muito, sofri muito, foi muito duro. Até que embarcamos para Suez, que agora no momento não me lembro a data do embarque para Suez.¹¹³

O primeiro Contingente teve todos os elementos da ativa militar, o que não se observou em seguida, aproveitando reservistas. Os oficiais e sargentos passavam por uma seleção nacional, já os cabos e soldados eram recrutados nos Estados de MG, RS, PR, SC e RJ. Cada veterano apresentou um rol de pré-requisitos para informar os critérios adotados. De forma geral, aparecem “vigor físico, preparo intelectual e boa formação moral”; ou seja, o Exército exigia homens preparados física e moralmente para atuarem na Missão. Elementos discursivos com as quais o Exército procura marcar a sua imagem. Entretanto, no conjunto dos critérios de triagem dos voluntários, os depoimentos parecem contradizer o que estava formalmente previsto, ou esperado, para a seleção dos futuros boinas azuis:¹¹⁴

A convocação dos voluntários para participar da Missão de Paz era regida por Portarias do Exército, que priorizavam soldados de 1ª categoria, ou seja, que já tivessem servido a Força Brasileira. Os candidatos deveriam: ser voluntários e reservistas de 1ª categoria do Exército, de preferência das classes de 1942 a 1943; ser alfabetizados; ser solteiros, não ser arrimos e não ter filhos; ter a idade máxima de 24 anos; ter tido boa conduta no período em que estiveram incorporados; ser submetidos à seleção, segundo as normas vigentes, e classificados no Grupo "A" em inspeção de saúde; ter no mínimo 1,65m de altura. O tempo de serviço seria, em princípio, de 12 meses.

A formação dos contingentes permitia um conagraçamento de elementos pertencentes a vários Estados e regiões do Brasil. Sob este aspecto, o veterano Luiz Raimundo Coimbra¹¹⁵ (1966-1967) lembra: “nós fomos nos apresentando à proporção que iam chegando os demais companheiros, porque o Contingente de oficiais é como eu disse; os cabos e sargentos eram de todo o Brasil, mas os praças eram do I Exército do Rio de Janeiro.”¹¹⁶

3.7 A base logística: comida, combustíveis, vestuário e armas

A atividade de suprimento da tropa era realizada inicialmente pelo depósito misto, que posteriormente foi enquadrado pela CCSv. De acordo com Theodoro, o reforço de rancho em gêneros alimentícios – arroz, feijão e açúcar – que o Batalhão recebia era de boa qualidade. Uma parte do suprimento era enviada pelo governo brasileiro; entretanto, a maior parte do suprimento destinado ao contingente brasileiro era fornecido pela UNEF. Da mesma maneira,

¹¹³ FERREIRA, Manuel. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 21 ago. 2004.

¹¹⁴ BOLETIM DO EXÉRCITO, n. 17, p. 858, 27 abr. 1957 apud FERRER, Francisca C. & MATOS, Julia S. A construção do Canal de Suez e a formação do conflito no Sinai. **Biblos**, Rio Grande, 19:43-53, p. 49, 2006.

¹¹⁵ Coimbra, 19.º Contingente, 1966-1967.

¹¹⁶ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

os combustíveis e lubrificantes, bem como a munição das Mrt 60 e Mtr 30 e a de armamento leve (Mqt e Mtr INA) era fornecidos pela UNEF.¹¹⁷

No vasto teatro de operações, a tropa brasileira possuía um grupo de transporte próprio para a condução dos efetivos e dos suprimentos, contando com 55 viaturas (Vtr) próprias e 15 da UNEF. Entre o material logístico recebido de fabricação nacional, estavam os caminhões FNM.¹¹⁸ Há, entretanto, críticas quanto à eficiência e a qualidade do material e do armamento utilizados. De acordo com os relatos orais e escritos, o fardamento e o equipamento nacionais que levaram na bagagem não eram adequados ao emprego no deserto. “As condições adversas do ambiente operacional impunham um desgaste muito acentuado e rápido ao material oriundo do Brasil. Posteriormente, este problema foi solucionado com o emprego de material estrangeiro.”¹¹⁹ O material brasileiro era composto por motores (veículos), armamentos e remédios. Já o material recebido da UNEF era norte-americano: motores (veículos) e artefatos para comunicações. De acordo com relatos e as inúmeras fotografias trazidas pelos veteranos, pode-se observar que os primeiros contingentes devem ter padecido em “consequência da qualidade dos materiais, os quais não resistiram às intempéries”. Nem mesmo os uniformes ou material de estacionamento eram adequados para enfrentar a rusticidade da natureza da área. Os uniformes militares eram compostos de uniforme de gala, de instrução e de parada, equipamentos e acessórios; os soldados usavam ainda uma túnica verde-oliva, um blusão e uma jaqueta.

Em radiotelegrama enviado ao Brasil, de agosto de 1957, o comandante Iracílio Pessoa solicita:

Firmeza determinar providências junto Diretoria de Intendência, no sentido de remessa avião FAB dotação 2 mudas de roupa cama efetivo oficiais, afim de melhorar condições conforto oficiais batalhão.

Entretanto, o benefício de suplementação de roupas estava rubricado na correspondência e alcançaria penas os 44 oficiais, deixando as praças no “desconforto” dos poucos recursos que levaram na bagagem.¹²⁰

O desgaste sofrido tanto pelas viaturas quanto pelo armamento, devido ao longo tempo de duração da Missão e ao ambiente operacional hostil, exigia um rígido sistema de manutenção. Este trabalho, muitas vezes, era prejudicado pela dificuldade de obtenção de material e pela escassez de alguns itens e peças nos depósitos da UNEF. Em decorrência das

¹¹⁷ Na linguagem escrita do Exército, as iniciais Mrt, significam Morteiro; Mqt, significam “Mosquetão” e Mtr, “Metralhadora”.

¹¹⁸ FNM, era a sigla para a antiga Fábrica Nacional de Motores.

¹¹⁹ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 3 maio 2006.

¹²⁰ Radiotelegrama n. 22, de 7 de agosto de 1957. Arquivo Histórico do Exército, caixa 3, pasta 3.

deficiências da atividade de manutenção, o Contingente brasileiro sofreu vários transtornos no cumprimento de sua Missão de vigília e promoção do cessar-fogo. Mas na tarefa a que se propunha, os problemas com relação às dificuldades de suprimento atingiam todos os batalhões da UNEF. Em que pese o clima de guerra que se estendia por toda a extensão dos desertos do Sinai e do Negev, a Força não era aparelhada convenientemente para um confronto, fosse contra os egípcios, fosse, especialmente, contra os israelenses. Os batalhões estavam lá em Missão de Paz e para proteger a população local. Por princípio, a UNEF não era uma força militar do tipo coercitiva ou destrutiva. Vale dizer que em virtude do caráter pioneiro da Missão Suez, o Exército brasileiro, à época, ainda não possuía uma doutrina militar específica para o cumprimento de missões de paz. Doutrina Militar quer dizer o conjunto de valores, princípios, conceitos, normas, métodos e processos que têm por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.¹²¹



Figuras 9 e 10 – Soldado no PO posa com Motorola.
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Chicó.

Após o retorno, os soldados e cabos eram sumariamente postos na reserva. A experiência de um ano, em uma missão de paz no Egito, de nada serviria para a formação de

¹²¹ Esta definição está de acordo com doutrina empregada pelas Forças Armadas Brasileiras.

novos quadros a serem enviados para o *front* árabe-israelense. A seguir (Figura 11), pode ser visto um certificado de reservista do soldado piauiense Orisvaldo, que, após o retorno ao Brasil, recebeu apenas o certificado de reserva.

Esta é uma das muitas críticas feitas ao esquema de aproveitamento do Exército com os veteranos de patentes menores, cabos e soldados. De fato, após o regresso, a corporação não demonstrava qualquer interesse em relação à experiência de um ano em uma operação internacional. Assim, todo o ganho passava à reserva e à memória que de nada serviria para os futuros infantes de Suez.

MINISTÉRIO DA GUERRA
I.R.M. 20 REGIMENTO DE INFANTARIA
(Organização Militar)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

Nº 153031 Série B

Certifico que o cidadão ORISVALDO DIAS VIEIRA - 106-39.787
da classe de 1935, alistado no ano de 1952 pelo município
de TERESINA - PIAUI, e incorporado no dia 12-07-57, é considerado reservista de 1ª categoria.

A) IDENTIFICAÇÃO

Filho de
e de LIBANIA DIAS DA COSTA.....

Natural de Estado PIAUI.....
Município TERESINA.....

Cidade (lugar).....
Data de nascimento 12-JUL-1935.....
Instrução.....

Altura 1,68.....
Cúpis MORENA.....
Cabelo CAST. Esc. OND.....
Olhos Cast. MED.....
Nariz.....
Rosto.....
Bóca.....
Sinais particulares.....

Impressão digital (polegar direito).....

(Assinatura do reservista)

B) PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Organização onde serviu 259BC-29RI-111/29RI-29RI.....
Tempo de serviço (incluído em 20-JUN-57, excluído em 24-NOV-59)
QMGO7- INFANTE..... QMP001- FUZILEIRO.....
Graduação SOLDADO.....

(a) Floriano da Silva Machado
(Cpl. em Chefe)
FLORIANO DA SILVA MACHADO - Cpl. CMT

Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, se a não houver autoridade militar), a fim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que lhe for atribuído.

Só é válido o certificado com as Armas Nacionais em marca d'água
A marca d'água é visível, olhando-se o certificado contra a luz

Figura 11 - Reprodução a partir do original.
Fonte: Cortesia do soldado Orisvaldo.

Para concluir, observa-se que, de uma forma geral, a narrativa dos veteranos sobre suas participações na Missão é rica, descritiva, e revela uma *maneira própria de saber* sobre a conjuntura política e o conhecimento das características físicas, climáticas e da região. Ao que nos parece, o conjunto da cognição destas circunstâncias de lugar e tempo era de pequena monta antes da viagem; e elas são elementos essenciais para a definição de operações militares. Da mesma forma, o tipo de instalações de campanha, o tipo de equipamento, de

fardamento, “sobretudo do homem adequado a ser empregado”; tudo isso afetava diretamente a operacionalidade da tropa.

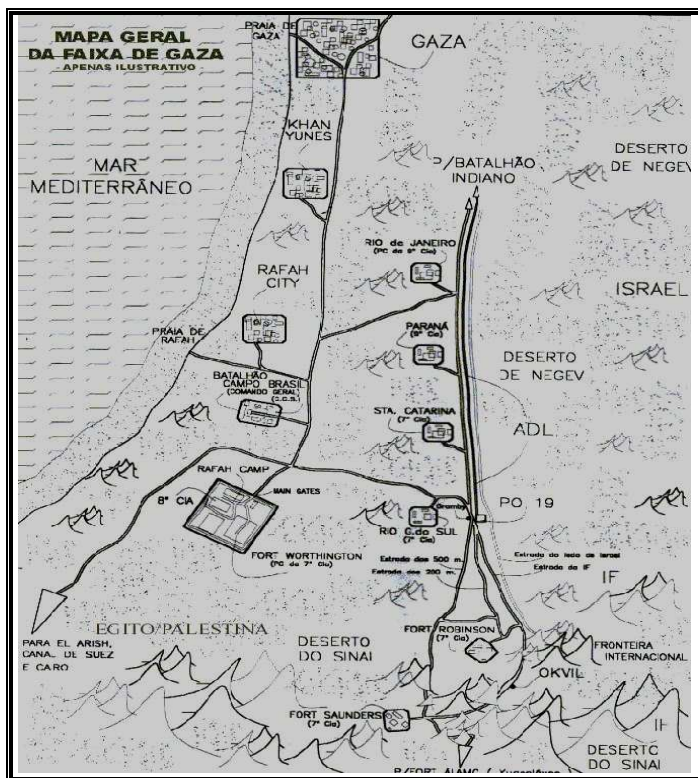
Em virtude disso, e com o intuito de corrigir as falhas observadas nos recrutamentos iniciais, o Exército procurou intensificar os treinamentos de patrulha, os exercícios de tiro e ordem unida, além de oferecer preparação psicológica ainda no Brasil. Entretanto, este diagnóstico só foi possível após o retorno dos primeiros contingentes, com o auxílio dos ex-integrantes do Batalhão Suez.

4 A FALA DE LUGARES E DOS FAZERES

4.1 A missão dos pioneiros de Suez

Nos relatos de memórias dos veteranos, o Batalhão Suez encontra-se redescoberto, povoado de lembranças com “as inesquecíveis aventuras de Suez nos diversos locais da Faixa de Gaza.” Com o intuito de fornecer um detalhamento do conjunto (formação, funções, composição, “aventuras”), eles exercitam o papel de informantes privilegiados, como é o caso de Zouain e Theodoro.

Além de publicar um livro de memórias sobre o que chama de *As aventuras de Suez*, Zouain foi um dos poucos que procurou imprimir à tinta uma representação gráfica do campo de operação da UNEF, desenhando um mapa detalhado da região. Ali estão narrados, com arte e sem escala geométrica, alguns pontos principais da região, como as cidades de Gaza, Khan Yunes e de Rafah City, além da sede do Batalhão e as instalações de *Rafah Camp* (Figura 12). Já o veterano piauiense Oswaldo Oliveira¹²² nada escreveu, mas desenhou, em papel de embrulhar pão, o mapa da oitava Companhia a qual serviu em 1958. É a representação imagética da cartografia dos percursos, dos destinos e dos encontros, no interior da Companhia, conforme será visto nos tópicos a seguir.



De acordo com a documentação oficial e os depoimentos dos boinas azuis, a principal missão atribuída pela Assembléia da ONU aos efetivos da Força Internacional de Paz era impedir a transposição da LDA quer por israelitas, quer por árabes.

Figura 12 - Mapa das Companhias do Batalhão Suez, desenhado a mão por Stans Zouain.

Fonte: Zouain, 2003.

¹²² Oswaldo Oliveira, 1958, 2.º Contingente.

Garantir e supervisionar a cessação das hostilidades entre Israel e Egito; o cumprimento das Resoluções das Nações Unidas; supervisionar e garantir a retirada das tropas que operavam em solo egípcio, e interpor-se entre os beligerantes, na linha da fronteira, a fim de impedir os choques armados. Em suma, manter a paz e a segurança na região do Canal de Suez, particularmente na Faixa de Gaza e na Linha de Demarcação do Armistício (ADL).¹²³

Para desempenhar a tarefa, o Comando Geral da Força, dividiu a Faixa de Gaza em seções; isto é, foi atribuída uma área delimitada a cada um dos batalhões que compunham a Força. Aos efetivos da UNEF cabiam ainda os serviços de guarda nas áreas de Logística e Manutenção da Força, em *Rafah Camp*, no seu pequeno aeroporto na cidade *Khan Yunis*, e ainda no QG da UNEF na cidade de Gaza. Nas ações de patrulhamento, os pelotões utilizavam tropa motorizada e mecanizada. O efetivo da unidade brasileira variou entre 450 e 545 homens, em razão da elevação de maiores responsabilidades territoriais acumuladas durante a Missão.

O primeiro destino do Batalhão foi *Omar Camp*, junto à localidade de *El Ballah*, onde estava localizado o QG da Força de Paz. A adaptação inicial foi difícil no tocante à alimentação, ao estacionamento e ao desempenho funcional. A instrução ministrada ao batalhão enfatizava a educação física, armamento e tiro, ordem unida, organização do terreno, comunicações, higiene e primeiros socorros, instrução geral e idioma inglês. As primeiras atividades do Batalhão foram a guarda de instalações e o policiamento.¹²⁴

4.2 O perigo subterrâneo: as minas de '56

Deve-se ressaltar que uma das principais atividades da UNEF requeria alto grau de especialização, em face do risco que representava para os militares e para a população local. Era o trabalho de localizar e desativar as minas deixadas por Israel na Guerra de 1956. Contudo, nas narrativas dos veteranos, pude encontrar referências não apenas à negligência à falta de instrução especializada dos sapadores *mineiros* brasileiros, mas também sobre as noções relativas aos diferentes tipos de minas encontradas na região. Esta importante atividade dos infantis sapadores de Suez cuja função era retirar as minas deixadas pelo Exército de Israel, durante a guerra de 1956, quando deixou para trás um vasto campo minado nas areias do Sinai.

O então tenente Lessa, que comandou o Pelotão de Sapadores (Pelotão de Minas), em 1958, relata com orgulho sua missão de “limpar o terreno” sobre o qual o Batalhão Suez e os demais puderam desempenhar bem a sua Missão. Tarefa de extremo perigo, desempenhada

¹²³ Para mais detalhes, consultar o site oficial do Batalhão Suez. Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

¹²⁴ Texto preparado pelo Exército brasileiro sobre a participação na UNEF. Para mais detalhes, consultar o site oficial do Batalhão Suez. Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

com poucos recursos e muita coragem, recompensada com a ausência de acidentes entre eles e seus comandados.

O Pelotão de minas brasileiro era a maior fração dentre as suas outras duas congêneres existente na UNEF – as Seções de Minas canadense e indiana. O inglês macarrônico e a necessidade constante de contatos com outros contingentes da Força. Que sacrifício para entender! Quase que por milagre o linguajar da missão era compreendido. E passam a ser frequentes as aberturas de brechas, as neutralizações de minas isoladas, o levantamento de extensos campos minados. Ao final, o acervo conquistado com laurel, a encher de satisfação todos nós, sapadores-mineiros, de justificado orgulho. Aproximadamente mil minas levantadas e, sei lá... quantas outras lançadas. Levantadas no mais preciso dos termos. À mão. Centímetro por centímetro. Na base do bastão de sondagem. Da faca de trincheira, com os próprios dedos. E com a graça de Deus, sem nenhum acidente sério a lastimar.¹²⁵

Além do orgulho e da jactância, no cumprimento das missões a que se propôs, o relato do militar, especializado em desativar minas, revela ainda que, mesmo fora do teatro de guerra de 1956, Israel e Egito continuaram ceifando vidas e aleijando beduínos em sua lida diária pela sobrevivência. Satisfação, alegria, dor e sangue civil derramado compõem o quadro de uma guerra que não havia parado com a ausência dos contendores. As vítimas sucumbiam diariamente, alimentando estatísticas, mas aliviando a consciência de quem foi parar ali para dar vida e esperança. Uma crônica de lembranças alegres e tristes, entremeadas de nomes de figuras que desapareceram com o retorno ao Brasil: “Luiz, Benedito, Edson, Pereira” etc.:

As lembranças afloram mais fortes. Tristes. São quadros da miséria humana entre os refugiados, impostos pela natureza de nossa missão. Quase paz, quase guerra. O menino caído junto a cerca. Dez. Talvez doze anos. – “*Habib, Habib*, o seu chamado de socorro”. Rosto em chagas! Mãos mutiladas! Olhos arrancados das órbitas. Peito perfurado por dezenas de estilhaços. Obra de uma *shumine* egípcia que arreventou suas mãos, no louco afã de abrir uma brecha na cerca que protegia as instalações do Batalhão. A primeira explosão. Exemplo marcante para nós que iniciávamos nesta palpitante atividade. A certeza, ao vivo de que com mina só se erra uma vez. Lembranças doidas. Não é possível, também, esquecer aquele quadro vivido permanentemente em minha memória. Era um Sábado. Quase noite. Eu, o oficial de dia ao Batalhão. Na curva da estrada que conduzia ao portão das armas, diviso um homem empurrando um carrinho de mão. Idoso. Barba e cabelos longos, grisalho, em desalinho. Traje típico de beduíno. Olhos brilhantes. Figura bíblica. No carro uma criança. Peito aberto. Por agasalho, sangue e areia a cobrir os órgãos expostos. Obra de mina do deserto. O Batalhão brasileiro, sua derradeira esperança de socorro. De um impossível salvamento. Enfim, são apenas lembranças. Histórias que povoam minha mente. Algumas tristes! A maioria, porém, de enorme satisfação íntima. Lembranças de homens, feitas de sacrifícios honra e devotamento. De um grupo pequeno de soldados. Pouco mais de uma dezena de sapadores. De nomes, como... Benedito..., Edson, Pereira e muitos outros, simples mineiros de primeira linha que me ajudaram no exercício das minhas funções; e, mais do que isso, possibilitaram ao efetivo do 1º Contingente e dos demais integrantes do III/ do 2º RI (Btl. Suez), a bem cumprir sua missão.¹²⁶

¹²⁵ LESSA, Gen. Luiz G. S. **Memórias de um sapador**. Artigo publicado originalmente em 1990, sem referência de edição. Enviado por e-mail por Theodoro Jr.

¹²⁶ Id. *ibid*.



Figura 13 – Foto do Sapador brasileiro desarmando minas, no deserto do Sinai, 1958.

Fonte: Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

O coronel Iracílio Pessoa, comandante dos três primeiros contingentes enviados a Suez, também, em um depoimento emocional, faz uma descrição de seus primeiros momentos no *front* da Missão. Trata-se de pequeno fragmento de um depoimento dramático e assustador de sua experiência inicial, quando se debatia entre a saudade e a frustração de suas expectativas com a nova realidade, definida como “assustadora” e “chocante”. Na narrativa, aparecem o *menu* da “primeira refeição em solo egípcio”: *uma espécie* de feijão branco, almôndegas, iodo, cigarros e frutas em conserva, uma iguaria preparada havia anos. A “comida enlatada” era de difícil digestão para quem estava acostumado aos pratos refogados no tempero e preparados na hora. Contudo, a pior parte do *cardápio* viria ao acaso, e representava o que a guerra tinha de pior: o consumo de vidas humanas.

Eu não poderia ser um fraco, senão a saudade dos entes queridos, a terrível solidão do deserto e os problemas que apareciam a cada minuto e que teria que enfrentar acabariam por me desequilibrar e levar-me à loucura; o que infelizmente aconteceu com alguns dos nossos colegas, durante os dez anos de Missão. Decididamente, não era isso que eu esperava encontrar; não foi isso que

passaram para mim, aqui no Brasil, durante o período de treinamento... Era hora do almoço, a primeira refeição que iríamos fazer em solo egípcio. Recebemos uma caixa de papelão com a inscrição *US ARMY*, contendo diversas latas, chamadas "Ração Fria", dentro das quais, um produto diferente como feijão branco, almôndegas, cigarros, iodo para colocar na água, papel higiênico, frutas em conserva e outros produtos; tudo com mais de cinco anos de fabricação. Dificilmente, alguém acostumado à comida temperada, conseguiria comer o conteúdo daquelas latas verdes. Como estávamos localizados bem perto da cerca, jogávamos a comida enlatada para o outro lado, na tentativa de matar a fome daquelas infelizes crianças; foi quando uma delas, ao tentar pegar uma das latas que caiu no meio da cerca, projetou-se para o seu interior, tocando em uma das minas que explodiu. O corpinho daquela infeliz criança ficou com a parte superior totalmente destruída; e eu que assisti àquela cena dantesca, além de chorar assustado e de ficar com os nervos a flor da pele, não me conformei com esse tipo de violência, principalmente contra crianças... Eu não conseguia entender o porquê daquelas minas na cerca; eu não sabia da gravidade da missão, eu apenas tinha consciência de que havia ido ali para fazer a paz; e na minha concepção, com os valores que me foram passados, matar criança não é fazer paz. Eu estava me sentindo igual aos soldados de Israel que colocam minas em locais determinados às Forças de Paz, aos fedains e aos terroristas que colocam minas nos pátios escolares. Tudo o que eu havia visto até então, tudo o que me escandalizara naquele quartel e que me dava vontade de sumir pelo deserto a fora não poderiam ser comparados à cena que acabara de presenciar. A terra que subiu foi tanta que, por alguns segundos, nada se via, e o estampido foi tão forte que rompeu meu tímpano direito, tendo perdido, naquele ouvido, 70% da audição. Fiquei apavorado e muito nervoso, mas a injeção que me foi dada e o tempo fizeram com que eu me acalmasse e voltasse à normalidade. Esse mesmo medo, esse mesmo pavor tomaram conta dos colegas que estavam junto comigo, fazendo suas refeições e que presenciaram o fato.¹²⁷

A violência e o terror como cartões de visita para os infantes de Suez provocaram questionamentos, crises de identidade e sequelas físicas e emocionais. Percebe-se que, na mente dos soldados e oficiais do Batalhão Suez, a extensão dos significados e a gravidade da Missão não estavam completamente claros; daí a decepção, o medo, o inconformismo e a certeza de que a realidade em que estavam submersos contrariava e ofendia os sentimentos, convenções morais, sociais ou religiosas que levaram com eles. De início, e após presenciar o acontecimento, estabelece-se um quadro de indignação, perplexidade e o sentimento de revolta que tomaram de conta de Iracílio Pessoa e de seus comandados.

No extrato a seguir, o então segundo-tenente e comandante do Pelotão Rio Grande do Sul, o piauiense Irapuã Soares, descreve, em seu diário, o encontro com as minas, momento em que dois canadenses tiveram morte instantânea, segundo ele, fruto da “audácia destemida” da juventude e do descumprimento das determinações de manter cuidados com os artefatos enterrados nas areias por israelenses e árabes.

Era o dia 27 de novembro de 1964, quando ele descreve em seu diário o cenário perigoso em que viviam: – o perigo subterrâneo e a cena de morte.

¹²⁷ Trecho do depoimento escrito por Iracílio Pessoa, enviado por e-mail por Theodoro. Acesso em: 12 jun. 2008.

Existe por toda esta área grande quantidade de minas anticarro, como relíquia das batalhas entre o Egito e Israel. Constantemente estão saindo recomendações para que os componentes da UNEF não se afastem das estradas. Hoje dois soldados canadenses, viajando em uma viatura, tiveram morte instantânea em consequência da explosão de um destes engenhos, enterrados há anos. Isto ocorreu por os referidos infelizes não terem dado crédito às recomendações de seus superiores. Infelizmente pagaram com a vida uma desobediência.

Com o fim do conflito de 1956, as forças beligerantes deixaram no deserto um rastro de destruição e campos minados. A gramática discursiva das representações desses sujeitos são construídas, misturando o caráter do árabe com o pendor para a religião. Montando um painel com as narrativas, surge um discurso em que o humor do árabe variava com a trajetória das horas. Ali ia desde o humilde pedinte nas cercanias durante o dia ao traiçoeiro noturno, que impregnava o terreno arenoso com minas e surpresas. Ardis e artefatos fatais ceifando vidas, marcando corpos definitivamente, “para você ver o que é o árabe, o que é o islã”. Contra os dois, os brasileiros contavam, segundo o relato a seguir, com a proteção divina “a gente fica até sem saber como Deus nos protegeu tanto”. Constatam-se aí apontamentos da peregrinação religiosa alcançada pela memória do veterano, quando este arrola uma sequência de causos com os perigos provocados por aquela gente a quem cabia proteger.

A guerra era um perigo, mas o jovem não tem medo de pouca coisa não; tínhamos a expectativa de ir e voltar, graças a Deus nós voltamos. Em nosso contingente, perdemos só seis companheiros: um foi assassinado pelo próprio colega (acidente de trabalho), outro afogado, outro queimado, outro de acidente de carro. Quer dizer, nós perdemos seis colegas, apesar de ter ficado algum sem braço, aleijado, louco em explosão de mina. Para você ter uma idéia de como é o árabe, no posto de observação durante o dia, quando davam seis horas da tarde você passava uma tábua no chão para assentar a terra, se quando você chegasse tivesse um rastro, tinha cinco, seis minas enterradas dentro do posto de observação para matar a gente, os árabes faziam isso. Quer dizer, era um povo que a gente estava cuidando da segurança deles, mas mesmo assim eles ainda tentavam nos matar. Tem um episódio que eu vou lhe contar ligeiramente para você ver o que é o árabe, o que é o islã. Certa vez a gente ia para o cinema e o motorista muito cuidadoso viu a [...] (inaudível) desmanchada e parou o carro. Chamou o sargento, que era um baiano que ia conosco para o cinema, enfiou um saco e tinha uma mina de carro (sic) enfiada na faixa. Ele tirou, desarmou, botou em cima do caminhão, entrou no caminhão e falou: “demora aí!”. Volta novamente e tornou a tirar outra bomba embaixo. Eles cavaram próximos e colocaram uma bomba cobriram de areia e armaram outra em cima. Quer dizer, eles fizeram o cálculo que a gente tirava a primeira, mas morria na segunda, é claro que era fatal. Até que o sargento disse: “olha turma, Deus é brasileiro! Vamos embora, vamos ao cinema”. Então são fatos que acontecem assim que a gente fica até sem saber como Deus nos protegeu tanto.¹²⁸

¹²⁸ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Araes em 1 dez. 2004.



Figura 14 - Foto de minas terrestres, minas antitanques, de fabricação Russa, que foram desarmadas nos vários Campos Minados que existiam na área de atuação do Btl. Suez.

Fonte: Acervo do site oficial do Batalhão Suez.

Vale dizer que, embora na legenda da fotografia (Figura 14) haja referência apenas às “minas antitanques de fabricação Russa” (as *Shumine*), usadas pelos egípcios, muitas das que foram encontradas e desarmadas pelos soldados do Batalhão Suez, no vasto campo minado, foram deixadas pelo Exército israelense quando da retirada do teatro de operações.

4.3 Cotidiano e trabalho na fronteira: a ADL e as principais cidades da Palestina

Grande parte dos habitantes da Palestina morava em aldeias e vilas próximas aos batalhões. Era daí que provinha parte dos atores locais que aparecem nas narrativas dos boinas azuis. Mas também havia algumas cidades como Gaza, então a maior cidade palestina, distante cerca de uns 40 a 50 quilômetros do Batalhão brasileiro. Em Gaza, ficava o Quartel General da ONU, a UNEF. Local de trabalho de militares dos sete países, sendo que ali a Suécia possuía o maior número entre civis e militares.

A cidade de *Rafah City* também ficava próxima do batalhão brasileiro. Segundo Zouain, era lá que morava a maioria “dos árabes (os habibes) que trabalhavam para a ONU nos diversos Batalhões, inclusive do Brasil.”¹²⁹ Por último, a cidade de *Khan Yunes*, que era uma pequena cidade entre Gaza e Rafah, a única que não havia tropas da UNEF. Os praças

¹²⁹ Artigo escrito para o site oficial do Batalhão de ZOUAIN, S. & SILVA JÚNIOR, T., op. cit., 2004.

estavam em maior número nas fronteiras. Ali faziam funcionar as leis elaboradas para o momento, e dali é mobilizada grande parte de suas representações sobre “os outros”, reconstruídas neste trabalho.

Embora Israel não tenha aceitado a presença da UNEF em seu território, com o tempo reconheceu a sua existência e até defendia a sua permanência; certamente para além de sua fronteira. Assim, a ADL conferia para toda a sua extensão um status de *corpus separatum* que deveria ser aceito e respeitado por ambos os lados.

Com o passar do tempo o Batalhão brasileiro foi amalhando aqui e ali espaços, controlando parte da infra-estrutura da UNEF, assumindo grandes fatias da cartografia desenhada para a Missão. Entretanto, essa expressão *do mais fazer* não foi acompanhada de aumento de Contingente de praças e oficiais ou de recursos, viaturas e armas. A teia de responsabilidades justapostas está associada ou ocorria com as mudanças internas da UNEF e o abandono da Missão, antes de 1958, da Colômbia, da Finlândia e Indonésia; e, posteriormente, em 1966, do Canadá. De acordo com um texto oficial supracitado, preparado pelo Exército brasileiro, “ao final da Missão, a tropa brasileira já havia ocupado, mesmo por breves períodos, as localidades de El Ballah, El Arish, Rafah, Gaza, Wadi Gaza, Khan Yunis, Abu Sweir, El Kuntilla, Ras El Naqb, Port Fuad e Port Said.”

No novo arranjo de forças que se estabelecia a cada saída desses países, o Brasil foi o participante que mais acumulou área de vigilância. Entre as “novas” e principais atividades atribuídas ao efetivo, tinham “os serviços de guarda nas áreas de Logística e Manutenção da Força, em Rafah Camp; o pequeno aeroporto na cidade Khan Yunis, e ainda no QG da UNEF na cidade de Gaza.”¹³⁰

Na longa correspondência que mantive com Theodoro, que serviu na 9ª Cia, do 10º Contingente no ano de 1962, encontrei a descrição das várias transformações que a UNEF atravessou ao longo dos dez anos da Missão:

Antes de 1965, era outra a disposição do Batalhão brasileiro, em especial a 9ª Cia, que até então era a que tinha maior área na Fronteira do deserto do Negev, para garantir e Patrulhar. Naquela época o Brasil ainda não tinha Pelotões no deserto do Sinai. Até antes de 1965 era da alçada da 9ª Cia, além do Pelotão Rio de Janeiro (PC da Cia.), também da sua responsabilidade o Pelotão Pernambuco, que tinha aos fundos e bem próxima a cidade de Khan Yunes, e o Pelotão Guanabara que ficava além de Khan Yunes, e já próximo a cidade de Gaza. Com o remanejamento da UNEF, a 9ª Cia cedeu os Pelotões Guanabara e Pernambuco para a responsabilidade do Batalhão Indiano, nosso vizinho de fronteira Norte. Em compensação, o Brasil assumiu, então, as novas funções e também os *Forts: Worthington*, *Robinson*, e *Saunders*, passando a diminuir o efetivo e a área de responsabilidade da 9ª Cia, em contrapartida, aumentando a da 7ª Cia. Um remanejamento interno, devemos

¹³⁰ E-mail enviado por Theodoro Jr. Acesso em: 14 abr. 2006.

salientar, sobre o Pelotão Paraná, que até 1965 pertencia a 7ª Cia. E nesse remanejamento passou para a 9ª Cia.¹³¹

Se a descrição e a fala dos veteranos conseguem recuperar apenas alguns fiapos de lembranças perdidas, isso permite passear e visitar imaginativamente alguns lugares em que viveram e trabalharam durante a Missão. Permite ainda conhecer aspectos da geografia local e *do que* se podia fazer em determinados espaços. Certos espaços têm uma memória mais sistematizada; uns são mais recorrentes, outros aparecem em todas as narrativas, escritas ou orais, como a ADL, por ter sido um lugar de trabalho de todo soldado na fronteira. Às vezes, aparecem por determinados eventos de medo, dor ou prazer ou do orgulho *do fazer*. Enfim, a transcrição da memória exprime no escrito *os* detalhes dos afazeres, da guarda, da paisagem e seus elementos.

Há na narratividade uma energia vocabular que se expande em diversos lugares, situações, e convida a imaginar o itinerário dos caminhos do ir e vir e do fazer de cada um, desde a alvorada, as patrulhas, e a bagunça na hora de dormir. Há diversos relatos sobre cada uma destas atividades cotidianas. No exemplo a seguir, o registro traça um panorama visual de uma das guarnições militares brasileiras no Sinai.

A área era contornada por uma cerca baixa, de arame, de quatro fios, em concertinas (espirais de arame farpado), em ambos os lados, isto é, por dentro e pelo lado de fora da cerca. A cada quinhentos metros estavam instaladas Torres de Observação, em madeira, com sete metros de altura, dotadas de holofotes para vigia noturna. Essas torres propiciavam um potencial de observação profunda e ampla. O serviço da guarda, que absorvia parte do efetivo da Cia., constituía-se de postos de observação (PO), diuturnamente, e patrulhas, a pé e motorizadas, além de guaritas fixas, como posto de segurança em três pontos estratégicos. A Guarda era comandada por um Oficial, que fazia a ronda ao longo do período, a cada duas horas, enquanto as patrulha a pé percorriam o perímetro e completavam a segurança. A outra maior parte da Cia. tinha como missão guarnecer e dar segurança ao acantonamento, onde ficava o QG do Batalhão brasileiro, também demarcado em cerca de arame farpado em todo perímetro.¹³²

Através dos depoimentos desses anônimos de Suez, fica-se sabendo de peculiaridades, pormenores, detalhes do cotidiano que organizavam as forças ali presentes. Revelações que dão fôlego à memória do Batalhão, fazendo reluzir camadas de lembranças antes empoeiradas, relegadas nos porões do esquecimento. Aparece a fisionomia dos lugares, podem ser acompanhadas as modificações nos alojamentos militares, a cor do deserto, o verde aqui e ali, a esterilidade imaginada do solo, o trabalho das beduínas, o serviço a ser executado no dia-a-dia, a estética do militar etc.

¹³¹ Correspondência enviada por Theodoro Jr., op. cit., 2004 (grifos do autor).

¹³² Trecho do livro de AZEVEDO, Stelson S. Ponce de. **Em nome da Paz**, que participou do 17º Contingente, enviado por Theodoro. Acesso em: 27 jun. 2006.

A par das atividades concernentes à Missão, havia o serviço solitário e monótono do *Garbage Corporal* (literalmente o Cabo do Lixo), responsável pela coleta, carga e descarga dos entulhos e lixos produzidos em *Rafah Camp*; “Cabo do Lixo “era escolhido a dedo, pois era uma função de destaque em toda UNEF. Era um militar brasileiro, experiente, com formação de Infantaria de Polícia, sério e disciplinado, “bíblia de pouco falar” e firme nas ações. Todos o chamavam de “*Garbage Corporal*”, inclusive o pessoal da UNEF dos outros países que tinham seus Batalhões na Faixa de Gaza. O militar escolhido deveria possuir uma boa constituição física, trazia sempre o uniforme bem cuidado e os cabelos cuidadosamente aparados, apresentação exemplar. Em serviço, portava uma pistola 45 na cintura, e uma submetralhadora INA a tiracolo.”¹³³

De maneira geral, a comunicação nas narrativas é rica, descritiva e produz benefícios ao articular as cenas e os cenários, os atores e seus afazeres, o significado e o significante de, por exemplo, guardar, recolher e dar um fim ao lixo da UNEF. Preciosas “banalidades” cotidianas. Peças cujos enredos esses atores anônimos encenam personagens principais, registros de confiança que dão lugar a ação destes partícipes *apaixonados*, “beneméritos da paz”.

Além de ser considerado um trabalho monótono, há ainda um indisfarçável mau humor, com a vigília ao longo da fronteira física e política entre Israel e Egito, a ADL. Se havia pouco o que fazer, a tarefa geralmente é descrita como de extrema importância e perigosa, pois tinham que “observar e patrulhar a área, evitando que elementos árabes ou judeus cruzassem a linha demarcada na fronteira”. Correspondência oficial entre o embaixador brasileiro na ONU e o ministro do Exército apresenta um pequeno tópico denominado “PROBLEMAS”, que poderiam ser “decorrentes de invasões – árabes ou não –, enfrentar o contrabando de ópio e haxixe, que é recorrente”,¹³⁴ afirmava o diplomata. Este “problema”, por sinal, não constava no plano de execução estabelecido pela ONU para a Missão, mas que deveria ser observado, uma vez que se encontravam na região.

A par da função militar precípua de patrulha, a Missão também agregava um exercício de cunho civil, de atenção e de assistência humanitária aos refugiados palestinos. A escassez de água (*máia*, em árabe) era um dos graves problemas enfrentados pelos habitantes da região, inclusive mesmo pelos boinas azuis. Em virtude disso, era parte da rotina dos militares a distribuição de água e também de remédios à população pobre (Figura 15).¹³⁵ É mister afirmar ainda que a ONU prestava assistência social e humanitária através da UNWRA aos refugiados palestinos desde 1950.

¹³³ Trecho do livro de AZEVEDO, Stelson S. Ponce de, op. cit., 2006.

¹³⁴ Documentos avulsos sobre o Batalhão Suez. Caixa 2. Arquivo Histórico do Exército.

¹³⁵ Theodoro, op. cit., 2006. Deve-se dizer também que um dos pontos do acordo referia-se à necessidade de proteger as populações civis refugiadas durante a permanência das tropas na região do conflito.

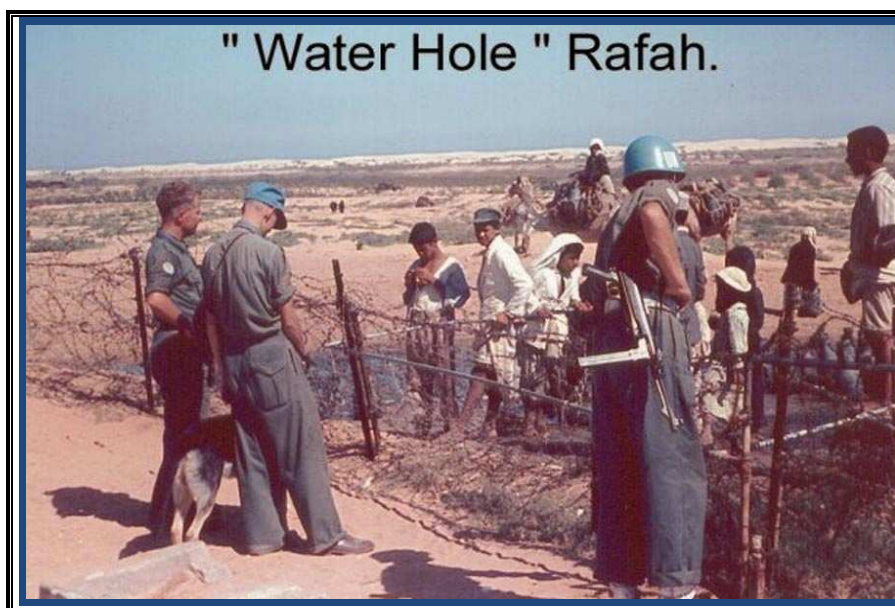


Figura 15 - Distribuição de água no Sinai. Soldados canadenses na distribuição de água para os beduínos.

Fonte: Cortesia do site do Batalhão Suez.

Estatuto de um documento, a fotografia (Figura 15) mostra um pouco do trabalho e da história da UNEF na Missão Suez. A imagem é um instantâneo, não há poses, mas há posições. Roland Barthes estabelece uma distinção entre o *studium* e o *punctum* da fotografia. Isso, por um lado, equivale à distinção entre a fotografia como algo que se apresenta ao *intelecto*, e, por outro lado, a fotografia enquanto algo que se oferece ao *afeto*. A primeira apresenta o *óbvio*; a segunda, o *obtusos* da fotografia; um detalhe que fascina e chama a atenção do observador; como terreno que se pode percorrer e desvendar. Enfim, como campo e objeto de estudo, ela permite ao observador distinguir que entre os que estão do lado de dentro (os canadenses) e os que estão do lado de fora (os beduínos) há mais do que uma cerca a separá-los; há a indiferença e o vazio. Servindo de fundo, o deserto também expressa duas dimensões: emoldura a imagem e as relações entre ambos. A imagem revela um espaço de aridez, de escassez, seja de água, seja de contatos.

Da mesma forma, a legenda impressa – “*Water hole’ Rafah*” – é a variante escrita do discurso pouco sutil que domina *o fazer* da Missão e, de alguma maneira, está presente em todos os depoimentos. Há aí uma “arte de dizer” que denota autoridade e a densidade da obra dos soldados da paz sobre a população local. A imagem da imbricação humanitária e social que estava inscrita na Missão mostra os brancos distribuindo vida e esperança aos “*indians*”, como diria Said, referindo-se aos *habibs* nas fronteiras do Sinai.

Ao observar a imagem (Figura 15), o perigo e as dificuldades na fronteira ficam mais

evidentes, especialmente quando se tem em mente que, além de binóculos e telefone, as sentinelas que trabalhavam nos Postos de Observação avançados (POs) dispunham apenas de armas leves, para autodefesa. Em virtude disso, na estrutura das narrativas dos boinas azuis, a necessidade de expressar, na função fática: apontar as dificuldades, assinalar os obstáculos, nomear os perigos aos quais estavam submetidos, como parte do conflito, e dimensionar para cima – a epopeia – a Missão que, por sua lógica germinal, apenas teriam que observar e separar os dois contendores.

Não foi fácil cumprir a missão, devido a uma série de dificuldades encontradas na área: choque psicológico pela troca da pátria pelo país estrangeiro; com paisagens natural e humana bem diferentes; dificuldades em se expressar no idioma estrangeiro; variações climáticas rigorosas, com temperaturas que oscilavam entre os 50° graus centígrados (de dia) e 0 grau (à noite), além das tempestades de areia; ingestão de água salobra (água do mar tratada); área das mais endêmicas do mundo: lepra, tuberculose e tracoma, entre outras doenças, o que obrigava os efetivos a se submeterem a uma bateria de vacinas para imunização; existência de escorpiões, víboras e outros animais peçonhentos; precários alojamentos em barracas de lona, sujeitos às intempéries; campos minados sem o mapeamento devido, para permitir deslocamentos em viaturas ou a pé, com segurança.¹³⁶

O itinerário de enunciações sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelos boinas azuis pode ser percorrido tanto nas narrativas dos bastidores, quanto nos diários de viagem ou ainda nas páginas dos relatórios oficiais. Estes dão conta das muitas providências que dependiam da aquiescência da burocracia do Estado brasileiro e da Fazenda. Há vários telegramas do comandante Iracílio Pessoa, sobre atrasos de pagamentos dos vencimentos, vantagens e repasses para o BS, nos quais pedia providências de ordem de pagamento e adiantamentos.¹³⁷ No Arquivo Histórico do Exército, pude encontrar vários telegramas, radiogramas e cabogramas, em que o comandante do Batalhão Suez rogava providências às autoridades, para o envio de material de consumo e logístico, além de repasses de verbas, gratificações e promoções de oficiais e recrutas, muitas vezes com atraso de meses.

¹³⁶ Trecho de e-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 1 jul. 2005.

¹³⁷ Em 1958, o ministro da Guerra e do Exército era Henrique Teixeira Lott e o ministro dos Negócios da Fazenda era José Maria Alkimin. Documentos avulsos. Arquivo Histórico do Exército. Caixa 2.

MINISTÉRIO DA GUERRA
3ª/2ª REGIMENTO DE INFANTARIA
EXERCÍCIO DE 1958

3ª VIA

VISTO

Ruy José da Cruz
RUY JOSÉ DA CRUZ - Agente
Diretor

COMANDO
MILITAR
SUEZ

US\$35.595,46

R E C I B O

Recebi da Delegacia do Tesouro Brasileiro de NEW YORK, a quantia de US\$35.595,46 (Trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco dólares e quarenta e seis centes), correspondente a Cr\$1.132.790,80 (Um milhão, cento e trinta e dois mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e cinquenta e seis centavos), destinado ao pagamento do Pessal Militar deste Batalhão, que se acha em missão no Exterior, de acordo com o Decreto Legislativo nº 61/56 e relativos ao vencimentos e Vantagens referente ao período de 1ª a 15 de outubro do corrente ano, assim discriminado:-

VERBA - 1.0.00 - CUSTEIO

Consignação - 1.2.00 - Pessal Militar

S/C - 1.2.01 - Vencimentos de Oficiais.....	Cr\$	119.838,70	-	US\$	3.766,06
S/C - 1.2.01 - Abono para Fardamento.....	Cr\$	11.500,00	-	US\$	361,40
S/C - 1.2.02 - Vencimentos de Praças.....	Cr\$	200.216,60	-	US\$	6.291,54
S/C - 1.2.03 - Etapas.....	Cr\$	68.376,00	-	US\$	2.148,52
S/C - 1.2.04 - GRATIFICAÇÕES MILITARES					
2 - De Tempo de Serviço.....	Cr\$	24.828,00	-	US\$	780,08
4 - De Especialidade de Função.....	Cr\$	17.260,00	+ US\$		542,32
8 - De Paraquedista.....	Cr\$	3.870,90	-	US\$	121,64
9 - De Tropa ou Embarque.....	Cr\$	43.919,30	-	US\$	1.379,84
11 - De Abono Militar.....	Cr\$	29.813,50	-	US\$	936,36
S/C - 1.2.05 - Ajuda de Custo.....	Cr\$	259.650,00	-	US\$	8.158,67
S/C - 1.2.06 - DIÁRIAS					
3 - De Saúde.....	Cr\$	6.357,50	-	US\$	199,78
5 - De Alimentação (fora de sede).....	Cr\$	2.255,00	-	US\$	70,86
6 - De Pousada (fora de sede).....	Cr\$	2.600,00	-	US\$	81,70
S/C - 1.2.07 - Abono de Família.....	Cr\$	22.250,00	-	US\$	699,09
CONSIGNAÇÃO - 1.6.00 - ENCARGOS DIVERSOS					
S/C - 1.6.15 - Representação no Exterior.....	Cr\$	320.055,30	-	US\$	10.057,60
S O M A T O T A L				Cr\$	1.132.790,80
				US\$	35.595,46

OBSERVAÇÕES:- A importância supra citada será comprovada com os recibos individuais, assinados pelos próprios, relativo ao período referido e cujo pagamento se destina a dita importância.-

Acantonamento em Raffah-Egito, 19 de Setembro de 1958

Bartholomeu da Silva Filho
BARTHOLOMEU DA SILVA FILHO - Cap I E Tes do Btl.

Figura 16 - Ofício do Batalhão Suez sobre repasses de verbas.
Fonte: Acervo particular.

MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

DE RAFAH Nr 25 Pls. 65 Dt. 2 Hrs. 1630Z

RECEBIDO DE A2 As 1455 Por AXI BJS

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

CHEFE COMISSAO SUEZ GAB M GUERRA - RIO

CONTRÔLE
537702

647-CMT DE 2 OUT PT PARTICIPO QUE BANCO BEIRUT JAH RECEBEU IMPORTANCIA COMPLETO PAGAMENTO ATEH SETEMBRO VG TODO EFETIVO ANTIGO BTL PT NOSSAS REQUISICOES JAH SAIRAM VG QUINZE DIAS AGOSTO TODO SETEMBRO ET OUTUBRO VG PARA EFETIVO ATUAL PT LEMBRO PREZADO CHEFE QUE TEMOS OF ET SGT QUE RECEBERAM EM PRINCIPIO JULHO SEU ULTIMO DINHEIRO PT

TEN CEL RUY CRUZ CMT 39-29 RI

Com Suez

E ASSINATURA

Figura 17 - Radiotelegrama acusando atraso de pagamento.
Fonte: Acervo particular.

Em que pese os sérios problemas de ordem financeira que passava o Batalhão Suez (Figuras 13, 14), havia outros problemas apontados nos depoimentos orais, como os relacionados com a vizinhança, dos dois lados, que habitava a área: de um lado, a hostilidade de refugiados, as ações de ladrões comuns e dos *fedayins* próximas da fronteira (ADL); de outro as incursões da Força Aérea israelense, que, às vezes, eram seguidas de bombardeio. Esse repertório do perigo iminente seguia em curva ascendente o curso do agravamento do conflito. Do lado dos boinas azuis, o cenário de guerra obrigava as sentinelas dos POs e das patrulhas da UNEF a redobram a vigilância, o que, segundo eles, tornava o trabalho mais exaustivo.

4.4 Entre o épico e o fantástico: a estética discursiva dos veteranos

A história que surge dos depoimentos e das entrevistas está eivada com fatos e aspectos do cotidiano, episódios breves, cenas passadas nos acampamentos e nas ruas das cidades. A memória tecida das missões, vivenciada pelos veteranos, revela as dificuldades e alguns pequenos sucessos. De acordo com a memória coletiva dos soldados brasileiros, “a maneira exemplar com que se desincumbia das variadas missões de guarda, polícia, patrulha, observação e vigilância” destacava o Batalhão Suez entre os demais batalhões, e era digna de elogios do comandante da UNEF. A tropa também era elogiada por ocasião das inspeções logísticas. Aqui a narrativa procura destacar o zelo e a atenção para com os bens recebidos e o “correto” emprego no trabalho no deserto. O reforço recebido em forma de elogio, segundo Theodoro, “tinha reflexos positivos para elevar o ânimo do contingente e a confiança na Instituição brasileira”.

É importante afirmar que, em geral, o nível das narrativas dos veteranos é expresso na função fática; ou seja, eles procuram, em seus relatos, marcar por alusão o sacrifício, o caráter épico da Missão e o papel zeloso e dedicado do soldado brasileiro, na consecução da tarefa maior da UNEF naquele espaço-tempo. Como recompensa “os integrantes dos contingentes, que não tinham punição, eram condecorados pela FENU. Tal medida procurava valorizar os relevantes serviços prestados em prol da paz mundial”. A esse respeito, há uma espécie de consenso coletivo, que funda uma identidade para o grupo: trata-se de um passado com ares de glória, e uma atuação excepcional de cada um e de todos pela paz. O mesmo pode ser observado quando se referem à moral militar; Percebe-se que há ênfase na intensidade da narração, posicionando a Missão em algo fora do comum em suas vidas. Ao tempo em que

criam uma biografia fecunda, face ao papel que desempenharam, abrem espaço para revestir e lustrar a atuação do soldado brasileiro.

Em que pese o espírito de sacrifício do soldado brasileiro, evidenciado em várias oportunidades e nas diversas missões realizadas, com atuação de pequenos efetivos em frentes de 40 a 50 km por subunidade, sob condições climáticas adversas (temperaturas superiores a 47° C durante o dia e frio intenso durante a noite, com tempestades de areia) e escassez de água, torna-se difícil avaliar o moral militar da época. Parece óbvio que esta atuação reflete níveis, no mínimo, adequados de disciplina, preparação psicológica, liderança dos comandantes e confiança no Exército. Consequentemente é lícito supor que tenha havido, na missão, um excelente espírito de corpo e convicção da legitimidade da operação. Por outro lado, permanece a dificuldade em se determinar os reflexos na moral militar da instituição como um todo. Salvo melhor juízo, não parece que haja uma valorização adequada no contexto da História Militar desses eventos, o que indica pouco entusiasmo com relação ao mesmo.

4.5 O *fazer* de cada Batalhão

Ao analisar pormenores encontrados nas narrativas dos veteranos, aparece a descrição dos afazeres reservados a cada batalhão. É interessante observar como eles tecem uma reflexão particular sobre as especificidades que revestem a realização das tarefas, as grandes e as pequenas missões cotidianas, atribuídas a cada um e a todos. Surge aí a economia das “hierarquias das responsabilidades” que cabia aos vários batalhões acantonados no deserto.

Na minha época (1966/1967 – 18° A Contingente), existiam 7 países integrantes: Canadá, Suécia, Noruega, Dinamarca, Índia e Brasil. Os 4 primeiros eram, podemos dizer, “Forças Especiais”, pois cuidavam da manutenção de tudo. Os canadenses eram técnicos em todo tipo de maquinaria. A Noruega e Dinamarca ficavam por conta da saúde. E os suecos por conta da burocracia. Os três países restantes: Índia, Brasil, e Iugoslávia, eram os responsáveis pela segurança, os “Guardiães das Fronteiras” da Faixa de Gaza... muito embora as funções também se misturassem, pois existia um certo número, não muito grande, de brasileiros, Indianos e Iugoslavos nos serviços especiais.¹³⁸

Conforme se percebe, a narrativa de Theodoro e Zouain¹³⁹ procura enfatizar “o estar no mundo”, as especificidades e o grau de importância que revestia o trabalho dos pelotões: aos europeus – os brancos – cabia o serviço “especial”, isso torna o “mundo da UNEF” compreensível a si mesmos. Todavia, não aparece o significado implícito do *fazer* dos outros três batalhões, os “mestiços”. A estes cabiam o trabalho na fronteira, de guarda e vigília na ADL, anteparo entre árabes – palestinos e *fedayins* – e israelenses. Ou seja, o trabalho mais pesado, perigoso e “braçal”, literalmente, posto que também tinham que abrir e manter limpa

¹³⁸ Correspondência com Theodoro Jr e Zouain, Stans em e-mail, nene_theo@yahoo.com.br. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2004.

¹³⁹ Respectivamente, 1962, 10.º Contingente e 1966, 18.º A Contingente.

toda a extensão da ADL. No fragmento a seguir, é possível vislumbrar uma segmentação dos fazeres e das “especialidades” que cabia a cada Batalhão realizar.

Muito embora, ao final da Missão, o Batalhão brasileiro já contava com um relativo conforto, comparado aos primeiros anos; as imagens a seguir mostram que os oficiais canadenses tinham uma comodidade relativamente superior, em se tratando de locomoção e acomodações para seus oficiais e praças (Figuras 18, 19). O prédio estava localizado em frente à praia de Gaza, reservada para usufruto dos militares daquele país. Em que pese a segurança do prédio, podemos observar a frota de carros modelo Citroën, à disposição.



Figura 18 - Residência de oficiais canadenses. Prédio em que residiam os oficiais canadenses, em Gaza, tendo o Mediterrâneo ao fundo.
Fonte: Acervo disponível em <www.batalhaosuez.com.br>.



Figura 19 - Interior da 9ª Cia, 1966. Barracas de alvenaria substituíram as de lona; permitiam mais conforto para os soldados.
Fonte: Acervo Coimbra.

A ordem dominante no concerto da UNEF aparece metaforizada no texto dos veteranos seja como “serviços especiais”, seja como “guardiães da fronteira”. Assim sendo, o mundo dos afazeres dificilmente colocaria os batalhões frente a frente; o princípio da paridade de funções e de importância de cada batalhão nunca existiu; ou seja, cada batalhão estava ali com fins e propósitos bem definidos pelo Estado-Maior da UNEF, como também não há qualquer dúvida para os veteranos do que deveriam fazer na Missão, não há qualquer crítica a esse respeito. Essa economia discursiva se generaliza para os demais. Nesse sentido, o veterano Manuel, batendo fortemente a mão no braço esquerdo, afirma orgulhoso o caráter da missão que cumpriu: “aqui corre sangue de herói”.¹⁴⁰

De forma geral, nas descrições sobre *o fazer* na Missão, há o cuidado em estabelecer *o fazer* e o lugar dos batalhões que permaneceram durante os dez anos da Missão. Assim, eles procuram organizar de forma pedagógica a existência de cada um e de todos na estrutura semântica da composição do Batalhão Suez e das unidades da UNEF. Entretanto, no caso da disposição dos Batalhões de fronteira, a linguagem que utilizam não ultrapassa a força descritiva nem consiste em abrir fendas do que, de fato, cabia a cada batalhão. Não esbarram no conteúdo implícito que provê os sentidos político e lógico da Missão. Sua erudição confere formidável reforço no valor atribuído ao fazer e às práticas cotidianas. Observa-se, deste modo, o predomínio da elipse, o desvio a-crítico, que transforma as falas em uma espécie de narrativa cuja existência dos atores e dos cenários é subtraída da realidade.

Ao analisar o volume das atividades e operações no conjunto da Força da Emergência, os veteranos Zouain e Theodoro descrevem a Índia, Brasil e Iugoslávia pelo epíteto de os *Guardiães das Fronteiras*. Isso pode ser explicado, em primeiro lugar, pela função que cabia a cada um deles: guarnecer, vigiar, separar, não permitir as transgressões; enfim, acalmar a “barra pesada”. Brasil, Índia e Iugoslávia coincidentemente eram os países periféricos. Fosse do ponto de vista da correlação de forças no espaço político internacional, fosse no papel que cabia aos batalhões integrantes da UNEF, “pau pra toda obra”. As especialidades estavam ao encargo dos “brancos” da Missão. O controle, o manuseio, a distribuição de bens e da produção, além dos serviços médicos e burocráticos eram preeminência dos canadenses e dos nórdicos – Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Enquanto os três países restantes entravam com a força física; “os outros” ficavam na retaguarda, servindo como mantenedores e operadores da *intelligentsia* da UNEF. Sem embargo destas hierarquias, todos tinham importância vital para o funcionamento da Missão; e não se pode afirmar que ali havia “trabalho menor” ou “menos importante”.

¹⁴⁰ FERREIRA, Manuel. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 21 ago. 2004.

Ao estabelecer uma gramática do poder sobre cada um e sobre todos, pode-se ver que ela tinha regras que definiam a posição de cada Batalhão. Assim, ela tinha uma lógica, um lugar arbitrário e uma significação a serem seguidas rigidamente, mas que não foi percebida – ou escamoteada – pelos boinas azuis em suas narrativas.

Observa-se que, sob este aspecto, e levando-se em conta as falhas de memória, as narrativas são marcadas por elisões e supressões. Dessa maneira, sobressaem o autoelogio, a vanglória do fazer o que tinha que ser feito, a satisfação do dever cumprido. Essa era a cosmologia do “mundo da UNEF”, fato que não caberia aos batalhões questionar. Nada a exigir na degustação do cardápio oferecido a cada um. Nada a pedir, além do exercício de sua função e dos padrões que descreviam o papel individual no palco em que atuavam. Não sem razão, Brasil, Índia e Iugoslávia contribuíam significativamente com efetivos para aquela missão de manutenção de paz, embora tivessem recursos econômicos limitados. Na soma das trajetórias e dos sucessos que alcançaram, nota-se que eles se sentem recompensados; daí o investimento dos sujeitos da pesquisa em resgatar os elogios recebidos dos comandantes. Os comandantes da Missão conheciam as características e peculiaridades de cada batalhão, e, com base nisso, distribuíram os três países nas áreas mais difíceis e perigosas do ponto de vista operacional. Os elogios revelam, outrossim, o sucesso alcançado no ambiente em que estavam inseridos. Esse reforço era uma forma útil para agregar conforto e a certeza de que o trabalho estava sendo realizado a contento pelos infantes nas bordas do perigo. Os três batalhões estavam física e militarmente bem preparados e/ou adaptados para suportar as adversidades sob as condições climáticas da região.

De modo geral, nas narrativas, aparece uma posição conservadora, e além de defensiva, não crítica desta História do Batalhão Suez. Este é um ponto de contato entre todos os depoimentos analisados. Há uma preferência discursiva clara: não criar tensão com o axioma da Missão, que distribuía homens e tarefas no centro e nas bordas da Palestina. Prevalece a anuência com o que foi decidido pela UNEF, pois isto, provavelmente, vale mais do que arrolar críticas ao muito do que tinham a fazer, posto que o fizeram com eficiência e satisfação. Essa tendência está presente em todos os depoimentos orais e escritos que manuseamos. Geralmente, os veteranos se comprazem com enunciados solenes sobre a Missão e o papel de cada Batalhão, Companhia, pelotão ou de cada patrulha. Dos apontamentos sobre o que fazer, surge um uma forma discursiva hiperbólica, um apanágio da atividade funcional criadora coletiva, da UNEF, e de cada Batalhão ou mesmo do trabalho do pracinha na ADL. Esse é o caráter econômico do discurso, o *valor maior* de estar lá.

Os elogios do comandante da FENU ao Batalhão Suez destacava a maneira exemplar com que se desincumbia das variadas missões de guarda, polícia, patrulha, observação e vigilância. De forma idêntica, a tropa era elogiada por ocasião das inspeções logísticas, o que contribuía para elevar o ânimo do contingente e a confiança na Instituição brasileira.¹⁴¹

A narrativa de Zouain revela o caráter funcional com o qual procura enunciar o trabalho na Missão; forma retórica que também perpassa o relato dos outros veteranos entrevistados; ou seja, a necessidade de fazer de sua fala algo didático e cognitivo; enfim, deixar claro alguns pormenores “para aqueles que não estiveram lá”. Tem-se aí uma identidade discursiva que ostenta vaidade, orgulho e comemoração. Esta é a preeminência do modelo discursivo que encontramos em todas as entrevistas. Sem embargo do caráter generalista para definir as trajetórias de cada um, Zouain procura demarcar, classificar, dar o tom para conversas e iniciar bate-papo.

Na verdade [a palavra] “Contingente” é o nosso ponto de referência, quando conversamos com algum companheiro sobre o Batalhão Suez: *Qual o seu Contingente?; No seu tempo havia isso ou aquilo?; No meu aconteceu tal coisa!* Normalmente os companheiros de Suez, que não se conheceram lá, têm esse tipo de começo de conversa. Durante aqueles anos, o Batalhão Suez foi sofrendo modificações das mais diversas formas, por isso cada Contingente tem a sua GRANDE HISTÓRIA.¹⁴²

Na vasta correspondência com o veterano paranaense Theodoro, este discorre aqui e ali sobre o que chama de “coisas” e “magias de Suez”, para qualificar seu trabalho na Missão. Noções afetivas que, no limite, ele pressupõe marcar a passagem de todos os outros companheiros. Apaixonado por esta rica experiência de sua vida, ele procura, nos dias atuais, estender os tentáculos da memória coletiva, ainda viva, no intuito de enriquecer as “aventuras de Suez”, contatando o maior número de ex-integrantes.

O trabalho nas bordas da ADL a transforma em um espaço de vigilância e de cumplicidades. Muito embora, conforme dito anteriormente, qualquer tipo de contato informal ou de amizade com os nativos era proibido; mas eles ocorreram, tanto no campo verbal como no gestual, especialmente com os árabes. Em suma, em todas as entrevistas orais e depoimentos escritos, o trabalho na Missão é descrito como de grande responsabilidade. A maior recompensa era saber que estavam cumprindo bem os termos da *sentença*; ou seja, um infante servindo a sua missão, fazendo aquilo que era mandado. Percebe-se prazer, contentamento, quando avançam rumo ao interior da Memória da Missão. Nossos sujeitos

¹⁴¹ Texto produzido pelo Exército Brasileiro sobre a Missão. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2005.

¹⁴² ZOUAIN, S. & SILVA JÚNIOR, T., op. cit., 2004 (no original).

gostam, sobretudo, de contar as “aventuras de Suez”. Assim, o passado nos chega ao presente e a memória se constitui. Dedilhando os fios da memória, eles nos põem a exercer a ciência das interpretações, especialmente quando sustentam suas histórias, suas crenças, suas representações. Trata-se de um rico arsenal, rememorado de palavras, gestos, pausas, ações, espaços e regras do cotidiano da Missão; elementos de suma importância no trabalho de resgate da Memória e da *invenção* do Batalhão.

4.6 Uma breve história da saúde do Batalhão Suez

No contato com os veteranos e seus diários e acervos fotográficos, pudemos observar que também “existe” uma história e uma memória bem documentada da medicina praticada pelos batalhões da UNEF. Para apreciar um pouco desta especificidade, faz-se necessário conhecer elementos da realidade em que viveram. Em parte, esta memória remete não apenas às ações empreendidas na cura e na prevenção das doenças, mas também ao repertório das carências protéicas, físicas e materiais dos habitantes locais; e, por fim, às carências pessoais dos integrantes da tropa. As fotografias mostram postos de saúde, aparelhos cirúrgicos, médicos em ação e as tecnologias de então. Através das narrativas, pudemos perceber que a prática médica da UNEF está ligada à geografia e à realidade social e cultural da região. Louis Pasteur, em seu leito de morte teria dito que “o vírus não é nada, o terreno é tudo”; ou seja, os vírus precisam de um ambiente ou terreno favorável para se multiplicarem e gerarem doenças. As condições ambientais e socioeconômicas em que viviam os beduínos do Sinai favoreciam sobremaneira o surgimento e multiplicação de vírus e bactérias causadoras das doenças enumeradas nas narrativas.

O serviço de saúde do contingente brasileiro estava a cargo da Companhia de Comando e Serviço. A CCSv tinha ali uma seção de saúde, com pequena equipe composta de um sargento e um soldado atendente, que cuidavam apenas das ocorrências leves nas Companhias de fronteiras. Os casos mais graves e que necessitavam de hospitalização eram encaminhados para o hospital da Força de Paz em Gaza, e até mesmo para Israel, como aparece no trecho de um e-mail que trata do falecimento de um boina azul, nos idos de 1962, vítima de tiro acidental quando os soldados comemoravam a notícia de que ficariam apenas mais três meses na Faixa de Gaza. O revólver de um soldado teria caído ao chão e disparado, atingindo-lhe na perna, e ao outro soldado, gravemente, no fígado. No pequeno inciso, fica clara a precariedade de atendimento da seção de saúde, e aparece na narrativa o convênio que permitia o atendimento dos casos mais graves em Israel.

Todos correram para atender os dois feridos, e o Arno já estava com a mão na barriga e sangrando. Os dois acidentados foram, de imediato, levados ao Campo Brasil, PC do Batalhão Suez, e de lá o Arno foi transportado para atendimento em Israel. O soldado Ligiere, com ferimento de menor gravidade, foi atendido no próprio Campo Brasil, onde foi curado. Soube-se, depois, que o Soldado Ligiere foi preso e respondeu a inquérito; em seguida, foi repatriado ao Brasil antes de terminar sua missão. Logo após o acidente no PC da 7ª Cia Batalhão Suez, o ARNO foi levado às pressas para Israel (Tel Aviv), uma vez que nossas instalações de atendimento de saúde eram muito precárias. Passou por uma cirurgia de emergência, porém não resistiu e veio a falecer. Havia uma espécie de Convênio e comunicação com Israel, para atendimento hospitalar nos casos mais graves. Outros brasileiros que tiveram problemas de saúde na Missão foram levados para o atendimento médico especializado na cidade de Tel-aviv, em Israel. Portanto, ficamos sabendo que o Arno faleceu, após operação em Israel, no dia seguinte ao acidente, por não resistir aos ferimentos que a bala do revolver, disparado acidentalmente, lhe proporcionou, atingindo-lhe o fígado.¹⁴³

Através dos documentos enviados por e-mail e dos que construímos pela História Oral, pudemos observar que, durante a participação brasileira, nosso Exército também enfrentou vários problemas na logística operacional de saúde. Isso ocorria em virtude da concentração de várias doenças endêmicas na região da Faixa de Gaza, como, por exemplo: lepra, febre amarela, tuberculose e tracoma. Em face do trabalho solidário na fronteira, das condições socioambientais, ao longo da Missão, foi necessário tomar “medidas preventivas, no combate a problemas relacionados com a aclimatação, a psiquiatria, ao controle de doenças transmissíveis, a prevenção de acidentes e de saneamento” (Figura 20).¹⁴⁴



Figura 20 - Ambulância do BS, em 1957-58.

Fonte: Acervo do soldado Orisvaldo Dias, destacado com a seta.

O Batalhão Suez era dotado de uma viatura para transporte de doentes, como se pode ver na fotografia (Figura 20). Já o posto de saúde era equipado com gabinete dentário e laboratório de análises. A pequena história da medicina do Batalhão Suez requer a nomeação

¹⁴³ E-mail enviado por Theodoro a um sobrinho do soldado Arno sobre o acidente que matou o boina azul em 1962. Acesso em: 25 jul. 2008.

¹⁴⁴ Relatório Oficial do Exército. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2005.

das terapêuticas e de suas epidemias ali existentes. As doenças de maior incidência na tropa brasileira, por ordem de frequência e importância, eram as doenças psicológicas, o tracoma, as verminoses, alergias, hepatite, doenças respiratórias e de pele. Neste sentido, foram tomadas algumas medidas para tentar amenizar o quadro, com medidas de higiene rígidas por parte da UNEF: cortes de cabelo, cuidados com o manuseio de alimentos, tratamento da água que consumiam e algumas melhorias no conforto das instalações em que viviam. A seguir, vê-se a fotografia que mostra o que seria a Brigada de Incêndio de uma das companhias do Batalhão Suez (Figura 21).



Figura 21 - Brigada de Incêndio do Batalhão Suez, 1958. Soldado posa ao lado da Brigada de Incêndio.
Fonte: Cortesia Oswaldo Oliveira.

Observa-se que embora esteja localizada em um ponto central, na imagem (quase um instantâneo), sobressaem a descontração do soldado, posando seminu e a extrema precariedade dos equipamentos à disposição dos brigadistas, caso necessitassem debelar algum incêndio. Além do sino de advertência apenas uma mangueira e baldes para carregar água.

Com o avanço da Missão, as Companhias militares passaram por melhorias, e tornou-se, inclusive, uma necessidade a realização de exames médicos periódicos da tropa, visando detectar o mais precocemente possível, qualquer problema capaz de comprometer a saúde do

indivíduo e do grupo. A esse respeito, o veterano Francisco Ferreira (Sr. Chicó) revela que, mesmo antes da viagem:

Foi todo mundo vacinado contra tudo. Contudo, eu acho que essa minha saúde de ferro, com a idade que eu tenho, foi devido ao *horror* (sic) de vacinas que eu tomei. Estou com 69 anos e não sinto nada. Nós tomamos vacina até no couro cabeludo da cabeça. Era vacina sobre tudo (sic), sobre o tétano, que no Egito tem muito, disenteria, sobre tuberculose, sobre a coisa que a gente leva um corte para sarar rápido, e lá ninguém adoecia não. Os árabes também não adoecem, era muito difícil você ver um árabe doente. A doença do árabe é a do olho, doença de olho, porque na época do inverno tem muita mosca. Nós pelos menos usávamos um saco como um véu na cabeça na época do inverno, para as moscas não sentar (sic) nos olhos.¹⁴⁵

Na narrativa supracitada, aparece o cuidado com a medicina preventiva da UNEF contra um repertório de doenças que os esperavam no ambiente do deserto. A vacina como mecanismo de resistência biológica contra epidemias já enraizadas naquele meio ambiente. Sob este aspecto, é digna de nota a preocupação com o *continuum* dos hábitos cotidianos. A lembrança do veterano piauiense – Sr. Chicó – alcança inclusive a sucessão das estações, e sublinha os artefatos para conviver com uma realidade hostil. O registro destas confidências está embotado de saudade daquele passado, cujos laços amainaram, mas não se romperam nem perderam a cor e o brilho, em face do desgaste provocado pelo tempo. Mas esta história também se abastece dos acidentes de trabalho, como se pode comprovar no trecho a seguir:

Tinha um soldado nosso que perdeu uma perna. Ele estava de serviço, eu estava até de serviço no Posto três, e ele estava no Posto Quatro, a uns 70 a 80 metros de mim, quando ouvi o disparo. Ele estava mexendo lá no fuzil, o fuzil disparou acima do joelho e bala saiu de perna a baixo, ele perdeu a perna. Teve um lá que morreu queimado dentro da cozinha, o botijão de gás pegou fogo e ele morreu incendiado.¹⁴⁶

O Quadro 2, a seguir, apresenta um resumo das baixas ocorridas durante os dez anos da Missão. O número de mortes de militares durante a Missão – sete soldados – é relativamente pequeno, especialmente quando se compara com outros batalhões, como o indiano, que, somente na Guerra dos Seis Dias, perdeu 14 soldados, enquanto o Brasil perdeu um cabo.¹⁴⁷

¹⁴⁵ FERREIRA, Francisco. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 31 ago. 2004.

¹⁴⁶ VIEIRA, Orisvaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 20 dez. 2004.

¹⁴⁷ No quadro não está contabilizada a morte do soldado do Primeiro Contingente, em 1957, ainda na viagem, por motivo de enjôos.

Data	Motivo	Consequências
07 maio 1957	Explosão de mina em estrada (sabotagem)	1 Vtr 2 ½; 1 soldado ferido
07 maio 57	Explosão de mina AC em estrada	1 Vtr 2 ½; sem feridos
07 maio 1957	Explosão de mina em estrada (sabotagem)	1 Vtr 2 ½; escoriações
02 jun 1957	Afogamento na praia de RAFAH	1 soldado morto
20 maio 1957	Explosão de fogão em PORT FOUAD	1 soldado morto
12 abril 1958	Explosão de mina na PC do Batalhão	1 menino morto
23 abril 1958	Disparo de Mtr INA	1 soldado morto
25 jun 1958	Acidente com Vtr	1 Cabo ferido
16 julho 1958	Disparo de arma pela sentinela contra 1 soldado brasileiro	1 soldado morto
09 ago 1958	Explosão de granada, provocada	2 soldados feridos
05 junho 1967	Guerra dos Seis dias	1 soldado morto e outro ferido

Quadro 2 - Batalhão Suez, acidentes com perdas e ou baixas - 1957-1967.

Fonte: Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

As tropas canadenses que chegaram ainda em 24 de novembro de 1956, e ficaram em solo egípcio até a primeira metade de maio de 1967, quando foi pedida a sua retirada, contabilizaram um número bem superior ao do Batalhão indiano. Durante os dez anos no Sinai, 32 canadenses perderam suas vidas, servindo nesta primeira força de emergência.

4.7 Sinai 50° e a paisagem adversa

A longa duração de tempo, desde o retorno, não conseguiu apagar a rica experiência vivenciada na distância geográfica nem as sequelas dos momentos de desterro. A visão de companheiros sofrendo as dificuldades advindas do ofício ainda está enraizada na memória dos veteranos. O Sr. Chicó fala sobre o que chama de “garfa”, cuja denominação correta é “*cafard*”, ou seja, “loucura do deserto”. O “excesso de serviço, o isolamento e a debilidade física” na ADL eram condições peculiares que podiam levar os pracinhas a estágios de fraqueza mental, fobias, alucinações e momentos de fúria. Nas narrativas e nos depoimentos escritos, estão impressos os casos de depressão e distúrbios de alguns deles. Isso exigiu, além de infectologista, a presença de médicos especialistas na área de psiquiatria. A fala sobre os lugares, o deserto e o serviço na ADL são referências básicas dos momentos de solidão e das maiores dificuldades. O deserto, a ADL, as cidades percebidas a distância são pontos onde atacam suas memórias. Então, as condições de vida e de isolamento, especialmente no

serviço de guarda e patrulha, provocavam instabilidade emocional como pode ser visto no trecho a seguir.

É ruim, porque tinha muita gente que *atacava* (surtava) chamada *garfa* (sic). *Garfa* é você ficar pensando e alopra, fica doido querendo brigar com os outros. Existiu isso lá. Eu não, porque levava o tempo somente em rir e contar piada, para passar o tempo; mas teve, inclusive, um sargento que atacou *garfa*, devido à solidão.

Em suma, as narrativas esquadriham a vivência em “um mundo” inseguro, perigoso e “perturbador”. A paisagem prosaica e quase inativa do deserto, os agentes “perigosos” e o viver longe da pátria e dos amigos e familiares traziam reflexos, durante e mesmo depois, no retorno ao Brasil. Ou seja, “havia o choque psicológico, advindo da troca da pátria por um país estrangeiro, com paisagem e povos diferentes, sem contar a dificuldade de comunicação nos idiomas da região: o inglês e o árabe.”¹⁴⁸ (Figuras 22, 23).



Figura 22 - Encontros de soldados israelenses e brasileiros na ADL, marcados geralmente pelo medo e pela mudez entre ambos.

Fonte: Disponível em: <[www. Batalhaosuez.com.br](http://www.batalhaosuez.com.br)>. Acesso em: 23 maio 2007.

¹⁴⁸ Relatório do Exército brasileiro. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acesso em: 14 nov. 2005.



Figura 23 - Encontros de soldados israelenses e brasileiros na ADL, marcados geralmente pelo medo e pela mudez entre ambos.

Fonte: Disponível em: <[www. Batalhaosuez.com.br](http://www.Batalhaosuez.com.br)>. Acesso em: 23 maio 2007.

Não sem razão, a região onde o Batalhão Suez cumpriu sua missão foi apelidada pelos soldados de “Sinai 50º”. Em que pese as drásticas mudanças de temperatura, o local era extremamente perigoso, pois, além de ser zona de guerra, também era considerada pelos veteranos como uma das mais endêmicas do mundo.¹⁴⁹ O encontro inesperado com guerrilheiros bem armados de ambos os lados também constituía fonte de tensão entre os soldados, como pode ser visto nas fotos (Figuras 22, 23). Os relatos orais e escritos estão perpassados pelo repertório das dores, angústias e dilemas pessoais e coletivos. É a memória comum dos desafios enfrentados, revelando traços da economia das dificuldades; um panorama sobre o ambiente, o alimento, as condições de vida, a guerra, o cotidiano de permanente insegurança.

A ingestão de água salobra (tratada do mar); a convivência com escorpiões, víboras e outros animais peçonhentos; os precários alojamentos em barracas de lona, sujeitas às variações do clima; os campos minados; a hostilidade de muitos refugiados que habitavam a área; a permanente insegurança ante as ações de ladrões comuns; a insistência de algumas facções árabes de se aproximar da ADL, obrigando as sentinelas e as patrulhas a redobram a vigilância, o que tornava o trabalho mais intenso; as incursões da Força Aérea Israelense, muitas vezes seguidas de bombardeios, e o perigo iminente de agravamento do conflito, tudo isso gerava um grande *stress*.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Conforme dito anteriormente, na região onde a UNEF estava estacionada, comumente ocorriam doenças como a lepra, a febre amarela, a tuberculose, o tracoma e outras.

¹⁵⁰ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 7 mar. 2006.

Em suma, as lembranças sobre as condições de saúde repousam nas doenças, nas condições de higiene, nos hábitos alimentares e nos elementos que compunham o espaço onde viviam os habitantes locais. Mas também nas condições de trabalho. É aí que a memória recolhe a sua seiva para coligir os testemunhos do passado. O *estar* no Oriente Médio é descrito com um misto de alegria e tristeza. Estar lá era pisar no terreno da alegria com o inusitado, o diferente e o “exótico”; e da tristeza, pela saudade da família e do país. O veterano Coimbra revelou fragmentos dos momentos de solidão a que todos eram acometidos. As correspondências que chegavam se inscreviam no jogo social que mantinham com o distante Brasil. O avião do Correio Aéreo Nacional (CAN) trazia notícias, revistas, jornais, e bens de consumo para os saudosos de Suez. As cartas eram lidas com avidez em conjunto ou na solidão de suas barracas. Coimbra lembra que havia um cantinho especial em que vários boinas azuis se recolhiam para ler as correspondências: era o que ele chama de *a Praça da Solidão*, localizada no pátio central da 9ª Companhia.



Figura 24 - Veterano na “Praça da Solidão”. Coimbra “matando as saudades” de casa e dos amigos.

Fonte: Arquivo pessoal do veterano Coimbra.

Em uma correspondência ainda no início da Missão, há a informação de que o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) B-17 passaria a ser enviado mensalmente pelo Ministério da Aeronáutica ao Egito. O oficial no Brasil perguntava se havia “aeroporto no Sinai ou na Faixa

de Gaza, ou se o avião deveria descer no Cairo”.¹⁵¹ Aqui se pode observar que, mesmo iniciada a Missão, ainda há o desconhecimento oficial de detalhes da área de desembarque e de operações do Batalhão Suez. Em resposta, o embaixador Freitas-Valle escreve que o avião “deveria viajar desarmado” (sic), e que “seria conveniente que o avião trouxesse jornais, revistas e livros de que necessita o Contingente para sua recreação”.¹⁵²

4.8 O jeito brasileiro nas patrulhas noturnas

Durante o dia, o serviço de guarda era nos POs. À noite, eram realizadas patrulhas a pé e motorizada; um serviço descrito como perigoso, pesado e desgastante. A árdua lida na fronteira, as intempéries do clima e o senso de oportunidade engendraram uma situação propensa à prática do desvio e das inconveniências. Encontrei, em alguns depoimentos, referências a táticas e práticas que produziam o deslocamento das ações e davam margem a arbitrariedades e manipulações, mas que cedo foram descobertas pela patrulha da UNEF. O *jeitinho* posto a nu, revelado no escuro da ADL. A esse respeito, o veterano Cipriano revela as astúcias de soldados, na tentativa de burlar etapas dos fazeres de patrulhamento noturno, através da *realização transgressiva*. O fazer elíptico trapaceando percursos, perturbando metas a cumprir. Maneira de navegar diferenciada de enfrentar o espaço oficial, a ordem e as dificuldades ali contidas. Economia de esforços, elementos que constituem o rol de ações cotidianas enredadas no cipoal de leis, muitas vezes, imprecisas.

A luta contra o recolhimento e a aceitação tácita do fazer, a manipulação do espaço e da tarefa, consubstanciam uma configuração com vistas a almejar benefícios práticos – cumprir a empreitada, fugir do frio e das longas caminhadas etc. – com alguma vantagem, em um regime do apartado. “Um jeito de fazer as coisas”, “de resolver problemas” que, de forma peremptória, não vingou na ADL: foi descoberto e reprimido pelas patrulhas da UNEF.

Dois meses em Rafah, depois fui para Gaza. Então, durante o dia passavam-se num posto de observação, protegidos por sacos de areia e durante a noite um posto de escuta, e um patrulhamento interligando os postos de observação dos três Pelotões que estavam na linha de frente da nossa Companhia. E a cada três horas uma patrulha fazia o percurso de três horas; então eram três patrulhas por noite, completando de seis da tarde às seis da manhã. O percurso do serviço na fronteira, que é simplesmente essa vala aí. Então, nesse período, o que bulia com a gente, maltratava mais a gente era a queda de temperatura. Lá chega a dar trinta graus de diferença do dia para a noite na temperatura. Durante o dia é quente, chega a cinquenta e dois graus; e à noite cai para vinte e poucos; é uma diferença muito

¹⁵¹ Telegrama datado de 8-11 de março de 1957, enviado ao embaixador brasileiro na ONU, Cyro de Freitas-Valle. Documentos avulsos. Caixa 2. Arquivo Histórico do Exército.

¹⁵² Resposta datada de 14-16 de março de 1957, pelo embaixador Freitas Valle. Documentos avulsos. Caixa 2. Arquivo Histórico do Exército.

grande de temperatura. Nesse período, você sabe que o brasileiro tem seu jeitinho, esse é um fato que também a gente não esquece. Essa patrulha tinha que fazer um percurso de aproximadamente 15 km em três horas, em torno de 15 km de ida e volta; sete e pouco para ir e sete e pouco para vir. Aí no tempo do frio que chegava até zero grau, a gente não ia até o fim do percurso, voltava e tinha um jipe que fazia a ronda do pessoal da ONU; e descobriram que nós não íamos até o fim do percurso. Aí eles inventaram de colocar uma bandeira no fim do percurso para o Pelotão trazer a bandeira; cada Pelotão uma bandeira. Aí descobriram que um Pelotão ia lá e trazia a bandeira dos três. Quer dizer, são fatos também que a gente não esquece. Resultado: eles descobriram, porque [eles] foram três horas da manhã e não tinha mais nenhuma bandeira. A primeira patrulha que foi lá à *boca da noite* (sic) trouxe as três bandeiras. Eles obrigaram a pegar só uma bandeira, cada bandeira eles iam pegar no Pelotão pela manhã e sabiam que o Pelotão tinha ido até lá fazer a patrulha, isso com medo do frio, o jeito de brasileiro.

Essa maneira de manipular o espaço e enfrentar a autoridade exigia temperança do soldado na lida com o controle e a segurança da UNEF. Capitalizar vantagens, expandir o terreno, deslocando-se aquém do necessário e do estabelecido. Procuravam dominar o tempo e o espaço, circunscrevendo uma nova gramática no fazer que lhe cabia, desvirtuando a tarefa, navegando sornateiramente nas margens do poder estabelecido, entre dois vizinhos inimigos, circulando sem ser vistos, táticas da esperteza circunstancial. A descrição destas estratégias é, no limite, a expressão da resistência aos controles estabelecidos na ADL; são os mapas da existência e do ir e vir de alguns “espertos” no fazer das patrulhas ou no interior dos quartéis.

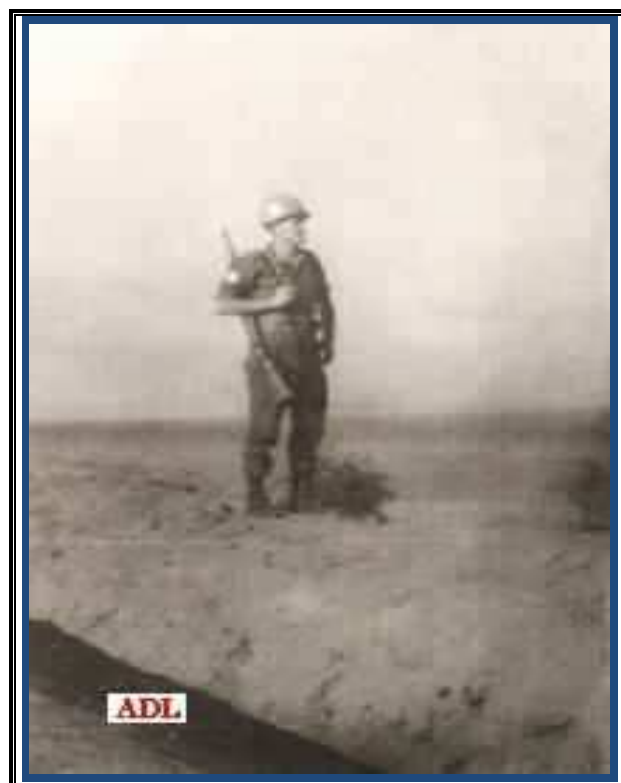


Figura 25 - Foto do Pracinha brasileiro no serviço de patrulha na ADL.

Fonte: Disponível em <www.batalhaosuez.com.br>.

Em que pese a existência de documentação escrita, relativamente bem conservada, no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), muito do que tem municiado a construção da História do Batalhão tem como principal suporte apenas a memória – escrita e visual – dos pracinhas de Suez. No bojo das discussões, cabe dizer ainda que só uma memória “intacta” não sofre distorções. Só a falta de contato dos memorialistas não suscita discrepâncias nem a necessidade de correções, com relação a nomes, datas e fatos. Controvérsias à parte, no centro das memórias cruzadas sobre a participação de cada um e a coletiva, a polêmica é salutar para clarificar, reforçar e montar pedaços generosos com os “restos” e as “migalhas” das memórias de Suez. Motivo de felicidade ao historiador sedento de novidades e de querelas, “conflitos” de bom alvitre, neste rico tesouro de memórias.¹⁵³

4.9 Uma cartografia para a Missão: as fronteiras das representações

Na rica descrição do ambiente em que viveram, pude observar que a jornada de trabalho para esses homens era árdua, insalubre e insegura. Na ADL, os infantess da Força Internacional trabalhavam em turnos, assim divididos: de seis da manhã até o meio-dia; de meio-dia até às seis da tarde; e de seis da tarde até meia-noite, de meia-noite até às seis da manhã. Essas tarefas tinham um pequeno intervalo para as refeições.

É interessante notar o vasto repertório dos acontecimentos, sentimentos, as representações dos nossos infantess, sobre *o fazer e como fazer*, que acompanhamos, a partir do 2º Contingente. Dentro do quadro dos fazeres e das atribuições, o Batalhão brasileiro recebeu várias missões. Nesse ponto, afloram as referências ao serviço de patrulha e de observação de mais de 30 km da ADL, com duas Companhias de Fuzileiros. A principal rotina da missão de Paz resumia-se no seguinte: de dia vigiava-se o “*front*”, a partir dos postos de observação (POs), com sentinelas em pontos estratégicos e espaçados. Durante o dia, as patrulhas eram motorizadas; e à noite as patrulhas eram a pé. Cada Pelotão fornecia duas patrulhas, uma das 18h às 24h; e, a outra, de meia noite às seis horas da manhã. Havia o serviço de ronda, motorizado, efetuado por um oficial e dois praças, que percorriam toda a extensão da ADL, e prestavam reforço à Patrulha a pé. O serviço de patrulha a pé era descrito como “pesado”, pois cada patrulha tinha um longo itinerário a percorrer, e caminhava em formação, ininterruptamente, sobre a areia, durante seis horas consecutivas, no verão ou no inverno. Geralmente, os patrulheiros *tiravam esse serviço* três vezes por semana.

¹⁵³ PORTELLI, Alessandro. O que faz história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo (14), p. 32, fev. 1997.

Os Pelotões de Fronteira do Batalhão brasileiro eram o Pelotão Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio G. do Sul, *Fort Robinson*, e, terminando na parte Sul, tinha o *Fort Saunders*. Ao Norte do Pelotão Rio de Janeiro, ficava localizado o Batalhão indiano, vizinho que também tinha seus Pelotões nas bordas da ADL. Ao Sul do *Fort Saunders*, estava o Batalhão iugoslavo.¹⁵⁴

Os Pelotões brasileiros da 7ª e da 9ª Companhias ficavam situados nos desertos de Negev e do Sinai. Do ponto de vista da sua cartografia, o Negev era mais plano, enquanto o Sinai tinha uma superfície mais acentuada, cheia de dunas, umas baixas, outras altas. No desenho estratégico da ONU, “o limite dos dois desertos era o PO 19, onde terminava a ADL (vala que dividia a região da ONU com Israel) que ficava no Negev. O Sinai era também denominado de IF (fronteira internacional)”.¹⁵⁵

Espaço público, mas restrito, a fronteira estabelecida pela ONU garantia a “dialética existencial” do soldado; isto é, era o espaço da monotonia e do pouco fazer, e arena do perigo e da discórdia, onde palestinos e israelenses se batiam de quando em quando. A fronteira era o lugar de martírio dos “capetas”, local de passagem, início e final de percursos. Primeira etapa, na caminhada e na vida dos boinas azuis de Suez. Porém, há mais na fala dos veteranos do que apenas a descrição da geografia do lugar; há também a confiança do trabalho e dos perigos inerentes a ele:

A Fronteira era o local, digamos assim, “barra pesada” da Missão Suez; tanto é que os soldados brasileiros, normalmente os “capetas” (calouros), ficavam lá na primeira metade da sua Missão, e a outra metade, “promovidos” a “antigos”, ficava ou no Batalhão ou no *Fort Worthington*.¹⁵⁶

A estratégia militar que organizava a vida e distribuía a tropa nas Companhias e nos pelotões sistematizava os espaços e os afazeres. Note-se que o extrato revela que a fronteira era o lugar para os infantes recém-chegados, geralmente, ávidos por “aventuras”, mais dispostos ao trabalho, mais afoitos, inexperientes, e ainda não acostumados aos vícios e “manhas” dos “veteranos” ou “antigos”. Ali se realizava um trabalho que não mais os seduzia. O fragmento também realça a classificação dos afazeres; e, dessa maneira, por indução, a classificação dos saberes que caracterizavam, e separavam, “capetas” e “antigos” na Faixa de Gaza.

Em uma economia hierárquica, os “veteranos”, também autoapelidados de “cansações de guerra”, ficavam a maior parte do tempo nos quartéis, mais afastados das situações reais de

¹⁵⁴ Estas informações foram retiradas das entrevistas e dos depoimentos recebidos via e-mails.

¹⁵⁵ ZOUAIN, S & THEODORO, op. cit., 31 mar. 2004.

¹⁵⁶ Id. *ibid*.

perigo. Ali era o espaço dos “capetas”; isto é, dos soldados novatos. Nas narrativas não há questionamento do que devia ser feito por cada um. Eram coerentes com o cultuado discurso militar de abnegação ao trabalho, movido por valores patrióticos e pelo acatamento das normas legais e dos regulamentos da Força. Havia uma posição relativamente “estóica”, uma quase indiferença com o papel de maior esforço que lhes cabia na Missão: areia, sol, insetos e *fedayins*. Tarefas empreendidas com rigidez, coragem e até algum desfrute, conforme será visto mais adiante. Outro tema recorrente no pequeno fragmento supramencionado está focado na temporalidade da Missão, que tecia uma trama que gera condições e modos de viver, no limite mesmo, enseja a formação de identidades. O “descanso” de veterano vinha após os meses de vigília, que, de alguma maneira, era o privilégio da “antiguidade” na dureza do Sinai. Seis meses era um critério de demarcação de quem avançava para uma nova condição dentro do Batalhão ou para o retorno ao país.

4.10 A memória das pequenas e das grandes missões

Outro ponto de identidade dos boinas azuis está na semelhança da forma com que relatam suas memórias. Geralmente, eles falam sobre suas motivações individuais, defendem seus valores, os da Nação e os da corporação militar a que pertenceram. Falam das complexidades da tarefa, do tempo limitado para o lazer, das atividades cotidianas e do estado de espírito da tropa. As entrevistas implicaram momentos prazerosos; e, sob seus auspícios, “orientado, sobretudo para a análise de suas vidas durante a Missão”. Nesse sentido, o definir a atribuição de cada companhia do Batalhão brasileiro, instalada na Faixa de Gaza, o veterano Theodoro enfatiza o papel que cabia ao soldado. Nesses momentos, sua narrativa transborda para o arranjo épico. A Missão, face à força internacional de paz, encetava para eles outra “responsabilidade”: a de representar o Exército Nacional e o povo brasileiro, perante outros Exércitos na Faixa de Gaza e no Deserto de Sinai.¹⁵⁷ Mas não apenas ele está convencido disso.

Há um discurso que predomina, forjado a partir de suas posições, se estabelece na revelação das funções necessárias ao funcionamento “a contento” ao que se propunha a UNEF. Pode-se perceber que, a fim de enaltecer a importância e a responsabilidade de cumprir as pequenas e as grandes missões para as quais estavam incumbidos, há nas narrativas um dimensionamento singular que extrapola a perspectiva nacional; a Missão

¹⁵⁷ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 25 ago. 2006.

ganha ares de epopeia, narrada de forma solene: o discurso é hiperbólico e profundamente emocional.

Tínhamos consciência da responsabilidade que pesava em nossos ombros, e sabíamos que se fôssemos destruídos, ou eventualmente derrotados, ou ainda acometidos de qualquer fracasso, estaríamos ridicularizando toda a nação brasileira, a quem estávamos ali a representar, e diante dos olhos de outros povos e de outros Exércitos, e também, colocando em descrédito toda a Organização Internacional da ONU. Portanto, o Batalhão brasileiro (Batalhão Suez), com muita propriedade e com muita responsabilidade, fazia e fez parte daquela Operação Internacional de Paz da UNEF (*United Nations Emergence Force*) e teria, como teve, a obrigação de cumprir com êxito sua tarefa, fazendo jus a confiança em si depositada.

O autor estabelece uma representação extremada, e eleva a escala do valor da Missão e do que poderia significar “qualquer fracasso”. Ele desenvolve a idéia de que “o revés” da Missão “representava, no mínimo, uma atitude” humilhante, “uma trágica realidade” para a ONU, para o Brasil, para o Exército e para cada um. Não apenas nele, mas em várias outras narrativas, há uma firme convicção disso, mas a UNEF fez jus “à confiança depositada”, assegura ele. Aqui é a confirmação da tendência dos enunciados solenes, que são o papel-chave com o qual todos os entrevistados descrevem suas participações na UNEF.

Para o veterano Theodoro, servir à UNEF e à causa da paz era uma tarefa especial, revestida com elementos, ares e cores de uma prosa sobre os fatos memoráveis. Vale observar a construção de sua narrativa, em que apresenta o re-enquadramento da Missão; segundo ele, o Batalhão tinha a responsabilidade de representar o Exército Nacional e o povo brasileiro, perante outros Exércitos no Deserto de Sinai.

Por fim, cabe afirmar que, a seu modo, o cunho narrativo serve para a construção de uma imagem positiva, extremada, gloriosa, épica do fazer de cada um na Missão de manutenção de paz no Oriente Médio. Há, aqui e ali, exageros, fundamentados no nível de informações que receberam antes da partida, e do que viram, sentiram e sofreram na Missão, convivendo com outras culturas, outros povos e com o aparato diplomático da ONU. Eles precisavam ser reconhecidos. Ao assumir responsabilidades, queriam mostrar serviço; enfim, queriam expor ao mundo que poderiam cumprir a Missão e representar o País.

Afinal, como militares em missão, não aceitariam o fracasso. Proferidas em estilo retórico, as narrativas põem em movimento um arsenal de noções afetivas, de orgulho, vaidade e ostentação; noções dinâmicas e de causalidade: energia, força e efeito. Elas apresentam uma organização qualitativa do discurso com as práticas e sistemáticas que fundamentavam o estar lá. Estão aí as raízes do modelo e da identidade discursiva, presentes em todas as entrevistas que realizei com os veteranos ou recebidas via *e-mail*.

5 LEMBRAR A MISSÃO, INVENTAR A MISSÃO

Durante décadas, o cabedal da experiência humana, forjada na primeira Missão de Paz da ONU, representou um ‘resto’ imerso no esquecimento. Constituindo-se, especialmente para os piauienses, em uma massa informe, que não foi cativada nem simbolizada pela linguagem destes personagens. Entretanto, instigados a contar tais experiências naquele episódio, transformaram o vazio da memória coletiva em um “oceano de pequenas Histórias”, como diria Bosi.¹⁵⁸ Incentivando-os a narrar, cada um dos veteranos pôde revelar histórias interessantes também sobre si próprios, agentes excluídos da História da UNEF. Oferecem crônicas daquele cotidiano, histórias de aventuras, paixões e de sensibilidades escondidas, por trás da camada opaca das estatísticas, dos relatórios e memorandos. Enfim, tramas escondidas e relegadas da *história oficial* da Missão Suez.

Aliados à documentação oficial, estes relatos são a matéria-prima principal, referência para restituir a cada um deles o papel de destaque nessa história ainda desconhecida, pouco divulgada e pouco estudada. História montada a partir da História Oral, com os relatos de seus personagens “ordinários”; isto é, personagens de menor envergadura na hierarquia militar: cabos, soldados, ou seja, os praças. Suas narrativas contêm as descrições de uma arte de dizer, uma arte de fazer e uma arte de pensar. O resultado é a construção de um *corpus* montado com as maneiras de fazer de cada um, no exercício de suas funções na Missão.

É uma história de veteranos que narram sobre as práticas cotidianas. A metodologia utilizada lhes confere uma relativa autonomia sobre essa matéria e, através delas, foram capturadas as astúcias das *histórias vividas nas histórias narradas*. Portanto, reside aí boa dose de uma fértil “imaginação” sobre as ocorrências na ADL, as viagens a passeio nas cidades do Oriente, as brincadeiras, as tristezas, os gestos, os cheiros, a cotidianidade da Missão. No teatro da narração eles se põem a exercitar aquilo que Certeau chamaria de “a arte da memória”.¹⁵⁹

Em suma, o conteúdo de suas narrações é um repertório descritivo de como era o cotidiano do Batalhão Suez. Bricolando cacos de memória, empreendem uma narrativa em que procuram ajustar seu relato o mais possível a uma “realidade”, e dar credibilidade ao texto pelo “real” que imaginam exhibir. Isto fica evidente quando lembro que, certa vez, ao finalizar uma entrevista, um deles desabafou: “Tudo o que eu lhe falo é a mais pura verdade. Eu não minto.” A história narrada por cada um contém seus grãos de verdade, é certo, mas também

¹⁵⁸ BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. In: **Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 14.

¹⁵⁹ Certeau, op. cit., 1994, p. 157.

cria um espaço de ficção. Os veteranos são atores e participam da circunstância (de lugar e de tempo) e são os próprios locutores. Estimulados, especialmente por minha curiosidade, a contar suas histórias e narrando na primeira pessoa, eles constroem um estuário com pedaços de memória sobre si, o povo, a conjuntura e a paisagem locais.

5.1 Esquecimento, lembrança e a mudança de papéis.

Para voltar ao que se disse no tópico anterior, a gramática discursiva e descritiva dos afazeres, dos métodos e das técnicas, das opiniões sobre os palestinos é abundante de sinônimos, expressa em pormenores. É “a memória dos lances”, mas também é a memória do mergulho na solidão, na lembrança dos medos, da saudade dos que ficaram, e a saudade do Brasil. As sensibilidades escondidas dessa História, estes fios são puxados no tecido gasto e evanescente da memória da Missão. A recordação, ainda que forçada pela circunstância da tessitura deste trabalho, permite a supremacia momentânea da lembrança sobre décadas de esquecimento. A recordação trouxe a economia dos vários efeitos, desde os primeiros encontros para as entrevistas, artigos de jornal, documentário para a TV, entrevistas em jornal etc.¹⁶⁰ O esquecimento foi aos poucos sendo substituído pelo retorno à arte de lembrar outra vez as imagens, os gestos, os sabores e os odores experimentados e/ou apenas presumidos. A recordação permitiu que, agora, estes praças ocupassem um novo papel no tabuleiro de xadrez da Missão. Embora continuem na função de peões, agora *atuam* com maior liberdade de movimentos, pois se acham tais que se podem mover em todas as direções, nessa história, no deserto, nas cidades, nas barracas ou nos POs. Se antes eles se contentavam em dizer apenas, relatar eventos, agora o fazem com a certeza de que são atores com importância no teatro da narração. Por isso, há uma mudança positiva no modo de encarar o cenário da Missão, de nele encenar. Enfim, a lembrança sugerida foi essencial para que se reencontrassem com o passado, com os colegas e com a Missão que não mais irão voltar. Contudo, mais importante que o reencontro físico de narradores foi a descoberta de que eles têm uma nova posição na correlação de forças de um momento significativo em suas histórias passadas. É como se a memória da Missão, já gasta pelo tempo de inércia, afastamento e encarcerada pelo esquecimento voluntário, ganhasse novo vigor. Ao rememorar aquele evento, terminaram por abrir a caixa de Pandora da memória de Suez e se viram na condição de actantes. Compreendem agora que entram na dança como artífices de passos pouco ensaiados, é certo,

¹⁶⁰ Desde a divulgação da existência destes veteranos e de que haviam recebido o Prêmio Nobel da Paz, houve convites para entrevistas, e alguns deles participaram de um documentário sobre a Missão Suez para uma TV local.

mas que aí a interpretam e se movem com desenvoltura. *Atuando em novo papel*, agora reelaboram-na, restauram-na com uma arte mais refinada, decalcando na pátina da memória um verniz forte que ressalta as cores gastas do amarelo palha do deserto, do azul dos capacetes e do verde-oliva do uniforme indiano que tiveram que vestir para que pudessem adaptar-se às condições climáticas do Egito. Enfim, o convite para que lembrassem e narrassem retirou-lhes a condição de capitulação e esquecimento.

O texto da narração agora é marcado pela ação. Esse processo de abandono da inércia em que se encontravam ganha nova dinâmica, à medida que foram estimulados a narrar e a repovoar “aquele mundo”, a restituir as cores, o cheiro dos mercados e a sensação morna do vento solitário do Sinai. Há sombras nas cercas em noites sem Lua. Mulheres em busca de sexo, à procura da morte, à espreita entre as poucas árvores (moitas de eucaliptos) que circundavam os quartéis. Há a cisma costumeira com os *arabiques*, pedintes pedindo, bajuladores inveterados. Há anônimos nas praças, há colegas dividindo as horas de folga, há a alegria na tristeza da saudade do Brasil.

Na (re)invenção de suas participações na Missão, agora encontramos atores redivivos, que traçam seus movimentos entre a memória, a ficção e o discernimento; logo, como figuras-personagens ativas e não mais passivas. Lembrar é espanar a fuga da memória, deixando seu fino véu em suspensão. Antes, a rarefação dos vestígios da memória, agora há prazer em relembrar, contar, atuar novamente. Aos poucos, as narrativas são tocadas pela literatura e pela poética. Amplia-se, assim, a gramática e a semântica da Missão. Para os três piauienses que participaram da Guerra dos Seis Dias, ela é ressimbolizada, reconstruída. Mudam-se os papéis. Embora seja uma ilusão a sua “nova condição”, é inegável que, para alguns deles, há outra percepção sobre a sua participação na Missão. Agora eles olham os cadáveres, ouvem os estrondos dos canhões, das balas e dos aviões voando baixo; protegem-se dos tiros, tornam-se reféns, recolhem os mortos, retornam ao Brasil. Já não mais são apenas espectadores, e, a partir de outro ângulo, narram como atores que têm um máximo poder e efeito em suas vidas; e, se nada fizeram na Guerra, foi porque nada ou muito pouco podia ser feito. Aliás, não foram ao Egito para uma guerra, mas para manter a paz, praticar a paz, difundir uma *cultura* de paz. No entanto, ao final da Missão, na qual mal acabavam de chegar, *atuaram* em uma guerra que não era sua. Cenas inesquecíveis.

5.2 A memória do medo: a UNEF e o conflito árabe-israelense

O então terceiro sargento Irapuã Soares procura analisar o conflito árabe-israelense no intercurso da Missão, embasado na experiência de comando de um pelotão de fronteira. Ele enfatiza a atuação positiva da UNEF como Organização militar que atingiu seus objetivos na observância de sua Missão. Sua importância fica patente, quando afirma que era exatamente nas “pequenas” negligências, descuidos, que voltava o estado de animosidade e conflito. Deste modo, a vigilância severa e constante era uma necessidade premente. Mas há, em sua narrativa, uma maneira de falar sobre os dois povos inimigos ancorada no esquema maniqueísta: o israelense (judeu) era *o* obediente e comportado; o árabe (o palestino) era *o* desobediente e mal comportado:

A nossa missão era de paz, e no período que a gente estava lá houve muito pouco confronto entre árabe e judeu; num descuido [nosso] qualquer, porque a gente não deixava. O judeu nos respeitava e não passava para o lado dos árabes. Agora, os árabes é que aqui e acolá [davam trabalho]. Por que, como eu lhe disse, se uma ovelha passava para o lado do judeu por causa da vegetação, e se o árabe fosse buscar, se o judeu o visse, matava o árabe e o animal. É uma situação meio complicada. Então eles pediam para a gente ir buscar animais, a gente ia buscar e eles ficavam agradecidos, chegavam a se ajoelhar, beijavam até o chão. Mas antes de ir lá a gente colocava a luneta no tripé e entrava em contato com o soldado do outro lado. A gente dava um sinal e mostrava o animal... *colocava* um colega na luneta, ele ia buscar o animal.¹⁶¹

O veterano Oswaldo Oliveira¹⁶² também mimetiza uma versão do conflito árabe-israelense e destaca a presença da ONU com os boinas azuis sendo uma garantia de paz, até porque a entidade tinha credibilidade e respeito das nações do mundo. Embora durante a Missão tenham ocorrido algumas escaramuças de parte a parte:

Ela estourou desde a guerra dos Seis Dias do Egito com Israel e nunca mais acabou a guerra no Oriente Médio. No período, esse Yasser Arafat já existia e apoquentava a paciência de todo mundo lá. Era o pior que tinha; hoje já morreu... Mas os conflitos desde que nós saímos de lá existem. Saímos de lá há quarenta e tantos anos e continua a mesma coisa. O Líbano, que é o país mais civilizado do Oriente Médio, hoje está um país arrasado. Lá dentro do próprio Líbano tem quarenta mil soldados sírios, então a confusão nunca acaba. Quando apaga o estopim em uma parte, acende em outra... Não havia possibilidade de guerra porque as Nações Unidas estavam entre um e outro, não havia possibilidade de haver guerra. Enquanto nós estávamos lá, só havia [pequenos] conflitos, mas guerra mesmo, depois que chegamos lá, não houve. Cheguei a presenciar algum conflito, muitas vezes, na fronteira. Nós dávamos uma ordem a um árabe, dizendo que era para ele não ultrapassar aquela fronteira que era perigoso. Mas ele é teimoso e passa. Quando ele ultrapassava, Israel metralhava de qualquer jeito com carneiro, com bode e com tudo, deixava tudo lá. Cheguei a ver muitas vezes, muitas e muitas vezes. Eles não respeitam e

¹⁶¹ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

¹⁶² Oswaldo, 2.º Contingente, 1958-1959.

querem passar, porque para lá a pastagem é melhor. Para cá, não tem pasto, então, fazem isso, fazem forçosamente. E vão para morrer, porque quando chegam do outro lado Israel mete a metralhadora e acaba com todos. Eles não querem nem saber, desrespeitou, mata mesmo.¹⁶³

A memória coletiva sobre o conflito, as lembranças se apoiam em uma modalidade classificatória dicotômica; enfim, de contraste entre o bem e o mal; entre o bom e o mau; o atrasado e o avançado, o preguiçoso e o trabalhador etc. O orientalismo em que desembocam os pontos de vista converge para o desrespeito às regras e aos pactos, apanágio dos árabes palestinos, “essa raça”. Por sua vez, Irapuã e Oswaldo reconhecem que alguns dos atritos tinham uma causa que independia do comportamento ou das atitudes suspeitas dos *habibes*. Irapuã e Oswaldo revelam que “por causa da vegetação” ou “porque para lá [Israel] a pastagem é melhor”, os animais (ovelhas, cabras e camelos) atravessavam a ADL, o que levava os beduínos a seguir atrás dos animais desgarrados. Ambas narrativas, entretanto, jogam luz apenas no “teimoso” *habibe*, pastor na busca de suas criações. O soldado israelense, por seu turno, não era intransigente com o fato, apenas cumpria o seu dever: matar homens e animais. Se o discurso sobre o habitante do deserto é econômico, a narrativa é rica. O primeiro (o discurso) não alcança a segunda (a narrativa). O discurso apenas tangencia o tema do exílio na terra natal e os limites impostos ao tráfego. A preferência é discorrer sobre a violação das regras, carência e a ajuda da ONU na região junto a seus habitantes.

O Egito é daquele povo antigo, o palestino é um homem que vive com aquela eterna mágoa de ter sido *esbanjado* [exilado] da área dele, ter sido corrido de lá. Por isso é que eu acho que é um problema de difícil solução, porque tiraram eles da terra pátria e mandaram para outro lugar. Eles são eternamente magoados, eles reclamam. Se você conversar com eles, com qualquer palestino daquele ali, do refugiado, eles são tão pobres que se não fosse essa unidade da UNWRA eles morriam de fome, não tinha como eles se alimentar, [ter] assistência à saúde e educacional.¹⁶⁴

O estrato acima oferece as chaves para a análise da conjuntura, o exílio forçado, mas ele prefere o *não-dito*, os silêncios. De maneira geral, as descrições são expostas, nos relatos, com a segurança de quem conheceu bem a personalidade desses homens. Já o veterano do último contingente, Carlos Alberto,¹⁶⁵ fala que era “tão maravilhoso, tão bom estar ali”, que simplesmente “a gente nem pensava na guerra”; afinal havia a promessa de que “seriam evacuados em caso de guerra” e, por fim, “não estávamos lá para a guerra”. Apoiado no lastro dos pactos, o Sr. Orisvaldo,¹⁶⁶ um dos pioneiros de Suez, também destaca a eficiência e a

¹⁶³ OLIVEIRA, Oswaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 dez. 2004.

¹⁶⁴ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

¹⁶⁵ Carlos Alberto, 20.º Contingente, 1967.

¹⁶⁶ Orisvaldo, 2.º Contingente, 1958-1959.

importância da ONU como instrumento na manutenção da paz entre as nações. Se, de um lado, impediam a expansão-invasão, de outro, impediam a reconquista:

Não [acreditava na guerra], porque naquela época você podia dar nota dez para as Nações Unidas. A ONU era autoritária tinha autoridade, era respeitada. Atualmente não é mais respeitada como era. O elemento (sic) respeitava as Nações Unidas, mas atualmente esse respeito desapareceu. [...]. Portanto, na época que estivemos lá, não havia meio de eles voltarem a guerrear por conta da presença das Nações Unidas.¹⁶⁷

A narrativa procura apresentar a força de uma ONU antes e outra depois da UNEF; uma, com autoridade, outra, desrespeitada. Em sua construção, a ONU assume um papel singular de grande relevância na textura das relações internacionais. Sua lembrança se apoia em seu antigo poder e importância, para deplorar o atual estágio de ação limitada, face às grandes potências. Em sua argumentação, o coronel Irapuã recorda as redes de sociabilidades com as partes envolvidas. Aqui sobressai o problema e as proibições de manter contatos abertos de parte a parte:

Como israelita não podia ter relação, a não ser aquela patrulha que passava lá e você falava, mas você não tinha aproximação com o lado israelita. Só podia ter relação com os egípcios e os palestinos. Por exemplo, o meu cozinheiro era um palestino refugiado, eles trabalhavam no Batalhão, o Batalhão inclusive dava emprego para eles.¹⁶⁸

Por seu turno, o sargento Coimbra¹⁶⁹ fala do receio de ir para uma região conflituosa, e relata as desavenças entre os dois países como parte do cotidiano da Missão. A narrativa contempla a memória do medo *a priori*, medo do que encontrariam “mesmo sendo uma missão de paz”. Faz alusão a uma idéia corrente de que o Brasil é um país sem conflito, “um país de paz”.

Antes de viajar do Piauí para o Oriente Médio, não resta a menor dúvida que a gente vai bem receoso e com certeza aquele que é casado e tem família com filhos pequenos (naquela época meus filhos eram pequenos), aquele receio é bem maior, e por mais que só fosse missão de paz, achávamos que, de qualquer maneira, pudesse haver alguma coisa que destoava da paz... Embora como militar, e a gente servindo num Brasil como é o nosso, um país de paz, de tranquilidade, embora haja guerra em outros países, a gente pouco liga e não vive muito atento a esse tipo de coisa. E uma vez convocado para servir no Oriente Médio, no Batalhão SUEZ... nós sabíamos que a missão era de paz, mas de qualquer maneira sempre havia atritos, eram os árabes e os judeus ou israelita. E por isso, a gente não deixava de ter aquele receio; mas de qualquer maneira o que nos restava lá era conviver com o pessoal; no caso seria o pessoal do Egito, os árabes, os beduínos, os *Fedains*. Então, isso aí é que era o importante para gente, se adaptar a este povo.¹⁷⁰

¹⁶⁷ ORISVALDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 dez. 2004.

¹⁶⁸ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

¹⁶⁹ Coimbra, 19.º Contingente, 1966-1967.

¹⁷⁰ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

A idealização de um país de paz, sem guerras, não era privilégio apenas de Coimbra. Ela não é algo disperso, está presente em várias narrativas. Na memória do retorno, Cipriano com a fala emotiva reconstitui a seiva viçosa das relações entre pessoas, sobre despedidas, sobre o fim de relações, energia, quase sempre seca nos relatos da vida nos quartéis: “homens chorando, igual à criança”. Homens *feitos*, que traziam, na despedida, o “coração de crianças”. No fim da jornada, o caudal de lembranças desemboca na saudade, na tristeza e na alegria, pois com a lágrima havia a vontade de retornar para o Brasil, “o melhor lugar do mundo”:

É uma alegria muito grande, pelo fato da gente estar a esse tempo todinho lá e aquela coisa. Para você ter uma idéia, nós tínhamos um amigo lá, um colega nosso o Cabo Sólon. O cabo Sólon dizia: “quando eu chegar no Brasil, antes de eu beijar os meus filhos, eu vou beijar a terra. Aquele é que é o melhor lugar do mundo. Eu vou beijar o chão antes de beijar meus familiares”. A sensação era de alegria. [...], a gente se despediu dos colegas, aí sim, eu vi homem chorando *com gosto de gás* [copiosamente]. Inclusive, um colega que foi nosso comandante lá, o tenente Monte, chorava igual a uma criança. Ele me abraçou e pegou uma caneta: “pega minha caneta e leva de lembrança, tem meu nome”. Essa caneta se perdeu. Era toda de ouro. Ele era nosso comandante de Pelotão.

Enfim, o tecido montado com os pontos e os fios desta história é costurado com a linguagem e as palavras de homens simples, os quais contaram fragmentos de percepções, visões e idéias dos momentos vivenciados, sobre o espaço, a cultura e o povo. Aspectos banais do cotidiano, microcomportamentos oferecidos em profusão e de boa vontade. É possível alcançar sentimento, emoção e a humanização de soldados, entrando e saindo de uma missão militar em uma terra distante e inóspita. A conversa compartilhada, enroscando-se na confiança, revela mais do que segredos guardados; permite alcançar os vários níveis de uma mesma experiência vivida. Este é um grande mérito do método. O que sai dos depoimentos destes homens são visões de mundo, representações; ou seja, *suas verdades* sempre expressas com vivacidade e riqueza de detalhes.

As narrativas também são marcadas por um saber comum feito por “homens comuns”. Não têm o aporte de teoria, não estão aqui na posição de fiadores de princípios inarredáveis nem abstratos, mas de donos de um conhecimento prático de constatação de fatos e eventos dos quais tomaram parte ou ouviram dizer. Cabe interpretá-los como interessado na construção das “Histórias de Suez”, sintagma que sempre utilizam para referir sua passagem pela Missão. Na metodologia oral, ela é vista por um novo ângulo, vista de baixo, contada para minha escuta paciente. Lembranças em lacunas de homens simples, enunciadas em uma “linguagem ordinária”, como diria Wittgenstein. Vista de baixo, é possível observar as histórias banais, os detalhes ínfimos e íntimos de soldados em um cenário de guerra, histórias

abandonadas com a memória e da *História oficiais*. Com efeito, aumentam-se as possibilidades de conhecer o universo das práticas cotidianas dos beduínos, das patrulhas e do labor dos pelotões e das Companhias. As narrativas são elucidadoras por suas próprias palavras. Abrem-se os baús da memória, no fundo dos quais repousavam os conhecimentos “experimentais e manuais” revelados por cada um deles.

5.3 Lembranças etnológicas: “os do lado de cá” e “os do lado de lá” da ADL

O ato de julgar aqueles povos e suas culturas está eivado de valores éticos, estéticos e práticos, que recheiam e dão cor às narrativas. Mas também preconceitos e estereótipos sobre a “arte de dizer” como era a Missão e como era o “saber-fazer” árabes palestinos – “os do lado de cá – de judeus – os do lado de lá – em diversas áreas, como religião, a culinária, a arquitetura e a agricultura, com base na memória da experiência prática que empreenderam há quarenta anos, em alguns casos, e há mais de cinquenta anos, em outros casos.

Lembranças guardadas nas “oficinas do inconsciente”, marcadas pela imaginação e pelo entendimento sobre uma conjuntura de guerra. Em virtude do lapso de tempo e dos pontos de vista, o que aparece nas narrações está impregnado de algumas distorções, especialmente por não terem presenciado todos os fatos que nos relataram. Entretanto, isso não reduz a importância nem a validade de suas percepções sobre a realidade vivida.

Os relatos dos veteranos são histórias que concernem às práticas cotidianas, no limite, eivadas de “descrições etnológicas” em que discorrem longamente sobre as maneiras de trabalhar, os gestos, comportamentos, maneiras de falar, vestir e sobre as técnicas artesanais, as culinárias e a agricultura, enfim, como semear, colher, comer etc. Tem-se aí um saber rememorado, é certo, apenas em fragmentos sobre as “astúcias” e as táticas do viver nas areias quentes do Sinai.

Contudo, pude notar que, na narração sobre a percepção do espaço geográfico, eles rejeitam ou simplesmente desconhecem o valor, a lógica e as peças constituintes da cultura que compõem o cenário estendido na planície do “lado de cá”, como quem nega suas origens no Brasil, elas próprias atravessadas por cenários de pobreza, carências, e onde a submissão feminina ainda era uma regra. Elementos de um e de outro estavam presentes na vida cotidiana, mas que escapavam no espaço do imaginário daqueles jovens praças de Suez. Enfim, para definir a monotonia do deserto e o *fazer* cotidiano de seus personagens, há nas narrativas uma espécie de supressão da consciência das condições econômicas e sociais que haviam deixado para trás antes da partida.

Ao rejeitarem, por exemplo, a forma como era praticada a economia agrícola tradicional dos *arabiques*, movida a camelo, arreios e arado de madeira, esquecem as tradicionais roças do Piauí, destocadas, queimadas, semeadas e executadas sem a presença de máquinas; isto é, as duas práticas ainda eram manufaturadas com uma lógica *medieval*, cenário que caracterizava a economia agrária piauiense do momento e que ainda se estende aos nossos dias. As duas realidades guardavam algumas similitudes, posto que implementadas por um “saber primitivo”. Já Israel seguia outro caminho no mundo da produção e do trabalho, na medida em que foi progressivamente se dissociando das técnicas e das linguagens manuais para produzir; impondo, nessa esfera, as técnicas de produção que exigiam e objetivavam mais eficiência e menos força do sujeito.

Nas narrativas, eles apresentam um quadro de como imaginam e compreendem aquelas culturas e seus atores, sobre a experiência agrícola concreta. O que se revelam são as vitrines de duas realidades distintas. Ao descrever o cotidiano dos beduínos e israelenses, as representações são tecidas fio a fio na órbita de juízos de valores. Eles exercem como podem a capacidade de julgar a realidade, analisando a roupa das beduínas e dos beduínos, divagando sobre a dignidade, sobre os ornamentos, e lançando um olhar sobre o fim almejado de jovens, mulheres e homens passantes ou pedintes. “Estudar para sair dali, ir para o Cairo; era tudo o que eles queriam”. Em virtude disso, incorrem em uma imprecisão e apresentam uma fisionomia decalcada da conjuntura, “mascarada” por estereótipos que atravessaram décadas de repouso da memória. O estereótipo, na prática, insensibiliza estes veteranos e “hostiliza” os sentimentos em relação aos palestinos. Desconhecem que a herança recebida pelos palestinos “tem na sua base o suor do rosto do camponês”.¹⁷¹ Desconhecem que, desde tempos imemoriais até os dias atuais, aquela região sempre foi, acima de tudo, uma região com prática de país agrícola. A agricultura de subsistência e a criação de gado (bovino e/ou ovino) sempre foram a base de sua economia; e, no correr da sua longa história, o seu bem-estar e sua prosperidade sempre dependeram do que era e é produzido na terra árida do Sinai.

5.4 Camelo e madeira, máquina e aço

Como bons narradores, os veteranos se esmeram em detalhes, firulas e floreios, jogos de palavras, para destacar os fazeres e os saberes, e consideram as técnicas utilizadas por cada um como pertencendo a “mundos” diferentes. O conjunto das narrativas sobre o modo de produzir dos beduínos revela desagrado e estranhamento de como eles situam ou simbolizam

¹⁷¹ DONADONI, Sérgio et alii. **O homem egípcio**. Lisboa: Presença, 1994. p. 15.

as atividades cotidianas. Em seus discursos, há uma disparidade entre o tratamento dado às práticas agrícolas dos beduínas e dos israelenses.

Em suma, na organização discursiva sobre a produção, um fato notável é o tratamento desigual, dispensado a uma e outra cultura inventariada. Na memória conservada e narrada, estes homens atualizam impressões e informações presenciadas sobre vários temas como a agricultura. Assim, eles apresentam como coerente uma classificação, de graduação crescente, segundo uma escala de valor ou de importância baseada no critério da produtividade. Tal como etnólogos, passam a descrever e a analisar ambas nos modos de produzir. Mas, no geral, o fazem a partir de uma outra variável (a utensilagem); e aí caracterizam a economia de uma como arcaica e inferior, e a outra como moderna e superior. A Palestina é descrita pelo atraso e pelo baixo rendimento. Isso seria devido especialmente aos elementos da produção. Em toda a sua história, a economia dos árabes palestinos é marcada por “um saber manual”, manufaturado, quase natural: camelo, e madeira; em contraposição, a cultura material disponível aos israelenses é percebida como tendo um maior investimento em saber científico, e que, por isso mesmo, é mais valorizada: máquina e aço.

No quesito agricultura, os veteranos pontuam a magnitude gritante da diferença entre as duas vitrines que observavam. Recolhendo aspectos daquele “mundo”, descrevem o repertório dos utensílios, práticas e a eficiência relativa ao desempenho da tarefa, enfim, destacando a quantidade de valor alcançado por cada um dos fatores de produção no momento da colheita. Os elementos elencados, retirados do borrão da memória, são importantes para a elaboração de um construto básico dualista, como o fazem, aliás, em toda tentativa de relacionar Palestina e Israel. Residentes momentâneos em um lugar *retardatário da Revolução Industrial*, esqueciam do distante local de origem, igualável à Palestina na condição de retardatário econômico no país de origem. Os piauienses, especialmente, desconhecem que a *arte de fazer* e produzir da moderna agricultura tem as raízes fincadas nas formas arcaicas de preparação, plantio e colheita. Eles aparentam subtrair-se à conjuntura que deixaram para trás. O Brasil também era marcado por um processo histórico de desigualdades de desenvolvimento e de níveis de vida entre suas regiões e segmentos sociais. O desequilíbrio regional e social era (e ainda é) uma marca visível na história do país, o que sempre ensejou uma divisão à unidade e uma afronta à dignidade nacional.

Vale dizer que a otimização técnica inspirou-se nas “artes” e “ofícios” do artesanato e da manufatura, para criar novos modelos ou regras para suas invenções mecânicas. Assim, ancorados no saber e na tradição milenar, os beduínos deixam às práticas cotidianas um solo privado de meios ou de produtos próprios. As análises sobre “o outro” não alcançam o fato de

que na Palestina sempre houve a ligação religiosa com o todo, ou seja, com o trabalho manual e com o cultivo da terra. Há um discurso que reúne as representações de piauienses e veteranos de outros Estados do Brasil: a agricultura praticada “do lado de cá” é definida essencialmente como atrasada, estranha, “exótica” e folclórica.

Do “lado de cá” da ADL, a agricultura era, de fato, toda feita com base em uma “experiência tradicional” transmitida oralmente há milênios; parecia estar “enquistada na particularidade, comunicada em linguagem manual e desprovida” de técnicas e de instrumentos modernos de produção, puxada por camelos, burros, arreios de couro e arado de madeira. Definitivamente, para estes veteranos, a Palestina ainda não fora tocada pela mão da tecnologia moderna e [a população ainda estava] “privada de um saber-fazer científico para arar, produzir e colher a produção”.¹⁷² O dualismo com o qual definem as duas economias deixa transparecer que entre elas não havia qualquer ponto de contato e, além do mais, para “os do lado de cá da ADL”, o modelo não parecia aproximar-se de qualquer ponto de ruptura com o quadro estendido desde *os tempos imemoriais*.

A partir das marcas que chegam através das memórias individuais e coletivas, pude montar um *corpus* descritivo interessante no processo de composição das imagens de Suez. Utilizando e justapondo partes das várias narrativas, tem-se a ilusão de um plano geral do contexto marcado por desigualdades de desenvolvimento; um abismo invisível separava Israel dos palestinos. Uma grande fotografia composta para revelar o mural da paisagem e do cenário agrícola. Ali estão os atores, lidando com a cultura material (utensílios e animais), as peças da produção e consumo que visualizavam. Um *corpus* no qual “os do lado de cá” (os beduínos) subsistiam um saber fazer tradicional, arcaico e pouco eficiente, que possuía um “espaço próprio” com implementos, técnicas e capacidade produtiva relativamente baixa nos momentos de arar, plantar e colher. Beduínos gastavam suas energias e talentos nesse tipo de “saber” e “as maneiras de fazer”. O que predominava entre os palestinos “não tem legitimidade aos olhos de uma racionalidade produtivista [...], ao contrário, esse resto, abandonado pela colonização tecnológica, adquire valor de atividade ‘privada’, carrega-se com investimentos simbólicos relativos à vida cotidiana...”.¹⁷³ Enfim, os palestinos exerciam uma agricultura com “práticas desprovidas de *copyright* tecnológico”; e se os beduínos *teimavam* nas práticas artesanais e milenares, sem o viés econômico, seus vizinhos “do lado de lá” da ADL já praticavam uma agricultura eivada pelo uso da tecnologia avançada. Por isso, tudo o que viam do lado de Israel produzia um impacto positivo.

¹⁷² Certeau, op. cit., 1994, p. 139, vol. I.

¹⁷³ Certeau, op. cit., 1994, p. 144, vol. I.

Desde que se constituiu como nação, em 1948, Israel teve um crescimento econômico acelerado e sustentável. Mas a região vai conhecer, desde então, um processo de aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de qualidade de vida entre israelenses e palestinos. Havia mesmo um abismo social que se alargava e que se estende ainda nos dias atuais; agora aprofundado pelos constantes confrontos entre as FDI e as do Hamas que comanda politicamente a região da Faixa de Gaza. O que se constituiu desde então foi um processo de convivência desintegrado, desarmônico e desequilibrado. Ademais, o “lado de cá” pouco ganhou com o desenvolvimento econômico e social “do lado de lá”. Ao contrário, embora não concorrentes, os efeitos na relação entre ambos foram conflituosos. O “lado de cá” só ampliou seu estado de estagnação socioeconômica e de pobreza da população, mormente, da camponesa – os beduínos. Em suma, mesmo com pouco tempo de existência, Israel já havia logrado em 1957 (início da Missão) um relativo índice de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico. Opostamente, na região “do outro lado da ADL”, reinava um quadro de deficiências econômicas e sociais. No geral, não havia inovações no modo de plantar, produzir e colher a agricultura que são descritas nas narrativas.

O tamanho do trigo e da cevada e o tempo de preparar e colher também são cotejados nas narrativas. O ciclo do barro, árido de um lado, e do tapete verde, estendido pela plantação, do outro, é obra que *Rá* (deus Sol) e *Cronos* davam a cada cultura com espaços e tamanhos diferenciados. “Do lado de cá”, o tempo se arrastava entre o semear, germinar a semente e elevar a palha a poucos palmos do chão. A irrigação já era uma realidade e fascinava os boinas azuis brasileiros. Os próprios métodos de organização social e econômica dos beduínos, que também aparecem nas narrativas, são novamente marcados pelas descrições das competências e das vantagens de um modo de produzir sobre o outro. Onde um se utiliza das vantagens da engenhosidade e da ciência modernas, o outro se utiliza de manufatura e experiência individual e secular. Nos relatos sobre as *maneiras de fazer* dos palestinos, esta em si causava-lhes estranheza e pouco valor de referência por causa da operatividade, enfim, por ser manual. Eles não percebem que existe “um *logos* escondido no artesanato” mesmo sem a grande complexidade presente na tecnologia mais eficiente e mais rápida.¹⁷⁴

A partir do rico filão dos testemunhos orais sobre a agricultura, podem-se resgatar as representações e os microcomportamentos na relação do homem local com a terra. A construção da História escrita forjada pelas lembranças é peça importante para a elucidação e a montagem da engrenagem de um importante elemento constituinte do grande pano de fundo daquele cenário: o *fazer* agrário.

¹⁷⁴ Certeau, op. cit., 1994, p. 138.

6 MEMÓRIA DA CULINÁRIA E DA COMIDA DO DESERTO

O pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado... o pão é um memorial.

Cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias. No 'invisível cotidiano', sob o sistema silencioso e repetitivo das tarefas cotidianas feitas como que por hábito, o espírito alheio, numa série de operações executadas maquinalmente cujo encadeamento segue um esboço tradicional dissimulado sob a máscara da evidência primejra, empilha-se de fato uma montagem sutil de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos. No espaço solitário da vida doméstica... cochicha a voz das cozinheiras.

Certeau

Até aqui, o *corpus* montado a partir da reconstrução das memórias sobre palestinos e israelenses é um esquema descritivo amplo. A rememoração alcançou muito do que viram, sentiram e experimentaram na historicidade cotidiana do deserto. Nos percursos entre os batalhões, as companhias e os postos de observação na fronteira, os inevitáveis encontros culturais. Participar da Missão permitiu, entre outras coisas, a descoberta das práticas culinárias, sobejas “banalidades”, inscritas nos anais do anonimato, que se perderiam no evanescente. Reabilitadas pela memória, deixam as zonas da sombra e têm muito a dizer.

As narrativas oferecem várias indicações acerca do cotidiano dos árabes, como por exemplo, o que comiam os beduínos. O soldado Cipriano, ao examinar as práticas cotidianas, observadas no final da década de 1950, revela um suposto quantum de comida exposta nas tendas beduínas. Sua fala encadeia o quadro de pobreza local, com a frustração das expectativas individuais com aquela realidade cujos resultados são um painel desolador.

Nosso acampamento era do lado dos árabes, palestinos. Eles viviam num estado de miséria muito grande; viviam de doações da ONU; pediam farinha de trigo para fazer o que chamam de pão círio; eles viviam passando fome... Na Palestina, vimos uma realidade totalmente diferente, o povo em volta do acampamento pedindo resto de comida, implorando um pouco de comida, quer dizer, é um estado de miséria total.¹⁷⁵

Com efeito, no cruzamento com a gastronomia árabe, os militares afirmam que ali praticamente tudo era comido com pão egípcio (pão *aesh*) e sem talheres. A comida era levada à boca com as mãos. No cardápio árabe, o pão parece reforçar um estatuto proposto por Certeau: “o pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado”. Enfim, diz ele, “o pão é um memorial”.¹⁷⁶ O pão não é apenas um “alimento básico [para os árabes], mas, sobretudo,

¹⁷⁵ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

¹⁷⁶ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 133. Vol II.

um ‘símbolo cultural’ de base, um monumento sem cessar restaurado para conjurar o sofrimento e a fome”.¹⁷⁷

As narrativas sobre o “fazer” o pão (o ato de preparar e de se alimentar) apresentam a descrição de uma dieta relativamente pobre e as representações sobre o *quantum* e o *que* se comia entre os palestinos. No conjunto das narrativas, há, também, a medida da dieta, as iguarias e as sobremesas servidas para os soldados da UNEF. De modo geral, os árabes são conhecidos por terem uma culinária exuberante e rica. Ao contrário, as representações dos soldados sobre as encenações cotidianas dos palestinos (beduínos) jogam luzes em “uma mesa” eivada de necessidades. Escondido no interior das casas rústicas e nas tendas carcomidas pelo vento e pelo tempo, havia um *menu* coletivo pouco variado e criativo. Em suma, através das memórias, é possível conhecer pedaços da textura da cultura cotidiana que se esfarela com a distância do tempo, o esquecimento e o silêncio.

O veterano Macedo apresenta um quadro de abundância no cardápio da UNEF nos estertores da Missão, cenário que destoava do que observava do outro lado das cercas dos quartéis. Segundo sua narrativa, havia a abundância alimentar e material que a ONU colocava à disposição dos soldados e se estendia para todas as áreas, inclusive ao almoxarifado, seção bastante exigida por conta das condições de estacionamento e climáticas da região.

Então a fartura. Você pode imaginar a grandeza de fartura. A ONU trata os seus servidores com uma fartura tremenda, não sei fora da área de batalhão, mas dentro do batalhão era uma coisa fabulosa. [...] o cara do quartel brasileiro que vê lá um negócio daquele fica abismado, porque nada lá se conserta. Se você vê, lá, o cemitério de coisas usadas, você fica pasmo. Carro usado pode deixar lá no cemitério.¹⁷⁸

De fato, com relação aos primeiros momentos da Missão no final da década de 1950, a UNEF tinha bem menos o que oferecer aos seus soldados, seja em condições de conforto, materiais de reposição, seja em condições de alimentação.

Nossos “antigões” lá chegaram, totalmente às escuras, não tiveram outra escolha a não ser dormir em frágeis barracas de lona, beber água contaminada, fazer suas necessidades fisiológicas em plena areia do deserto, tomando logicamente, o devido cuidado com os malditos escorpiões! E as serpentes “naja”... além de enterrar cadáveres da Guerra do Sinai, desenterrar minas com as próprias mãos, nos longínquos 1957/58”¹⁷⁹

O então segundo sargento Irapuã, analisando o quadro da UNEF em 1965, relata a existência de fartura com relação ao material a ser empregado pelos batalhões. No pequeno

¹⁷⁷ CERTEAU, 1996, op. cit., p. 133, v. II.

¹⁷⁸ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

¹⁷⁹ Trecho do livro inédito do veterano Edson Iabel. E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 13 dez. 2006.

estrato, ele revela que, em geral, era mais interessante utilizar materiais e peças do estoque enviado pela ONU do que o da carga remetida pelo Exército brasileiro: burocracia, prestação de contas etc. Ele destaca a operacionalidade da ONU, e revela que a negociação era mais fácil e ágil; o que facilitava a vida dos comandantes de pelotão no meio do deserto, afastados dos centros de poder e controle no QG localizado em Gaza.

Se uma viatura quebrava, a caminhonete quebrava, [você] telefonava para a Companhia, a Companhia mandava um mecânico e uma viatura do mesmo tipo. O mecânico tentava lá, se não fosse sanado o problema, ele deixava aquela viatura e rebocava aquela outra minha e não era obrigada aquela a voltar para o meu pelotão, aquela podia vir noutra rodízio. Por exemplo, prato é um material quebrável, você podia quebrar e não tinha problema, se quebrasse ficava quebrado, não precisa *dar parte* [informar] e não tinha nada. No fim do mês, você ia ao Batalhão e, não me lembro mais, se era reposto 5% ou 10% daquele material. Então, tinha o problema da carga; o meu antecessor disse: “olha, está aqui a carga brasileira: não mexe. Fica guardada, porque a da UNEF não tem galho, a brasileira dá galho”. Só se usava mesmo o armamento brasileiro, porque não tinha [o] da ONU. A administração da ONU era muito eficiente. [Quando era o produto brasileiro], que danificava e tinha qualquer problema, você tinha que *dar uma parte*; tinha que nomear uma sindicância; tinha mais não sei o quê. Era muito complicado, burocrático. Lá o negócio funcionava operacionalmente.¹⁸⁰

6.1 O pão e a estética do *fazer* e do *comer*

Elaborado com as mãos a partir da amalgama da massa de farinha, água e fermento, quando assado no forno ou em buracos no chão, o pão torna-se fonte de nutrição e vida. A comida, as mãos e o pão são elementos da vitrine cultural que nossos soldados observavam com algum interesse. Mas as representações revelam que ali há também uma ambivalência: em um espaço de muitas carências alimentares, nem tudo era permitido comer. A comida era preparada segundo a estrutura fundamental da religião muçulmana, que, de alguma forma, organizava o *menu* e determinava o que era impuro e saudável ao paladar e aos intestinos. Deve-se dizer ainda que, durante o *Ramadã*, o mês sagrado do jejum e das orações, geralmente o povo só começa a fazer a primeira refeição do dia (o *ifthar*), ao cair da noite.

Nossos narradores, entretanto, ao focalizar a carência e o pouco requinte do menu do deserto, desconheciam a grande utilização dos grãos na culinária árabe (favas, grãos-de-bico, lentilhas, ervilhas, trigo etc.), e as verduras, legumes e frutas (romãs, damascos e castanhas), elementos que dão o decantado “sabor exótico”. Ademais, havia ainda as especiarias, mercadorias de cobiça e atração que, outrora, levaram portugueses e espanhóis ao mar.

No domínio da comida, nas narrativas não há qualquer referência à culinária árabe diversificada e requintada em que mãos hábeis preparam e assam, por exemplo, o *Falafel*, um

¹⁸⁰ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

bolinho feito a partir de favas, típico do Egito, nem o *kibe labaniye* (quibe com uma sopa de coalhada), ou ainda um *mjadra* (arroz com lentilhas). Em suas falas, não aparecem um nem outro. O léxico da culinária é marcado então por estas “lacunas de vocabulário”, de exclusões alimentícias. Não se expressa mais do que por meia dúzia de ingredientes e iguarias. A descoberta do “novo mundo” gastronômico e a descrição da culinária do deserto marcam o encontro com a estranheza e com poucas combinações possíveis. É tudo isso que vai distinguir indelevelmente as representações sobre os hábitos alimentares cotidianos “do outro” em relação ao que comiam nos quartéis e, em alguns casos, com o que chamam de “comida israelense”.

Entre as funções atribuídas por Lévi-Strauss ao cardápio e citadas por Certeau (festa, nutrição, variação),¹⁸¹ nenhuma delas é percebida como sendo central, a não ser a de que comer significava manter a própria vida. As falas são o testemunho perseverante de uma gastronomia de pobreza. O hábito alimentar também nos permite aumentar o encadeamento do esforço mental, traçado pelos veteranos, acerca das diferenças culturais. Estas histórias cruzadas sobre os costumes e a gastronomia da diferença são reveladoras sobre o que se plantava, colhia, assava e se comia. É a memória da nutrição e dos sabores. Mas também trata da recusa e da repugnância islâmica para com algumas comidas – *ranzira* ou carne de porco.

Está-se diante de uma História em que, na rotina gastronômica dos dias, empilhavam-se camadas de carências, interditos e a pouca variedade nutricional. “É a economia das opções e dos hábitos, das atrações e das repulsas”, diria Certeau.¹⁸² Sendo assim, não é difícil imaginar o porquê dos beduínos, em um tímido movimento de aproximação, aparecerem nas cercas para conseguir alguma sobra. O corpo demandava na miséria e no consumo elevado de suas forças vitais, qualquer coisa do que não mais servisse aos soldados, o que recompunha nacos de sobrevivência e esperança. Para alguns elementos, as sobras distribuídas eram “manjares desconhecidos”, mas indispensáveis. Inicialmente, de forma esparsa, as visitas dos beduínos evoluíram para os contatos diários. A aceitação de *outra comida* ao longo da Missão estabeleceu por parte de muitos palestinos uma “exogamia gastronômica”, não obstante mantivessem a guarda dos preceitos e dos ensinamentos do Corão contra determinados alimentos, a *mangaria*¹⁸³ e a abstinência voluntária do *Ramadã*. Reavivando elementos da memória gastronômica, presente nos anais do anonimato de Suez, vê-se que, na descrição do cardápio da penúria, acrescenta-se a carne. Ou seja, os beduínos não eram nutridos apenas

¹⁸¹ Lévi-Strauss, apud Certeau, op. cit., 1992, p. 245, vol. II.

¹⁸² Certeau, op. cit., 1996, p. 232, vol. II.

¹⁸³ Transliteração da palavra árabe que significa “comida”.

com o carboidrato do pão *aesh* com tomate e pepino. No balanço das “informações nutricionais”, os ingredientes da dieta, também há referência às proteínas. A introdução da carne (de cabras e de camelo) é essencial ao organismo humano, pois, de certo modo, satisfazia as necessidades do nutriente protéico de origem animal indispensável à sobrevivência.

O homem do deserto vive se mantendo com a criação de ovelhas, têm muitas ovelhas no deserto. Os acampamentos de moradia eles escolhem aqueles locais onde tem aquela grama rasteira que serve de alimentação para as ovelhas. As ovelhas são pastoradas pelas esposas e as crianças.¹⁸⁴

Como pode ser visto nas narrativas supracitadas, se havia um cardápio variado dentro dos batalhões, no cotidiano dos habitantes do deserto, não havia muitas variedades de alimentos a escolher. Isso é importante na análise das narrativas sobre a saúde e a alimentação dos atores locais. Na área médica, é amplamente aceita a idéia de que a probabilidade de desenvolver certas doenças é fortemente influenciada por suas escolhas alimentares. Dessa forma, a escolha da dieta pode influenciar a saúde em longo prazo. Não muito diferente disso, para os soldados, a má saúde dos beduínos podia ser conferida pela observação de uma dieta pobre e de uma má nutrição. A partir dessa equação, intui-se que haja uma consciência entre os soldados de quão eficiente seja uma dieta nutritiva na prevenção de doenças. Entretanto, vale afirmar, nem todas as doenças são igualmente influenciadas pela dieta; mas é certo, também, que algumas doenças sejam puramente dietéticas, como as doenças causadas pela deficiência de vitaminas e minerais. As doenças relacionadas à nutrição, como a anemia, se dão pela deficiência de ferro, de vitaminas e de minerais. Elas provocam a pouca resistência a doenças, ou seja, a baixa imunidade do sujeito.¹⁸⁵

Por sua vez, se a dieta é capaz de influenciar sobremaneira o aparecimento de doenças, como problemas dentários, doenças de pele e até perda óssea, então, os soldados raciocinam que isso devia ser a causa da baixa estatura dos beduínos e da baixa imunização, face às doenças endêmicas que grassavam a região.¹⁸⁶

¹⁸⁴ FERREIRA, Orisvaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 20 dez. 2004.

¹⁸⁵ SIZER, Frances; WHITNEY, Eleanor. **Nutrição: conceitos e controvérsias**. 8. ed. São Paulo: Manole, 2007.

¹⁸⁶ Há, de fato, uma relação entre dietas que as pessoas consomem e a saúde física, enfim, sobre os efeitos do alimento para nutrir o corpo. Mas cabe questionar o que constituiria uma dieta nutritiva. De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, para os padrões ocidentais, uma dieta nutritiva seria aquela que concentra frutas, vegetais crus que garantem maior quantidade de fibras, minerais e vitaminas. O alimento que se consome fornece energia e nutrientes; entre eles, o nutriente mais vital é a água. Os nutrientes que fornecem energia são os carboidratos, as gorduras (lipídios) e a proteína; na culinária árabe prevaleciam cereais e seus derivados, enfim, sobressaem aí os carboidratos.

Estas informações estão disponíveis em: <<http://www.diabetes.org.br/imprensa/entrevistas/index.php?id=1573>>. Acesso em: 23 maio 2008.

Acrescente-se que hábitos alimentares de um lugar e de um povo e práticas culinárias refletem a sua própria história. Como resultado, o compartilhamento de alimento pode ter um caráter simbólico: ao oferecer alimentos que refletem sua herança, as pessoas estão expressando um desejo de compartilhar com outras os valores aos quais dedicam reverência; assim, pode-se intuir que aceitar a alimentação *do outro* é compartilhar, aceitar a sua cultura. No Brasil, os hábitos alimentares e as práticas culinárias são um mosaico e não um ponto de integração entre as regiões. Essa mesma constatação pode ser ponderada para os habitantes do deserto e dos outros batalhões. Ao etiquetar a nutrição dos beduínos, com base em suas observações às bordas da ADL, os soldados partem do pressuposto de que existe um esquema único de nutrição, com uma dieta pouco balanceada e pouco variada em alimentos, o que não está correto.

Ancorados na memória de um padrão muito diferente dos hábitos alimentares dos beduínos, os soldados descrevem o que chamam de costume alimentar “pobre”, pela ausência ou pouca quantidade de carne consumida pelos beduínos. Não havia ali uma boa nutrição, esta entendida como a ingestão de uma alimentação variada e balanceada que atendesse as necessidades do organismo em cálcio, ferro, vitaminas e minerais; ao contrário, a dieta beduína era marcada pelo desequilíbrio nutricional. Embora aparecessem pães, bolinhos e croquetes, não havia os ensopados, os guisados, o arroz e o feijão. Para eles, os beduínos não comiam de maneira saudável, pelo fato de frutas, verduras e carnes não estarem incluídos no cardápio, todos estes, alimentos ricos em vitaminas, fibras e outros nutrientes. Dessa maneira, concluem os soldados, o cardápio pouco variado contribuía para que os beduínos tivessem uma vida pouco saudável e fossem pouco resistentes às doenças, como, por exemplo, o *tracoma*,¹⁸⁷ o *tifo* e a *tuberculose*.

O tifo é uma doença epidêmica transmitida pelo piolho. Da mesma forma que a tracoma, epidemias da doença quase sempre estão relacionadas a fatores de ordem social, como a falta de higiene e pobreza extrema; razão pela qual são comuns em períodos de guerra e escassez de água e em campos de refugiados, características do Sinai.¹⁸⁸

Por último, a tuberculose, outra doença que acompanha a humanidade há muito tempo, posto que aparece em relatos dos médicos da Grécia e de Roma clássicas e foi encontrada em múmias do Egito. A tuberculose só é transmitida pelo ar, através da tosse, e a forma mais

¹⁸⁷ O *tracoma*, uma das mais antigas patologias oculares conhecidas, foi identificado por volta de 27 d.C. É uma doença bacteriana, crônica e altamente contagiosa, causadora de comprometimento da córnea e da conjuntiva, podendo levar à cegueira. A maioria das pessoas infectadas vive principalmente em países subdesenvolvidos e pobres da África, Oriente Médio e da Ásia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tracoma>>.

¹⁸⁸ Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=758&sid=8>>.

comum é a pulmonar. Esta é outra doença que está diretamente associada às condições socioeconômicas do meio; dessa maneira, calcula-se que, em países pobres, 70% da população estejam infectadas pelo *bacilo de Koch*, enquanto nos países ricos este número é menor que 10%.

De maneira geral, as narrativas expressam o fascínio pela terra (o deserto, o clima); pela cultura material local (objetos, as cidades e os monumentos históricos); e para o que a Missão proporcionava em novidades da cultura material (a cerveja em lata, o *catchup*, pasta de dentes, a comida fria [ração]). Há o deslumbramento com equipamentos fornecidos pela ONU aos batalhões. O mesmo não pode ser dito com relação à cultura material beduína, descrita como arcaica e atrasada. A Missão permitiu o encontro dos soldados com os vários aspectos culturais (orientais ou não), tais como: uma quantidade considerável de novidades postas à mesa, o refinamento do paladar dos mantimentos fornecidos pela ONU e o encontro face a face com os costumes alimentares dos povos árabes e israelenses, especialmente daqueles.

6.2 Cultura material, cheiros e sabores: representações sobre a comida palestina e a da UNEF

Veterano do Segundo Contingente, Orisvaldo é outro cuja fala remete aos elementos da culinária beduína, reforçando as representações de um *menu* marcado pela pouca diversificação. Com efeito, a memória da culinária aponta um regime desequilibrado na quantidade e na qualidade de sua composição. Sob este aspecto, traçando uma comparação entre a alimentação do beduíno e a das cidades, ele revela suas preferências; e, mais uma vez, o que brota das areias do Sinai não lhe chama a atenção.

A alimentação árabe é boa. A do deserto é muito precária, eles almoçam e jantam; pegam a massa do trigo, fazem aquele beijuzinho de panela que nós fazemos aqui no Brasil, e dentro colocam o tomate, o pepino, o pimentão etc., e comem. Os que têm criação de ovelha, vez por outra matam a ovelha para comer. Agora, nas cidades, a alimentação é especial, muito boa, e é completamente diferente da alimentação brasileira, é diferente, mas é alimentação de primeira.¹⁸⁹

Já o Sargento Coimbra revela novos elementos do *menu* elaborado pelos beduínos, e os utensílios da cozinha árabe. Como fez parte do final da UNEF, ele supõe os problemas enfrentados pelos primeiros contingentes, nos fins da década de 1950. Durante a participação do penúltimo contingente (1966-1967), lembra que as condições de conforto e bem-estar eram

¹⁸⁹ FERREIRA, Orisvaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 20 dez. 2004.

mais favoráveis, inclusive, no que se refere à alimentação. Geralmente a comida servida no Batalhão “era a brasileira”, embora os cozinheiros fossem árabes.

No cotejo da apreciação do que se comia na Missão, o sargento se mostra reticente e pouco à vontade, no que se refere à alimentação árabe: “a pessoa quer experimentar”, mas não o faz. “Nós levávamos a nossa alimentação”. Na narrativa, aparecem ingredientes, fartura, personagens, elementos anônimos da memória de Suez. É uma representação social da gastronomia e da saúde do Batalhão, no suposto do que era saudável e gostoso para eles.

Nós brasileiros não tivemos problema, porque os primeiros contingentes, no caso [do capitão] o Conrado,¹⁹⁰ e os companheiros que foram os primeiros contingentes, deviam ter sofrido um pouco a questão da *mangaria*. *Mangaria* para eles é comida [...]. Então a *mangaria* na época devia ser aquela do lado do Egito; então eles devem ter sofrido um bocado, porque, mesmo o Brasil levando sua alimentação, como: feijão, jabá... Tudo aqui concernente à alimentação o Brasil levava; mas de qualquer maneira nós tínhamos a comida árabe, que às vezes a pessoa queria introduzir ou experimentar. Mas para nós não teve problema, porque além de levarmos a nossa alimentação, nós tínhamos o cozinheiro Dimas, que já estava há dez anos fazendo a alimentação para os brasileiros. Não era só o Dimas, quando eu falo Dimas é que era na 9ª Companhia; mas em outras Companhias e no Batalhão também tinham outros cozinheiros do Egito, árabes. A comida era feita toda à moda brasileira... Então fazíamos várias confraternizações, e a alimentação era nossa, não tinha mistura não. Eu mesmo nunca cheguei da Faixa de Gaza, em Beirute ou em Jerusalém, para pedir uma comida árabe, porque eu sabia que eu não ia comer; então eu já procurava aquela comida que eu sabia que era gostosa. Não tive dificuldade justamente por isso... Ao lidar diretamente com a alimentação árabe ou libanesa ou o que fosse, a nossa alimentação era feita para nós... Era na panela feita com fogo, gás que tivesse força suficiente, a alimentação era ração feita na panela. Tinha feijão com caldo, galinha, peru e aquilo que nos chegasse. Foi a época que eu mais comi peru na minha vida, num domingo era galinha e no outro era peru.¹⁹¹

Do extrato da lembrança acima tangencia ainda os aparelhos culinários disponíveis (tipos de fogão, combustíveis utilizados).¹⁹² Vale dizer que enquanto a cozinha local se abastecia dos produtos plantados, colhidos e criados no solo do Sinai, a alimentação da UNEF tinha um percurso bem maior entre a colheita, produção, industrialização até chegar às mesas dos soldados e oficiais. O veterano Cipriano, que também participou do Segundo contingente, revela seu encontro com uma nova gastronomia e seus elementos até então desconhecidos (o pão integral, a comida enlatada, o catchup). Entretanto, o soldado, no papel de *gourmet*, separa as mesas pela qualidade e quantidade do que era servido. Os canadenses tinham uma maior variação, mas não tinham o “feijão com arroz” dos brasileiros; já os beduinos comiam carne de camelo, pão e, aqui e acolá, carne de ovelha, “mas pouca também”.

¹⁹⁰ Conrado, 3.º Contingente, 1959-1960.

¹⁹¹ COIMBRA. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2004.

¹⁹² Certeau, op. cit., 1996, p. 233, vol. II.

A nossa alimentação era distribuída pela ONU, vinha dos Estados Unidos. Nós comíamos ração fria duas vezes por semana; nós estávamos comendo um pão fabricado em 1943, com catorze anos depois [de fabricado]. Então nós comíamos duas vezes por semana ração fria, e as outras comidas eram normais [brasileira]. Mas nós tínhamos uma refeição por semana num contingente canadense em que a guarnição lá era feita pelos brasileiros, e eles tinham uma alimentação muito boa. Eu vim conhecer *ketchup* naquela época, suco de tomate, porque eles tinham tudo, só não tinham feijão nem arroz, mas tinha todo tipo de carne, todo tipo de verdura, todo tipo de suco. Tínhamos uma refeição por semana lá porque a gente tirava uma vez por semana serviço lá na área dos canadenses, mas foi somente um período antes de eu ir para Gaza. Antes quando nós ficamos em Rafah Camp, tiramos um período lá, mas depois fomos para Gaza. Então todo dia o carro ia deixar o pessoal lá para tirar serviço na cantina dos canadenses e a alimentação era muito boa. A carne que tinha para comer era carne de camelo, talvez uma ou duas vezes por mês; por sinal, uma carne felpuda; você tem a impressão de que é como carne de cavalo... mas o povão mesmo é mais difícil, o povão vivia em estado de miséria. O beduíno, o palestino só come pão, esporadicamente carne de camelo, porque o camelo lá não é do árabe, é do governo. Ele distribui aqueles camelos e quando estão velhos eles pedem permissão para matar, é a carne que eles comem; e aqui acolá um pouco de carne de ovelha, mas pouca também. Mas a alimentação básica dele é o pão, pão círio com tomate e verdura dentro, eles não têm outra alimentação não. O café é pão, o almoço pão e o jantar pão. Uma alimentação péssima, não tem variedade de alimento não. Quer dizer, pode já ter mudado também.¹⁹³

Com base na descrição supra, o *menu* árabe parece não despertar qualquer interesse no apetite de Cipriano. As marcas principais do cardápio local eram o “exotismo” e a monotonia dos ingredientes que compunham as principais refeições dos beduínos, o que contrasta com o que era servido pela UNEF. O então terceiro sargento Macedo propõe uma explicação baseada no que ouviu falar sobre o costume árabe de não comer carne de porco.¹⁹⁴ A explicação tem por base doses de senso comum misturadas com religião, ponto de identidade forte descrito pelo veterano sobre o árabe como um todo. A repulsa à carne e o fazer religioso (a reza obrigatória) despertavam alguma atração e interesse no personagem:

Outra é a crença que eles têm é da proibição da comida; eles não comem carne de porco. Eles chamam uma tal de “*ranzira*” é uma carne diabólica (sic) para eles. Mas lá na convivência do dia-a-dia quando a gente falava em comida de carne de porco eles repudiavam, porque no Alcorão deles dizem que: “Jesus mandou todos os espíritos se colocarem nos porcos”. Isso aí eu nunca me preocupei. Mas dizem que Jesus pegou os espíritos jogou todos nas porcas e mandou que aquela *porcaçada* toda caísse no rio e morresse. Por essa razão, eles não comem carne de porco. São tão religiosos que onde eles estiverem, na hora que chega aquele horário de prestarem aquela homenagem ao Alcorão, podem estar no meio do campo ou em casa, eles prestam a homenagem lá para a gente ver. A gente olhava, [e] eles estavam com a cabeça colada no solo, bastava chegar o horário daquela homenagem que eles faziam. Eu achava isso muito interessante.¹⁹⁵

¹⁹³ CIPRIANO, Ferreira. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

¹⁹⁴ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

¹⁹⁵ Id. *ibid.*

6.3 Memória do cotidiano: culinária e religião

A partir das entrevistas, foi possível levantar não apenas o cardápio servido aos praças, como também as preferências de cada um; e ainda escrever uma História econômica e social da região e da identidade beduína com base no que comiam. A esse respeito, o veterano Oswaldo descreve aquilo que chama de “comida árabe”, e se mostra dividido entre as ofertas do *menu* beduíno, do qual, em sua preferência, sobressai o “quibe cru”.

A comida árabe tem muitas comidas boas. [mas] tem umas que não são muito boas, principalmente quibe cru. Eles comem muito o camelo também. Eles comem o canguru; a maior parte da carne vem do Canadá, vem dos Estados Unidos; é exportado muito frango para lá. [As comidas] do judeu nunca comi. Comi italiana, comi espanhola, comi americana, canadense, mas a comida judia nunca comi.¹⁹⁶

Corroborando a imagem da pobreza da culinária beduína, especialmente quando comparada à comida fornecida pela ONU, tem-se, nas narrativas, uma espécie de hierarquização alimentar. No limite, ela autentica a hierarquia social que se estendia por toda parte do Sinai. *O que se come e como se come*. A comida palestina geralmente era assada, mas a alimentação da ONU, chamada de ração, poderia ser ingerida fria ou quente: “ração é comida fria, lata de conserva, farinha, bolacha, pão, você abre a lata, se você tiver meio de esquentar um pouco, então se come fria”.

A carência econômica e o clima pouco favorável do Sinai, o gado com pastagens ralas e os movimentos controlados permitem montar um quadro de penúria em que viviam os beduínos. Ou seja, a natureza do deserto estava diretamente ligada ao que se produzia, ao que se colhia e se tornava alimentação. Com efeito, as condições ambientais do deserto eram pouco adequadas à plantação e à criação de animais. Pelas descrições dos veteranos, infere-se que, “do lado de cá”, eram ainda piores, quando comparadas às do deserto do Negev,¹⁹⁷ “do outro lado” da ADL. De fato, o Negev:

É um deserto quase plano, com vastos horizontes e pequenos arbustos, contrastando com o Sinai, este em geral formado por um território extremamente irregular e pouquíssima vegetação, além de muitas dunas, algumas muito altas, as famosas “ponta de faca”. Cada tempestade de areia muda totalmente a paisagem do deserto.¹⁹⁸

O jornalista Flávio Alcaraz também faz uma descrição rápida dos desertos, onde sobressaem diferenças consideráveis. Segundo ele, no Negev, a “areia fofa... e sem nenhum teor de umidade... E isto porque estávamos na savana. No Sinai, é ainda muito menos

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Oswaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 dez. 2004.

¹⁹⁷ Palavra de origem hebraica (Negeb) que etimologicamente quer dizer *terra árida ou estéril*.

¹⁹⁸ Trecho do livro inédito do veterano Edson Iabel. E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 13 dez. 2006.

trafegável”.¹⁹⁹ Com base nesse quadro em que se expõem memórias do cotidiano, pode-se inferir que a subsistência da produção de cereais dificilmente permitia ao pequeno camponês acumular para alimentar a si e sua família por um ano inteiro. Esses traços da cultura material e da religião islâmica explicam, em parte, a economia dos hábitos alimentares dos beduínos. A cozinha regional beduína, à época, e, provavelmente, nos dias atuais, está diretamente ligada ou é determinada pela lógica e pela forma de inscrição da sociedade no mundo (apego às tradições e à religião, à divisão sexual do trabalho e às condições climáticas). A carência interna está ligada, então, de alguma maneira, à ordem do imanente, do sagrado e do mítico. Vale dizer que as condições climáticas *per se* não ajudam a entender a carência como um determinismo natural, uma vez que, do “outro lado” da ADL, havia uma relativa abundância alimentar.

O Sr. Orisvaldo destaca uma diferença básica entre o que se comia na cidade e no deserto. Nesse recorte, mais uma vez, recai para os palestinos a marca do “insignificante”, especialmente quando comparada ao que chama de “comida brasileira”. Memória da culinária e da saudade das refeições caseiras, como o “baião de dois”, ou da prosaica “maria isabel”, preparada com arroz misturado à carne seca. Saudade do manjar em família, das conversas à mesa e do barulho dos talheres nos pratos. Denota a economia de ingredientes na tarefa de preparar a comida, aliada ao poder de saciar e nutrir. Enfatize-se que tanto *um* como a *outra*, o “baião de dois” e a “maria isabel”, são “comidas secas”, e, assim como as comidas árabes do deserto, carecem de caldo para refogar a carne e o feijão no prato.

A experiência tateante dos soldados com a culinária beduína permite concluir que, nas falas, a alusão à “comida brasileira”, feita por Orisvaldo e seus companheiros, refere-se basicamente à comida nordestina, especialmente a piauiense; e a “comida árabe” é a dos beduínos, com os quais conviveram na fronteira e nas cercas dos quartéis. O interesse neste tema se dá porque a comida e a culinária aparecem como um núcleo de identidade beduína de relevo, para nossos veteranos, na rememoração do Batalhão Suez. Destaque-se que, na primeira correspondência trocada entre o comandante do Batalhão Suez e o Estado Maior no Brasil, há uma menção ao assunto; ou seja, “a alimentação fornecida pelo Brasil era descrita como “alimentação tropical”. No mesmo documento, o oficial questionava se havia “exigências especiais em matéria de alimentação” entre os soldados brasileiros.²⁰⁰ De maneira geral, não há *uma* comida brasileira, as diferenças regionais põem à mesa as diferenças que

¹⁹⁹ ALCARAZ, Flávio. *Morrer por Israel*. Porto Alegre: Globo, 1967. p. 26. In: AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 158.

²⁰⁰ Primeiro telegrama enviado ao Egito, datado de 17/01/1957. Documentos avulsos do Batalhão Suez. Caixa 1. Arquivo Histórico do Exército.

marcam a arte de cozinhar dos vários pontos do país. Assim, alguns deles confundem a comida do deserto e a das cidades como se fosse uma só e acreditam que são sinônimas.

Fica claro que, se a mesa dos Batalhões da UNEF era posta com alguma fartura, isso contrastava com o menu árabe. Entretanto, a variedade de alimento e o volume da colheita que caracterizavam uma cozinha rústica eram coerentes com o modo de viver e produzir (o plantar e o colher) dos beduínos. Sob este aspecto, o nomadismo que ainda marca a sua vida pode ser justificado, entre outras coisas, pela necessidade de arranjar pasto para as criações. Nesse recorte, surge um traço importante da divisão social e sexual do trabalho que ocorria nos pastos e nas plantações do Sinai.

Enfatizando o relato do Sr. Orisvaldo, “o homem beduíno é o que mora no deserto”, e que se pode comparar, aqui no Brasil, ao “caboclo que mora no interior”. Este mantém a si e a sua família com agricultura e “a criação de ovelhas”. Por isso constroem sua moradia em acampamentos, onde a “grama rasteira serve de alimentação para as ovelhas, muitas ovelhas”, que, por sua vez, são “pastoradas pelas esposas e as crianças”.²⁰¹

É possível propor a hipótese de que as práticas, os utensílios agrícolas, o consumo dos alimentos descritos, o estado de carência e a baixa produção das plantações poderiam ser determinados pelo espaço geográfico e social, como também pelo processo antropológico vigentes na região: “a mulher é quem planta e cuida dos animais”, “o arado de madeira”, “o homem não dá um prego numa barra de sabão”. Ou seja, o volume de alimento produzido era reduzido, pois, na ordem do mundo do trabalho ali secretado, o homem descansava e a mulher trabalhava. Sem embargo da presença da UNEF, a ONU levava ajuda humanitária para a região, com vistas a amenizar o quadro de carência alimentar de seus habitantes: “os refugiados são tão pobres que, se não fosse essa unidade da UNWRA, eles morreriam de fome; não tinham como se alimentar nem assistência à saúde e educacional”.²⁰² Então, o veterano Irapuã aponta que seriam pelo menos três tipos de assistência prestada pela ONU:

Alimentar, educacional e de saúde. Essa UNWRA presta assistência a esse pessoal. É uma organização dessas ligadas à ONU. Lá tinha a UNEF que era a parte militar e tinha essa UNWRA que prestava assistência ao refugiado.²⁰³

Por outro lado, a imersão no cardápio variado das atividades da UNEF e em uma cultura de costumes diferentes, gerava quadros de carência afetiva e existencial, e exigia da ONU um cuidado especial com os soldados, especialmente com os que estavam no *front*, na ADL. Desse modo, eram providenciados alguns confortos para atenuar as dificuldades,

²⁰¹ FERREIRA, Orisvaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 dez. 2004.

²⁰² IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

²⁰³ Id. *ibid.*

inclusive, de alimentação e de adaptação. A preocupação visava também suprir alguns elementos identitários ocidentais, expressos nas festas religiosas cristãs, e todo o aparato de apetrechos e utensílios que lhes eram devidos pela tradição eram postos à disposição dos infantes de Suez:

Olha, a ONU prestava assistência ao soldado até àquele que estava no posto de observação [...] naquele calor imenso ele recebia sorvete. Em época de natal, que [...] para nós lá é triste porque está todo mundo longe de casa, nós recebíamos uma árvore de natal completa, com bolos e bebidas, até cerveja, porque a cerveja lá eles não consideram bebida alcoólica. O sargento pode comprar uísque, é limitado, por mês quatro garrafas. Normalmente o oficial [podia comprar] quatro garrafas e o sargento duas, os cabos e soldados não podiam comprar bebida alcoólica. [Mas] podia comprar cerveja porque não considerava cerveja como bebida alcoólica. Então nós recebíamos uma árvore de natal completa com tudo. Uma organização daquele naipe só quem vai lá é quem dá valor, dá mais valor do que o que não vai e vê como é que funciona uma estrutura daquela. É respeitada, bem tratada. E outra coisa, como integrante da ONU eu não podia ser revistado, porque lá tem aqueles sete postos que na viagem de *Rafah Camp* para o Cairo que pára em não sei quantos postos. Sua bagagem eles reviram tudo, agora da ONU não pode ser revistado não, fardado não.²⁰⁴

Observa-se, neste relato, que havia uma hierarquia de consumo, entre o que era permitido cada um comprar e consumir. O oficial destaca também, com certo orgulho, as vantagens e as mordomias de “pertencer” momentaneamente aos quadros da UNEF, tanto no trânsito pelas cidades do Oriente Médio quanto nos limites da Faixa de Gaza.

De forma geral, o conjunto das narrativas remete à formação de um panorama sobre a cultura alimentar cotidiana dos beduínos e dos israelenses, uma vez que elas seguem o mesmo padrão e a mesma lógica interna. Assim, as narrativas de cada um produzem um discurso determinado pela compatibilidade. Essa compatibilidade diz respeito às representações coletivas sobre o modo de produzir, colher, viver e alimentar-se. A História Social e Cultural do Batalhão, escrita a partir das memórias, é atravessada pela dicotomia limitada do antiquado *versus* moderno. Do mesmo modo, o recorte sobre o cardápio de cada sociedade, a questão é posta na oposição binária: “carência” *versus* “abundância”; “insosso” *versus* “saboroso”; do “muito” e do “pouco” o que comer.

A fala dos veteranos é recorrente: o cardápio “do lado de cá” se caracteriza pela exclusão e a rotina dos pratos, uma culinária restrita; enquanto a constituição da “do lado de lá” (Israel) seria supostamente variada. A “do lado de cá” é uma iguaria seca e sólida; a outra é molhada, tem sucos, e o vinho para alegrar os convivas e melhorar a digestão; em uma há carência, em outra há abundância. Logo, este rudimento de História Cultural do Batalhão,

²⁰⁴ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

escrito através das memórias, também está relacionado à questão das diferenças culturais da alimentação:

O judeu vive bem, os judeus são bem alimentados, tudo é comum: verdura, carne, muito suco; eles levaram suco para nós. Naquela época, levavam um vidro de suco de maracujá ou de outra coisa para nós; mandavam pelas patrulhas para nós na fronteira, como eu falei antes, inclusive, eles colocavam algum brasileiro nas patrulhas para contatar com um brasileiro.²⁰⁵

O discurso social que se forma com as narrativas e suas idéias conexas e matizadas afirma-se na invenção de suas verdades, visto que procura legitimar, enfatizar suas declarações (“no meu linguajar”; “na minha experiência”) às diferenças observadas entre as duas culturas vizinhas. Essa diferença, aliás, se estende por todo o deserto e por todos os aspectos da cultura material visíveis:

A minha experiência no Oriente Médio não foi muito boa porque nossa missão terminou só com um quarto da sua durabilidade. Mas [valeu] aquele conhecimento de dois países com culturas completamente diferentes do poder aquisitivo. Do lado Árabe, a pobreza, aqueles costumes antigos. E, do lado dos Judeus, abundância, riqueza, as cidades muito bonitas, aquelas irrigações feitas através de poços cavados praticamente no deserto, com umas torres de grande altura, com 30, 40 metros de altura, para tirar água do subsolo, para fazer aquelas irrigações. E até coisas que aqui no país não se vê mais; mas a gente via lá. Então, a gente viu esse contraste das duas nações.²⁰⁶

Nas sucessivas entrevistas, o olhar atento dos soldados descobria duas realidades distintas em um raio de pouca distância entre as culturas postas sob a mira da pobreza *versus* riqueza; carência *versus* abundância; fome *versus* saciedade; o exótico *versus* civilizado:

Então, durante esses meses, podemos observar uma cultura tão diferenciada entre as *duas raças*, entre palestinos e judeus, uma cultura muito diferente. Os judeus dentro daquele deserto, tudo o que eles produzem; fartura dentro do lado de Israel; se vê evolução. Já dentro da Faixa de Gaza, ou seja, na área onde o batalhão conviveu, permaneceu... Então a gente notava perfeitamente, e o lado árabe, o lado onde os palestinos viviam era muito sofrido, era pobre... Então você notava por aí que a diferença era grande demais, era absurda... sem comparação, porque isso eu resumo da seguinte maneira, no meu linguajar.²⁰⁷

Na montagem de uma História Cultural da alimentação para o Batalhão Suez, as fontes revelam elementos importantes sobre a produção de alimentos, a utilização de certos ingredientes e produtos. Estas referências que aparecem nas narrativas comportam pedaços da culinária local árabe; e, em menor escala, a israelense; e ainda as apreciações sobre o paladar de cada alimento. Outro destaque observado é a pouca oferta de iguarias no *menu* árabe:

²⁰⁵ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

²⁰⁶ FONSECA. Teresina, 2005. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 16 ago. 2005.

²⁰⁷ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

pepino, tomate, pão e azeite; a carne minguada. Tudo isso permite lançar um novo olhar sobre o conhecimento de filigranas do Batalhão, “por meio das lembranças do passado”, e a montagem de ensaio histórico acerca de alguns aspectos do que plantavam, colhiam e comiam na Faixa de Gaza e redondezas. Com efeito, as representações sobre a cultura e a culinária árabes refletem sentimentos poderosos, liberados pela memória coletiva dos veteranos, pequenos fios da grande trama do tecido da Missão.

As histórias de vida e do grupo resgatadas na pesquisa insinuam um discurso sobre elementos da gastronomia árabe, praticada pelos palestinos, e aquela levada pela UNEF. Tendo em vista que esses soldados viram e experimentaram ambas, conclui-se que, de uma experiência à outra, ou seja, entre a culinária desse(s) país(es) e a nossa, há grande e incomparável diferença. O que surge dessa descoberta é mais uma “instituição” cultural a representar a diferença e a pôr em cena a alteridade entre as culturas e o cardápio do “outro”. Ali viram *uma mesa posta* com pobreza. O pão combinado com pepino, azeite ou tomate seco é o único elemento perene nas representações concebidas sobre o mundo que girava em torno dos tapetes empoeirados e carcomidos das tendas e das salas de jantar. Fica claro que a alimentação significa uma parte do que são as sociedades beduína e israelense daquele espaço-tempo vivenciado.

Na análise simplista e apressada do soldado sobre a realidade da região e a vida cotidiana, vista a seguir, ele contabiliza várias nuances, que vão desde a religião à maneira de ser do beduíno, que é confrontado com o piauiense no que se refere à vida doméstica, ao casamento e à divisão de responsabilidades dentro do matrimônio. Aqui encontramos uma inversão: machista é o árabe que, segundo ele indica, para não trabalhar, utiliza sua(s) esposa(s). A memória do tempo vivenciado e a vida no tempo presente duelam na mente do veterano sobre o aqui e o lá; o ontem e o hoje; enfim, representações sobre o homem e seu meio em uma pequena região do mundo em que viveram.²⁰⁸

A gente fica impressionado com o nível de pobreza. Não se pode comparar o Piauí com aquele negócio lá, é muito longe. O Piauí não se compara com Gaza. Ali é muito mais atrasado, o árabe é muito mais atrasado, nem se compara. É muito amarrado à religião. Eu já cheguei a lhe falar que o Alcorão chega a ser um entrave ao desenvolvimento. Lá é muito mais machista (eu não estou lhe falando?). Por exemplo, o árabe *normalmente* tem duas ou três mulheres. Lá é autorizada a poligamia, ele fica sentado e bota as mulheres para trabalhar na agricultura inclusive. Isso [quase] não ocorre no Piauí, é difícil, quando muito a mulher ajuda o marido.

²⁰⁸ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

Para concluir, cabe dizer que, durante as entrevistas, os soldados falaram livre e espontaneamente sobre vários temas da cultura árabe, palestina e judia. Deram vazão, assim, às suas representações, teceram comparações, repugnaram, quiseram provar ou rejeitar. A pretensa montagem de uma História Cultural do Batalhão Suez, que se desenvolve neste trabalho, enriquece-se dessas “análises comparativas” dos veteranos, especialmente quando as vozes tratam da culinária, e do repertório das comidas e ingredientes que dela faziam parte. Mas também estão expostas em percepções sobre um suposto caráter e a relação com suas propriedades e suas mulheres. A História Cultural do Batalhão Suez abre espaço para a memória da subsistência e a hermenêutica dos sistemas que dão vida e cor e sabor à personalidade e às instituições espalhadas nas areias do deserto. Isso pode ser exemplificado no pequeno estrato a seguir, em que o coronel Irapuã traça um breve quadro comparativo entre a Palestina e o Piauí. Em uma única frase ele abarca elementos da economia, da sociedade e da estética, que, aliás, segundo ele, são duas culturas que em nada podem ser comparadas.

7 REPRESENTAÇÕES SOBRE SI, SOBRE ÁRABES E ISRAELENSES

A fim de construir um panorama histórico do evento e de seus personagens, este capítulo trata de pequenas histórias com as “artes” e as “espertezas” praticadas no cotidiano dos veteranos da Missão Suez. Enfim, procurar-se-á discutir o significado de algumas experiências de vida, estratégias de sobrevivência, formas de inserção e os muitos problemas enfrentados. Através das memórias, tem-se a intenção de conhecer detalhes que marcam semelhanças e diferenças entre os nativos e a multidão anônima da soldadesca e os oficiais de outros batalhões. As preferências, estranhamento e desconfianças, sobre um e outro, governam ou orientam a economia de suas representações.

Em seus fragmentos narrativos, eles especificam o trabalho, o espaço e a “ordem” que compunham o panorama da Missão. Entre as várias passagens, há relatos do perigo e da solidão, atentados, alegrias e tristeza. Mas também há espaço para *o fazer* dos “heróis” transgressores das fronteiras, que, no cumprimento das missões diárias, atentavam aqui e ali contra a lei estabelecida pela ONU para o lugar. Nos dias atuais, na rememoração, não há remorso nem sentimento de culpa ou medo, quando desfiam suas histórias sobre a sagacidade, a finta, e o senso de oportunidade no jogo da guarda e da vigília da ADL. Da mesma forma, a distância temporal do perigo não reaviva qualquer traço de uma memória ressentida, ao contrário, reacende uma memória que exulta a participação e o orgulho de ter estado onde, para muitos, “foi a melhor época de nossas vidas”.

Para contar as histórias daquele cenário, recorri às descrições e aos relatos dos lugares (o deserto, os acampamentos e as cidades) visitados pelos boinas azuis. As narrativas organizam *o fazer* de cada um deles: a obrigação militar e os jogos relacionais que mantinham entre si e com “os outros”. Afinal, os relatos marcam as representações sobre a existência espacial da paisagem, das missões, os atores e a nem sempre fácil e harmoniosa convivência com os batalhões e com os habitantes dos dois lados da ADL.

7.1 Representações sobre *o ser* voluntário da UNEF

Nos relatos dos veteranos, um conjunto de particularidades sobre a Missão, os conflitos e as vivências foram aflorando. Estas histórias revelam as expectativas que tinham da Missão, os sonhos de cada um, os riscos de morte, o desterro das patrulhas, a saudade, as esperanças, as emoções e as representações sobre as cidades e o deserto. Por meio das

narrativas, pode-se alcançar a (re)construção de fragmentos importantes e banais, surgidos da memória dos velhos combatentes, da realidade social.

No rico tesouro da memória da Missão, também encontram-se as representações construídas, ainda no lugar de origem, e levadas na bagagem, como a do “consagrado” xeque árabe das histórias das *Mil e uma noites*, da literatura, do cinema, revistas em quadrinhos e dos livros didáticos. Outra história seria a do deserto, *a priori*, imaginado como um espaço inóspito, destituído de vida e, *sobretudo* de atrativos.

Antes da viagem ao Egito, havia poucas representações sobre o lugar para onde iam, reflexo entre outras coisas do grau de instrução dos voluntários. Se há lacuna, a princípio, há representações sólidas *a posteriori*, sobre os habitantes da região (árabes e israelenses), mas também sobre os outros habitantes temporários (os contingentes militares, canadenses, iugoslavos e indianos) especialmente.

Uma das representações, *a priori*, era de que na Missão se conseguiria dinheiro fácil. Aqui se encontra o veterano Francisco Macedo,²⁰⁹ afirmando, entre outras coisas, que iria para a Missão acumular algum dinheiro e abandonar a caserna. A base dessa imagem era o fato de que a UNEF pagava em dólares, cuja cotação era superior à moeda brasileira, e, especialmente, à moeda local (a libra egípcia), que era muito desvalorizada. A acumulação proveniente dessa equação permitiria trazer uma quantia considerável de dinheiro. Esta visão é reveladora de que vários aspectos animavam os voluntários; assim, *ser* voluntário não era necessariamente defender um “ideal altruísta” ou uma causa nobre em favor da idéia de paz. Entre os entrevistados havia quem vislumbrasse a projeção de uma vida melhor. Contudo, esta representação não apenas se revelou incorreta para alguns, até mesmo como “singular”, pois, no conjunto dos boinas azuis, ao que parece, o interesse financeiro é apenas episódico, secundário. De acordo com informações obtidas em uma correspondência interna, entre o comando em Rafah e o Exército, na Missão, um soldado não engajado ganhava Cr\$ 400,00 (vencimento) e mais Cr\$ 100,00 de ajuda de custo. Ganhavam em cruzeiro e não em dólar, embora lá fosse feita a conversão para o dólar e depois para a moeda local.

No exame do conjunto das perspectivas, é possível observar que eles articulam essa experiência em várias frentes: havia a motivação da “aventura”, “vontade de conhecer”, mas também havia uma expectativa “sincera”, de superação das dificuldades políticas enfrentadas na região, e o “ideal militar de servir à pátria. Aqui, o foco principal destes personagens era ajudar, à sua maneira, na solução do conflito. Nenhum dos entrevistados, porém, tinha alimentado fantasias sobre “facilidades” *da e na* Missão. Os piauienses afirmaram ainda que

²⁰⁹ Macedo, 20º Contingente, 1967.

nunca haviam pensado em deixar a terra natal, e que o fizeram não necessariamente por necessidade, mas sobretudo por aventura, destemor e querer conhecer outros lugares no mundo: a tônica das representações das expectativas.

Procurando regularidades e ordenamento na grande dispersão das narrativas, pude encontrar a rede dos incentivos a mover cada um dos voluntários de Suez. A Missão representava, para alguns, uma possibilidade de acumular, mudar de vida, deixar o Exército. O veterano Macedo, por exemplo, deixa claro que embora tivesse em mente executar sua missão precípua de “soldado da paz”, ele decididamente procurava ganhar um extra, e assim fazer uma poupança, pensando no retorno ao Brasil, e “abandonar a caserna”. De acordo com sua avaliação, ele “ganhou uns trocados”, muito, para seus parâmetros e para a realidade socioeconômica em que viviam. Embora “ganhar dinheiro” *na e com a* Missão fosse um dos objetivos de Macedo, após aportar no Egito, ele se refere a sua vida no Exército de maneira saudosa, e revela uma ponta de orgulho e consciência de sua condição:

[...] acho muito difícil você entrar com 18 anos no quartel, na vida militar e se separar dela. Como militar profissional durante trinta anos, ainda sonho, principalmente [com] o Macedo que teve uma vida ativa muito grande dentro da vida profissional, sargento dentro do limite dele [...].

Macedo conta ainda sobre a estreita relação desenvolvida com os árabes que viviam nas redondezas dos pelotões. Segundo ele, o pano de fundo da relação era marcado pela amizade e pelo comércio que montou durante o tempo em que serviu ao Batalhão, do qual tirava vantagens pessoais e aumentava seus lucros. Sua narrativa apresenta rudimentos da economia política da região, o mercado, produtos, as transações e as receitas:

Quando chegamos ao pelotão, nós encontramos três auxiliares que trabalhavam no Batalhão árabe. Um era muito interessado, muito comunicativo, sempre ia atrás dos praças, era muito comunicativo. Na cantina do pelotão além do guaraná tinha o cigarro, tinha comida brasileira, que eu arranjava; sardinha, essas coisas pra não perder o hábito, porque lá tudo era enlatado, não tinha comida abatida [fresca]. E aí eu comecei também a comprar umas galinhas dos árabes, tirar ovos. Eu botei um comércio para ganhar dinheiro mesmo, porque esse dinheiro que nos era dado pelo Egito, cada militar tinha o direito a cem libras, era dinheiro demais na época. Para você ter uma idéia, um funcionário no campo ganhava três libras por mês, que representava trezentas diárias, quer dizer, então você comprava uma galinha por cinco piastras, o ovo não me lembro mais quanto era, eu sei que comecei a comprar as galinhas e, quando queria, eu comia uma galinha caipira. Então eu fiz um comércio nesses três meses, de março, abril e maio. Fiz uma boa grana, porque eu vendia tudo, e era porque nós não tínhamos dinheiro.²¹⁰

Conforme se pode observar, participar da Missão permitia certa acumulação, que deveria ser acompanhada de parcimônia e economia. Assim é que o sargento Macedo

²¹⁰ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

comenta que deixou a família preparada financeiramente para ficar doze meses sem a sua presença. Uma vez no Egito, Macedo demonstra que tinha alguma visão para os negócios, e que isso era possível de se realizar, mesmo tendo ido parar ali com uma missão precípua: manter a paz entre dois vizinhos inimigos.

Veja bem, nós só íamos receber dinheiro nosso na Itália, em Trieste; das cem libras que recebi no primeiro mês e aí com alguns dólares que tinha levado na época, quando recebi meu dinheiro, aqui troquei por dólar e levei alguns dólares, porque nós recebemos um adiantamento aqui na época que eram 800 mil cruzeiros de ajuda de custo. Eu tinha deixado a família bem amparada, e nos quatorze meses não mandaria nada para minha família. Eu poderia passar até um ano e meio sem mandar nada. E, nesse meio tempo, consegui fazer uma economia. Nosso dinheiro na época as libras eram demais, conseguir fazer mil dólares... Eu não tinha medo de comprar lá, era tapete, caneta, cigarro, tudo que eu quisesse comprar eu comprava, você vendia no arame como era chamado [as cercas].²¹¹

O veterano Coimbra é outro que revela que havia algo mais do que o espírito de aventura, de civilidade e desprendimento que o animava a participar do Batalhão: o estímulo financeiro. A Missão tinha este subjacente e que deve ser levado em consideração no projeto de vida que animava os voluntários de Suez:

Esta sim era a principal causa: o incentivo financeiro. Enquanto ganhávamos aqui um vencimento, naquela época não era ruim, mas não era tão bom, lá era o dobro, às vezes até o triplo, dependendo da situação. Então nós brasileiros, nós seríamos o contingente menos pago, porque outros contingentes lá ganhavam em situações bem melhores do que a nossa. O brasileiro sempre é muito amarrado, muito agarrado, o brasileiro tem medo de dar calote nas pessoas, é da índole do brasileiro. Então, como nós brasileiros, tinham outros, como os indianos e uns dois ou três contingentes que ganhavam menos do que nós, mas tinham outros batalhões que o soldadinho e o oficial ganhavam bem mais do que o brasileiro. Mas de qualquer maneira seria um incentivo para nós brasileiros servir ao Batalhão Suez.²¹²

Fazendo um recorte sobre a sua participação, o sargento Coimbra fala que fez economia durante a Missão, o que permitiu acumular algum dinheiro e suprimentos adquiridos e ou recebidos nas *cantinadas* (bebidas, cigarros, roupas e produtos de higiene), e que, inclusive, trouxe na bagagem. À guisa de informação, o veterano Zouain explica o que eram as *cantinadas*, segundo ele, um complemento dos ganhos, uma espécie de *vale* não reembolsável.

A cantinada era uma espécie de extra mensal de onze libras egípcias, que todos os componentes da ONU na Faixa de Gaza recebiam. Era bancado pelo governo

²¹¹ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

²¹² Id. *ibid.*

egípcio de Gamal Abd-El Nasser, para evitar a circulação de dólar americano naquele país, e ao invés das libras, recebíamos os materiais.²¹³

No *menu* rico das “aventuras de Suez”, estão expostas as expectativas que moviam os veteranos a se inscrever como voluntário na Missão Suez. Não há um motivo único, não há concordância a esse respeito; em geral, a razão para tomar parte era condimentada com o sabor da aventura, enfim, com o desconhecido que se oferecia a cada um. A motivação do Sargento Coimbra,²¹⁴ por exemplo, não é diferente da do também sargento Macedo. Ambos revelam a motivação econômica, e agregam outros ingredientes de “valores de identificação”, como o pertencer ao Exército e desejar trabalhar pela paz em um mundo distante, representando os valores e princípios da corporação e do país aos quais pertenciam:

Não tenha dúvida, fomos privilegiados. A frustração [é] porque, quando se falava aqui no Piauí que a gente ia para o exterior ganhar dólar, já tinha noção de que ia fazer certa economia. Você ia pelas duas coisas: vontade de conhecer, aliás, eram três coisas, vontade de conhecer coisas diferentes, o tipo de missão que faz parte do nosso profissionalismo. E a terceira era juntar um dinheirinho para melhorar de vida; isso aí é de toda pessoa que exerce qualquer profissão. Então, não tenha dúvida que esses são os três pontos fundamentais para fazer você ser um voluntário. Sabia do risco por informações, que não podia andar sozinho, tinha sempre que andar em grupo, pela própria natureza do beduíno. Então houve todas essas informações que os primeiros não tiveram. Mas o rigoroso da escolha do voluntário era que pudesse realmente suprir aquelas necessidades que fossem apresentadas no momento. E para isso o nosso batalhão, os nossos superiores se preocuparam muito. Houve realmente todo tipo de assistência, tudo que foi possível oferecer para uma melhor estadia de vida de quinze meses foi nos proporcionado. Nós íamos para lá sabendo.²¹⁵

Vale, dizer, todavia, que o ponto de encontro das expectativas não reside no fator econômico. Ele é importante, mas não é o principal motor do engajamento na Missão. Macedo nos revela que, para ser voluntário, era necessário um compromisso consciente; isto é, determinação e arrojo; mas o dinheiro também era importante; no caso dele, muito importante. Enfim, não foi para o Egito apenas por diletantismo, havia a questão financeira por trás de suas expectativas como principal forma de convencimento. Essa é a *sua* verdade. Em sua memória está clara a sua percepção e o significado de ser voluntário: saber, viver, correr riscos, e ganhar algum dinheiro:

Não tinha punição maior do que repatriar você e perder o que você foi em busca, porque nenhum foi para lá pensando só na figuração. Foi por causa da situação financeira que podia retornar; a minha concepção é essa; ninguém ia arriscar a vida sem uma segurança financeira melhor. Se o nosso Exército determinasse que qualquer militar ia cumprir..., ele sacrifica a vida dele, mas a missão no exterior ela

²¹³ ZOUAIN, Stans. **Histórias de Suez**: aventuras de nossos soldados. Vitória-ES: Zouan, 2003. p. 86. (Edição do autor).

²¹⁴ Coimbra, 19.º Contingente, 1966-1967.

²¹⁵ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

lhe prega dois sentidos: Eu não consigo me convencer de que você vai para o exterior sacrificar sua vida pelo outro lado. Talvez com invasão de seu país aí não; mas numa missão dessas que tenha oferecido uma moeda mais valorizada... Só por diletantismo muitos soldados iriam. Na questão do voluntariado pesava muito a questão do dinheiro. Não tenha dúvida. Por quê? Porque tinha algumas coisas, ele sabia, de acordo com o salário que nós tínhamos na época e comparando com o valor em dólar, não tinha dúvida que o dinheiro era convencimento... Se você é voluntário, você está sabendo, fica bem claro o perigo que você corre, então é por isso que se pede o voluntário. Toda missão perigosa é pedido voluntário, porque toda missão que corre risco de vida usa o voluntariado. Se não aparecer voluntariado é que é determinado; nenhuma vez se determina uma missão perigosa se não aparecer voluntário... São muito bem definidas as missões de riscos e as missões de *não risco*... Não tenha dúvida que a missão nessa época era de risco, porque nós não tínhamos nenhum envolvimento, mas havia o momento de você dispersar ou você podia sofrer qualquer agressão. Agora, quanto a dizer que nós podíamos sofrer qualquer atentado diretamente do povo árabe, aqui você vê que estou me referindo à classe do povão, não é classe alta, é a classe povão.²¹⁶

Como militares de carreira, nas falas de Coimbra, Irapuã e Macedo, configura-se a questão dos valores morais e éticos com os quais buscam marcar “o soldado brasileiro”. Assim, reproduzem o discurso do Exército como uma instituição motivada, coesa e da qual têm orgulho de servir. Na fala de Macedo, entretanto, encontra-se outro aspecto importante e que não aparece em nenhuma narrativa: “entrar na Missão para sair do Exército”, ou pelo menos sair dela com condições de tocar a vida fora da caserna. Em que pese o empenho no cumprimento das ordens e obrigações que receberia no engajamento, Macedo deixa a impressão de que participar da tropa para incontinentemente sair do Exército era seu desejo primordial, “sonhava em ser um bom comerciante”. “Fazer a vida” no quartel surge, então, como algo não-desejável; como uma opção (mesmo que envolvesse risco de morte). E Macedo agarrou-se a ela. Isso fica patente em todas as três entrevistas realizadas com ele.

Então não tem como você participar, ir para uma missão no exterior se não houver uma vantagem. Ninguém consegue me convencer; meu propósito foi esse. Eu corro risco? Corro. mas vou arriscar por lá mesmo. Vou ter salário melhor, vou conseguir alcançar o objetivo. Qual é o meu objetivo? É combater, combatendo para ganhar dinheiro para sair do Exército, foi meu objetivo. Eu ia ganhar o salário lá, sonhava em ser um bom comerciante, então arrisquei minha vida para comprar minha casa e tocar minha vida. Era esse meu objetivo, talvez pela própria idade que tinha, mas meu objetivo era esse. Eu ia para lá fazer o quê? Para apanhar, brincar, fui com um trabalho sério; tanto prova que não visitei [outros países] como muitos colegas meus.²¹⁷

Reforçando ainda mais a idéia de que o dinheiro era um atrativo para a sua participação na Missão, Macedo revela ainda que montou um comércio dentro do batalhão. Foi o único piauiense que desenvolveu uma atividade paralela à Missão, através da qual pôde

²¹⁶ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

²¹⁷ Id. *ibid.*

se capitalizar financeiramente e tirar um pouco do “prejuízo”, advindo do retorno antecipado em face da extinção da Força Internacional.

Eu botei uma vendinha e comprava o que eu queria comprar. Quer dizer, enquanto você poderia comprar três maços de cigarro por semana, eu comprava quinze em cada viagem que eu ia. O soldado nem se preocupava, pois ele comprava na minha mão; também comprava bugiganga por lá, e consegui um dinheirinho, porque o objetivo era esse: cumprir a missão e sair com sua independência; era o objetivo. Quando você era escolhido para qualquer missão no exterior [havia] dois objetivos: 1) dar a chance de você melhorar; 2) você melhorar os conhecimentos em relação de trabalho. Em primeiro lugar está a atividade fim e a promoção. E em segundo lugar está a diferença de você melhorar de vida. Bom, resultado: eu vendia tudo o que você quisesse. Quando alguém perguntava: “Macedo você tem isso?” eu perguntava onde era que a gente achava isso e ia atrás.²¹⁸

Discorrendo acerca do objetivo de a ONU ser a guardiã da paz e da harmonia entre as nações, Macedo acrescenta o significado do espírito militar, no cumprimento das missões que lhe são confiadas. Entretanto, não há pudor em deixar nas entrelinhas que o espírito filantropo é solapado pelas vantagens advindas do financeiro. Desfraldando o tecido da memória, fala com orgulho de ter servido ao País, ao Exército e à Missão de Paz da ONU. No cuidadoso processamento das lembranças, procura enfatizar e modelar aspectos da sua atuação como militar, representadas, segundo ele, como exemplo de vida que carrega ainda nos dias atuais:

Havia uma missão bem distinta, porque um militar, pela sua própria formação, jamais ele deixa de cumprir sua missão, tenha dinheiro ou não tenha; mas quando parte voluntariado, já foge um pouco das diretrizes da rigidez do regulamento. Não é que você deixe de cumprir as suas ordens, mas foge à rigidez; você está escalado para fazer isso, é diferente. Então, há uma diferença de voluntário. Então, quanto é que um voluntário vai ter [isto é, quanto vai ganhar]? [...] quase oitocentas libras; então tem que honrar a sua missão. Porque se ela não pagasse bem, na minha concepção nós íamos, porque somos profissionais. Bom, eu vou como determina a missão: a região é tal, batalhão tal vai para Suez. Então, eu tinha que cumprir a determinação e cumprir bem porque era essa [a missão que] a doutrina que tinha dado. Toda missão, seja ela qual for, tem que cumprir bem, não existe meio termo, meia missão, tem que cumprir bem a missão. Agora, caso traga alguma vantagem financeira, não tenha dúvida que estimula... qual a vantagem que tu leva? Com uma guerra lá no fim do mundo que você não sabe nem quem é!²¹⁹

Ao retornar ao Brasil Macedo não saiu do Exército. A Guerra dos Seis Dias eclipsou seus sonhos “tocar a vida fora da caserna”; mas sua narrativa não deixa espaços para o “eclipse da palavra”²²⁰ mesmo com a destruição prematura de sua “cobiça”. Sua aposentadoria viria mesmo nas fileiras da organização militar anos depois. Sobre esta e sobre ter pertencido às Forças Armadas, Macedo aponta “aspectos positivos”; e, no final, o que

²¹⁸ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

²¹⁹ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

²²⁰ BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. In: **Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 64.

surge não é uma memória acorrentada a rancores, contrariando minha intuição inicial de que havia uma memória ressentida, um homem insatisfeito com a sua história e a sua memória no Exército. Sua narrativa não é necessariamente contraditória, mas ambivalente; ou seja, ele expressava com a mesma intensidade sua admiração com o Exército e a possibilidade de poder sair. Macedo expressa dois sentimentos opostos, posto que seu “desejo ambíguo” se dissipou com as bombas no Sinai e os escombros e os cheiros de morte e pólvora, imagens que desfilam na memória sobre “um mundo” reduzido em seis dias de guerra.

Muitos foram os voluntários escalados para combater. Esses são raciocínios meus pela convivência que passei de trinta e poucos anos de uma vida militar que me dediquei completamente. Fui militar com todo orgulho e consciência tranqüila de que fiz minha parte. Tanto que o forte da minha vida é patriotismo... Fui um sargento com “S” bem grande, porque minha dedicação ainda hoje carrego... Tudo isso passei no Exército. Mas tenho orgulho, orgulho de ter pertencido às Forças Armadas... Agora não tenha dúvida que eu fui voluntário mesmo.²²¹

Na memória individual de Macedo, é possível encontrar pontos de contato com a memória coletiva dos boinas azuis, não apenas do Piauí, mas de todo os outros consultados. Assim, a memória deste agrupamento social com experiência comum, passada nas areias do Sinai, oferece outros pontos de contato, conforme se pôde observar na fala do sargento Coimbra. As representações sobre o receio da viagem para um local desconhecido, com cultura e costumes diferentes. Na memória sobre os preparativos da viagem, existem as expectativas do homem, a família e a Missão. Ademais, a família questionava, e havia o medo da guerra (“e a família fica metendo medo”); mas “a missão era de paz”. A razão se sobrepõe ao medo da guerra e do “*mundo* estranho” e ignoto. Aqui sua memória se amarra à memória coletiva do grupo ou de grande parte dele:

Antes de viajar do Piauí para o Oriente Médio, não resta a menor dúvida que a gente vai bem receoso, e, com certeza, aquele que é casado e tem família com filhos pequenos, naquela época meus filhos eram pequenos, aquele receio é bem maior; e por mais que só fosse missão de paz, nós achávamos que, de qualquer maneira, pudesse haver alguma coisa que destoa da paz. E a família fica metendo medo, receosa, e de qualquer maneira sentíamos aquele receio de ir para um local estranho, de pessoas completamente diferentes, de costumes completamente alheios ao nosso.²²²

Coimbra demonstra consciência relativamente clara de seus limites, quando revela o que conhecia da cultura do Oriente Médio e dos países que estavam em guerra eminente. Uma marca da memória coletiva do grupo é ancorada no desconhecimento da área e dos povos que

²²¹ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

²²² COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

ali viviam e momentaneamente brigavam. Também havia a certeza da manutenção da paz, enquanto estivessem entre “os dois copos de cristais”. Segundo ele:

A gente servindo num país de paz, de tranqüilidade, embora haja guerra em outros países, a gente pouco liga e não vive muito atento a esse tipo de coisa. E uma vez convocado para servir no Oriente Médio, no Batalhão Suez, a atenção da gente... Nós sabíamos que a missão era de paz, mas de qualquer maneira sempre havia atritos, era os árabes e os judeus ou israelitas, e por isso a gente não deixava de ter aquele receio, mas de qualquer maneira o que nos restava lá era conviver com o pessoal. No caso, seria o pessoal do Egito, os árabes, os beduínos, os *fedayins*. Então, isso aí é que era o importante para gente, se adaptar a este povo.²²³

Tendo se deslocado para um cenário de conflito e de guerra iminente, Coimbra conclui que o Brasil seria o contraponto desejável, “um país de paz”, afirma. Por seu turno, a esquematização discursiva do voluntário Cipriano²²⁴ nos revela que a aventura foi um dos principais motores a levá-lo a se inscrever como voluntário, uma condição de existência que ele supõe comumente presente entre jovens de sua idade e de sua época. Certamente, sua fala sobre participar da Missão é uma construção pessoal, uma representação banhada no senso comum, que alia *o ser* jovem e o gosto pela aventura, que ele supõe, dava sentido aos jovens de então. Ou seja, tomar parte da Missão seria algo desejável por todos aqueles que serviam ao Exército. Aqui sua memória se *rende* ao campo do sentimento e de *sua* percepção sobre a juventude:

Todo jovem gosta de aventura, essa que é a verdade nua e crua, e essa era uma aventura que todo mundo queria estar nela. Então, foi com muita alegria que recebemos o resultado do exame médico, e, quando soubemos que fomos selecionados para ir. Foi muita alegria, porque íamos ter a chance de conhecer muitos países. A guerra era um perigo, mas o jovem não tem medo de pouca coisa não, tínhamos a expectativa de ir e voltar. Graça a Deus nós voltamos.²²⁵

O então terceiro sargento Fonseca²²⁶ também oferece um conjunto coeso de expectativas e incertezas quanto à participação na Missão Suez. Neste fragmento, tenta agregar dois pontos de orientação para a sua motivação individual: enfrentar o desconhecido e melhorar de vida.

Bom, a expectativa da gente ir também para um local distante, partir para longe da família, sairmos daqui para ir para o Rio Grande do Sul, uma cultura também diferente da nossa, o gaúcho com os piauienses e nordestinos em geral. Então, ficamos naquela expectativa; já era casado e tinha filhos; e tinha aquele fator da saudade, aquela esperança da gente ir... Não era só de aventura; era porque triplicava o dinheiro que a gente ganhava; a gente ia também pensando em melhorar um pouco a vida. Então, tudo isso fez com que a gente ficasse naquela expectativa, expectativa

²²³ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

²²⁴ Cipriano, 2.º Contingente, 1958-1959.

²²⁵ COIMBRA. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

²²⁶ Fonseca, 20.º Contingente, 1967.

de ir, melhorar o poder aquisitivo da gente, mas também tinha aquela saudade de deixar não só os familiares, mas os amigos da gente na época aqui.²²⁷

Já o capixaba Stans Zouain, que serviu à Missão entre 1966 e 1967, ao revelar suas expectativas, apresenta um roteiro similar ao dos piauienses, que, em sua maioria, procedia de cidades do interior do Estado, e foram para a capital em busca de perspectivas melhores, *fazer a vida*:

Nasci numa cidade do interior do Espírito Santo, depois morei numa cidade vizinha da capital, e de lá me mandaram para o Exército no Rio... No Rio, eu morava no quartel... Meu mundo era pequeno e limitado, as informações eram poucas. De repente, eu estava no Egito/Palestina. Outro país, terra estranha, língua e costumes, servindo à ONU, que nos cobria de novidades jamais vistas e imaginadas... a expectativa das viagens que viriam, o conforto, materiais do bom e do melhor, respeito, admiração dos outros e uma quantidade de outras coisas [...].²²⁸

No *corpus* discursivo montado com as entrevistas, há vários pontos de contato entre os veteranos, quando abordam as motivações que os levaram a ser voluntários. A narrativa de Zouain agrega um valor simbólico: o respeito e a valorização do homem pela ONU. A importância simbólica posiciona estes homens como sendo mais do que “soldados sem eira nem beira”, em uma causa “distante”, e que não absolutamente sua. Segundo conta: “havia respeito”. Zouain revela as filigranas da História do Batalhão, por exemplo, como eram feitos os pagamentos dos soldados. Seu relato é interessante, pois se podem observar as “astúcias” e a sagacidade do soldado brasileiro, engenhosidades para driblar as determinações egípcias; mas também é possível conhecer alguns traços da economia política local, como as restrições impostas à entrada de dinheiro norte-americano no país, e o fluxo de câmbio. Entretanto, as “astúcias” de navegação, ou seja, as “transgressões” no interior do “mundo” e dos espaços de convivência iam além dos brasileiros.

Os dólares que recebíamos mensalmente ficavam depositados em Beirute, no *The Chase Manhattan Bank*. Nos ‘*leaves Centers*’ tínhamos o direito de sacar uma parte determinada pelo comando, gastá-lo e, se sobrassem alguns trocados, ao retornar, tínhamos que esconder muito bem escondido para passar pelas alfândegas de Gaza e de El Arish... No início da Missão, quando chegamos na Faixa, fomos avisados pelo nosso “Capitão Comandante” sobre a proibição de dólares no Egito, e que o câmbio negro era expressamente proibido. Mas, com o tempo, fomos percebendo que o “*black*” era feito de maneira bem natural pela maioria dos componentes da ONU, e todos ficavam satisfeitos. No câmbio oficial, 1 dólar equivalia a 45 *piastras*... ou 45 centavos de libra egípcias, e a troca tinha que ser feita em algum banco de Gaza. No câmbio negro, as 45 *piastras* pulavam para 78, 80, 85 e até 90 centavos de libra, dependendo do mercado, da quantia e sem precisar ir longe; bastava ir “bagulhar” na

²²⁷ COIMBRA, Teresina, 2005. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 16 ago. 2005.

²²⁸ ZOUAIN, Stans. **Histórias de Suez**: aventuras de nossos soldados. [s. l.: s. ed.], 2003. p. 105.

cantina mais próxima, que o habibe dono ficava feliz da vida. E nós também. Já pensou trocar seu dinheiro pelo dobro? Ou melhor, evitar de perder a metade?²²⁹

Em suma, a rede de memória sobre os indicadores motivacionais permite definir um repertório de condições existenciais, não apenas entre os piauienses: ganhar dinheiro, servir à pátria, aventura e conhecer outros mundos. De alguma forma, os *Leaves Centers*, a cultura material, as amizades e presentes, entre outros, representam a valorização destes homens que, em geral, à época, eram pouco estimados em seu meio social. O perfil dos boinas azuis piauienses ou não mostra que parte deles era de homens provindos de regiões do sertão e de famílias pobres, com formação escolar limitada, com *um mundo* de limitações materiais. Em que pesem os riscos, o desconforto da área de operações e do conflito armado, tomar parte da Missão também trazia o ganho simbólico expresso, por exemplo, no cuidado da ONU para com os *homens da paz*.

O exame do conjunto das práticas cotidianas que articulam suas experiências, a identificação dos lugares e a afetação individual e coletiva, revela que, na maioria das vezes, as narrativas não se chocam, ao contrário, são pontos de encontros dos relatos de viagem dos soldados da paz. Além da alimentação, da demografia, e das estruturas sociais e de pensamento dos habitantes locais, o apanhado das representações sobre participar da Missão, tornar-se voluntário expressa a carga de subjetividade própria da História Oral, valorizada neste estudo. Estes temas são uma constante nas narrativas, e se insinuam em uma forma de discurso sobre o tomar parte da Missão.

Apesar de estabelecerem um rompimento com certas imagens, por outro lado, reforçaram a representação de que os árabes possuem uma cultura atrasada, e que viviam em condições de abandono, extrema miséria e perigo da guerra. Por tudo isso, o Brasil “é o melhor país para se viver”. Entretanto, no Egito, eles tinham maior facilidade de obter dinheiro e a possibilidade de acesso a bens que no Brasil e no Piauí eram mais caros; e, em muitos casos, sequer existiam: como as máquinas fotográficas, os filmes coloridos, projetores de slides etc.

Malgrado o conflito, a pobreza e a miséria em que se encontravam os beduínos, as lembranças destes não são positivas como será demonstrado mais adiante. A paisagem daquela realidade social apresentava imagens brutais que compunham um quadro de pinceladas fortes, revelando “uma face ainda mais cruel” do deserto. Estes elementos apontados fizeram cair por terra algumas representações que tinham de que lá não havia tanta pobreza ou de que a Missão não seria uma aventura tão pesada. Coronel Iracílio, o primeiro

²²⁹ Zouain, op. cit., 2003, p. 87.

comandante do Batalhão Suez, faz um resumo do que foi a sua experiência no Sinai à frente de milhares de homens distantes do Brasil. Segundo ele:

O convívio com representações de vários exércitos (11, contando o nosso e o egípcio) completamente diferentes uns dos outros, apesar do espírito militar que a todos assemelha, foi lição e enriquecimento espiritual inesquecível, pelos métodos e manifestações de disciplina e de democracia, pela maneira de demonstrar o seu valor e os hábitos ou costumes de seus povos, pelo acentuado orgulho e vaidade com que cada um de seus elementos encara a grandeza de seu país. Nosso Brasil é deles desconhecido, a ponto de um oficial sueco, portanto aparentemente um povo culto, ter-me perguntado se o Rio de Janeiro parecia com Gaza! Os cinco soldados mortos e recambiados para a Pátria, contrariando a instrução verbal de um chefe que me determinara que os enterrasse “lá mesmo”. Como foram penosas essas perdas de gente moça e entusiasta, que lá estava para ajudar a impor a Paz no mundo. A todos eles repito a minha continência de despedidas, ofereço minhas orações. A vivência em uma Unidade Internacional, por longos meses, sem qualquer regulamento, cumprindo missões difíceis e perigosas, num papel de “deixa disso” entre nações muito bem armadas, quando mal dispúnhamos do indispensável para nos defender. Quando desembarcaram em Beirute-Líbano, fizemos longas e profundas escavações, à maneira de trincheiras, com duas bermas, para nela marcarmos, pela reação moral, a violação do contendor que ofendesse a ONU, compreendemos como foi difícil e penosa a espera de um pior possível, que não aconteceu. Os problemas morais, de uma coletividade de 650 homens, componentes do efetivo brasileiros, válidos, confinados como que num campo de presos, saudosos de suas famílias, cada qual reagindo a seu modo e iniciativa, com o gravíssimo problema sexual, num país em que a prostituição da mulher muçulmana é um crime hediondo, e em que são sem número as moléstias endêmicas, grande parte dos elementos que baixavam à enfermaria era de homens desesperados ou angustiados, apesar da ajuda excelente dos capelães militares, foram superados esse problemas.²³⁰

7.2 Astúcias e resistências na ADL: militantes e gazeteiros

Dentro do conjunto de regras estabelecidas, para o funcionamento da UNEF, eram oferecidos espaços físicos e sociais, para a concretização da vivência plena da cidadania cultural. Neste recorte temático, os relatos pontuam as celebrações das festas religiosas, o encontro matutino na ordem unida e no jogo de futebol. Os relatos organizam assim, as situações e os locais específicos para cada um expressar aptidões e manifestações culturais no espaço daquela paisagem.

O exame dos depoimentos mostra que havia, mesmo que de forma velada, uma reação contra aquele contexto militar autoritário. Através de pequenas *astúcias* e maneiras de fazer próprias, os militares conquistam e/ou ressemantizam certos espaços que lhes eram concedidos de forma controladora. Percorrendo as tramas dos relatos, percebe-se que foram muitas as escapatórias, os desvios e os recursos para “relaxar”.

Deve-se dar a devida atenção a esse respeito, porque esta “resistência” revela o não conformismo, um traço característico da juventude – “éramos jovens de 18, 19 anos de

²³⁰ Depoimento de Iracílio Pessoa. E-mail enviado por Theodoro da Silva. Acesso em: 23 jul. 2007.

idade”. Enfim, eles não estavam necessariamente reduzidos ao silêncio e ao imobilismo diante da ordem panóptica ali instalada, vigiando passos, gestos e as artimanhas de parte a parte. É, no limite, respeitar aquela resistência, ainda que mínima. Era a *liberdade gazeteira das práticas*, diria Certeau.²³¹

Das muitas falas, emerge o esboço dos regulamentos como fundamento da ordem estabelecida para o *mundo* da Missão, bem como das regras de convivência entre eles e os habitantes dos dois lados da ADL. A obediência à lei da UNEF e do Regimento do Exército reflete-se positivamente na estabilidade e no sucesso dos encargos recebidos. E a desordem, seu avesso, era fruto precípuo do afastamento dessa lei. Aí, as punições arruinavam a carreira do militar na Missão, cuja “pena capital” seria o repatriamento.

Observa-se, contudo, nessas representações e nas práticas internas, uma diversificação semântica entre os que vivenciaram a Missão “à sua maneira”, isto é, ora dentro ora *fora* do alcance visível da influência dos regulamentos. Mas há os que participaram *stricto sensu* da Missão, isto é, completamente dentro dos parâmetros exigidos pelo Regimento Interno (RI). No primeiro caso, há desvio, mas também há sabor, cheiros proibidos e poesia; no segundo, há apenas o suor, a simples sensação do dever cumprido, “a pátria não nos deve nada”. Vale dizer, entretanto, que o simples fato de pisar “do outro lado” da ADL seria uma transgressão, uma vez que Israel não aceitava a presença da ONU em seu solo. A fotografia dos soldados sobre a ADL, presente em praticamente todos os acervos que tive acesso, mostra esta pequena violação. Logo, conversar, trocar informações, entre outros, eram pequenas contravenções que ocorriam cotidianamente e ficaram registradas nas imagens trazidas na bagagem.

A História do Batalhão Suez é uma História tecida de silêncios e de lacunas. De certo modo, o silêncio partia dos próprios veteranos; mas em grande parte, da própria instituição militar a qual pertenciam, e que eclipsou desde o fim da Missão a sua memória. Dessa forma, posso asseverar que o trabalho de entrevistas com estes veteranos revolveu a poeira densa que cobria o esquecimento e o imaginário coletivo; e se manifestou estilhaçado em diferentes formas de representação. Esta pluralidade de microhistórias se desdobrou para o campo das diversidades nas interpretações do social. Elas permitem observar como a dimensão simbólica tece, na trama das relações cotidianas, suas afetividades e suas racionalidades sobre a paisagem e sobre os povos e suas culturas.

²³¹ Certeau, op. cit., 1994, p. 19, vol. I.

7.3 Representações sobre os árabes: a miséria e o fanatismo, fermentos de ódio, paixões e desconfianças

A vida no deserto e na Missão possibilitou um leque rico de novas experiências para os jovens soldados da UNEF, abalou alguns valores e criou e reforçou novas representações, não apenas sobre a figura do xeque, da paisagem e dos elementos do deserto, das cidades e dos lugares sagrados “onde nasceu e viveu Jesus Cristo”. Isso principia o questionamento a correlação que fazem de tudo isso e com seus lugares de origem. Os relatos efetuam, portanto, um trabalho de codificação de criação de uma tipologia sobre “os outros”. Suas narrativas sem o saber ou sem querer expressam um tipo de orientalismo; isto é, o “conhecimento do Oriente, posto que gerado da força, em certo sentido, cria o Oriente, o oriental e seu mundo”.²³² Pode-se começar com o que chamam de fanatismo. O Sr. Cipriano acrescenta a isso juízos de valor sobre o agir e as práticas do palestino; e sua tomada de posição é reveladora. Ele procura arrolar os detalhes do *ser* e do *agir* do material humano que viu e observou dentro de uma perspectiva antropológica única para o oriental. Para ele, a audácia e a preguiça seriam inerentes a todo o indivíduo árabe. Para tanto, apoia-se na função fática para realçar o que crer seja absoluto para todo o conjunto etnográfico espalhado no Sinai e alhures.

O árabe é daquele jeito: o homem *não dá um prego numa barra de sabão* [isto é, não trabalha], a mulher é quem trabalha. Aí eles iam vigiar as ovelhinhas ou botar o camelo para pastar... A religião atinge mais o muçulmano, aquela população da região paupérrima, eu acho que os muçulmanos ricos são os chefes, porque o povão mesmo é da região da Palestina que são muçulmanos. [Quanto ao] pessoal das cidades, têm muitos cristãos, muitas religiões que não são fanáticas e que vivem com mais dignidade.²³³

Esta tentativa antropológica de etiquetar o árabe é um ponto de desembocadura das representações de todos os veteranos, expressam em palavras ou por escrito. Marca forte da memória coletiva deste grupo. A narrativa de Cipriano apresenta um conhecimento que concentra certa ambição de “verdade” sobre o tema. Todos eles se ocuparam de descrever a gente e a cultura estendidas nas areias do Sinai. Analisando o discurso ocidental presente entre políticos, militares, viajantes e contistas, Said mostra que cada um deles seguia para um caudal comum, que em cujo leito forjava uma imagem prosaica, segundo a qual “o oriental é irracional, depravado (caído), infantil, ‘diferente’”; desse modo, os outros não orientais ali presentes eram, contrariamente, racionais, virtuosos, maduros, “normais”.²³⁴

²³² Said, op. cit., 2003, p. 50.

²³³ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

²³⁴ Said, op. cit., 2003, p. 50.

Por seu turno, o sargento Coimbra revela a mesma impressão acerca da pobreza da região, e também acrescenta uma coletânea de representações acerca do caráter e da maneira de viver e de ser dos árabes como um todo: “uma raça”. Aqui a noção orientalista do militar busca ancorar-se em uma ilação antropológica, que, aliás, está presente em todos os depoimentos, quando buscam descrever o árabe e seu modo peculiar de existir no mundo.

Ao chegarmos no Egito, nós, a princípio, quando chegamos no aeroporto, descemos e fizemos o primeiro contato com o pessoal árabe. A nossa impressão, o que se pensa, o que se sente daquele pessoal ali do deserto é um sentimento de dor, um sentimento de compaixão, um sentimento de, digamos assim, de você ter muita compaixão da vida que eles levam; se você pudesse, daria tudo que você ia levando para eles, para poder saciar aquela maneira de eles viverem [...]. Com a continuação, passados os meses, a gente vai vendo de perto, sentindo, eles não são mais aqueles a quem nós tínhamos aquela compaixão. Nós passamos a nos igualar, de igual para igual, o nosso procedimento era como se nós fossemos todos iguais porque nós já somos conhecedores dos seus atos, da sua maneira de ser e a gente vai modificando. No campo da nossa missão já é bem mais o contrário, aquilo que a gente tinha dó e piedade a gente passa a ter ódio e até raiva, devido a maneira deles procederem; porque se nós não tivermos cuidado, se nós estivermos conversando, dois ou três, virou as costas, eles já nos roubam tudo aquilo que está fácil para eles. Então a gente passa a ter aquela parte de ódio e de vingança, porque nós vimos muitos companheiros perderem tudo aquilo que era adquirido durante aquele ano, procurando trazer para seus familiares *suvenires*, presentes e tudo mais ser levado pelos árabes que procuravam nos roubar. Por isso a gente passa ter raiva, porque a gente nota que eles são uma raça, toda regra há exceção, não se pode generalizar, mas no final da missão a gente passa a ter ódio, devido a esse tipo de coisa. Eles são inconfiáveis, pessoas que não se tem a menor confiança; você tem que ter o maior cuidado; e muitos dos nossos companheiros perderam os seus objetos, tiveram que comparar às pressas outras coisas para poder suprir aquilo que haviam guardado para sua família.²³⁵

As representações de Coimbra acerca dos árabes que conheceu operam uma mudança gradativa, à medida que ia conhecendo a personalidade e os valores dos habitantes locais. Assim, se no início, a situação em que se encontravam incitou pena, solidariedade; no final dos meses de convivência, a simpatia e a tolerância decaíram para um sentimento de suspeita, desconfiança e ódio generalizados. De acordo com sua percepção e a de vários outros entrevistados, a “arte dos subterfúgios” é altamente desenvolvida no caráter árabe, “bem como no próprio Islã”; seria fonte de empecilho ao crescimento pessoal e econômico da região. O sargento Macedo também oferece, de forma sistemática, um quadro negativo do caráter do homem árabe que desfilava na paisagem em frente dos acampamentos militares. Seu esboço é parecido com a descrição de Cipriano e Coimbra. Ele mostra um dos motivos pelos quais os soldados deveriam manter-se afastados dos árabes, momento em que revela a dimensão comum da representação do árabe do deserto. A distância visava, antes de tudo:

²³⁵ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

Proteger a saúde, porque são povos muitos propensos a doenças da lepra, então já era uma maneira que tinham de evitar. Pela própria fraqueza da alimentação e a maneira de como eles viviam sempre escondidos em barracas, barracas todas imundas, cobertas de papelão... Aquele negócio de tenda rica só em filme, mas na realidade quem vive no deserto é um inferno. Essa que é a verdade. Aquele povo indo para cima e para baixo negociando, roubando, assaltando fazendo tudo aquilo ali pela dificuldade de sobrevivência mesmo; fome que causa isso, porque primeiro eles visam muito o dinheiro, devido à dificuldade que eles têm para ganhar o dinheiro. Eles matam mesmo para ficar com as coisas que têm valor. Era esse o cuidado que ele tinha com os brasileiros, porque nós acreditamos que eles fazem mesmo.²³⁶

Entretanto, o sargento Macedo conta que viu de forma breve, mas não esquece alguns dos aspectos e acontecimentos daquela realidade social. Nas três entrevistas que concedeu, ele procura matizar uma suposta mentalidade árabe e o ódio deste contra os israelenses. Há a descrição de um teatro de horrores na região, um confronto de proporções catastróficas em que uma “raça” procurava exterminar a outra. Sua narrativa denota também uma invenção sobre o clima político que animava os preparativos para uma guerra que se avizinhava.

Dono de prodigiosa capacidade reflexiva sobre os acontecimentos que participou, ele fala ancorado na observação direta e no contato com alguns *habibes* que trabalhavam nos acampamentos. Mas reconhece que os contatos foram poucos, curtos, devido à breve duração da Missão; tempo suficiente, entretanto, para elaborar alguns pontos de vista em relação à suposta psicologia coletiva do que chama ora povo, ora “classe” e “raça” árabes. No trecho seguinte, aparece o viés racista para referir e classificar “a mentalidade”, o coletivo árabe, ou pelo menos aquele que estava em maior proximidade nos acampamentos.

Olha, a nossa convivência foi pequena, foi muito curta, tendo em vista que chegamos no mês de março e abandonamos a Faixa de Gaza em junho; logo nos três meses depois da guerra nós fomos evacuados. Mas o que pude observar, nesse período que permaneci, foi que entre o pessoal que nos dava apoio com trabalho tinha muitos habibes, como eles chamavam lá. Eles prestavam serviços em nosso campo como: faxineiro, cozinheiro, pedreiro, que trabalhavam conosco no campo. E com esse relacionamento, muito embora rápido, nós conseguimos observar que eles têm um *fanatismo* muito grande. Tanto que, por ocasião dos três dias de guerra, era estarrecedora a quantidade de crianças de todas as idades, pré-adolescentes, adolescentes, aquele entusiasmo como se tivessem com a guerra ganha, só que eles foram perdedores, os egípcios. Com isso, o que pude observar? Que o *fanatismo* levava ao desespero tão grande e a verdade era que matavam, era extermínio da *raça*. Quer dizer, não há outro termo que possa ser classificado de um *fanatismo* desses: ela devia ser exterminada totalmente. Eles não tinham piedade com crianças, com adolescentes e com adultos. Tanto que eles mostravam o “V” da vitória e pegavam todas as mulheres que eram para matar, cortar os dedos; várias eram estupradas, se fosse possível, depois mortas, para não haver sobra de Israelita na região. Era essa a mentalidade que pude observar durante os meses que convivi lá. Principalmente nos três dias de guerra, não me deixou nenhuma dúvida do que eles são capazes. Tanto que confirmou a preocupação de nosso chefe tinha em nos preparar para que nunca andássemos sozinhos. Isso falando naquela *classe* que

²³⁶ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

convivia conosco naquela região, na Faixa de Gaza. Naquelas regiões, quando levavam os animais para ser alimentados. Essa era a raça que nos cercava na área da Faixa que nós estávamos. Eram os habitantes de lá [do Egito].²³⁷

No estrato, percebe-se a preocupação dos narradores em organizar as relações que mantinham com “os outros”, o espaço e o tempo vivido. Essa produção se dá a partir do que pensam ou elaboram sobre o que seria a moral e a legitimidade árabes. As narrativas tomam a parte pelo todo e não levam em consideração a longa duração da História Cultural ali secretada, o clima de guerra; nem a condição de espoliados de sua terra natal em que viviam. Essa mesma idéia aparece na percepção de um jornalista brasileiro que também estava presente no teatro de guerra:

A verdade é que Israel jamais deixou de ser uma ilha armada até os dentes, cercada por um mar árabe e ameaçador. Apesar de toda a vigilância fronteiriça, exercida pela UNEF e pela UNTSO, os judeus denunciaram à ONU dez mil incidentes e violações de território durante o período compreendido entre 1949 e 1967.²³⁸

Mais adiante, Flávio Alcaraz prossegue na descrição das práticas de guerra árabes (egípcios, palestinos ou sírios) contra os israelenses, como partes essenciais do tecido básico de categorias referenciais sobre o beduíno:

Um silêncio suspeito envolve a fronteira... Seus pastores e agricultores andam sempre com o cajado ou uma enxada numa mão e a metralhadora portátil engatilhada na outra. Mesmo assim não passou um só mês, desde o armistício de 1956, sem que os *terroristas* os molestassem. Uma de suas especialidades é o rapto. Pilham um ou mais israelenses, transportam-nos para o outro lado e os devolvem com os membros esquartejados ou esmagados e os olhos arrancados. Sobre os corpos mutilados, costumam deixar mensagens de saudação [...].²³⁹

Com base na observação e nos relatos de colegas de trabalho, o jornalista Flávio Alcaraz descreve as intensas atividades dos *fedayins* na fronteira, banhadas com o sangue do terror. Da mesma forma que os soldados da UNEF, as representações sobre os guerrilheiros repousam especial e unicamente na crueldade, na ação bélica e no confronto aberto. Fanatismo e terrorismo aparecem nas versões dos fatos, decalques morais que impregnam apenas um lado. Há um erro de perspectiva: mesmo nos “livros sagrados” de judeus e cristãos, os filisteus só são conhecidos na medida em que estão em relação com os judeus. Aqueles são “elementos marginais” dentro da própria história da Palestina. Certamente esse erro tem alguma influência na visão atual e corrente que a maioria tem dos habitantes, da sua composição étnica e de sua posição política. De modo geral, as representações coletivas dos

²³⁷ MACEDO, Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

²³⁸ ALCARAZ, Flávio. **Morrer por Israel**. Porto Alegre: Globo, 1967. p. 26.

²³⁹ *Ibid.*, p. 79.

veteranos jogam luzes e/ou sombras com o silêncio, um discurso ideológico com o qual carimbam um povo, uma “classe”, uma “raça” e se tornam vítimas dele.

A voz corrente dizia que o terreno árido e campos minados não se constituíam obstáculos para a determinação dos guerrilheiros *fedayyn*; ‘[...] Alguns ‘combatentes’, armados de granadas e o rifle AK47, se escondem em buracos por dias, aguardando o momento propício para atravessar ‘the ditch’, a valeta (ADL) e ‘beber um copo de limonada’ num *Kibbutz* próximo da fronteira [...]’ segundo me disse, com um toque de ironia, um sargento Sikh do Forte Calcutta. Segundo o mesmo sargento... ‘Quando os desafortunados *fedayyn* são descobertos, os ‘*yahudy*’ os devolvem em pedaços [...].²⁴⁰

Esta forma de definir um dos contendores, os árabes, palestinos, *fedayins*, a partir dos dados e da visão do adversário, os israelenses, torna o discurso um mero instrumento de propaganda, transmitindo um sentido de convenção necessária de significar, rotular um ou alguns pelo todo: o “mar árabe”, “os terroristas”. Ocorre que os *yahudy* (os israelenses) tinham o mesmo comportamento com os “obstinados” *fedayins* presos: “os devolvem em pedaços”. No limite, em um conflito no qual cada lado era algoz e vítima, Alcaraz procura construir a sua história *positivista*, opondo os “bons” contra os “maus”. O sargento Macedo também explica por que, na sua percepção, o modo de vida beduíno era bastante diferente, exótico em relação ao do brasileiro. A narrativa, entretanto, denota fascínio, interesse em conhecer, experimentar, sentir o gosto e o cheiro do outro:

Então, acredito que pela história são muitos fanáticos, dentro daquela área que nós habitávamos da Faixa de Gaza até o Monte Sinai. As tropas eram divididas na área do Sinai. Então, nós abrangíamos uma área muito boa, grande, e dentro daquela área abrangente existiam muitos *habibes* lá no meio daquele deserto. Então, esse exotismo era bastante interessante. Nós não sabemos bem, porque eles nunca nos contavam, a gente sempre perguntava, quando eles ficavam pedindo comida, para gente poder levar na nossa cerca de arame farpado.²⁴¹

As representações sobre o modo de ser e de agir do árabe do deserto, “fanáticos” e inconfiáveis, são pontos de encontro das entrevistas. A memória do árabe agrega e solidifica a memória coletiva do Batalhão. O encadeamento das entrevistas produz um discurso que varia pouco em relação aos observadores civis. A esse respeito, coronel Irapuã também se refere aos palestinos com ênfase centrada no que denomina de “*fanatismo*”, e à dificuldade para confiar nos árabes. Para representar ou referenciar a identidade dos habitantes do deserto, a narrativa do coronel, embora tenha menos floreios e jogos de palavras, é semelhante à dos demais: os *habibes* são povos submetidos. Ou seja, suas representações sobre os beduínos estão ancoradas na condição de existência, e por isso mesmo se revoltam:

²⁴⁰ Trecho do livro inédito de Edson Iabel, enviado por Theodoro Júnior. Acesso em: 13 dez. 2006.

²⁴¹ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

Ali é difícil se confiar. Em Israel eu não posso falar muito porque nós não íamos lá, mas do lado de cá, não dá para confiar porque eles são muito fanáticos, são uns povos *fanáticos*, o *fanatismo* lá impera. Agora, por exemplo, os refugiados nunca aceitaram Israel ter tomado conta de lá. Inclusive na cidade de Gaza tem uma estátua numa praça que é um militar em pé com uma metralhadora na mão e apontando para Israel, e tem uns escritos lá em baixo. Eu perguntei a um árabe o que significava aquilo, o que estava escrito ali. Ele disse que ali estava escrito o seguinte: ‘um dia voltaremos’. Essa estátua existe bem numa praça central de Gaza, pode até ser que tenha derrubado agora. Então eu acho que ali é um problema muito sério, de difícil solução, no meu modo de ver, por todos esses aspectos, diferença de cultura, o *fanatismo* principalmente.²⁴²

Na alocução do veterano, Israel “tomou conta de lá – da Palestina”. A explicação para a desconfiança e do suposto *fanatismo* árabe tem então raiz política, que é, todavia, silenciada como análise. O exame revela uma memória eivada de lacunas e de silêncios; ou seja, o sintagma “um dia voltaremos” agencia algo ausente na narrativa. Ele destila política, nacionalismo e inconformismo árabe, mas também, é certo, paixão e ódio contra os invasores israelenses. Nas palavras de Nasser, oito dias antes da guerra, “os palestinos ainda são vagabundos fora de sua pátria”,²⁴³ ou ainda que “os palestinos foram enxotados de sua pátria em 1948, que tiveram espoliadas suas terras, suas casas e suas riquezas”, devido a isso, ao não cumprimento das resoluções da ONU e a não indenização dos judeus.²⁴⁴ Após dezenove anos, ele estava convencido de que “o povo da Palestina tem o pleno direito de empreender a Guerra de Libertação a fim de recuperar sua pátria usurpada”.²⁴⁵ Esse detalhe lacunar é importante, pois faz emergir outra realidade na narrativa, de que havia, por parte dos palestinos, uma motivação subjacente à recusa política, cultural, religiosa, consciente, ou não. Essa recusa é matizada pelos aspectos entrelaçados numa expressão única: a dura experiência colonial. Estes elementos estão encravados na memória, mas não deslocados do limo que paralisa a análise e não a recolore, nem a ressignifica. Lembrança e esquecimento são os dois lados da memória coletiva dos veteranos.

Embora toque na raiz do problema, a invasão e o domínio israelense, ele não avança na análise do *fanatismo*, colocando-o apenas como um empecilho à solução do processo de paz na região. A reação brutal dos palestinos tinha chamadas que ardiam profundamente no peito árabe. Para o veterano, a atitude exacerbada que impelia os *fedayins* não se baseava em atitudes pensadas, era fruto do fanatismo irrefletido dos *habibes*, apenas. O que, aos olhos dos

²⁴² IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

²⁴³ Alcaraz, op. cit., 1996, p. 41.

²⁴⁴ Através da Resolução 194, de 1949, a ONU garantia o direito de regresso das populações palestinas refugiadas às suas terras, abandonadas em 1948 ou o pagamento da justa indenização pelas terras ocupadas.

²⁴⁵ Alcaraz, op. cit., 1996, p. 47.

ocidentais, são elementos injustos, dramáticos, espetaculares. O viés político da ação guerreira não desempenha aí nenhum papel de relevância.

O voluntário Cipriano relata um episódio interessante sobre o que chama de *fanatismo*, em que o relaciona à coragem e à irresponsabilidade inerente “a essa raça” árabe. Na reconstrução de sua memória, há a intenção de enfatizar, “para se ter uma idéia do árabe”, como quem quer etiquetar no palestino uma personalidade que pode ser encontrada em todo o árabe. Os beduínos, povos vigiados e observados ora são definidos como “uma raça”, ora como “um povo”, todos árabes. Enfim, estes grupos vizinhos dos batalhões eram classificados em um mesmo *pacote* de características socioculturais, traços morais de crueldade e perversidade. Observa-se que há uma mesma estrutura de “classificação” com nítida intenção de significar, definir e referenciar o “árabe”:

Nós disputamos um campeonato interessante entre as tropas, ficou para a final Brasil e Iugoslávia. Então, o comandante pediu o campo do lado de cá para disputar a final. Os árabes torciam pela Iugoslávia. Nós vencemos a Iugoslávia por dois a um. Terminado o jogo, para você ter uma idéia o que é o árabe e o Islã, terminamos o jogo, o nosso comandante se chamava Iracílio Pessoa [o coronel Iracílio Figueiredo Pessoa], vinha na frente do contingente, nós estávamos em torno de trezentos homens assistindo ao jogo, a metade do Batalhão. Um árabe pegou uma cadeira e jogou na cabeça do nosso comandante, chegou a quebrar a perna da cadeira e cortou a testa do nosso comandante. Aí começou um conflito que durou quase uma hora. Então, porque lá não tem pedra, eles arrancavam os tijolos do estádio que é feito de cimento, quebrando para jogar na gente, saíram mais de seis soldados com cabeça furada. Teve um colega nosso, o Freitas, que só foi encontrado no outro dia, num contingente da Suécia. A gente subia em qualquer carro da ONU com medo das pedradas. Esse foi um episódio inesquecível que nunca saiu da memória, inclusive acho que andou morrendo algumas pessoas, não colega nosso, mas árabe, porque [...] se devolviam as pedradas para lá talvez pegasse em criança. Têm episódios que você nunca esquece. Para você ter uma idéia do que é o *fanatismo* do islamismo: qual o cidadão normal, comum que tem coragem de dar uma cadeirada num comandante na frente de uma tropa de trezentos homens? Nenhum tem coragem. E mais as outras tropas que estavam assistindo ao jogo, por aí você tira o que é o árabe, o que é o Islã, eles não têm medo de nada.²⁴⁶

Na narrativa de Cipriano o conceito de *fanatismo* está aliado à religião e a um suposto caráter guerreiro nato, verve de homens de sangue ardente em uma terra árida e quente. Na narrativa sobre o jogo de futebol, a ênfase na “coragem” e na “irresponsabilidade do árabe” são azeitadas no *fanatismo* religioso. A fala emotiva do veterano apoia-se na função fática para definir o que pensa ser o islã e o árabe. Entretanto, há outro aspecto “escondido” na fala: o políticoideológico. Uma briga campal fútil, tijolos como armas, agressões, correria e debandada. Roteiro de conflagração em uma arena hostil que não foi considerada na estratégia de convivência pelos brasileiros. Mesmo citando apenas tangencialmente, no embate

²⁴⁶ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

esportivo em destaque, o Brasil, de alguma maneira, *representava* o Ocidente, o invasor e, no limite, o capitalismo, com todo o edifício de bens culturais abominados por aquela sociedade. O jornalista Alcaraz diria mais: “os pobres do Oriente não encaram com bons olhos a prosperidade dos ricos”.²⁴⁷ Naquela ação intempestiva, entram em cena como fermento a suposta *psique* coletiva, islâmica, oriental, humilhada pela invasão e pelo estrangeiro (o *não árabe*); e, em última análise, a derrota por 2 a 1. Mesmo sendo também um dos “invasores” de sua “Terra Sagrada”, os iugoslavos, país do bloco oriental, comunista, com parcela de população islâmica, capitalizavam a simpatia dos árabes; daí uma das razões que pode explicar a invasão do campo e o atrito com os brasileiros. Em depoimento que obtive por e-mail, o coronel Iracílio não relata o fato supramencionado, em que teria sofrido ferimentos, mas aponta que havia desavenças e baixas provocadas pelos árabes nos contingentes da UNEF.

Ao tratar da convivência com os palestinos, o soldado Cipriano matiza um discurso reducionista, julgando, segundo o caráter árabe, seu discernimento. O que surge daí é uma representação particular e preconceituosa centrada nos “valores ocidentais” sobre o homem destemido e perigoso, o “mundo” hostil e a religião islâmica. A religião de fato ardia por toda a Palestina espoliada, perpassando as tensões conhecidas por todos:

Com relação à convivência deles com os outros povos, eles vivem tentando praticar o *terrorismo*. Por exemplo, você via que qualquer carro de turismo que saía tinha que ter um carro das Forças Armadas acompanhando para evitar exatamente que eles atacassem para tomar as coisas dos turistas. Era um povo totalmente... totalmente *perigoso, fanático*; porque a própria religião é quem determina esse tipo de violência que está acontecendo. Por exemplo, jamais, pelo menos na nossa geração, vai haver paz entre árabe e judeu. Eles se odeiam, o árabe e o judeu se odeiam. Jamais haverá paz, pelo menos na nossa geração, eu acho que não vai haver não. Não adianta o governo fazer acordo de paz que o povo não aceita, nem o árabe e nem o judeu.²⁴⁸

O antigo soldado Cipriano não deixa margem para hesitações, não há situações difíceis para contar. Seu vocabulário é carregado de adjetivações, um *moinho de palavras* que reduz a pó uma poética de paz para a convivência entre os dois povos que vigiavam dia e noite na fronteira. Sua fala vai sovando imagens sobre árabes e judeus, azeitadas com pitadas de ódio e intransigência de parte a parte. Na tentativa de juntar as peças de um mosaico inciado há milênios, Cipriano prossegue generalizando e julgando estágios, proporções e conjuntos. Mas nem tudo estava “perdido”, pois nas cidades “o árabe” era diferente; o homem do deserto e o da cidade diferiam, com a desvantagem do beduíno. É um trabalho de construção mental que

²⁴⁷ Alcaraz, op. cit., 1996, p. 25.

²⁴⁸ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

cabe espaço mesmo para comparações com as cidades locais. Aí ele reúne, no mesmo quadro, a Palestina de ontem e o Piauí de hoje. Ambos pobres e distantes das regiões economicamente mais dinâmicas:

Na cidade, já é mais evoluído; ali [Rafah] é uma cidade do porte de Recife naquela época. Era grande, é a primeira cidade, tirando Cairo que é a capital. [Rafah] era uma Parnaíba do Piauí hoje, com outros costumes. A religião atinge mais o muçulmano [...] da região paupérrima. [...] os muçulmanos ricos são os chefes, porque o povão mesmo é da região da Palestina. [Entre] os muçulmanos [...] têm muitos cristãos, muitas religiões que não são *fanáticas* e que vivem com mais dignidade.²⁴⁹

Estas representações são essenciais para a montagem de um quadro sobre os habitantes locais, seu modo de agir diante do outro ocidental, a importância da religião em suas vidas, mas também o quanto estes aspectos marcam a vida e o imaginário dos veteranos: a ligação entre “religião árabe” e *fanatismo* é um ponto de amarração da memória coletiva dos veteranos. Cipriano faz uma interpretação ideológica do que viu e estabelece vínculos para os habitantes do deserto e das cidades. O espaço é um local que concentra as relações entre os homens e isto, é claro, pressupõe conflitos, tensões. Mas, nas falas dos veteranos, nos espaços de memória (cidades e deserto), há pouca ou nenhuma referência à atividade política de seus habitantes. O foco está centrado, na cultura imanente ou na cultura material local, fulcros de todas as preocupações, único ponto visível e descrito nas falas. Na trama tecida sobre o homem e o espaço, há uma versão, um processo de construção atravessado pela *invenção* de força considerável. A Palestina não é um fenômeno único e não haveria continuidade cultural em toda a sua extensão: a vida que corria monótona no deserto não era a mesma que corria mais célere nas cidades, nem na mentalidade de seus habitantes era a mesma. Naquele, vivia o sujeito inculto e pobre e o *fanatismo*; nestas, os ricos, as diferenças religiosas e a dignidade. O deserto é o oposto das cidades. O deserto é mais que um espaço geográfico, é um espaço antropológico. Nas narrativas os locutores identificam os lugares, discriminam elementos e os sujeitos, estes são etiquetados, rotulados. No deserto eles são atrasados, “fanáticos” e belicosos “por natureza”.

7.4 Representações sobre o modo de vida israelense e árabe

Com o produto da rememoração das duas realidades observadas, no trabalho cotidiano de vigilância na ADL, pude montar um rico quadro com a situação social, cultural e histórica das mentalidades dos dois lados. Interessantes aspectos da diferença da vida cotidiana, os

²⁴⁹ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

contatos proibidos, inovações tecnológicas, a arte de produzir o que se tornará alimentação, hábitos sociais, poder aquisitivo, as atividades tradicionais, os costumes... Ambas as clivagens culturais foram organizadas necessariamente de acordo com o recorte social, econômico e político construído previamente, milhares de anos antes da chegada dos boinas azuis. Certamente, pontos fortes das duas culturas expostas nas vitrines do deserto.

As lembranças coletivas são o atestado das diferenças entre as duas nações; embora estreitamente ligadas pelo mesmo solo “sagrado”, as duas culturas não tinham o mesmo sabor, as mesmas cores e o ritmo que as unisse para além das areias quentes do Sinai.

Olha, a minha experiência no Oriente Médio não foi muito boa porque nossa missão terminou só com um quarto da sua durabilidade. Mas aquele conhecimento de dois países com culturas completamente diferentes do poder aquisitivo. Do lado árabe a pobreza, aqueles costumes antigos. E do lado dos judeus abundância, riqueza, as cidades muito bonitas, aquelas irrigações feitas através de poços cavados praticamente no deserto com umas torres de grande altura com 30, 40 metros de altura para tirar água do subsolo, para fazer aquelas irrigações. E até coisas que aqui no país não se vê mais, mas a gente via lá. Então, isso a gente viu esse contraste das duas nações.²⁵⁰

Como se disse antes, a convivência fraturada pelas normas da tradição e dos regulamentos da ONU não impediu os contatos que, por sua vez, incidem em um conjunto de comparações com as duas nações postadas à frente e ao longo dos mais de cinquenta quilômetros da ADL.

A nossa convivência lá na Faixa de Gaza foi praticamente o período de adaptação [três meses]. Nós não esperávamos que a guerra surgisse tão de imediato. Nós chegamos no final do mês de março e, em junho, já estava evacuando [devido] a guerra. Então, durante esses meses, pudemos observar uma cultura tão diferenciada entre as duas raças (sic) entre palestinos e judeus, uma cultura muito diferente. Os judeus, dentro daquele deserto, tudo eles produzem, [há] fartura dentro do lado de Israel, se vê evolução. Já dentro da Faixa de Gaza... a gente notava perfeitamente: o lado onde os palestinos viviam era muito sofrido, era pobres, a cultura procurando se desenvolver... Então, você notava por aí que a diferença era grande demais, era absurda... sem comparação. Isso eu resumo da seguinte maneira, no meu linguajar, que enquanto o trigo do lado de Israel era graúdo, com o tamanho de esconder um homem de uma boa altura, do lado do árabe, era rasteiro. Eles trabalhavam ainda à moda antiga, o arado dele era puxado por uma mula ou por um jumento, ou pelo camelo com uma ponta de forquilha arando a terra. Era a maneira que eles trabalhavam para plantar, porque não tinham a tecnologia, pelo menos a tecnologia do lado adversário do lado de Israel. E os costumes mesmo [é que] são muitos diferenciados: mulher tem pouco valor em termos de prioridades, não é como aqui no Nordeste aqui que a mulher tem tudo.²⁵¹

Estes apontamentos de memória que emergiram até a superfície fornecem hierarquias: de espaços, de valores, de posição e de comparações. Na construção das representações sobre

²⁵⁰ FONSECA. Teresina, 2005. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 16 ago. 2005.

²⁵¹ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

israelenses e palestinos, os brasileiros edificam um *corpus* de memória com duas realidades espetacularmente distintas. Por toda parte, a trajetória discursiva é elíptica, composta por um tecido costurado ponto a ponto na determinação dicotômica. Nessa reconstituição histórica, uma delas é caracterizada pela supremacia racial, tecnológica e cultural: a israelense. O *discurso* geral também privilegia a superioridade econômica e social como resultado de uma “determinação histórica” israelense, estes são colocados em primeiro plano. Para o povo colonizado e exilado (os árabes palestinos), eles guardaram apenas tristes lembranças, expressas ainda com grande vivacidade, de forma enfática: “pra você ver como é o árabe”.

No limite, a ação discursiva sobre a condição em que viviam, elevada à máxima expressão, em nenhum momento sugere que ali estavam estabelecidas as condições básicas de um estado de sítio, tanto político quanto cultural, a que os árabes palestinos estavam submetidos. Eles não conseguem representar o contexto político pelo qual Israel e a UNEF terminavam por separá-los de si e dos outros países árabes e da rica cultura histórica do Islã. Isso os impedia de experimentar e compartilhar amiudemente a produção cultural de seus vizinhos palestinos.

7.5 Árabes: ladrões e inconformados

Eu contra meu irmão; eu e meu irmão contra meu primo; eu, meu irmão e meu primo contra a humanidade (Ditado árabe).

Alternadamente sábio ou cruel, opulento ou tirânico, ímpio, supersticioso e avisado, infantil... piedoso e cínico, o Egípto... é tema frequente de reflexões várias, mas recusa-se fundamentalmente à compreensão (Donadoni).

A leitura da realidade social palestina, através das memórias e do saber testemunhal dos veteranos, condensa um discurso sobre os beduínos. As narrativas estão permeadas pelos qualificativos, via de regra, negativos, tais como: “selvagens”, “ladrões”, “inconfiáveis” etc. Enfim, ao repisar monotonamente o mesmo assunto, matizadas com uma finalidade oculta, mas bem definida, as narrativas consubstanciam um discurso tendencioso: depreciar os árabes e exaltar Israel. Entretanto, a natureza tendenciosa das narrativas não pode ser desconsiderada como meros exercícios mentais, sem qualquer ligação com a realidade. Absortos, olhando “o outro” e o outro lado da ADL, extasiados com as diferenças, os boinas azuis vão montando um mosaico com os elementos das duas culturas, impedidos de conhecê-las, desobrigados de absorvê-las. Uma, os soldados enaltecem e absolvem; outra, julgam e censuram. A religião seria o limite determinado, um agenciador da razão e das práticas humanas de homens e

mulheres do deserto. No interior do grupo de piauienses, quase não há posições divergentes a esse respeito. Sob este aspecto, os palestinos merecem dos veteranos um léxico de insultos, adjetivos grosseiros, “os pelotões são cercados de arames farpados porque se não os pelotões são roubados. Se você confiar, eles levam tudo... quando você for olhar, não acha mais. Então, isso para eles era muito normal”.²⁵²

Conforme se observa, os palestinos são acusados de roubar os estoques da UNEF. O material subtraído era composto de bens duráveis e alimentos. Nem sempre os soldados se davam ao trabalho de recuperar o que era roubado ou revidar ataques guerrilheiros. O pano de fundo material de parte a parte servia como estímulo. Um apresentava a abundância; o outro, a carência. De maneira geral, os beduínos que viviam ali eram muito pobres, e isto seria o motor que os impulsionava a furtar objetos ou conseguir uma refeição. Naquele quadro de pobreza, os soldados acreditam que muitos moradores locais só se serviam de restos que pegavam ou que recebiam nas cercas dos pelotões de fronteira. As ações e artimanhas dos beduínos são atribuídas até mesmo à inveja, mas nunca uma reação contra o status político a que estavam submetidos. Ações da “inveja”, da “necessidade” e da “má índole”. Tudo pragmático, nada ideológico. É possível que, pelo fato de sentirem-se oprimidos e desprezados, e não podendo suportar seus tormentos, se entregassem a vagas de violência e de rapina, invadindo os depósitos da UNEF. Nas representações dos boinas azuis, as implicações socioeconômicas do lugar não inscreveram o conceito de política em uma problemática de resistência contra a repressão e degrado. As narrativas pouco ou nada dizem a respeito da condição política do camponês. É essencial notar isso: os palestinos “inconformados” são passados na lâmina fina da memória para aplainar as rugas de resistência política, lustrar a ação bandida e a mendicância e não desbotar uma aparente paz decana. Estas representações não buscam instalar-se na neutralidade. Como se viu antes, há no interior do grupo uma ruptura ou corte entre o tempo das solidariedades, pena e da gratidão, e o tempo da raiva e ódio dos soldados com seus anfitriões. Coimbra afirma que no início “daria tudo” para eles, mas com o avançar da Missão e o conhecimento de suas atitudes, o sentimento se inverteu: “a gente passa a ter raiva”, pois eles são “pessoas que você tem que ter o maior cuidado”.²⁵³

²⁵² MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

²⁵³ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

7.6 Uma pequena cartografia dos beduínos

O quadro esboçado sobre o camponês, a partir da documentação oral (em maior escala) e de escassos textos e diários de viagem (em menor escala), está todo eivado de percepções estereotipadas e preconceituosas. É certo que o quadro é descrito com cores relativamente sombrias, com uma dose de exagero retórico, embora deva existir uma parte de verdade; em todo caso, no geral, as narrativas revelam certa antipatia e profundo desprezo para com os beduínos, “essa gente”.

O deserto, as cercanias, os acampamentos, aldeias eram desde sempre o cenário de suas vidas, os lugares onde se realizava a sociedade beduína. Eles são elementos importantes na observação, na análise e na formação da identidade dos brasileiros em relação aos nativos e aos outros estrangeiros da ONU. Lugares de memória onde historicamente o beduíno é, em muitos casos, um migrante em busca de mantimentos básicos para si e para suas criações.

O conjunto de representações sobre o modo de vida autóctone revela vários aspectos do cotidiano e da cartografia da região, como a lida diária na ADL, nos acampamentos, a vida cotidiana, em particular, das mulheres, e os processos conscientes de uniformização de comportamentos. O esteio da profusão de representações revela que aquela região misturava traços de modernidade, “do lado de lá”, e muita tradição, “do lado de cá”. As representações são o somatório de um processo, iniciado com as imagens que muitos formaram sobre a Missão, o Oriente, seu povo e sua cultura, a partir da combinação de idéias do que viram, mas também do que ouviram falar por colegas veteranos, ou ainda do que leram nos livros didáticos, quando de suas passagens pelos bancos escolares.

Trechos de um relatório do capitão canadense O’Rayan sobre o período 1958-1959 e que aparecem no jornal interno da UNEF, *Weekly News – The Sand Dune*, destacam um conjunto de diferenças entre os habitantes locais, assim como os benefícios sociais e econômicos levados para a população beduína. Nele fica claro o reforço da atuação “positiva” com a chegada da Força de Emergência:

Estes refugiados são mantidos à base de uma substancial ajuda de uma das agências das Nações Unidas, a Agência de Ajuda e Trabalho da ONU (em inglês, UNWRA). A chegada da UNEF tem sido de benefício para a população local, pois, antes dela, existia pouca oportunidade de trabalho.²⁵⁴

²⁵⁴ Em inglês: These refugees are maintained at a bare subsistence level by a branch of the United Nations, the United Nations Work and Relief Association (UNWRA). The arrival of the UNEF has been of benefit to the local population as before little opportunity of employment existed.

No rico apontamento oficial, o relatório informa características geo-humanas dos árabes: beduínos, no Sul; e moradores de vilas e de cidades no Norte; e a existência de meio milhão de refugiados povoando a Faixa de Gaza, atendidos pela organização humanitária ligada à ONU. No parágrafo seguinte, do mesmo relatório, encontra-se uma rica fonte de informações sobre a personalidade e a cultura do povo árabe. Esse fragmento do discurso oficial é emblemático, pois agencia uma interessante representação agregadora de traços morais, e o modo de vida supostamente seguido *stricto senso* pelo calendário islâmico. No Egito, de fato, coexistem três calendários: o *gregoriano*, que também é usado no Ocidente, o *islâmico* e o *copta*, todos com 12 meses. Mas, no dia-a-dia, os egípcios adotam o calendário gregoriano.²⁵⁵ Os outros calendários são lembrados especialmente nas festas religiosas muçulmanas, como o dia do nascimento de Maomé e o mês do Ramadã. Os cristãos *coptas* celebram algumas festas do calendário cristão comuns aos ocidentais, como a Páscoa e o Natal, porém elas ocorrem em datas diferentes.

Evidentemente, a consequência mais visível da existência de três calendários é o acúmulo de feriados que eles oferecem aos egípcios, e que, como se verá mais adiante, trazia embargos para a operacionalização da UNEF. A Força contava em seus quadros burocráticos com o apoio de vários cidadãos muçulmanos, para quem, no calendário, a sexta-feira é um dia dedicado à reza nas mesquitas da capital, que, cotidianamente, chamam os fiéis ao fim do dia.

Como quem conhecesse bem o objeto sobre o qual expunha, a peça produzida pelo oficial canadense procura descrever “detalhadamente” a personalidade do árabe e as dificuldades impostas à UNEF pelas várias celebrações, especialmente religiosas, do calendário egípcio. O exame da economia política dos feriados seguia o curso de uma história de poucas vitórias; por outro lado, aparecem as muitas lutas, para o povo egípcio e árabe.

O árabe é emocional, irresponsável e volátil. Ele é facilmente manipulado por agentes políticos. A diretriz política inicialmente parecia ser pró-UNEF, mas as agitações recentes contra a UNEF eram visíveis e houve alguns incidentes envolvendo o apedrejamento de veículos da UNEF. Numerosos feriados públicos eram proclamados a partir do Cairo, durante o ano de 1958, para celebrar entre outras coisas o dia da Independência do Egito, a formação da República Árabe Unida (RAU), a rebelião no Iraque e a “derrota” dos israelenses em 1956. Nenhum movimento desnecessário dos veículos das Nações Unidas era permitido nestes dias.

²⁵⁵ Como se disse acima, o calendário islâmico também tem 12 meses, entretanto, os meses têm uma duração diferenciada, variando de 29 e de 30 dias, como se pode observar a seguir: *Muharram* (29 dias), *Safar* (30 dias), *Rabia I* (29 dias), *Rabia II* (30 dias), *Jumada I* (29 dias), *Jumada II* (30 dias), *Rajab* (30 dias), *Shaaban* (29 dias), *Ramadã* (30 dias), *Shawwal* (29 dias), *Dhu'l-qa'da* (29 dias) e *Dhu'l-hijja* (30 dias).

Rafah Camp, com seus armazéns de matérias-primas, foi cenário de numerosos *assaltos*. Irrupções e ataques de surpresa foram frequentes.²⁵⁶

Os traços morais e de caráter do árabe-palestino, projetados pelo oficial canadense, são uma generalização subjetiva e grosseira que representaria todo “o árabe” apenas por características negativas e exógenas ao ser. Referências coletivas inerentes que não ajudariam na execução do trabalho a ser feito pela UNEF. O discurso monta um ambiente em que o homem e o calendário emperravam a *arte do fazer*; ou seja, a atividade “épica” de uma Missão de paz, sobretudo humanitária. O árabe era carente de qualidades essenciais à dinâmica grupal; e o calendário, com seu rol de feriados, empurrava-o à indolência e à preguiça. Cipriano também procurou enfatizar a questão da obediência às lideranças, para etiquetar o árabe. No intuito de enfatizar sua avaliação, ele afirma: “prá você ter uma idéia como eles não são bons da cabeça e seguem religiosamente as orientações dos chefes, se o Arafat pedisse um suicida, vinham dez ou vinte para se suicidar”.²⁵⁷

Essas representações sobre o árabe supostamente se dirigiam apenas ao habitante do deserto e não ao cidadão, a quem ainda nutriam alguma distinção. Certamente o calendário valia para ambos os sujeitos, que acatavam com fé indelével, assim como realizavam as cinco orações diárias em direção a Meca. Este ponto de vista eivado de preconceitos é um assunto de aproximação entre as representações de brasileiros e de militares de outros países. No conjunto, as representações deixam claro que o “árabe” é o coletivo; é o mote de referência e identidade da molície, da lassidão e da falta de caráter. Assim, o “caboclo” beduíno era mais do que o egípcio “puro”, o protótipo da preguiça das tardes quentes do deserto, da falta de atitude (“não sei como, se sujeitam a isso”), da fragilidade, modéstia e do pedantismo. Um *pacote* de ações “ordinárias”, estas no sentido prosaico (“vagabundo”). Representações, ou seja, etiquetas de personificação preconceituosa do árabe bem ao estilo orientalista de pensar, comentar e definir o *ser* e o *ter* do homem e o *arabic way of life*, de que nos fala Said.²⁵⁸ Em suma, as representações são uma apropriação coletiva de pensamento sobre o *ser* árabe em vários gêneros: cultural, geográfico e histórico. Esse é um tema que reúne o pensamento coletivo dos boinas azuis, brasileiros ou não.

²⁵⁶ Em inglês: The Arab is emotional, irresponsible and volatile. He is easily swayed by political agents. The original party-line appeared to be pro-UNEF, but latterly agitation against the UNEF was apparent, and there were some incidents involving the stoning of UNEF vehicles. Numerous public holidays were proclaimed from Cairo during 1958 to celebrate amongst other things Egyptian Independence Day, the formation of the United Arab Republic, the rebellion in Iraq, and the "defeat" of the Israelis in 1956. No unessential movement of UN vehicles was permitted at these times. Rafah Camp, with its stock-piles of stores was the scene of numerous thefts. Break-ins and raids were frequent.

²⁵⁷ Cipriano, op. cit., 2004.

²⁵⁸ A esse respeito, ver Said, *Orientalismo*, op. cit., 2001.

Estas ações foram igualmente suspeitas, reprimidas ou cobertas com o silêncio durante décadas, pela inércia da memória, pelo pouco caso ou pelo “esquecimento” dos veteranos. Não apenas os brasileiros, mas também os canadenses os penalizam ou querem olvidá-las. Vivendo em campo aberto, sem qualquer disfarce, os *camponeses* palestinos estavam expostos à leitura, à observação, à curiosidade e à análise, com os “valores” e as etiquetas dos cidadãos ocidentais. Estes viam com muitas reservas a legitimação e a perpetuação daquela ordem imemorial e “natural” zelada por seus conservadores. Andando à margem daquele “sistema inato”, e daí observando, extraem da memória os rituais, os utensílios e os produtos da cultura material beduína, antes de colocá-los inertes nas prateleiras de seus discursos.

Descrita com características de movimentos próprios, a sociedade beduína se prostrava ao primado da ADL, cultura restrita e mapeada na cartografia; espoliada e humilhada na dimensão política israelense. O traçado na areia era o máximo de circularidade que a UNEF impunha àqueles objetos vivos. No *corpus* agenciado pelos discursos, os *habibes* são representados como objetos dispostos para a observação. Peças de uma vitrine de poucos movimentos. Eram, para citar Certeau, “um corpo considerado estranho, estraçalhado, a fim de ser exposto, tratado e citado por um sistema que reproduz”.²⁵⁹ No conjunto de suas apreciações e representações não há meias palavras, não há elipses, lítotes, eufemismos. O discurso é direto e *brutal*, para classificar a condição e o caráter dos palestinos. A linguagem apaga, minimiza ou inverte o sentido que explicita ou enuncia o palestino e a cultura do deserto.

7.7 Construindo imagens: memória e representações sobre os *fedayins*

Descrevendo pedaços de suas vidas em um passado que não mais voltará, os veteranos fitam o mundo “lá fora”, o território da encenação do “mundo memória” da Missão. Aprofundando a análise das representações sobre as “instituições políticas” locais, cabe sublinhar o significado de algumas ocorrências, retiradas do cotidiano, que pontifica a memória daquele lugar: a memória do invisível, ou seja, o encadeamento da ação dos *fedayins* como um modo de ação política.

Fedayim ou *Fida'yyun*, em árabe, significa “os que se autosacrificam”. Para os veteranos, eram apenas os guerrilheiros palestinos apoiados pelo Egito. As investidas dos *fedayins* têm um lugar e uma imagem próprias nas narrativas dos soldados. Com efeito, são consideradas apenas como atividade sub-reptícia de ladrões ou de bandidos. Enfim, não há

²⁵⁹ Certeau, op. cit., 1991, p. 88-89, vol. I.

nenhum cunho político que possibilite aos guerrilheiros se deslocarem de seu espaço meramente de malfeitor. Nas representações dos boinas azuis, a memória dos corpos difusos nas sombras da noite e na ADL é entendida de uma maneira trivial. Nesse sentido, os *fedayins* desaparecem enquanto agentes políticos pragmáticos. A atividade bélica de subsistência é a que mais prende a atenção em suas análises, mas não há encadeamento com a política, como contrapartida à presença estrangeira e ao exílio na própria terra. No quadro das representações tanto o beduíno camponês e pastor quanto os *fedayins* se confundem em uma massa amorfa, cuja diferença é apenas no *modus operandi* da convivência e das sociabilidades, relativamente, pacífico com os primeiros, e inexistentes com os segundos.

Tiros de metralhadora, furtos e assaltos, armadilhas e colocação de minas no caminho dos soldados, enfrentamentos na bordas da ADL não tornam a política possível. Como não há concepção do conceito de prática política, ideologia, a atuação dos *fedayins* era a simples busca de benefícios materiais e não simbólicos e ideológicos. A construção de uma realidade apolítica em que estas práticas apenas legitimavam o suposto caráter vil dos árabes, mormente, dos *fedayins*, é o que de mais analítico aparece nas representações. Não há benefícios simbólicos (“lutar pela pátria espoliada”, “resistir contra a invasão externa”), só benefícios materiais, tais como “roubar comida” para “viver e armas para lutar”.

A atuação dos *fedayins* pode exigir um arranjo mais complexo para seu entendimento. Exigir músculos e a ossatura de sua polissemia constitutiva, para fornecer subsídios, pistas que a recoloca iluminada por outros aspectos, em que as motivações individuais e coletivas marchem para além da “maldade árabe”. Em nenhum momento, os palestinos são descritos como cidadãos expulsos de sua terra, ou de grande parte dela, mas apenas como “inconformados”. Além do mais, essa condição não os capacitaria a empreender uma luta de reconquista. Ao contrário, após a guerra de 1956, foram estabelecidos novos limites geográficos (a ADL e a IF) e seus itinerários foram restritos ao alcance do olhar panóptico das forças da UNEF. Essa dimensão política também não é alcançada em nenhum trecho da caminhada. Da mesma maneira, não se questionou o veto *político* israelense à entrada da ONU, em seu território nem ao estabelecimento unilateral das fronteiras, rompendo pactos, resoluções e as areias do Sinai. Apenas são dimensionados os desníveis das correlações de forças e as pulsões das duas culturas tão próximas e tão diferentes.

Através de suas narrativas, conclui-se que os veteranos tiveram pela frente diversos cenários e diversas trajetórias na Missão. O pior deles talvez correspondesse ao que lhes era e ainda é invisível; ou seja, o desaparecimento da “Nação” Palestina, seja em face da expansão territorial sionista, seja em consequência desta, da fragmentação cultural que grassava por

dentro a realidade dos habitantes do “lado de cá” da ADL. Com efeito, este aspecto político não foi percebido naquele momento vivenciado nem, muito menos, na rememoração atual da experiência. Isso denota como o espaço da memória política destes anônimos, retirada das suas narrativas, possui um escopo limitado. De modo geral, nossos veteranos fazem coro com uma representação “clássica” sobre a Palestina que povoa o imaginário comum, ou seja:

Quando se fala em Palestina e Israel, comete-se geralmente um erro que condiciona toda análise posterior: atende-se exclusivamente ao momento atual, sem se falar da origem do conflito... A Palestina, durante os últimos mil e seiscentos anos, não esteve esperando como um imóvel vazio e desocupado, o povo palestino que nasceu, trabalhou, amou e morreu na Palestina por mais de um milênio, viu-se, em pleno século vinte, desapropriado e expulso do seu país e, ainda, impiedosamente perseguido além das fronteiras da sua pátria, que foi apagada do mapa. Palavras tais como “Terra Prometida”, “Destino Histórico” ou “Decreto Divino” não nos impressionam. Por cima de todos esses conceitos está a dor do homem espoliado e incompreendido, está a terrível injustiça cometida contra um povo indefeso. Essa injustiça se perpetua até hoje.²⁶⁰

A análise supramencionada é de suma importância, porque permite traçar precisamente a alteridade entre as representações de viajantes brasileiros e a de exilados palestinos. Na análise dos boinas azuis, todos os sujeitos e seus comportamentos são representados como não-políticos e como não-politizados, todos hostis. Apenas como uma massa informe de marginais, uns pedintes, outros violentos e ladrões. Isso os levava a empreender ciladas, roubos e prostituição. Astúcias da reação; entretanto, todos são caracterizados ordinária e igualmente nos relatos apenas pela necessidade. Em suma, os fragmentos de memória seguem um viés de mão única que não ilumina estas figuras como ficção política nem como fábulas insurgentes. Inexiste a possibilidade de compreender o papel que a ação de guerrilha poderia desempenhar, em última análise, na luta pela libertação de seu povo.

7.8 A ação dos *fedayins*: duelo político ou combate marginal pela vida?

Neste tópico, pretendo apresentar um contraponto à representação do suposto caráter vil do árabe, a hipótese da alteridade da ação sub-reptícia dos *fedayins*, banhada no óleo ideológico. Elemento que nossos soldados não conseguem entender nem visualizar nos palestinos. Ação fruto do enraizamento à sua terra invadida, que transparece de forma impressionante nas narrativas bricoladas e sem análise. No discurso dos veteranos, na ação dos guerrilheiros não existe cálculo explícito, consciência elaborada das situações, estratégias

²⁶⁰ SUWWAN, Farid (Representante da OLP no Brasil). Prefácio. In: **Poesia palestina de combate**. Seleção de Abdellatif Laâbi. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p. 11-12.

complexas pensadas com antecedência. No entanto, a topografia da capacidade e a disposição para agir dos guerrilheiros denotam a existência de uma continuidade, se não estreita, pelo menos perene, entre o sentimento de pertença social e o espaço do deserto, a “Terra Sagrada”. Quero demonstrar, com a análise das narrativas e o levantamento de outras fontes,²⁶¹ que havia algo mais nas investidas dos *fedayins* contra os locais onde moravam e trabalhavam ou eram freqüentados pelos soldados. A ação guerrilheira contra estes lugares caracteriza, a seu modo, um sentimento difuso de pertença ao mundo árabe, à religião e à sua terra, à sua cultura invadidos e pela qual lutavam nas sombras. Em uma economia de paz, os *fedayins* seriam o tecido da alteridade, músculo frágil que fermentava a certeza da guerra. Alimento de ódios e preocupações.

Nesse domingo, uns “*fedayins*” (uma instituição que era uma pedrinha em nosso sapato), na noite anterior, burlaram a vigilância das nossas patrulhas noturnas, e ousadamente conseguiram montar e instalar há poucos metros da ADL (LDA – Fronteira física com Israel) uma torre. Dessa torre, como “franco-atiradores”, estavam dando tiros em direção a Israel, causando pânico ao HL – comandante daquele pelotão que, por sua vez, solicitou reforço de emergência ao HL comandante do PC, o mesmo que, dependendo do seu estado de espírito, nos daria permissão para irmos a Gaza. Toda a 9ª Cia e mais alguns soldados da 7ª Cia, foram acionados e ficamos sabendo que iríamos ser conduzidos a um campo de batalha, e que finalmente, iríamos entrar em combate. O pânico e ansiedade tomaram conta de todos, que, por sua vez, ouviram cautelosos, e atentamente todas as instruções... Partimos apreensivos para a “guerra”. Ao nos aproximarmos do local, fomos recebidos com uma sonora e intimidatória rajada de metralhadora, vinda daquela ridícula torre montada às pressas, à noite, longe dos olhos do pessoal da patrulha. Depois da rajada, todos se jogaram no chão e começou uma gritaria... Vimos que não era brincadeira, parecia que o bicho ia pegar... Até então não se sabia quantos eram. Não demorou muito, ouviu-se outra rajada intimidatória de metralhadora... Tínhamos que esperar até onde pudesse para ordenar o ataque, pois pertencer a uma força de Paz tinha que agir conforme o regulamento... Como a ordem demorava e não acontecia, o nosso amigo Pífano “aloprou”! Saiu com aquela arma [uma metralhadora Madson] [...] deserto adentro, gritando com os Fedains: – “SEUS PUTOS, ESTRAGARAM MEU PASSEIO À GAZA! VOU PICAR VOCÊS A BALA”. E tome rajada... Nós a distância, enterrados na areia, olhando pasmos. Ele correu para mais perto dos Fedains e deu outra rajada... Surpresa! Dois fedains saíram do abrigo por eles mesmos montado, com as mãos na nuca: – *Alá raliq!* (“Pelo amor de Deus!”)... O soldado Pífano virou o herói daquela manhã... nosso amigo não sofreu nenhuma punição... Palmas para ele. Palmas para o soldado brasileiro.²⁶²

Pela grande dimensão, o deserto era um limite territorial inacessível. As suas extremidades inalcançáveis, as relações humanas induziam uma prática seletiva de usufruto do espaço do deserto: o beduíno (pastor ou agricultor) corta pedaços de território, cuja seleção é significativa, tanto do ponto de vista cultural como político. Água para beber, pasto para os animais. O fato de nascer e viver no deserto corrobora para a pertença àquele meio social e geográfico, e é uma marca peremptória que reforça o processo de identificação beduína, mais

²⁶¹ Aqui foi de grande valia o livro de SUWWAN, op. cit., 1981.

²⁶² Zouain, op. cit., 1981, p.180-181.

beduína do que egípcia. No *corpus* que montamos com as representações dos veteranos, *ser* palestino excluía o *ser* israelense, embora estes morassem tão perto daqueles. Por seu turno, “o árabe e o palestino se misturam”. Nem todos os palestinos eram considerados inimigos nem estavam necessariamente inseridos no tecido social de convívio dos soldados. Este processo autoriza a apropriação do espaço da Faixa de Gaza como o lugar onde se encontram sem cessar a pertença social nem as redes de itinerários.

Em uma conjuntura de relativa paz na região, a atuação bélica dos palestinos aparece nas representações como desordem ou delito de “malta”, nunca como contestação à rejeição da condição de refugiados. Nos discursos dos veteranos, nada neles compensa nem atrai simpatia às invenções técnicas, à história milenar, à moradia, à religião, ao vestuário, às relações de gênero, ao “estilo de resistência moral”. Ao contrário, tudo soçobra ante a solidariedade, a “generosidade” e a estética ocidentalizada do *way of life* israelense. Nas representações das relações entre os brasileiros e os dois povos em conflito, para os palestinos, recaem as despesas e o ônus; e, para os israelenses, os “lucros” e o bônus.

Desde sempre, a população árabe que vivia no deserto (beduínos, *fedayins* ou não) resistia, a seu modo e de acordo com as possibilidades, à realidade de carências; e, no dia a dia, carregavam “o cajado e a metralhadora engatilhada”. Já os israelenses, de acordo com as narrativas, agiam no terreno da ordem estabelecida. As “táticas de guerrilha”, descritas nas narrativas, desviam para fins próprios, uma maldade contra os protetores. Em virtude disso, nossos soldados não têm qualquer ilusão do caráter guerreiro ou quanto a mudanças comportamentais em curto prazo. Enquanto é explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, a atividade palestina é *representada* por uma “arte da maldade”. Os palestinos possuíam um estilo de invenções técnicas milenar, para viver e produzir; e um estilo de resistência moral e uma ética de tenacidade, imperceptíveis aos olhos dos veteranos, e no limite dos “ocidentais”. Dessa forma, a ação dos *fedaiyns* jamais é vista como uma maneira de negar à ordem estabelecida, enfrentar o estatuto de lei ou a fatalidade. No discurso dos militares, opera-se um deslocamento da reação política para a ação da necessidade ou da maldade ou até a “inveja”.

Eis esboçados alguns traços do pano de fundo sobre o qual vai se destacar a vida cotidiana do beduíno, e no qual os membros da UNEF mantinham relações com “os outros”. Mas a proximidade no espaço onde viviam não era fator decisivo para o funcionamento de relações amistosas. Ao contrário, as sabotagens, os assaltos e os roubos provavam-na. No limite, há vida política naquele cenário, uma página em branco para se escrever.

7.9 Identidade nacional e participação cívica: questões políticas, econômicas e estruturais palestinas

Considerando-se o pano de fundo que se segue: a) de que a Palestina vivia sob a dupla intervenção política e militar em seu território; b) considerando o abandono e a miséria em que viviam os beduínos; c) levando-se ainda em conta que na região os ventos da mudança sopram em outra velocidade, é possível levantar a questão política baseada na atuação pragmática dos *fedayins*. A idéia de identidade nacional e a “proporção de caráter nacional cívico e político” são diferentes em toda parte, e eram diferentes para ambos os povos postados de cada lado da ADL. Mas é importante retornar a isso, posto que nossos soldados não distinguem ou não visualizam ou “não lembram” estes elementos.

O que se pretende é sustentar como, no extenso conjunto das memórias, é possível reunir um ensaio histórico sobre a atividade política, ainda que isso se alcance apenas pela inferência. A memória das ocorrências retiradas do cotidiano pode transbordar para o âmbito político, e servir como fonte para uma história da política encetada pelos guerrilheiros palestinos – *fedayins*.

O discurso hegemônico entre os militares é marcado pela representação de que os palestinos apresentam níveis baixos de participação espontânea. Isso era afetado seja pelo expansionismo sionista, seja pela atuação limitadora e “positiva” das tropas da ONU, na região, ou mesmo pela inércia sociológica e política do camponês. Apoiados na proximidade e na observação direta das populações locais que viviam em ambas as bordas da ADL, eles revelam como as condições materiais também afetavam agudamente os cidadãos de cada “lado”. Pode-se, então, inferir que, do mesmo modo, o conjunto de fatos produzirá diferentes magnitudes sobre os indicadores da identidade nacional e do caráter cívico e político individual e coletivo dos beduínos. Em uma última análise, entre palestinos e israelenses, havia um abismo, quando se pensa no tipo de sentimento de pertencimento e de participação demonstrado pelos cidadãos, em face de diferentes grupos de instituições. Certamente, ao rememorar o passado de Suez, eles não recordam que, mesmo no Brasil, ainda predominantemente rural e arcaico, os níveis de participação cidadã (eleitoral mesmo) eram reduzidos. Essa realidade de *ausência do Estado* e de abandono das populações rurais era mais aguda no Nordeste dos coronéis, se comparada à região Sudeste do País.

Mesmo nos dias atuais, na caracterização da região, o coronel Irapuã²⁶³ também revela um quadro de carências no campo social, parecido com o descrito por Cipriano. No comando

²⁶³ Irapuã, 15º Contingente, 1964-1965.

do Pelotão Rio Grande do Sul, na fronteira do Sinai com o deserto do Neguev, ele monta um quadro que lhe permite estabelecer elementos de identificação empática com a região e seus moradores. No entanto, na análise sobre a economia local ele coteja mensurar realidades com considerável ambição geográfica. Assim, ele propõe que, não obstante tratar-se de um Estado pobre, a realidade socioeconômica da sociedade tribal experimentada no deserto não poderia ser comparada com a do Piauí. As forças culturais, embora pudessem ter elementos de identificação quanto a semelhanças econômicas, para ele não tinham nenhuma semelhança.

A gente fica impressionado com o nível de pobreza... Não se pode comparar o Piauí com aquele negócio lá, é muito longe. O Piauí não se compara com Gaza, ali é muito mais atrasado, o árabe é muito mais atrasado, nem se compara. É muito amarrado à religião. Eu já lhe falei que o Alcorão chega a ser um entrave ao desenvolvimento.²⁶⁴

Entre tantos lapsos, certezas e incertezas sobre aquela realidade vivenciada, Macedo se permite, entre outras coisas, realizar um estudo sobre o que descreva como “a insipiente economia local do lado de cá”. É curioso que na descrição nada lembra sua terra natal. Sua memória (e a dos demais) lida com esse esquecimento. Mas a lembrança dá testemunho do fazer beduíno e de seus parques pertences em uma vida que parecia não ter pressa.

Eu pude observar, na Faixa de Gaza, a pobreza. Os ricos são ricos, os pobres muito pobres; essa é uma barbaridade. Eles vivem de raízes assim como animais e criam bastante. Eles se alimentam do leite da cabra, do carneiro, da vaca, mas parece que não há abatimento de gado, não vi nenhum. Eles saem pela manhã cedo, daí se deslocam com aquele bando de animais, como bode, ovelha, gado, um jumentinho.²⁶⁵

Aqui, a narrativa apresenta duas vertentes, portadoras de significados: focaliza o quadro das carências e o mundo do trabalho; e, essencialmente, escamoteia a realidade social de onde procede o narrador. Entre os dois quadros (o árabe descrito e o seu espaço de origem “esquecido”), é como se não houvesse qualquer relação ou semelhança. Para o veterano descrever a paisagem *severina* local basta (o que exige buscar as franjas esfiapadas deste tecido que ainda não esmaeceu de todo) procurar as entrelinhas e o silêncio, o conhecimento do *não-dito*. Recompensas para iluminar o pavimento construído sobre a memória do Batalhão Suez.

Sem embargo da atuação da UNEF e da UNWRA, o que é sugerido pelas narrativas é que não havia, em nível local, uma economia institucional voltada ou orientada para reforçar processos de solidariedade, empatia, cooperação social e integração grupal, tarefa das

²⁶⁴ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

²⁶⁵ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

instituições expressivas, que são as que expressam a representação emocional e afetiva que vincula cidadãos a seu país, sua história. Prevaleciam o abandono e o descaso.

Enquanto uma instituição que orienta e modela as ações de seus quadros em termos das demandas do Estado, o discurso do Exército brasileiro tem como base promover os valores e a visibilidade do País no Exterior. Esse tipo de instituição representa o sistema formal, que, através de suas ações e de seus fundamentos ideológicos, diferencia e estratifica os cidadãos em diferentes camadas culturais, sociais, econômicas e políticas. Isso, de alguma maneira, era algo inexistente do lado palestino, como de resto também era observado no Nordeste brasileiro de então; e, em menor escala, nos dias atuais. Em suma, quanto aos arraigados laços de identidade cultural visíveis no espaço social observado, nossos soldados, por outro lado, não se referem a qualquer indicador de identidade “de caráter cívico-político nacional”, por parte dos beduínos, que pudesse cimentar uma recíproca relação entre Estado e cidadãos.

8 AS CERCAS COMO ESPAÇOS DE SEPARAÇÃO E DE SOCIABILIDADES

Na cartografia das instalações da UNEF, as cercas de arame farpado e as concertinas que cercavam eram locais de atração interessante, na análise da economia das sociabilidades e das relações entre os soldados e os vizinhos beduínos. No interior das cercas de arame farpado e concertinas, os domínios privados da UNEF. Do outro lado, simbolicamente, tinha início a parte inerte do deserto: ninguém tem permissão para sair, caminhar. Somente os beduínos têm acesso a esta parte. Ali eles podem observar a movimentação dos soldados e serem observados por estes de dentro dos acampamentos.

Simbolicamente, as cercas também eram uma fronteira cultural que separava os militares da UNEF e os habitantes locais. Esse ambiente funcionava como um ponto para encontros circunstanciais, marcados pela necessidade e pelo correr das horas. Ao fim do dia, ao cair da noite, não mais era permitida a presença de habitantes locais nas cercanias dos acampamentos. Após algum tempo, as cercas tornaram-se território fronteiro de separação e de união; espaço de convivência, na maior parte, regida pela mudez dos personagens que falavam línguas diferentes; as cercas eram lugares de consumo e “sociabilidades”, iniciadas com uma comunicação esboçada em sinais, expressa em linguagem pouco articulada, olhares furtivos, sorrisos, toques. Cada parte envolvida buscava saciar ou alcançar o objetivo ou benefício imediato.

O ambiente, o costume, as formas de falar, de tomar lugar entre os seus e de se apresentar, ou seja, o *modus* de se manifestar naquele campo social era tenaz e fortemente dominado pelo olhar masculino, que vigiava, fiscalizava os contatos, as trocas e as relações. A sociedade beduína também tinha seu próprio poder para regular e administrar os costumes e as relações que se insinuavam no espaço público, autoridade e domínio de uma sociedade disciplinar tradicional. Mas como controlar os olhares entrecruzados entre jovens rapazes e as mulheres no espaço em que circulavam diariamente? O sorriso, o olhar malicioso, algumas palavras trocadas no idioma local, poderiam gerar desde a “indiferença”, o “aborrecimento” ou ainda a “complacência” das beduínas. Havia um quadro extremo de carências de parte a parte; isso fazia com que os *habibes* acorressem para as cercas. Esse enredo de necessidades se entrecruzava com os desejos dos soldados, por seu turno, carentes de afetividades e de sexo.

Nesta economia de carências afetivas, nossos pracinhas enfrentavam os limites do interdito, no conjunto das relações possíveis; deixavam aflorar comportamentos, gestos e atitudes entre “parceiros”. Era um claro enfrentamento do peso das coerções morais, religiosas, e da tradição dos habitantes locais, assim como dos regulamentos e princípios que regiam a UNEF e o Exército brasileiro. As considerações as quais se apegavam giravam, de um lado, em torno do respeito ao pudor e à moral religiosa vigente; e, de outro, da exigência de neutralidade e segurança da região. Em suma, havia o afastamento em respeito à cultura beduína e devido à lógica de neutralidade da Missão; na busca de uma convivência harmoniosa havia o medo das doenças endêmicas que grassavam na região. Esse “ambiente infeccioso” típico era explicado pelo ambiente em que viviam; como, por exemplo, tendas insalubres ou ainda, com o enfraquecimento do organismo, em face da longa convivência com a escassez nutricional, a fome e a miséria. Esse fator obrigava muitas famílias e moradores próximos a ocupar as cercas dos quartéis.

8.1 As cercas: lugares de memória, espaços de sociabilidades e de representações

No que concerne às relações que os veteranos mantiveram com os habitantes locais e as impressões que guardam da sua cultura, cabe destacar dois pontos. De maneira geral, a diferença cultural e o não-conhecimento das línguas inglesa e árabe eram grandes barreiras, transpostas apenas por poucos. A descrição do ambiente, dos costumes, das formas de falar de tomar lugar entre os seus e de se apresentar, ou seja, o *modus* de se manifestar revela a tenacidade daquela sociedade, fortemente dominada pelo universo masculino. Suas mulheres eram vigiadas, especialmente quando se envolviam contatos, trocas e as relações com os soldados. Com efeito, a sociedade beduína secretava seu próprio imaginário e as relações de poder e dominação, regulando e administrando os usos e costumes sociais existentes naquele espaço público: uma sociedade tradicional. Deste modo, as cercas tornam-se lugares de contato, onde ancoram memórias, lugares privilegiados de pulsão de nossos soldados. As cercas entremeiam uma economia de lembranças expostas, nas confidências e nas fotografias que mantêm em seus acervos.

A partir de suas posições estratégicas, os pracinhas observavam, anotavam, discutiam, imaginavam e a rememoraram entre a saudade, a delícia e o estranhamento. Há ambiguidades, equívocos e um vocabulário marcado geralmente por estereótipos. De seus postos de observação, tornaram-se espectadores e atores de operações próprias. Ali, acumularam e fabricaram imagens depositadas por décadas, esfarelando-se com as traças do desuso,

desgastando-se, pouco a pouco, nos porões de suas memórias. O arrolamento escrito das reminiscências permite escrever, e, em alguns casos, reescrever partes da história do Batalhão Suez, com a memória individual e coletiva dos piauienses que foram para o Egito. O tecido de suas ilações é a *invenção* da Missão.

Outrossim, a rica textura da memória é atravessada pelas inventividades próprias, para abrandar a dureza das patrulhas e a excitação dos encontros, sempre nas sombras, fugindo do olhar panóptico da UNEF e dos comandantes locais. O inventário das práticas “ilícitas”, que tiveram lugar nas cercas, revela a vasta capacidade das *astúcias* e das diversas maneiras de utilizar em proveito próprio a ordem imposta.

8.2 Sociabilidades nas cercas: jogos de *astúcias* e prazer

O exame das narrativas dos soldados permite conhecer o teatro de ações, a “genealogia dos lugares”. Elas entabulam fragmentos do jogo relacional que se estabeleceu entre os sujeitos “do lado de dentro” e “os do lado de fora” da cerca. Os relatos de comportamento oferecem um campo rico para a análise dos espaços públicos e privados. O funcionamento do espaço aberto (deserto) e do fechado (pelotões e acampamentos) era mediado pelas cercas. Estes encontros ricocheteavam de parte a parte, expressos ora de forma disfarçada, velada, ora abertamente. Essa relação cotidiana fraturava as normas, as regras da tradição, da religião e os acordos políticos estabelecidos. A sexualidade disfarçada ou não se insinuava contra os interditos, e vazava o tecido social que envolvia ambas as partes, e propiciava o intercâmbio entre os sujeitos. Cada um utilizando-se de suas armas e prerrogativas. Do lado dos soldados, recorria-se à voz, ao sorriso, ao sussurro entremeado com a linguagem gestual e umas poucas palavras no idioma local; do lado das mulheres e moças, a vergonha. O desejo dos soldados repousava na visão do corpo ou do que estivesse à mostra. Entretanto, quando se apresentavam no espaço social, as mulheres sempre usavam as tradicionais roupas longas e o véu que lhes cobria o corpo. Dessa forma, seus corpos eram elementos de uma procura. A censura moral, as proibições religiosas e a lógica militar para a Missão as continham dentro da ordem da conveniência, impondo-lhes controles que as protegiam contra dissabores nos relacionamentos com seus familiares e com os soldados. Cortesia e amizade de menos, relação interesseira em demasia; cada qual visando suas próprias vantagens imediatas.

Beduínas: um corpo que emite sinais cujas imagens não chegavam à superfície; o rosto, as mãos, as formas do corpo, enfim, elas tinham poucos pontos sujeitos ao olhar dos soldados da paz. Nessa economia relacional velada e interdita, deve-se dizer que as mulheres,

as moças e as crianças também conseguiam arrancar algum benefício imediato (comida ou objetos pessoais); portanto, malgrado qualquer assimetria no que podiam auferir, havia aí uma via de mão dupla acessada com “instrumentos” e ganhos desiguais.

Homens e crianças, meninos e meninas, miseráveis em busca de alguma migalha de pão e restos de comida. A cerca era um ponto para encontros diários, nos quais também se poderia recolher alguma peça de roupa jogada pelos soldados. Essa proximidade entre aqueles *habitués*, entretanto, se não era permitida abertamente, pelo menos era “tolerada”. Faziam-se vistas grossas nos Postos de Observação, e, em menor latitude, nos QGs dos batalhões da UNEF.

Para impedir incidentes de maiores proporções, a UNEF solicitou e obteve a cooperação das autoridades egípcias. Em 1956, data do início das operações de vigília da ADL e da IF, a população da Faixa de Gaza foi oficialmente informada de que o governo do Egito era terminantemente contrário à infiltração ou travessia da fronteira por civis ou qualquer outro cidadão. Os palestinos foram também notificados que estavam proibidos de se aproximar da ADL e da IF, na distancia de 100 m durante o dia e 500 m à noite.²⁶⁶

8.3 A ADL: espaço de memória sobre israelenses e beduínos

A ADL, a linha de fronteira do deserto do Sinai, era o limite máximo do sonho da *Terra Sagrada* em que os palestinos podiam tocar. Ali estavam os pelotões de fronteira na patrulha diária, sob o sol escaldante ou à luz da luz, do calor e do frio no fio da cartografia da paz. As bordas da ADL eram “um território de interdição”, espaço reservado unicamente ao uso dos soldados e oficiais comandantes da UNEF. A vigília na fronteira era uma atividade explícita de destaque no sistema de controles, na luta pela paz. Um microponto da coordenada política, que definia a lógica da presença da UNEF entre palestinos e israelenses. Um tema no plano do espaço da ordem. Assim, a linha de armistício era de extrema importância para o funcionamento da Missão e a consecução da paz. Naquele momento, a coexistência pacífica entre os dois lados da linha era impossível, pois os termos dessas convenções não encontravam terreno comum onde cada um poderia reconhecer-se. Árabes e israelenses, embora estivessem frente a frente, não se olhavam face a face. Ali a convivência era algo possível até antes da Partilha (1947). A ADL era um espaço de neutralidade, portanto, na briga de vizinhos, “não seria conveniente intrometer-se”.

Por ocasião das idas e vindas ao longo da ADL, sistematicamente os soldados encontravam israelenses e palestinos, e os elementos da cultura material de cada um (roças, arados de madeira, tratores, aviões pulverizadores, aldeias e *kibutzins*). Ultrapassar a ADL,

²⁶⁶ Trecho de livro inédito de Edson Iabel. E-mail enviado por Theodoro Júnior. Acesso em: 13 dez. 2006.

conversar com qualquer um dos oponentes seria uma operação perigosa, no limite, sentida como perturbação no sistema de relações. Nem palestinos nem israelenses poderiam atravessar a ADL.

O Batalhão brasileiro teve a difícil missão de policiamento do setor do *ADL* (*ARMISTICE DEMARCATION LINE*), que tinha 50 Km de extensão materializado por um fosso de 60X60 cm em toda sua extensão; e a função principal de impedir o cruzamento da linha. Na área em que os brasileiros guarneciam, houve pequenos incidentes, e praticamente todas as atividades dos "comandos" egípcios na área cessaram completamente.²⁶⁷

A rigor, na ADL não se misturavam as relações pessoais e de amizade. Se ali não era o espaço permitido para os encontros sociais, havia, entretanto, outros espaços e momentos para as sociabilidades, especialmente com os outros batalhões. Aliás, isso era até estimulado. Contudo, a soma das ocasiões que as suscitam se reduzia aos momentos das refeições no restaurante, passeios, lazeres e às saídas com colegas. O veterano Oscar escreveu em seu diário de viagem vários desses momentos de encontro com outros batalhões. Isso se dava geralmente através do futebol.

As missões de patrulhas resultavam em um conjunto de múltiplas experiências e observações sobre os beduínos e soldados israelenses: o que vestiam, como viviam, e até o que comiam em suas refeições; eventos e componentes nos quais há geralmente a tentativa de relacionar com o dispositivo familiar que deixaram no Brasil e sua projeção no terreno social do deserto. O exame das observações dos soldados sobre o que viam dos dois lados leva a generalizações. Elas estão ancoradas na *suposta* natureza, racionalidade e nos costumes ocidentais.

As relações sociais observadas e descritas sobre os beduínos eram principalmente intrafamiliares; ou seja, se davam somente entre os elementos das aldeias e das tribos às quais pertenciam; já os contatos dos beduínos com os soldados eram marcados, geralmente, pelas necessidades. Esta era a realidade que observaram e que, entendem, representa “fielmente” aquele sistema social tradicional, relativamente fechado em si próprio. Certamente, também havia atritos nas relações entre os palestinos e os soldados da UNEF, enxertados entre os dois povos semitas.

Nossas patrulhas tinham permissão para prender e interrogar o(s) infiltrador(es); e, após preenchimento do Relatório de Ocorrência, entregá-lo(s) às autoridades locais. Para isso, semanalmente eram realizados exercícios noturnos de adestramento das

²⁶⁷ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 2 jun. 2005.

patrulhas mistas, junto às fronteiras (justamente, o horário preferido dos *fedayyns* atravessarem as duas linhas demarcatórias).²⁶⁸

As narrativas dos piauienses, geralmente, são atravessadas por reduções e por dicotomias. Aparece a decantada representação da submissão feminina. Essa espécie de categoria referencial era uma experiência que se mantinha intocável há milênios, em uma espécie de “inércia sociológica”, presente naquele meio ambiente cultural. Esse enraizamento transparece, sobretudo, na topografia do sistema relacional dos beduínos. Elemento cultural de longa duração, reforçando uma continuidade entre a pertença social e o espaço em que viviam: “nas cidades era diferente”. Enfim, a religião e a tradição eram o cimento e os imperativos morais que regiam a vida e davam sentido ao cotidiano daquelas populações.

Pela síntese dos numerosos testemunhos, percebe-se que o cotidiano beduíno estava inteiramente mergulhado em uma tradição cultural rural e religiosa a qual eles sempre foram fiéis, e com a qual se achavam identificados. Isto tem significado diverso: em primeiro lugar, o sentimento de fidelidade, transmitido de geração em geração; o trabalho no deserto, o pastoreio de ovelhas e o cultivo do solo eram formas de significar a relação milenar com ramos camponeses. A noção de refugiado que surge nas narrativas não remete ao sentido político de exilado, mas, sobretudo, à idéia de “destituído de sua terra”, seja qual fosse a vila a que pertencesse. É a memória da territorialização do espaço público, das aldeias pobres, condição entretecida nas necessidades históricas e na radicalização do processo de reconhecimento.

Na observação cotidiana na ADL, presenciaram *pacotes* de hábitos banais de realidades distintas: árabes, no “lento” caminhar da civilização islâmica; e judeus, com a velocidade da tecnologia, para viver, produzir e colher. Em suma, as narrativas contêm as representações construídas por nossos sujeitos de pesquisa sobre a cultura material, a religião, as formas de inserção social e econômica dos beduínos. Enfim, a memória e as percepções sobre “os outros”. De modo geral, elas apontam que os valores essenciais de identificação da cultura beduína giravam predominantemente em torno de práticas de solidariedade. Esta marca produzia a identidade e a diferença. Bem ou mal, os brasileiros eram oriundos de uma cultura fundada na prática das relações de amizade, e/ou familiares expandidas, que iam além das relações com seus parentes e vizinhos. Entretanto, ali, tinham apenas o companheirismo como cimento, propondo a solidariedade de grupo como imperativo moral. Longe do domicílio, beneficiavam-se da solidariedade por *inércia*, no ambiente desterrado em que viviam; do lado de fora, os palestinos viviam em aldeias e tendas tradicionais, reproduzidas

²⁶⁸ Trecho de livro inédito de Edson Iabel. E-mail enviado por Theodoro Júnior. Acesso em: 13 dez. 2006.

desde tempos imemoriais, relacionando-se enormemente entre famílias de uma mesma tribo. Essa era a condição social do camponês, joeirando o trigo ou na lida com seus parcos rebanhos.

8.4 O beduíno: pastores, agricultores, machistas

Moradores do deserto, os beduínos conservavam um tecido social, um estilo de vida e tradições próprias com raízes profundas na História. Aparentemente, não aceitavam com boa vontade a uniformização de alguns comportamentos, dos percursos e das ações que tiveram de assumir após a chegada da UNEF no início de 1957. Todos aqueles são elementos que, de alguma maneira, enriqueciam o sentimento de pertença a terra. Por isso mesmo lutavam, sabotavam, minavam o terreno a ser percorrido pelos infantes da Força de paz. Esses movimentos, entretanto, não apareçam na memória dos veteranos ao menos como rudimentos de ação política.

Pela síntese da leitura dos diários e dos vários testemunhos orais realizados com os veteranos do Piauí e com os depoimentos escritos, recebidos pela *internet*, pode-se perceber que, no interior daquela sociedade, seus membros estavam inteiramente mergulhados em uma tradição cultural tradicional, rural e “arcaica”, mas com a qual se achavam fortemente identificados. Entretanto, se a trama dessa realidade tecida no correr dos séculos foi percebida e rememorada, ela é descrita pelo que traz de negativo, e pelo que não se encontra no referencial ocidental que levaram na bagagem.

A memória sobre o que se passava nas areias do Sinai é a memória sobre os traços dos sistemas simbólicos da cultura árabe (linguagem, economia, parentesco, trabalho, religião), postos em comparação com os que levaram na bagagem. São apontamentos sobre o homem e seus elementos que evoluem em ritmos diferentes em cada sociedade, mas que nossos veteranos buscam similitudes “satisfatórias” para se (re)encontrarem no mundo que ficou para trás, na distância e no tempo da memória. Um mundo do qual conseguem resgatar apenas alguns fiapos, como o estranhamento de Macedo ao delinear a relação dos *habibs* com suas posses, incluindo-se sua esposa. Na avaliação sobre “o outro”, ele procura abarcar comparativamente o “caráter” do beduíno com o do “camponês nosso”.

Ao que chamo de camponês nosso. Aquele pessoal que vive no interior, o valor que ele dava aos animais e a falta de valor que eles davam para as mulheres. Era interessante esse detalhe. Esses camponeses tinham a tenda deles; eles só colocavam as mulheres depois que todos os animais estivessem agasalhados lá dentro. Isso era a coisa mais absurda que eu achava, isso era dentro da tenda. Eu às vezes até brincava com os colegas; ‘está vendo aí. Se a mulher brasileira visse o

valor que eles [beduínos] dão às samaritanas (sic) elas iam ver [que] primeiro eles colocam os animais e depois as mulheres’. Eu até perguntava: ‘se não tivesse vaga elas iam dormir do lado de fora?’. ‘Não. [...] mas só entra depois que estiver tudo arrumado’.

Embora o comportamento fosse descrito como “obscuro”, lancinante, e marcasse uma relação violenta entre os sexos, era um elemento do conjunto social ali compartilhado havia milênios. Era um traço distintivo e original da cultura beduína. Ressalte-se, ainda, que eles parecem esquecer que a condição social das mulheres brasileiras daquele período também oscilava entre a submissão e o desprezo de boa parte de seus companheiros, em particular, e da sociedade, de modo geral. O texto das narrações pretende conter um conhecimento sobre a realidade beduína. Há uma descrição brutal da ação dos beduínos na pulsão e no esforço cotidiano pela sobrevivência própria e de suas criações através do deserto, que, “de uma pastagem à outra”, diria Braudel: “a vida cotidiana corre atrás da erva que foge”.²⁶⁹

Isso falando naquela classe (sic) que convivia conosco naquela região, na Faixa de Gaza. Naquelas regiões quando levavam os animais para ser alimentados; porque quem nos cercavam mais eram os *habibes*. Então *essa era a raça* que nos cercava na área da Faixa que nós estávamos habitando... Dentro daquela área que nós habitávamos da Faixa de Gaza até o Monte Sinai... uma área muito grande e... abrangente; existiam muitos *habibes* lá no meio daquele deserto. Então com isso eles vivem praticamente próximo onde tinha guarnição. Eles saíam de manhã cedo e retornavam lá para 18 horas para suas tendas. Então hoje eles estão localizados na área tal e depois em outra, eles não param, e onde vai um vai todo mundo, de manhã sai todo mundo da tenda. Eles se alimentam muito de raízes. Normalmente os jovens [têm] a dentadura toda estragada, porque eles se alimentam muito de raízes, eles ficam cavando as raízes. Por isso eles se aproximam muito do estrangeiro, o *gringo* como eles chamam. Não sei se eles abatem uma rês daquela para comer, uma cabra, porque eles têm muito cuidado. Então foi tudo isso que vi lá.²⁷⁰

Nossos soldados observadores, indexando, registrando, anotando, e percorrendo de Sul a Norte as bordas da fronteira, viam e respiravam um tempo que lhes parecia demasiadamente exterior, “exógeno”. Um mundo que impelia seus habitantes, reprimindo-os, domando-os em seus tempos particulares, o tempo imperioso do mundo islâmico. Provavelmente, desde sempre, os beduínos estiveram ali. Há milhares de anos seus antepassados já deixavam rastros, gestos, cheiros e ruídos na poeira do Sinai. Certamente, todos os ramos familiares daqueles beduínos estavam fincados em famílias camponesas. O beduíno era o habitante local, o trabalhador que cultivava a terra e criava animais exclusivamente. “É o caboclo nosso”.

A atividade criadora e inventiva da narração destes veteranos põe em evidência as práticas, “as maneiras de fazer” dos beduínos, o camponês. Entre os elementos da vida

²⁶⁹ BRAUDEL, Fernand. **A gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 70.

²⁷⁰ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

cotidiana, descritos como “estranhos” para os *ocidentais*, estava a prática cultural de agasalhar e guardar na sua tenda, seus animais e bens pessoais, a mulher incluída. Encontra-se aqui uma representação acerca de uma das formas da hierarquia social. Aqui, a realidade é determinada por aquilo que viram e/ou ouviram dizer. A apropriação desses fatos corriqueiros aumenta-os a patamares de *um conhecimento* sobre o ser árabe na lida com suas posses e mulheres. Assim, produz-se um discurso sobre o “estranho” e o “diferente” árabe e sua “cultura machista”.

Embora visto em capítulo anterior, enfatize-se o relato do soldado Orisvaldo, que tece uma comparação sociológica entre o beduíno e o “nosso caboclo”; entretanto, restringe-se apenas ao mundo do trabalho e sua lide, para manter vivos a si próprio e suas criações. “O homem beduíno [...] mora no deserto”, tal como “nosso caboclo aqui no Brasil que mora no interior”. [...]. As ovelhas são o meio de subsistência; mantém-se “com a criação de ovelhas” [...]. Mora em acampamentos com bastante “grama rasteira que serve de alimentação para as ovelhas”, pastoradas “pelas esposas e as crianças”.²⁷¹

A antropologia social tecida pelo veterano sobre o deserto formata uma condição de *ser* para o habitante local. Com efeito, os beduínos são uma família, tribos; nômades em longos percursos ou em movimentos de pequeno raio, na acanhada criação de vacas, camelos e carneiros. Mas também há os comerciantes. Estes eram poucos, mas existiam e freqüentavam as cercas dos acampamentos militares. Eram beduínos que não permaneceram como pastores; aventuraram-se no comércio ou progrediram ali mesmo no decurso dos anos da Missão. Neste recorte, o sargento Macedo insiste em alguns pontos para singularizar o “povo”, a “raça” dos árabes, como a tendência aos negócios. Novamente surge a tentação da classificação e da indexação da parte pelo todo.

Os árabes, de modo geral, são capazes de fazer qualquer tipo de negócio por dinheiro... Então esse pessoal que chamo de homem do campo... que trabalha na roça. Eles também são muito comerciantes, eles não perdem a oportunidade para fazer qualquer transação comercial com você... Um lado pitoresco, porque eles estão no meio de uma guerra sem medo nenhum; chegou lá [um beduíno] com dinheiro para comprar um *Jeep*,²⁷²

Na unidade dos círculos de famílias e tribos, algumas práticas cotidianas elementares são essenciais para a sua conservação. O casamento, por exemplo, gesto social de relevância em qualquer comunidade e qualquer civilização, tinha seus ritos, sua pureza, e hipocrisia. Um preço, aliás, alto demais para quem vivia no limite da pobreza. O matrimônio se torna uma

²⁷¹ ORISVALDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 20 dez. 2004.

²⁷² MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

chave para representar o beduíno a partir dos bens culturais que possuía; para tanto, a narrativa agencia uma função fática, “para se ter uma idéia” do sujeito representado:

Olha, para você ter uma idéia, em toda aquela região os carros utilizados era[m] Mercedes Benz de última geração, como eles viviam eu não sei, agora tem a resposta simples, porque o que a ONU jogava de dinheiro lá dentro não era brincadeira não... Existia um problema muito grande: a pobreza. Os pobres não conseguiam casar porque não tinham trinta libras para comprar uma mulher, uma esposa. Quer dizer, o pessoal que trabalhava no nosso batalhão como faxineiro não ganhava trinta libras por mês, eles ganham três libras para poder sobreviver. Na Faixa de Gaza era assim e ainda hoje é. Então, de acordo com a formação da sua noiva o preço dela [...]; uma professora primária era trinta libras; e o cara morria e não conseguia comprar uma esposa.²⁷³

Neste corte temático, o sargento apresenta a existência de várias trajetórias entre os habitantes locais, e mimetiza os dissabores do beduíno pobre. No campo da análise de gênero, a mulher do deserto, paradoxalmente, pouco valia; e muito valia independentemente de sua condição social. Já o beduíno pobre pouco valia; um desvalido destinado a viver as privações do celibato. Outro ponto de recorte, presente, é a religiosidade como marca do sistema de sociabilidade deste “povo em miniatura”.

São tão religiosos que, onde eles estiverem na hora que chega aquele horário de prestarem aquela homenagem ao Alcorão, podem estar no meio do campo ou em casa, eles prestam a homenagem lá para a gente ver. Você olhava e estavam com a cabeça colada no solo; bastava chegar o horário daquela homenagem, que eles faziam. Eu achava isso muito interessante.²⁷⁴

A distância do tempo não esgotou a memória coletiva. Há esquecimentos e perdas, é certo, mas a fala dos veteranos mesclando emoção, ressentimentos e saudades selam visões de mundo, representações que lhes são caras e *verdadeiras*. Sobre o dever cotidiano, por exemplo, chama a atenção de Macedo a prática religiosa viva, intensa do beduíno, com seus ritos, provações e gestos, marcando o correr das horas, o passar do dia, sob a luz do sol e na poeira milenar do deserto. Isto, de certa forma, contrasta com a afirmação de Braudel:

Esse ideal rigorista e pudico é o dos austeros mercadores de *Hedjaz*. Também, ali o Islã procura mais a ordem das cidades que a negligência dos campos’... *os centros onde se ora em comum*. [...] Em suma, como afirma o próprio Alcorão, ‘os árabes do deserto são os mais endurecidos em sua impureza e hipocrisia’. Os centros de fé, nesse primeiro Islã, são, portanto, as cidades, numa situação que evoca a da igreja cristã em seus primórdios no Ocidente: o infiel não é então o camponês, o *paganus*²⁷⁵ (no original).

²⁷³ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

²⁷⁴ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

²⁷⁵ Braudel, op. cit., 1989, p. 69. A expressão *Paganus*, que deu origem a “pagão”, em latim clássico, significa, com efeito, camponês, aldeão. (N.R.).

No extrato a seguir, são apresentados outros pontos da costura que o veterano piauiense fixa para caracterizar, representar os árabes: a indumentária e o trabalho cotidiano.

Lá na Faixa de Gaza existe esse povo que chamo de *habibe*. Porque *habibe* é o tratamento [afetivo] que há de uma pessoa para outra. Eu me lembrei da samaritana pela passagem bíblica que tem o desenho de uma moça com a jarra na cabeça com o véu, disse: “aqui é samaritana”. Esse povo que vive no campo, levanta pela manhã bota o rebanho todinho e leva para fora para poder alimentar, porque não tem alimento para dar.²⁷⁶

Entretanto, ele procura minimizar seu exame daquela realidade, quando afirma que não faz uma avaliação profunda da “cultura beduína”, devido ao pouco tempo na Missão. Sua “dificuldade” de penetrar no espaço onde decorria a vida privada, o trabalho e a cultura é amplificada pelos limites na comunicação com eles. Vale dizer que, embora tenha ficado apenas três meses na Missão, as conversas com o sargento Macedo renderam três entrevistas gravadas, e outros encontros informais não gravados. Macedo apresenta um repertório variado de representações sobre o beduíno, entre elas a do elemento comerciante, desconfiado, fechado, perigoso e não confiável.

Eu diria que eles são muitos comerciantes, eles são muitos individuais em termos financeiros, não é no agrupamento de família, porque são muitos radicais em termo de amizade, não são assim pessoas abertas, quer dizer, como o brasileiro, que em todo lugar que chega quer conquistar; o árabe não. Agora é uma pessoa que você conquista um pouquinho a confiança dele, a gente tem receio de se aproximar, talvez pelas dificuldades deles em não falar a [nossa] língua. Então, talvez dificulte você fazer essa avaliação. Porque a linguagem é muito difícil, principalmente para as pessoas que passaram tão pouco tempo por lá... Nos prepararam para nunca andar sozinho, para dar assistência para o grupo... Era para ter muito cuidado porque, facilmente, você podia ser assaltado. Eles eram muito curiosos para saber como era o Brasil.²⁷⁷

Observa-se que havia curiosidade de parte a parte, mas para tratar com eles era preciso ter cuidado. Isso era uma determinação ensinada pelo próprio Exército contra os “muitos defeitos” e as “poucas virtudes” dos palestinos. No processamento de suas memórias, quanto ao recortar a condição política interna (o exílio) dos palestinos, o máximo que a análise de Macedo alcança em suas revelações, resume-se na seguinte passagem:

Na própria Faixa, na Palestina, onde eles sobreviviam, eram os expurgados, porque ali [...] era o pessoal que o pai não queria; ninguém queria. Os beduínos ninguém queria lá perto. Mas quem comercializava tinha dinheiro; porque na Faixa, mesmo onde o Batalhão se localizou junto com sua distribuição de pelotões, eram só

²⁷⁶ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

²⁷⁷ Id. *ibid.*

beduínos que apreciam por lá, os que criam carneiros, gado, jumento, eles criam isso tudo [...].²⁷⁸

Orisvaldo é outro veterano que se refere ao beduíno como um ser apegado aos bens materiais, e avança no propósito inusitado de prover uma espécie de *sociologia severina* em que põe o camponês do deserto e o sertanejo nordestino no mesmo diapasão; ou seja, o beduíno sendo equivalente ao “nosso caboclo”, um homem simples e preso a terra.

O beduíno é muito chegado ao camelo. O camelo é quem dá toda assistência ao beduíno para transportar carga, isso e aquilo outro [...]. Rapaz, é uma vida, eles não sentem que são nascidos e criados, só vendo a Terra e o Céu. O beduíno é acostumado com o deserto. Eles não constroem casa, o beduíno caboclo não constrói casa, constrói do tamanho de uma sala dessas daqui, quatro paredes, pega a palha do trigo mistura com barro [...].²⁷⁹

Em sua *Gramática das civilizações*, Fernand Braudel também oferece uma contribuição descritiva acerca da *versão* do beduíno “caboclo” e a estreita parceria com o camelo, um traço singular da civilização islâmica:

A vida penosa dos beduínos através dos desertos [...] só é possível graças à *criação do camelo*. Sóbrio, capaz de resistir à sede, é ele que permite longas viagens de uma pastagem à outra [...]. Ele assegura o transporte da forragem, dos odres de água, dos grãos [...]. Com o camelo [...] os grandes nômades oscilam, em percursos às vezes de mil quilômetros [...] à criação do camelo se acrescenta a do carneiro, de pequeno raio de percurso. Criador de carneiros, o beduíno já não é senão um *chayya*, um carneiro [...].²⁸⁰

Já o veterano Oswaldo²⁸¹ apresenta uma interpretação diferenciada do beduíno, em virtude de o recorte escolhido para defini-lo, qual seja: o interesse pela cultura oral e pela escrita dos árabes. Ele afirma que ainda sabe “escrever os números em árabe, mas falar mesmo somente frases soltas”. Essa era uma forma de melhor sobreviver; e, com o tempo, foi acumulando um pequeno léxico e alguns rudimentos da matemática. Para ele, a forma de falar é um dos diferenciais do árabe do deserto e o das cidades. Nesse recorte, ele também faz coro com os demais, pois fornece uma imagem negativa do árabe (a língua) falado no deserto, impraticável nos centros urbanos. Em uma economia de sociabilidades fragmentadas e reduzidas, o contato com o beduíno, era, então, de um intercâmbio de pouco acréscimo, enfim, uma relação da qual tiravam pouca coisa em benefício próprio.

As principais: você chega e pede um copo com água. [fala em árabe] “Me dê um copo com água” [fala em árabe] “Mulheres bonitas e lindas”. São essas frases soltas

²⁷⁸ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

²⁷⁹ ORISVALDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 dez. 2003.

²⁸⁰ Braudel, op. cit., 1989, p. 70.

²⁸¹ Oswaldo, 2º contingente, 1958-1959.

assim. [fala em árabe] “Eu gosto de você” [fala em árabe] “Sente-se aqui”. “*Salaam aleikum*”, “Deus é um Pai maravilhoso e bom”. Agora número em árabe eu nunca esqueci, sei escrever completamente. A numeração em árabe ela é da direita para a esquerda, ao contrário: *Ua-Hed, Et-Nem, Ta-La-Ta, R-Ba-A, Rram-Ssa, Si-Ta, As-ba-A, Ta-Me-Ni-A, Ti-Ssa-A e A-Cha-Ra*. Ou seja, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, aí continuam... *A-Chrin* [vinte], *Te-Le-Tin* [trinta], *Ar-Be-In* [quarenta].²⁸²

Para o piauiense, a contribuição do beduíno na formação de um léxico que permitisse a comunicação nas cidades beira à irrelevância, pois o pouco do idioma local que aprendeu não ajudou muito nas visitas às cidades do Oriente Médio. Do ponto de vista semântico-lexical, ele propõe uma comparação entre o árabe do deserto com o português falado no interior do Brasil, mormente, do Piauí, supostamente formado com vocabulário “empobrecido” e acento próprio, diferente e com palavras “adaptadas” às realidades locais.

Os costumes, principalmente os do deserto, são rudes. O costume é rude e eles falam árabe no deserto completamente como fala o caboclo aqui no nosso interior, é diferente, Você chega na cidade com um [dialeto] árabe que você aprendeu lá no interior, o camarada às vezes não lhe entende. Precisa você perguntar três ou quatro vezes, e explicar para ele poder *pegar*, porque é completamente diferente o [dialeto] árabe do deserto para o árabe da capital, é completamente diferente.²⁸³

8.5 As mulheres e as cercas: representações sobre as beduínas

A descrição do habitante local também põe em evidência a figura da mulher. A memória de gênero reconstruída décadas após aquela “aventura no deserto” é bastante fragmentada, mas traz algo em comum: as representações negativas sobre a vida das beduínas, visão partilhadas por sua totalidade. As mulheres são os significantes de uma identidade masculina. Tecendo comparações com o modo de vida de brasileiros e palestinos, as narrativas traçam idealizações: os elementos que formavam as identidades das brasileiras, segundo afirmam, eram completamente opostos às identidades das beduínas. A partir de suas representações, a identidade de ambas é marcada por uma grande e irreconciliável diferença de papéis e do valor que, acreditam, cada uma tinha no interior de cada sociedade. Mais do que qualquer outro, o valor moral e “econômico” da mulher é uma das variáveis mais importantes que marcam as diferenças culturais, especialmente em se tratando daquele lugar e daquele momento.

O conteúdo das relações afetivas que aparecem nas narrativas dos veteranos possibilita analisar as relações de gênero envolvidas no trabalho e no cotidiano doméstico, enfim, nas “artes do fazer”. Nesse sentido, as narrativas são fontes estimulantes para a montagem da

²⁸² OSWALDO, Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 20 dez. 2004.

²⁸³ Id. *ibid.*

história das relações de gênero e uma breve história das mulheres beduínas; embora seja um equívoco analisar um evento apenas pelo que nos é visível de imediato e apenas com as representações dos boinas azuis. Para eles, a representação básica do papel da mulher islâmica era fundamentalmente a de submissa: trabalhar na lavoura, manter-se por trás do véu, rezar e jejuar no mês do *Ramadã*. É curioso observar que o fundador do islamismo deva tanto a uma mulher a criação e propagação de sua religião. Maomé teve total apoio financeiro de sua esposa nesta empreitada.

Para estes “ocidentais”, o véu não cobria apenas o corpo das mulheres; havia também outra função: a simbólica, ou seja, o véu era um símbolo de submissão feminina. As mulheres, geralmente, vestiam-se de preto. Para eles, a indumentária feminina agregaria outro significado, o simbólico: estavam envoltas em uma “mortalha de silêncio”. Em pleno deserto, milhões de pessoas vestidas de preto. A percepção clássica (etiquetas, diria Said) é que elas eram sempre tímidas, desconfiadas, humilhadas. De fato, aos olhos “ocidentais”, de militares, contistas ou estadistas, a condição da mulher palestina enseja um quadro extremamente imanente, desvantajoso e triste. Talvez mais do que em qualquer outro lugar; ali o poder secretado era masculino.

Em uma síntese dos numerosos testemunhos, há um mergulho raso no cotidiano do fazer feminino. A crônica sobre a lida camponesa realça a mulher para atingir o “caráter” do homem. Mas o texto da lembrança é desenraizado do sopro criador feminino. Há esta lacuna, e a atividade da beduína passa incólume ante os olhos dos soldados, que preferem os vestígios da preguiça (do homem) e da submissão (feminina). As narrativas sobre o cotidiano revelam: “as mulheres eram quem operavam os camelos e o marido ficava na sombra”, lembra Irapuã; e “lá quem trabalha é a mulher, o homem fica só vigiando”, afirma Coimbra. Como se vê, eles não enfatizam o papel ativo das mulheres; preferem encobri-las com o negro dos vestidos e dos véus. Enfim, eles as mantêm dentro do casulo das roupas, e não as liberam para a liberdade do deserto; até porque, ali, elas só trabalham para os maridos. Revendo os depoimentos, ao observar as experiências de vida em uma sociedade tribal e patriarcal, como tantas mundo afora, com suas práticas religiosas e suas divisões sociais do trabalho enraizadas no povo, pude concluir que as mulheres foram dissecadas de forma simplificada e estereotipada. Buscando comparações com a sociedade de onde saíram, os veteranos concluem que, no geral, muita coisa ainda tem que ser feita.

As representações construídas sobre a mulher muçulmana revelam uma imagem negativa associada ao conceito de submissão, opressão. A imagem do véu simbolicamente representava para eles que aquelas mulheres eram desprovidas de voz, de opinião, de atitude.

Eles desconsideram que o véu também é, se não principalmente, um símbolo de fé religiosa, respeito e honra, e não necessariamente uma condição de obediência servil. Enfim, suas representações sobre o palestino não trilham um caminho de convivência religiosa, o da tolerância. O que *fazia* um palestino era sua opção religiosa, seu modo de produzir, colher e de tratar as mulheres.

O Exército é muito precavido, ele prepara muito bem as suas tropas justamente para evitar esse tipo de desagrado. Nós sabemos perfeitamente que a mulher árabe não pode ter contato com pessoas, bater papo, essas coisas, haja vista que até mesmo nos trabalhos, porque lá quem trabalha é a mulher, o homem fica só vigiando. Quando tem uma ou duas mulheres trabalhando apanhando mangarias para os animais, mangaria ou cabeça de louro para os camelos, tinha um ou dois caboclinhos deitados numa vala daquela observando as mulheres. Para evitar justamente esse tipo de contato estrangeiro com o pessoal árabe, brasileiro com árabe etc. Então, na realidade, nós tínhamos esse alerta, éramos alertados para esse ponto de vista. E coisas outras também a gente era alertado, porque o Exército nos ensina isso, fazer aquilo que lhe é devido e não ultrapassar o nosso limite... Na realidade, o árabe se ele é rico, pode uma, duas, ter até dez mulheres. As posses dele é que vão dizer quantas mulheres ele vai ter; se ele é um pobre, ele vai se limitar ter aquela mulherzinha dele, mas ela é quem trabalha para o sustento da casa; o homem vive como um *paxá*; é aquele que vive a existência da mulher. Eu não sei até que ponto a cultura dele assim o permite a se sujeitar a esse tipo de coisa.²⁸⁴

A memória dos eventos é desfiada ao sabor da saudade e de interpretações com as quais formam *suas* verdades. A convivência difícil com a cultura do outro reanima um moinho de representações; vivifica, por exemplo, a estranheza com relação aos costumes das afetividades que também aparecem na narrativa do coronel Irapuã: “tudo é diferente”. A fala emotiva, entretanto, transforma um traço da cultura social em representações carregadas de significações preconceituosas, deslizando para estereótipos, mas submetidos aos ditames das regras de convivência estabelecidas pela UNEF, “tinha que aceitar”:

O árabe é daquele jeito: o homem não dá um prego numa barra de sabão, a mulher é quem trabalha. Aí eles iam vigiar as ovelhinhas ou botar o camelo para pastar, passavam na frente do acampamento: ele montado no camelo e a mulher puxando. A gente derrubava o cabra (sic) e botava a mulher em cima. Eles andavam cem metros, ele derrubava a mulher de cima do camelo e montava de novo, mas não passavam mais na frente do acampamento porque a gente derrubava. Eu dizia: “ah, nenhum beduíno vai mais passar na frente do acampamento montado no camelo e a mulher puxando!” Uma mulher puxando o camelo, outra com um feixe de capim e outra com alguma coisa; a mulher é totalmente escravizada. Outra coisa, eu nunca vi a cara de uma beduína, é toda coberta, você não vê. Ela usa aquele negócio cobrindo o rosto que ninguém vê a cara dela, cheia de argola pendurada no nariz e ninguém vê nada, mas ninguém vê a cara também.²⁸⁵

No cotejo das narrativas, podem ser descobertos outros trajetos temáticos, guardados no arquivo da memória, como as atitudes dos soldados com relação aos seus visitantes. Trata-

²⁸⁴ LUIZ RAIMUNDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

²⁸⁵ SOARES, Irapuã. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

se de uma crônica hostil que, entretanto, fornece testemunhos preciosos sobre a realidade vivenciada, cada qual guardando seus “grãos de verdade”. Isolando alguns temas, surgem os intercursos: a proximidade dos corpos em contato, em espaços mínimos; toques, carícias; trocas de fluidos e de cheiros; e a saciedade sexual (biológica).

A incidência das determinações históricas e culturais nem sempre eram levadas a termo pelos veteranos. Embora no Regimento Interno do Exército (RI) houvesse a explícita determinação para evitar qualquer tipo de envolvimento com o povo e a cultura beduína, houve excessos. Trechos desfiados da narrativa de Cipriano revelam que os costumes beduínos mexiam com a sensibilidade dos soldados. O depoimento revela, outrossim, a interferência em um traço cultural estendido nos limites do Sinai: conversas com estranhos. Embora tivessem a consciência dos reflexos do ato irregular, sempre que possível, as relações ocorriam abertas ou veladamente.

Tela levantada entre “os de fora” e “os de dentro”, o limite da cerca poderia ser o ponto final ou o início de trajetórias cotidianas. As operações que ali se desenrolavam, de qualquer maneira, tinham um tempo limitado. Entretanto, era possível prolongar a conversa alguns minutos. Cotidianamente, homens, mulheres e crianças acorriam para as cercas. A regra de conveniência não permitia que uma mulher conversasse com os soldados nem que se demorasse mais que alguns minutos. Isso traria conjecturas, e ela poderia, inclusive, ter um fim trágico. Elas ficavam ao longo da cerca dos acampamentos junto com o pessoal de sua tribo; ou seja, eram totalmente ligadas ao pai, irmãos e maridos. Proibidas do contato direto, as mulheres palestinas se viam forçadas, pela conveniência religiosa de seus pares, a pôr-se “no seu devido lugar”.

Este era o estatuto para a sua intimidade. Cobrir-se era necessário para mascarar a sua apresentação. As confidências dos veteranos se desvelam ao estilo de um discurso direto, e vão enxertar-se no discurso funcional do flerte e do sexo. Deslizando entre as dunas do Sinai, pastorando ovelhas ou trabalhando na plantação, as representações sobre o *ser* e o trabalho delas se transferem para a cadeia dos lugares-comuns. De maneira geral, o discurso sobre o árabe e sobre a beduína é também o espaço literário que se abastece das expressões proverbiais, expressões prontas, que usam e marcam seus comentários para as ações que eles realizavam, enroscando-se na confidência.

Tem-se à mão uma economia discursiva permeada por alusões e referências rápidas. Nas conversas com os veteranos, pude alcançar muitos elementos de um passado que só eles conheceram, e que pouco ou nada tinha sido revelado até então. Segundo eles, apenas

parentes e amigos mais íntimos conheciam suas histórias, mesmo depois de mais 40 anos desde o fim da Missão.

O nível de linguagem praticado pelos veteranos, Coimbra, Macedo e Manoel, sobre as beduínas é o performático; e, vez por outra, as narrativas nos põem frente à função fática da língua: “Prá você entender o que é o árabe!”. Neste caso, há a consciência de que a palavra tem um preço, pois envolve compromisso de informar, ainda que seja por um pouquinho de tempo, “eu não minto”. Especialmente quando eles se deixam falar sobre alguns acontecimentos excepcionais, como os momentos de sexo, entre outros. Os encontros íntimos, quando ocorriam, dever-se-iam manter na penumbra, para que não fossem suficientemente possíveis de ser percebidos pelos oficiais do Estado Maior da UNEF ou brasileiros. Muitas vezes, o momento do sexo reunia, em um mesmo patamar, o soldado e o oficial, no desfrute do apetitoso despojo para os “famintos” soldados da paz.

8.6 Memória de uma sexualidade interdita

A biografia da sexualidade de jovens recrutas no meio do deserto, em uma sociedade tradicional e teocrática, que exercia grande controle sobre as mulheres, revela um mapa de carências afetivas e sexuais. Mas é reveladora de como se agia neste cenário adverso. Os soldados romperam barreiras geográficas, normais sociais, e correram sérios riscos de morte e de saúde. O exame das narrativas permitiu recuperar diferentes histórias sobre as cercas, espaços de observação do “outro” e de busca pela sobrevivência, agora, transformada em cancha testemunha de espetáculos de conquistas e degradação humana. As cercas dos acampamentos, para onde muitos beduínos pedintes acorriam, eram, no limite, um espaço de intercâmbio cultural, e, durante a Missão, fazia parte de sua vida cotidiana, de quem esperava tirar algum benefício. Assim, para os palestinos, o *estar lá* também principiava o fato concreto da “autopreservação”.

Lugar distante na memória em que aparecem as referências à espacialidade humana e ao papel do corpo e dos seus acessórios (palavras, gestos, roupas). O corpo possui uma função simbólica capital, embora nessas relações nem sempre houvesse uma equivalência ou proporcionalidade entre aquilo que se dava e aquilo que se recebia. Em seu livro, Zouain fala “de algumas beduínas (entre as cercas de concertinas e a estrada que circundava Rafah Camp) pedindo roupas”. Ele conta que certa vez flagrou um colega que “*bugulava arabic*”, ou seja,

conversava com elas, “que mais parecia um habibe, e o interessante era o tom grave de sua voz ao conversar: – “Echi? Ejesmaquê? Badem!... Lee! Ana áraf! Echi?” E por aí afora”.²⁸⁶

Na primeira fase da Missão, ou seja, nos três primeiros meses, os soldados ficavam inteiramente absorvidos pelo trabalho no deserto. Premidos pelo longo tempo sem manter contato íntimo com mulheres, estes homens eram levados a uma perigosa e desejada aproximação com os habitantes locais, as mulheres, especialmente, mas não com exclusividade. A presença destas moças, meninas, e até de crianças do sexo masculino faziam “despertar ecos latentes” da sexualidade dos jovens soldados da UNEF. O desejo e as proibições corriam sobre o mesmo fio perigoso. Elas marcam a fala dos veteranos quando abrem a caixa de pandora da sexualidade dentro da corporação e com as mulheres do deserto. A lembrança resgata elementos culturais e a vontade de provar, aproximar, degustar um petisco raro e caro, cujo preço poderia ser a vida.

E essa parte da atração. O homem quando chega a um país estranho quer conhecer... Então com isso tentei me aproximar do Pernambuco, perguntei como era que ele tinha um relacionamento [sexual] com uma árabe. Ele disse que era muito perigoso, porque se a mulher fosse flagrada, descoberta antes do casamento, era morta. Era muito rigorosa aquela particularidade.²⁸⁷

Para as mulheres, o jogo em busca dos benefícios se exprimia de várias maneiras, mas quase sempre marcado por sua mudez. Eram portadoras de uma censura ancestral que as mantinha dentro da ordem da conveniência, controladas e protegidas pelos irmãos, pais, primos e maridos. Enfim, a relação entre eles e elas era caracterizada pela “parcimônia” das palavras, dos gestos, das explicações. A longa duração da Missão engendrou a convivência. Com o tempo os contatos entre as partes evoluíram para certas intimidades, as aproximações e as malícias avançavam para a permissividade. Isso permitia obter um aumento paulatino da qualidade dos objetos. Reunidas em pequenos grupos, as beduínas trocavam com os soldados “uma foto por uma laranja”.

Em uma realidade de relações fraturadas, a sexualidade, comumente proibida, engendrava pequenas trocas; as mulheres e as meninas terminavam por “consentir para se beneficiar”. Assim, mostravam rapidamente o rosto para serem fotografadas; abriam parte da roupa para serem vistas pelos soldados. Conforme se observa, não se esgotavam as possibilidades de relações entre os habitantes do *lado de dentro* e os do *lado de fora* da cerca. Relações entre desiguais, momentaneamente habitando e reunidos no mesmo palco. Sobressaíam-se, assim, hierarquias de sociabilidades em que as mulheres possuíam um

²⁸⁶ Zouain, op. cit., 2003, p. 121.

²⁸⁷ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

“equipamento” físico de intermediação mais interessante aos desejos masculinos. Supostamente, elas tinham uma vantagem adicional sobre os homens, o que não indica que sempre tirassem mais vantagens na relação. Talvez prevalecesse o mutualismo, ou seja, naquele “consórcio” ambos eram beneficiados nas trocas realizadas.

As normas da UNEF e do Regimento do Exército (RI) coíbiam os militares de estabelecer relações e contatos íntimos com elementos das duas partes beligerantes. Assim, o sistema operacional dos batalhões era “fortemente controlado” pelas determinações estabelecidas para a Missão. Qualquer militar que fosse apanhado descumprindo as normas de comportamento e convivência, respeito à cultura e afastamento com relação a árabes e israelenses, conforme as exigências da UNEF, seria punido seriamente, podendo ser detido, perder medalhas ou ainda ser repatriado, ou seja, voltar imediatamente ao seu país. Ao entrar e/ou insinuar-se no espaço “do outro lado”, o soldado sabia das conseqüências e “não poderia reclamar”. Da mesma forma, com os freqüentadores das cercas, havia um poder próprio e absoluto que submetia “os do lado de fora” a suas vidas cotidianas. Era assim que viviam e que davam sentido às suas vidas.

Naquela época não se via o rosto da mulher, a mulher era com aquele véu sob o rosto e a veste preta até lá em baixo, mesmo trabalhando, porque era uma exigência deles, faz parte da religião deles, faz parte da cultura deles, eu não sei até que ponto. Para mim é uma cultura ultrapassada, uma cultura sem razão de ser nos dias de hoje, mas eles querem, faz parte deles [...].²⁸⁸

Pelo exposto, conclui-se que, sempre que possível, os soldados ultrapassaram os papéis autorizados pela conveniência da Missão, nas horas em que a vigilância não fosse tão intensa e os homens do deserto não estivessem por perto. Se nos corpos jovens femininos estavam os maiores investimentos dos soldados, às mais velhas não se faziam objeções. Há referências a esse respeito mesmo com crianças. Mas entre o querer e o receber “se verifica uma espécie de atenção secreta, calculando o equilíbrio ente o pedido e a concessão.”²⁸⁹ Em um cenário de pequenas trocas sexuais, uma delas, conforme dito há pouco, era a exigência, para ceder alimento, e ver partes do corpo das mulheres, como o rosto, sempre coberto com um véu preto, de acordo com as tradições do local, pedido que se estendia às crianças que freqüentavam aqueles lugares.

As imagens que afloram na memória dos encontros entre eles, mediados pelas cercas dos acampamentos, estão recheadas de interações, de perversões e de violências de várias

²⁸⁸ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

²⁸⁹ Certeau, op. cit., 1996, p. 54-55, vol. II.

latitudes contra aquelas vítimas da exclusão política, econômica e social a que estavam submetidas.

Então se notava uma coisa, eles aparentemente viviam miseravelmente, mas dava idéia de uma facilidade muito grande para dinheiro, porque eles sempre procuravam comprar as coisas brasileiras, eles tentavam conquistar os brasileiros também para vender as coisas deles. E como o brasileiro gosta sempre de bugigangas, então aquilo era interessante na beira do arame, quer dizer, os nossos quartéis eram circulados de arames. Então esse mercado você conseguia evitar porque sempre havia aquelas comunicações dos beduínos que viviam rondando os quartéis atrás de alimentos. E cada vez que eles puxavam aquele monte dinheiro no bolso, então a gente notava que tinha certa facilidade, que circulava dinheiro na cidade.²⁹⁰

Nas representações sobre o sexo e a sexualidade, estão os registros orais das muitas transgressões, das permissividades na convivência entre eles, separados pelas cercas de arame. É a fala sobre o invisível, o corpo feminino e as formas relacionais de convivência, os lugares-comuns para descrever as experiências sexuais cotidianas de cada um e do grupo. Aí também aparecem alusões ao homossexualismo, à masturbação, aos abusos, e ao difícil exercício da sexualidade naquele cenário. Esse conjunto de relações, por seu turno, compõe o léxico da obscenidade manifestada entre eles e “os de fora” da cerca. Memória de uma sexualidade interdita. Daí as cercas constituírem espaços simbólicos, elementos vivos de um discurso sobre o sexo e sobre a insinuação, a transgressão dos controles de convivência e de tolerância, a manipulação, libidinosidade e a depravação executada “pelos de dentro” e “pelos de fora”. Em suma, os beduínos (homens, mulheres e crianças) não escaparam do olhar, da atenção e do desejo dos soldados; o espaço da cerca era um espaço público, um espaço de observação e controle. Espaço de onde se era visto pelos outros e de onde observavam os beduínos no trabalho diário, no pastoreio e no ato de colher o que se tornaria refeição.

8.7 O discurso erótico: sexo, adultério e exploração sexual na Missão

Entres os temas narrados que se inscrevem no escopo da vida privada dos soldados, está o da prática sexual. Este comportamento teve de ser adaptado ao ambiente social em que se encontravam. Nas narrativas, a fala acerca de sexo com as habibas é episódica; com as israelenses, não há relatos, embora haja referências a elas. Qualquer tipo de relação com mulheres da região era do ponto de vista, da segurança da Missão, “convenientemente” proibido. Como estavam em um regime apartado de integração com as populações locais e

²⁹⁰ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

sob um rígido poder coercitivo do RI e da UNEF, sobre essa vontade, não havia “abertura permissiva”, o que aparecia para os soldados como um tabu.

A sexualidade continua sendo um dilema e um tabu, para várias religiões e crenças, principalmente no judaísmo, com o qual pouco interagiram. De modo geral, há um costume entre os maridos judeus de manter relações sexuais com as esposas nas noites de sexta-feira, pois acreditam que seria a noite mais santa da semana. Já entre os judeus solteiros, a conveniência sugere a abstinência sexual.

O corolário das proibições sexistas e das práticas inconvenientes no casamento não era privilégio dos árabes. O adultério também é proibido e não é tolerado pela lei judaica. Ora, para os judeus, o sexo fora do casamento é severamente censurado. A Tora considera o adultério como um dos mais terríveis pecados. Não sem razão, é comum que os homens judeus se casem cedo. Ressalte-se que o conceito de “adultério” está basicamente relacionado à mulher; ou seja, para o judaísmo ele se refere apenas às relações entre uma mulher casada e um homem solteiro; do ponto de vista judaico, só há um homem adúltero quando for casado e tiver relações com uma mulher também casada.

A memória da exploração sexual de esposa é um tema abordado apenas pelo veterano do Segundo Contingente Cipriano. Todavia, o fato multiplica a qualidade dos jogos e da arte de burlar o *status* das normas estabelecidas de convivência. Estas eram caracterizadas pela rarefação ou ausência contatos. Os relatos acionam o texto das artimanhas de jovens, estratégias, desvios de condutas, o senso de oportunidade, que poderiam custar caro às suas pretensões e às suas vidas. Na crônica do perigo cotidiano, o impulso sexual superava os muros de uma irreflexão juvenil, e se enroscava na busca por experiências proibidas, e consumiam doses generosas de adrenalina. Cipriano também relata outro caso interessante e “inesquecível”, que engloba dois tipos de condutas geralmente intoleráveis e indesejáveis em sociedades eminentemente tradicionais e religiosas: o *adultério* e a *prostituição*. Segundo ele: “[Os árabes em questão eram] adúlteros por dinheiro. No caso, era por dinheiro e muito camuflado, porque se a polícia soubesse o fim era trágico.” Cabe destacar dois pontos da fala do veterano: primeiro, o militar apresenta um paradoxo: a ação do marido e a proibição religiosa. O outro ponto é o oferecimento de uma visão alternativa para a arriscada atividade empreendida pelo palestino em questão. Afirmando que participou “algumas vezes” desses episódios, Cipriano reconstitui a cena apresentando o lugar, os elementos e a certeza de que seus atores deixavam de lado valores, princípios e cuidados inarraigáveis daquela sociedade e da própria Missão. Um microevento de profunda complexidade, contrariando a marca da

fidelidade de orientação religiosa e o bom senso. Um golpe profundo no tecido grosso da tradição milenar oriental:

Têm muitos fatos que eram inesquecíveis também. Na Palestina não existe mulher adúltera. Existe mulher de vida livre; a gente conseguiu uma mulher com cento e cinquenta homens para transar só com uma mulher, esse é um episódio que não dá para esquecer nunca, a casa do poço tubular, já era do Batalhão. Então era uma fila de cento e cinquenta homens para transar com uma mulher, isso trazida pelo marido, se a polícia soubesse morria ele e morria ela, porque lá não admite adultério. São episódios que a pessoa não esquece nunca. Mas, como o jovem, um cabra de vinte anos tem muito tesão.²⁹¹

O militar parece contradizer-se enquanto se compraz na apresentação de seu envolvimento na orgia proibida. Já o palestino em questão utilizava-se de práticas condenadas por sua religião (o adultério e a prostituição), para tirar proveito junto aos homens da UNEF. Cada um, a sua maneira, tirava vantagem do que era possível. Por tratar-se de um evento ocorrido ainda no Segundo Contingente, é possível que esta prática possa ter-se tornado amiúde e tenha se prolongado, inclusive estendendo-se aos outros batalhões. O depoimento de Orisvaldo confirma esta hipótese, quando nos relata um fato parecido que presenciou; ou seja, ao tempo em que a prática era proibida, também denota ser relativamente comum.

Elas são muito vigiadas, a do interior, a beduína. São muito vigiadas pelo homem beduíno. Deve ser ciúmes, andam com o rosto tampado só com os olhos descobertos para caminhar. Não se tinha aproximação íntima com elas, era muito difícil. Em determinado tempo, uma mulher aparecia na companhia. Uma mocinha bem novinha vinha manter relação sexual lá no batalhão. Lá do lado de fora da cerca de arame, tinha uma mata de eucalipto, elas iam para lá. O soldado chegava e tinha uma fila de dez, quinze, vinte, ele entrava na fila. Podia ser oficial, podia ser graduado, mas tinha de entrar na fila para manter relação sexual. Aí numa determinada noite, nós estávamos assistindo àquele filme “ANA”, no batalhão, quando ouvimos a rajada lá para os eucaliptos. Era bem pertinho do batalhão, aí um soldado gritou: “rapaz, ali foram os beduínos que metralharam as mulheres”. Aí levantaram uns dez soldados e correram para lá. Quando chegaram lá, elas duas retalhadas de bala, eles mataram e fugiram.²⁹²

Em outra entrevista, sargento Macedo revela as espertezas às quais tinham que recorrer para conseguir tirar alguma vantagem na relação com as mulheres, como, por exemplo, ver seu rosto. Esta parte do corpo feminino, objeto de desejo entre os soldados, posto que, quase sempre, eram cobertos com o véu negro. No conjunto das representações, aparecem ilações do narrador acerca da estética e da beleza feminina das beduínas.

Então esse exotismo era bastante interessante. Nós não sabemos bem, porque eles nunca nos contavam. A gente sempre perguntava, quando elas ficavam pedindo comidas. [Pediam] para a gente levar na nossa cerca de arame farpado. Elas pediam

²⁹¹ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

²⁹² ORISVALDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 20 dez. 2004.

comida “ranzira, me dá isso, me dá aquilo”. E nós levávamos comida, frutas. As mulheres gostavam muito de laranjas, banana, comida. E nós ficávamos olhando com a máquina escondida dentro da barraca. Então, a gente localizava uma área próxima a janela e ficávamos escondidos com a máquina e tentava obrigar, através da fruta que se dava, qualquer coisa que você fosse dar para ela baixar o véu para podermos fotografar. Então, faziam isso para gente altamente escondida, porque se fossem pegos, pela lei do militar era repatriado. Possivelmente aquela jovem seria repudiada.²⁹³

Ao revelar minúcias da sexualidade que observou e praticou na Missão, aparecem confidências guardadas há décadas; abre sua “caixa de Pandora” sem fissuras, que, agora, permite a fuga de alguns segredos, histórias desveladas, em um misto de saudade e algum orgulho. Macedo reconstrói idealizações sobre o corpo, hábitos e as relações entre “os outros” *estranhos*, atraentes e interessantes, objetos de agradável especulação: “desejei conhecer fisicamente uma árabe”; “debaixo daquilo ali tinha uma beleza, alguma coisa de mulher”. Macedo excita a memória e escava seus desejos, espertezas e a certeza de que, *como brasileiro*, poderiam vencer “aquela particularidade” que, revestida de simbolismo e idiossincrasia, escondia pele, cheiro, *uma mulher*. No domínio das conquistas femininas, parece que a tarefa foi infrutífera, “elas não podiam manter contato com os ocidentais”. Resta apenas a certeza de que, por debaixo das galabias, havia um modelo de beleza completamente diferente das mulheres que costumavam apreciar; sim, pois a mulher árabe tem um padrão de beleza se não antagônico, pelo menos diferente, ao das brasileiras. Uma beleza sobre a qual Said diria: “uma inerradicável sensualidade muçulmana”.²⁹⁴

Uma coisa interessante: o brasileiro, ele procura muito conhecer o lado feminino das mulheres que a gente encontra. Pelos menos isso aconteceu comigo. Eu *desejei conhecer fisicamente uma árabe da área*, muito embora ela não fosse aquela mulher muito bem com asseio, mas talvez por viver toda coberta eu queria ver. Debaixo daquilo ali tinha uma beleza, alguma coisa da mulher. Nós tentamos, no meu grupo, conseguimos fotografar sem o véu assim derrubado. Elas cobrem a cabeça do nariz para baixo. Então ela tirava o véu para você fotografar. Ela não sabia que estava sendo fotografada, “olha, é só para olhar para teu olho”. Fazia a mímica para tirar, porque a linguagem era muito difícil, mas com mímica, para o brasileiro é muito sábio, faz de todo jeito e termina sendo entendido. Eu mesmo fui tentar fotografar uma moça dessas, trocar presentes para ver o rosto dela. Mas aquilo é muito rápido, ela tira rápido. Ela tem medo de estar sendo observada. Porque onde as mulheres vão os homens acompanham. Estão sempre vigiando, e se se prostituem, matam. E essa parte da atração, homem, quando chega um estranho, todos nós temos. Não escolhe país, é estranho? É *gringo*. Então, com isso, tentei me aproximar do Pernambuco [apelido de um árabe que trabalhava na Companhia], perguntei como era que ele tinha relacionamento com uma árabe. Ele disse que era muito perigoso, porque se a mulher fosse flagrada, descoberta antes do casamento, era morta. Era muito rigorosa aquela particularidade.²⁹⁵

²⁹³ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

²⁹⁴ SAID, Orientalismo, op. cit., 2001, p. 105.

²⁹⁵ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

Como o adultério e a prostituição faziam parte do “regime de práticas” condenadas pela sociedade e pelo islã, concluem que as mulheres palestinas que se sujeitavam àquela situação viviam em um ambiente que não tinha sentido no Ocidente, nem no Brasil. A exploração sexual descrita era um microacontecimento que vazava o tecido espesso da tradição. Todavia, cabe, na distância temporal, apenas observá-la como um dos muitos atos no campo das *astúcias* empreendidas pelos soldados enfrentando a ordem estabelecida. Se não era parte de suas condições de inserção no funcionamento da sociedade, o fato de explorar sexualmente sua(s) mulher(es) conferia-lhe uma função e atribuía um poder adicional a quem já o detinha. A posição e a condição social femininas naquela realidade social tinham raízes profundas. Da mesma forma, a força da tradição e a fidelidade estavam enraizadas há milênios, e constituíam a configuração da realidade, das práticas e da racionalidade que embalavam o mundo social e o legitimavam. Eram elementos de convergência da racionalidade da vida e da cultura do deserto. No entanto, soçobravam aos impulsos e às pulsões da juventude, em busca de aventura e de gastar energia, azeitada em doses pródigas de adrenalina.

Cento e cinquenta homens... agora não tem vagina que caiba os espermatozoides de cento e cinquenta homens. Lá, era um quartinho de dois metros por um de largura, era o quarto do poço tubular, como estava a bombinha do poço era um espaço muito pequeno... estava deitada a gente chegava e... e o marido lá fora recebendo os dólares. Ele tinha um táxi, então depressa ele voltava para casa. Quer dizer, supunha-se que a mulher era dele. Porque ele não ia ter condição de pegar outra, porque lá não existe adúltera. Então, ele levava uma das dele. Porque lá o cara tinha quatro, cinco, seis mulheres; quatro mulheres em média; tinham umas lá que eram compradas, não sei se ainda hoje é.²⁹⁶

Em uma palavra, a memória de Cipriano sobre o adultério e a suposta exploração sexual colocam dois personagens no limbo e cento e cinquenta homens saciados: “um cabra de vinte anos tem muito tesão”. Em uma situação de extrema necessidade, a prostituição, a qual o beduíno mantinha sua (suposta) esposa, era uma maneira de adquirir dinheiro e conseguir alguma vantagem imediata. De acordo com as lembranças pessoais do veterano, o beduíno tratava suas mulheres como escravas, ao tempo em que as subjugava com um desejo de posse. Cipriano, por seu turno, não abria mão de “usar” essa “escravidão”. Em resumo, se há desejo e disposição para os intercursos sexuais, estes ocorreram em pequena monta. Com efeito, nas narrativas, há uma relativa tolerância quanto a não-prática sexual com as judias. A escassez é envolta em certo charme, no desejo dos encontros visuais vazados pela ADL.

Nós não podíamos ter contato com mulheres árabes; nós não podíamos ter contato com o pessoal árabe, a não ser por uma necessidade do trabalho; nada de

²⁹⁶ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

conversinha e esse tipo de coisa, não; nós não podíamos ultrapassar as fronteiras para o lado de Israel. Então a nossa conversa tinha que ser limitada e tinha que ser um verdadeiro soldado, se lhe fosse perguntado responder aquilo que lhe é devido.²⁹⁷

O jornalista brasileiro Flávio Alcaraz, que fazia cobertura do conflito no Oriente Médio, visitou um acampamento das Forças de Defesa de Israel (FDI) e teve um desses encontros, quatro dias antes da Guerra dos Seis Dias. Flávio Alcaraz também descreve os soldados femininos de maneira embevecida:

Chegamos na hora do rancho. Sentados ao lado dos soldados, os oficiais comem o mesmo prato coletivo: carne assada, salada de beterraba e macarrão. Sentamos, comemos e conversamos com eles... É uma hora da tarde e a temperatura anda pelos 40 graus. A maioria deles é extremamente jovem; nenhum aparenta ter mais de 25 anos. No grupo há garotas, algumas de extrema beleza. O judeu, enclausurado em suas zonas de confinamento durante vinte séculos, cruzou-se com sangue novo ao chegar aqui e o resultado foi a bela judia de hoje... Realmente as garotas da geração *sabra* são lindas, muito parecidas com as do Rio Grande do Sul.²⁹⁸

Vale dizer que, no Exército regular, Israel mantinha 70 mil militares, entre homens e moças; no momento da guerra, cerca de 290 mil deles estavam de prontidão. Boa parte do contingente era composta por mulheres; inclusive brasileiras. É grande o índice de comentários contra os interditos e regulamentações, orais, simbólicas ou escritas, que impediam e subordinavam os acampamentos e impediam suas práticas com as beduínas.

8.8 Homossexualismo e sociabilidades afetivas na Missão Suez

- “Escute Jorge, um minueto!”
 - “Zeeeeeno, o que é isso?” Você um ‘tenente da cavalaria’ gostando de minueto. Você tem é que gostar de dobrado! Zeeeeeno, você me mata de vergonha”.²⁹⁹

É interessante observar o posicionamento dos pracinhas com relação ao homossexualismo. Aqui e ali, o tema aparece nas narrativas. Curiosamente, embora seja tratado com reservas, também é visto com relativa condescendência; talvez pela “originalidade” de como era praticado, especialmente entre os indianos. Sob este aspecto, as narrativas oferecem um tesouro de memórias ambivalentes e contraditórias. Para aqueles que trataram do assunto, a prática seria algo mais “cultural” e menos como “desvio de conduta

²⁹⁷ COIMBRA. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

²⁹⁸ Alcaraz, op. cit., [1967]; 1996, p.78. *Sabra* é uma espécie de cacto do deserto e também é uma expressão usada como referência à geração de judeus nascida em Israel (N. A.).

²⁹⁹ Trecho de um suposto diálogo entre o tenente Zeno e o capitão Jorge. In: ZOUAIN FILHO, op. cit., 2003, p. 157.

moral”. Enfim, seria um encadeamento natural de suas práticas, algo “normal”, mas do qual não queriam muita aproximação. A conduta “indesejável” dos *sikhs* não trazia muito ânimo a sociabilidades estreitas. Isso fez com que soldados brasileiros criassem barreiras ao convívio com os indianos. O ex-integrante do 18º Contingente, Stans Zouain Filho, relata:

Os únicos estrangeiros amistosos de *Rafah Camp* eram os indianos, só que corria um boato na Faixa, acerca da ‘sexualidade duvidosa’ dos mesmos. Contavam muitas histórias, tão engraçadas quanto ridículas. Para nós eram apenas fofocas, e deixamos pra lá... Até que um dia eles disseram que iam nos visitar no *Fort!*... “Ah! Pra quê?”... Tivemos uma reação na hora, não pelos novos amigos indianos, e sim os colegas do *Fort* que, nos vendo com os indianos, iam cair em cima da gente de gozação! Ficamos ‘empurrando com a barriga’, os indianos durante algum tempo, dando desculpas esfarrapadas; até que um dia, eles apareceram de surpresa no *Fort*. Após se identificarem na guarita, entraram e foram nos procurar... Eu, que estava de serviço no *Motorolla*, não podia sair... O regulamento me beneficiou... Durante um bom tempo, tentamos explicar para os companheiros do *Fort* que o que falavam dos indianos era tudo mentira, eles eram casados, nos mostraram os retratos delas e ‘nunca cantaram a gente’, mas não adiantou, o pessoal vivia em cima da gente. De tanta gozação, paramos de ir lá, mas valeu a pena conhecê-los.³⁰⁰

A narrativa de Zouain está embotada de uma flexibilidade de espírito, uma habilidade para descartar sem menosprezar nacos de uma experiência conflitante. Aparecem finta e esperteza, para fugir dos interesses momentâneos e dos desejos passageiros, e, assim, “ficar bem na fita” com os companheiros. O veterano destaca a singularidade do *caráter* e da forma de afetividade observada entre os indianos. Portanto, ele sai em defesa da “conduta” daqueles, porque entende que o que se falava deles não passava de fofocas, mentiras. Há uma aparente contradição discursiva do soldado Zouain. O machismo era o ponto limite da relativa simpatia no tratamento da questão; sua fala denota que havia entre eles o medo de serem “mal vistos”, face aos comentários dos companheiros. Ou seja, fazer amizade com supostos homossexuais seria algo inconveniente em um ambiente totalmente masculino. Enfim, aqui não há negociação na *chicana* afetiva indiana marcada, segundo acreditavam, pela ausência das esposas e pela falta de mulheres disponíveis no deserto.

Entre os piauienses, a semântica discursiva, presente na narratividade de Macedo sobre o sexo, também é marcada por uma dupla medida: o preconceito e o choque cultural. Da intolerância, florescem preconceitos seja com relação ao costume, aos hábitos, à indumentária, seja com relação ao homossexualismo. Macedo decepa a golpes de palavras qualquer tipo de solidariedade com estas práticas. Sua percepção é similar à de Irapuã, com relação às afetividades masculinas marcadas por uma “abjeta aproximação”, especialmente

³⁰⁰ Zouain, op. cit., 2003, p. 40-43.

quando combinada com uma “nefanda estética beduína”, encarnada nos atos e nas roupas “do tipo mulher”. De acordo com suas palavras:

O árabe vestido daquilo [galabias]... Aquilo para o brasileiro, não tenha dúvida, foi estranho; porque o homem vestir daquele jeito do tipo mulher... Para mim tem que ser macho, não sou muito chegado... Eu acho muito feio (beijo em outro homem), não é porque eu seja machista, talvez por ter sido criado no meio machista... Principalmente nós aqui do Nordeste. Sou nordestino aqui do Piauí, dou minha vida por essa terra, ver um negócio desse aí...³⁰¹

As representações abrem espaços para a análise das sociabilidades “do outro lado” das cercas. As narrativas se enroscam no discurso característico do orientalismo: a generalização cultural e racial, dos usos e costumes, mentalidade e valores orientais tendo por base a visão e o sistema de pensamento elementar ocidental.³⁰² Mais uma vez se revela a definição ontológica do ser árabe, embotada em uma promessa pessoal nem sempre cumprida: “aceitar”.

Os costumes, lá tudo é diferente. Por exemplo, o homem não sai com a mulher na rua, mesmo sendo esposa dele. É comum se encontrar na rua duas senhoras na frente e dois maridos atrás, inclusive de *mãozinhas dadas*, os maridos... Então é tudo diferente... Por que não admitem aproximação do homem com a mulher em público; é um costume e temos que respeitar... Causava estranheza, mas a gente tinha que aceitar.³⁰³

Com efeito, quando analisam o comportamento estético dos habitantes locais com suas roupas, cujos significados são tomados como excentricidades e não como parte da gramática das relações sociais vigentes, e que ainda vigem na cultura árabe. Definitivamente, seus valores não aceitam ou não conseguem alcançar essa nuance estética e simbólica comum que observaram na sociedade do deserto. Para tanto, seu discurso utiliza a função fática para expressar seu machismo e o regionalismo sobre os quais procura amalgamar uma suposta equivalência sociocultural concreta entre sexo e região.

Conforme se viu anteriormente, no conteúdo da fala do veterano também há uma substância de “malícia” quando ele se refere às afetividades; ou seja, ao costume árabe do beijo fraterno e das mãos dadas entre homens. Isso leva a crer que, à época, a afeição descrita fosse, para ele, um ato execrável, tendo em vista que, ao lembrá-lo nos dias atuais, ainda apareça uma conotação relativamente maledicente. Ambos assumem uma atitude preconceituosa, machista e contraditória, posto que as “tendências” e os atos homossexuais, vistos e descritos entre os indianos, são, de alguma maneira, tolerados por eles. Ademais,

³⁰¹ MACEDO, Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

³⁰² Said, op. cit., 1988; 2001; 2003.

³⁰³ SOARES, Irapuã. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

afirmam eles, aquelas “atitudes” não constituíam vergonha; portanto, eles não eram “condenados”. Mas o homossexualismo é visto por eles como ofensa sexual e moral contra as leis do bom senso. Na mesma linha de percepção, o veterano Orisvaldo também se refere aos costumes afetivos dos indianos, e estabelece uma estrita relação entre homossexualismo e prática religiosa, ao tempo em que autentica ser a prática restrita apenas aos ditames do grupo. O Exército indiano era, de fato, “diferente”, pelo menos no que, comumente, se pensa sobre uma organização militar, marcada, por exemplo, por uma apresentação estética peculiar: soldados com cabelos curtos e imberbes. Mas havia também os costumes entre eles: *o negócio*. A palavra homossexualismo é uma palavra não pronunciada pelo soldado Oswaldo. O veterano refere-se ao tema com base na religião e nos costumes praticados “entre irmãos”. Em sua interpretação, de um lado, o Islã proibiria as relações sexuais antes do casamento; e, de outro, permitira o homossexualismo, masculino e feminino:

O Batalhão indiano não ficava próximo do Brasil, o mais próximo do Brasil mesmo era o da Colômbia, e parece que os canadenses. A Índia ficava mais à frente, mas os costumes indianos eram completamente diferentes aos outros povos. A maior parte é barbudo, cabeludo, um Exército completamente diferente. Entre dez indianos sempre tem um ou dois que é bicha; porque, no islamismo, não existe relação sexual antes do casamento, a religião proíbe, mas não proíbe o cara dar o [...] ou a mulher fazer a *saboagem* [prática homoerótica]. Essa é que é a dura realidade. O costume indiano... é só entre eles mesmos. Eles não *dão cantadas* em outro de outros países não, nem coisa nenhuma. O negócio deles é entre eles mesmos, não tem esse negócio de estarem chamando soldados de outros países. É irmão com irmão mesmo. Eu não posso falar porque nós não tínhamos muita convivência com eles. Nós passávamos na frente do quartel, falávamos com eles e sabíamos através de outros que eles procediam dessa maneira. Mas nós mesmos, eu mesmo, o Batalhão brasileiro não tinha essa convivência com eles. Nós tínhamos convivência com os colombianos, mesmo porque a fala era igual a nossa e dava para compreender o que eles diziam.³⁰⁴

Suas apreciações sobre o homossexualismo indiano não estão calcadas apenas em bases teológicas e morais, mas estariam presas às bordas culturais; e mesmo pela premência das necessidades surgidas naquela realidade de escassez e da fragilidade de sentimentos. O homossexualismo indiano possuía uma semântica própria. Este tema põe em contato as narrativas de vários boinas azuis; entretanto, as relações homoafetivas têm um léxico reduzido, quando enquadram o sexo entre os soldados brasileiros. Menos como apontamentos sobre verdades culturais e mais enquanto percepções, idealizações sobre *o ser* e as práticas dos “outros”, estas histórias são importantes na elaboração do tecido histórico da UNEF. Sobretudo, como “tempero” que frequentemente não aparece nas prateleiras das narrações sobre o cotidiano de guerras e desterrados, marcado apenas, e sobretudo, pela virilidade,

³⁰⁴ OLIVEIRA, Oswaldo. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 8 dez. 2004.

truculência e o desejo de morte. A narrativa do veterano Oswaldo é temperada com preconceito, e sugere que isto era motor de certo distanciamento entre eles, “os brasileiros”, em relação aos indianos, pelo que faziam. Deste modo, preferiam o contato com os colombianos, com os quais havia maior “compreensão” e entendimento com “o que eles diziam”.

O veterano piauiense Carlos Alberto³⁰⁵ foi o único a revelar que o homossexualismo também era uma prática dentro do Batalhão Suez. Para tanto, narra um episódio ocorrido no interior de uma sala de projeção de filmes no ano de 1967. Desfiando suas histórias e analisando o caráter de quem estava ali, ele vai nomeando a diversidade existente entre os brasileiros. Na narrativa, também aparece um estereótipo que comumente relaciona o homossexualismo ao homem gaúcho. Ocorre que o último contingente que foi ao Egito era predominantemente composto de militares gaúchos. Entretanto, ele procura estabelecer que, naquele meio social, o homossexualismo era uma prática “isolada”. Ademais, ela se “justificava” e o caso com o gaúcho, supostamente homossexual *ativo*, foi “digerido” com bom humor; até porque, “o que fazer? Não tinha mulher”, portanto, a saída *ad hoc* era cada um que se arranjasse como pudesse para *se aliviar*:

O nosso relacionamento era ótimo. Agora, não resta dúvida, que em um contingente tem os bons amigos e os maus amigos; e, numa família grande assim, tem o bom, tem o ruim, tem o honesto, tem o desonesto, tem o homossexual. Quer dizer, tem uma família mesclada de tudo. Principalmente o pessoal do Rio Grande do Sul; os gaúchos que me perdoem, mas eles fizeram sucesso. Mas também tinha homossexual daqui da região Norte e Nordeste, agora quem fez sucesso mesmo foi o pessoal do Rio Grande do Sul. Teve, inclusive, um lance lá que eu posso contar fora do gravador. É interessante que a coisa se tornou assim pública, foi um negócio impressionante. Um dia nós estávamos assistindo a um filme na nona companhia e a fita quebrou. Quando essa fita quebrou, o cara que estava projetando enfiou o dedo no botão quase que instantaneamente: *puff*. Acendeu a luz do salão. Quando acendeu a luz, surgiu lá um problema: um paraense estava com o [...] do lado de fora, e um cabo do Rio Grande do Sul atracado no [...] do cara. Uma coisa impressionante. Eu acho que todo mundo estava assistindo ao filme, menos eles. E, quando a luz acendeu, o cara, o paraense, queria pegar o [...] dobrar para meter dentro da calça. Como ia dobrar um troço daquele jeito, em ereção? Chamou a atenção de todo mundo; e o comandante da Companhia estava lá, o Capitão. “E aí, capitão?”, alguém perguntou: “o que fazer? Aqui não tem mulher, não tem nada. Quem tiver o que é seu, dê para quem quiser!”. O fato interessante é que todo mundo viu o cara querendo dobrar o [...] para meter dentro da calça, foi uma gargalhada, [todos] rindo, fatos isolados.

Para todos aqueles dos quais os beduínos se aproximaram, há uma *ratio* comum. Eles procuram descrevê-los, comparando-os com uma arqueologia descritiva das práticas cotidianas. As cenas chocavam e proclamavam a identidade afetiva do beduíno nas areias do

³⁰⁵ Carlos Alberto, 20º Contingente, 1967.

Sinai, e do egípcio comum do Cairo, onde os *habibs* passeavam “aos bandos, os homens e os rapazes aos pares, de mãos dadas e dedos entrelaçados”.³⁰⁶ Enfim, tanto o homossexualismo indiano ou as afetividades árabes, bem como a relação desigual entre o beduíno com a(s) sua(s) mulher(es) eram elementos culturais que subvertiam os fundamentos de sua racionalidade. Porém, contemplar a mulher árabe era radiografar o invisível, um mergulho em busca do belo, uma busca por detalhes mínimos, migalhas de pele e osso, curvas e cheiros. Entretanto, eles pouco viram e quase nada ouviram delas.

8.9 Sobre a poligamia: a economia do matrimônio

Na composição do tecido das memórias, as narrativas reconstroem alguns aspectos interessantes sobre as sociabilidades experimentadas naquele evento. Neste recorte, aparecem referências ao caráter e ao destino que marcavam o cotidiano de homens e mulheres orientais através dos séculos. Entre estas idéias, sobre aquele povo, está a do casamento. As principais representações sobre o matrimônio na sociedade islâmica são o machismo, as “clássicas” práticas da compra de esposas e a poligamia. “Lá [a cultura árabe] é muito mais machista; [...] o árabe normalmente tem duas ou três mulheres”, posto que “é autorizada a poligamia”. E ainda “fica sentado”, enquanto suas mulheres trabalham, “na agricultura, inclusive”. Conforme seu relato, Irapuã afirma: “isso não ocorre no Piauí, é difícil, quando muito a mulher ajuda o marido”.³⁰⁷

No processamento das memórias do veterano Irapuã aparecem notas de um aprendizado difícil, gerando interpretações e tentativas de definições, todas estereotipadas e ideológicas. Nessa seara, o sargento Coimbra refere-se à poligamia com algum exagero. A representação mais comum da poligamia tem como traço principal o acúmulo, haja vista que testemunhou homens com mulheres; homens sem mulheres, desfilando nas areias do Sinai. Para Coimbra, se o árabe fosse rico...

Ele pode uma, duas, ter até dez mulheres. As posses dele é que vão dizer quantas mulheres vai ter; se ele é um pobre, vai se limitar àquela mulherzinha [...] mas ela é quem trabalha para o sustento da casa; o homem vive como um *paxá*; é aquele que vive a existência da mulher.³⁰⁸

Sua narrativa é a elaboração de um texto de composição simples, e cria uma identidade para o árabe com elementos de economia política: os que possuíam e os que não

³⁰⁶ Alcaraz, op. cit., 1996, p. 83.

³⁰⁷ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

³⁰⁸ COIMBRA. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

possuíam mulheres. Os primeiros eram os “afortunados” e com mulheres; os segundos eram os desafortunados e sem mulheres. Com *sua verdade*, o sargento Coimbra vai desfiando seu conhecimento sobre o que está convencido ser algo real. No mesmo contexto, o sargento Macedo também relata o costume árabe dos casamentos em que as esposas eram compradas. Segundo ele, este hábito poderia condenar muitos homens a uma vida solitária, em face da dificuldade de conseguir guardar dinheiro para adquirir uma companheira. O celibato seria a marca dos despossuídos no âmbito da economia política da tradição do dote.

Outro fator interessante que me foi marcado, que pude assistir, é que o jovem, para casar... O casamento é muito difícil entre o povo palestino. Tem que ter dinheiro para comprar a esposa, os valores de uma esposa não custam menos de 30 mil libras. 30 mil libras, para você conseguir na Faixa de Gaza, só milionário pode comprar uma esposa. Para você ver o grande número de homens sem esposa, por esse motivo, porque eles não conseguem. Tanto que para um homem desse que ganhava na nossa base, enquanto nós como soldados recebíamos 30 libras mensais para nossas despesas, para farrear, carros, bebidas e outras coisas que eram dadas pelo Egito, o próprio palestino não tinha essa chance, porque eles ganham três libras por mês, ainda tinha que comprar comida. Quando ele ia arranjar trinta mil libras para comprar uma mulher? Ficavam velhos e não conseguiam, eles mesmos diziam.³⁰⁹

Outrossim, no tecido discursivo de suas memórias sobre as afetividades e as relações com os habitantes locais, aparecem inclusive ocorrências de deserção militar. No depoimento, ele traça o rol do que chama de *preparativos* que o “forasteiro” deveria seguir para o estreitamento das relações com os familiares. Segundo Macedo, houve o caso de soldado que se converteu ao islamismo para poder se casar com uma beduína. Em seu ponto de vista, isso se deu após se estabelecer um lento ritual de aproximação, tolerância e de aceite entre as partes. No *ritual* descrito, está a série de contatos simbólicos e necessários, que passa pela confiança, a conversão e a entrega (mediante a compra) da mulher:

Outra [história] que foi passada pelo soldado que casou com uma dessas meninas. Tem que ter uma simpatia pela família, conversar com a família, aceitar a religião, participar das atividades religiosas deles até que haja certa confiança, que realmente aquele jovem está convertido no Islamismo. E com isso ele compra a mulher. Quer dizer, a mulher, lá dentro da área da Faixa de Gaza, se queria um esposo tinha primeiro que conhecer a família, e isso depois de uma série de preparativos, isso foi contado por árabes que trabalhavam no campo. Esse [beduíno] que nós colocamos nome de Pernambuco, falava muito português; ele contava muita história de como era a vida dos muçulmanos naquela área.³¹⁰

³⁰⁹ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

³¹⁰ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

8.10 A cartografia dos *Leaves*: a memória dos lazeres, das viagens e passeios pelo Oriente

No seu conjunto, as narrativas apresentam uma coerência entre si, bastante firme, regular e “temperada”, dando o devido espaço tanto às necessidades dos “dias úteis”, quanto às horas, aos dias de descanso, e aos passeios, apresentando a síntese de múltiplas experiências e observações. O rico capital das relações humanas da UNEF vai abastecer-se sobremodo na economia dos lazeres. Certamente, pouco se compreenderia da transgressão dos limites culturais empreendidos pelos boinas azuis sem que se relevasse o lazer, os passeios, os *leaves*, aos quais os soldados da ONU tinham direito. É na abertura do universo reconstruído dos *leaves* que aparecem os espaços das sociabilidades fora da Faixa de Gaza.

O serviço social da ONU organizava as atividades de lazer e passeios a várias cidades do Oriente Médio. Os batalhões possuíam suas atividades internas: umas de caráter oficial, outras de recreação. A congregação entre os batalhões geralmente se dava no momento do *Medal Parade*, dos desfiles e das competições esportivas. Simbolicamente, constituíam espaços para a celebração de identidades. Acrescente-se que as atividades de lazer *dos e entre* os Batalhões serviam para quebrar as rotinas cansativas de trabalho, além de permitir as trocas culturais, e o relacionamento com outros contingentes. As visitas entre si eram animadas com shows artísticos e competições. Os *leaves* faziam parte do ambiente de sociabilidades e cordialidades entre os batalhões. Constava de uma série de atividades patrocinadas pela UNEF, após um período de três ou quatro meses inteiramente voltados para o trabalho de patrulhas e ordens unidas. Um trimestre cavando e guarnecendo a ADL, limpando os campos minados do Sinai e tirando serviço nos quartéis da UNEF; e três meses dentro da Faixa de Gaza.

A fim de romper com a organização da árdua semana de trabalho, nos passeios, muitas vezes o grupo se dissolvia a si próprio nas ruas das cidades. Nessa vacância oficial, cada um podia se divertir como quisesse, seguindo o roteiro oficial elaborado ou encontrando, em outros lugares, possibilidades “festivas”.

A ONU proporcionava a todos os elementos da Missão uma semana de folga a cada três meses de serviços prestados, eram os chamados “*leaves*”, sendo que os próprios superiores da Missão organizavam esses passeios e os traslados, de forma a recuperar a autoestima e o *stress* de cada elemento, para permanecer durante certo período isolado do mundo, enquanto tirava serviços, num clima tenso e de perigo iminente, ainda estando num deserto. Nada mais justo uma folga dessas, regrada a passeios promovidos pela ONU. Então, nesses passeios, o pessoal viajava, em grupos organizados, para o Cairo, Beirute, Síria, Jerusalém etc. Alguns mais ousados conseguiam permissão para viajar pela Europa, numa dispensa e ordem especial. Apenas, nessas viagens pela Europa, as despesas corriam por conta de cada

“aventureiro especial”, enquanto que nos passeios de sete dias, organizados pela própria ONU, não tínhamos despesa alguma com hotel e traslados.³¹¹

As viagens eram a oportunidade não apenas para descansar e divertir-se fora da Faixa de Gaza, mas também um momento para fazer compras, gastar o soldo acumulado. A UNEF oferecia os roteiros, “*passagens, hospedagens, passeios e refeições por conta da ONU*”:

Em Beirute comprei um binóculo... oito calças Lee e oito camisas de Perlon por US\$ 20,00. Eram camisas [do tipo] James Bond, sendo quatro brancas e quatro azuis. Tenho guardada até hoje uma das azuis, novinha. Um corte de Pitex (tropical inglês altamente cobiçado por ser, na época, o melhor do mundo) por US\$ 16,00. Quase trinta anos depois, vendi (pelo simples fato de eu não usar ternos) em perfeito estado por US\$ 150,00. Comprei também colchas... Na feira de ouro: alianças, braceletes.³¹²

Os *leaves* eram o território de deslumbramento, fascínio e empolgação.³¹³ Matar a curiosidade do Oriente Médio, a cultura, os costumes, as cidades, conhecer o avião civil (“pela primeira vez entrei num avião civil que tinha até aeromoça”), assistir a show de *strip-tease*, comprar produtos enlatados e bugigangas (“parecia estar sonhando”). Os passeios também eram a oportunidade para encontros românticos e para o sexo. A esse respeito, Macedo informa sobre a multiplicidade de eventos que circunscreviam a busca por sexo na cidade do Cairo: cafetões, prostitutas, e a exploração a que eram submetidos na teia das sociabilidades e da sensualidade:

Agora, não tenha dúvida que o brasileiro é muito explorado por esse lado. Porque havia os charlatões que prometiam o corpo de uma mulher dessas, para quem se atrevesse a dar dez, quinze libras [...] para ter uma noitada que jamais iria se concretizar. Na Faixa de Gaza isso não se concretiza, toda vez que for peitada pode ser um golpe que você está levando. Se você acreditar num *habibe*, no árabe, no palestino, é um golpe que ele está dando em você, porque jamais ele vai conseguir uma fêmea para você. Agora do Cairo não. [Era] só você chegar [...] e pronto. [Para] os que tinham feito os contatos [havia] a maior facilidade de ganhar uma mulher. Se eu bem entendi, a prostituição no Cairo era violenta. E posso confirmar isso com a vinda de lá para cá. Porque em cada porto que a gente encontrava era abordado por cafetão induzindo sempre ao sexo. É uma das coisas mais fáceis, você vindo de uma viagem, conseguir. Talvez não exista mais; o problema de escrava branca para vender o corpo. Mas no tempo da Faixa de Gaza, Porto Said de Israel, lá nós embarcamos e fomos para Trieste na Itália; eu arranjei lá uma namorada à noite. Porque em Trieste o amor é livre, mas o cafetão vem te procurar no navio. Quer dizer, é você descer no cais, muitos deles arranjam uma opção para tentar vender o produto.³¹⁴

A descrição enciclopédica das sociabilidades alcança estas filigranas: o exercício da “sexualidade intermediada” que, inclusive, permitia a construção de identidades; no deserto, a

³¹¹ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 23 maio 2006.

³¹² Zouain, op. cit., 2003, p. 260.

³¹³ Id. *ibid.*

³¹⁴ MACEDO. 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

relação, comumente, não se concretizava, isso já tinha como fundamento a “esperteza árabe”, que “vendia” e não “entregava o produto”. Diferentemente, no Cairo, onde a “prostituição era *violenta*”, isto é, era intensa, era “mais fácil”, e os intercursos se efetivavam amiúde. Prostituição e portos, ligação cujo enraizamento gerava muitas possibilidades de contatos e sexo, enxerto para a memória das aventuras de viajantes longe de casa.

A memória dos passeios nas cidades revela as *microastúcias* e a liberdade de ação, longe dos olhos e de disciplina rígida da UNEF. Momentos de avaliar diferenças e tecer comparações: cidade e deserto, cultura citadina e camponesa; confrontar o israelense e o beduíno. Ampliar contatos, esticar as canelas, momentos de navegação em espaços públicos recheados por novos personagens, nova geografia. Na cartografia das cidades, uns se perdiam outros achavam espaços de lazer e descontração; mas ali também há o encontro com a *sociedade disciplinar*³¹⁵ da cidade, descrita com consideração. “Não se via ladrões na cidade do Cairo”. Em suma, os veteranos não escapavam totalmente às tramas da obediência, pois sobre eles caía toda a multiplicidade do aparato da obediência e sujeição citadina, aos quais deveriam seguir sob pena de retorno imediato aos quartéis. Note-se que as ruas são “espaços disciplinares” e disciplinadores; e, para eles, uma rica fonte de arrebatamento e êxtase com as diferenças encontradas a cada esquina.

8.11 Passeio à cidade do Cairo, às Pirâmides e aos museus

Os manuais de cartografia indicam que o Egito fica na África, entretanto, tem um pé fincado na Ásia: a Península do Sinai. Sua capital, a cidade do Cairo ou ainda *Al-Qáhirah*, “a vitoriosa”, é considerada como uma espécie de “Paris do Oriente Médio.”³¹⁶ É, efetivamente, “a vitrine e porta de entrada da cultura árabe, com seus bazares, mesquitas e a vida fervilhante que agrada o turista.”³¹⁷ Cidade moderna, com avenidas largas, gente, luzes e néons. Grandes edifícios e muita arborização; êxtase, para os jovens soldados cansados dos encontros com areia e deserto.

À época, a grande Cairo já possuía milhões de habitantes, pois englobava as cidades de Gizé, situada à margem ocidental do Nilo e Heliópolis. Conhecida há muito tempo como a “cidade dos mil minaretes” (as torres de mesquitas), Cairo é uma cidade nova, se comparada à

³¹⁵ Sobre o conceito de “sociedade disciplinar”, ver FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

³¹⁶ Estas e outras informações aqui apresentadas sobre o Egito constam da última parte do primeiro capítulo do Livro; “Egito - Uma História De 5.000 Anos”, escrito pelo então sargento do Exército Félix Maier, enviado por Theodoro via e-mail. Disponível em: <www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=3796&cat=Ensaio>.

³¹⁷ Trecho do Livro curiosidade do Egito, enviado por Theodoro. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acesso em: 17 ago. 2006.

civilização egípcia, que remonta às dinastias dos faraós. A cidade foi construída em 969 pelos árabes fatímidas (muçulmanos xiitas) que então dominavam o Egito.

Nas visitas que fizeram à capital do Egito, os soldados puderam observar séculos de História e, inclusive, fotografar o trânsito da cidade. Nas ruas do Cairo, era habitual o uso de carroças puxadas por burricos e charretes; seus condutores eram geralmente camponeses, vestidos de *galabias* com turbantes na cabeça. Estes diários visuais da Missão, já amarelados, guardam, em alguns casos, apenas os farelos de imagens em preto e branco, últimos traços de lembranças das andanças por ruas, praças, hotéis. Microinstantes congelados de um tempo passado. A memória da arqueologia urbana presente nas fotografias revela as casas, os prédios e as construções. A partir daí é possível conhecer um pouco dos elementos do povo e da estética arquitetônica da cidade, ruas, praças e prédios, “quase todos tinham uma única cor”. Dizem que a tempestade de areia (chamada de *khamzin*), o vento do deserto que sopra por todo o Egito de março a maio – é a “culpada” do bege que cobria os prédios da cidade.

Entre ruas e becos, praças e bares da cidade, os veteranos encontravam uma nova cartografia de navegação. Na pulsação, proliferam barulhos, piscam letreiros ilegíveis, *oudoors* coloridos, novidades sorvidas com avidez. Das muitas visitas à cidade, ao final da Missão, alguns desenvolveram uma relativa familiaridade com o local, como é o caso dos senhores Stans e Orisvaldo, *habitués* no Líbano: “fui ao Cairo três vezes”.

Um dos pontos mais visitados e fotografados por nossos soldados foi o Museu do Cairo. Localizado junto à *Midan Al-Tahrir* (Praça da Liberdade); ele possui grande quantidade de estátuas e objetos da época dos faraós, um acervo de mais de 160.000 peças, algumas delas com mais de 3500 anos. Entre elas estava a tumba do faraó *Tuth Ankh-Amon*, descoberta em 1922.



Figura 26 – Foto “proibida” do cabo Heraldo na Mesquita do Domo Dourado, em Jerusalém (1967).

Fonte: Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.



Figura 27 – Foto de um soldado na “clássica” pose sobre a Pirâmide (1967).

Fonte: Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.



Figura 28 – Foto do soldado Oswaldo na “clássica” pose sobre a Pirâmide (1958).

Fonte: Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>.

Embora fosse proibido fotografar com *flash* dentro do Museu, o que poderia danificar a conservação das peças, para nossos soldados (turistas “mal comportados”), isso não era necessariamente um problema. O acervo de nossas pracinhas revela que a “sagacidade brasileira” também funcionou naquele momento. Já nas Pirâmides, cerca de quinze quilômetros do centro do Cairo, eram os próprios beduínos quem pediam suas máquinas para tirar fotos dos soldados montados nos camelos. Ressalte-se que um dos sete brasileiros mortos na Missão foi em decorrência de queda de uma das pirâmides.

Enquanto fontes de informações, as narrativas dos veteranos permitem “visitar” (a distância) as ruas, os becos, as feiras e as pirâmides, “conhecer” pessoas e cenas das excursões. Elas são um território gerado pelas fronteiras fluidas do discurso, que, fotográfico, possibilitam buscar pistas e descortinar territórios inimagináveis das representações (individuais ou coletivas). Escavando em *minas* e *fontes banais* junto às narrativas, as fotografias são guias importantes para ampliar a elaboração do texto da Missão. Isso é conceder importância ao informal, ao “cacareco” e ao prosaico, conforme pode ser observado

nas informações contidas em um guia de viagem ao Cairo ou na cartilha de comportamento do Exército brasileiro, segundo explicita o tópico a seguir.

8.12 Representações sobre o *Oriente* e o *oriental*: o discurso oficial no Programa de viagem ao Cairo (1962)

A ONU mantinha uma unidade específica para as atividades recreativas. A ela cabia a organização das excursões pelos países do Oriente Médio. O serviço social era chamado de Unidade Administrativa do *Leave* da UNEF (sigla em inglês, LAU) com escritório na cidade do Cairo, geralmente localizado no mesmo hotel dos soldados da UNEF, o Ambassador Hotel. Além deste, havia também o Heliopolis House Hotel e o Cosmopolitan Hotel (onde ficavam hospedados os Oficiais). Envoltos em hierarquias de comando, embora viajassem juntos, nos passeios, praças e oficiais ficavam em hotéis diferentes.

Em que pese o clima de descontração, o regime militar do passeio exigia um controle rígido sobre horários (refeições, lanches, ônibus e bares), que “devem ser rigorosamente obedecidas”. Mas também havia cuidados com o bem-estar dos praças: “antes de partir (no regresso) ou no caso de excursões de um dia inteiro você deverá apanhar no balcão do hotel uma refeição, devidamente acondicionada”.³¹⁸ Ainda sobre os cuidados e atenções prestadas pelo Serviço Social, os soldados tinham direito a cigarros “assim que você chegar, ser-lhe-á distribuído um ticket que o autoriza a oito carteiras de cigarros”; serviço de ônibus “o serviço de ônibus da UNEF entre os hotéis Heliopolis e Ambassador é livre. O horário dos ônibus poderá ser visto nos quadros de aviso”. Havia ainda assistência e visita médica profilática diária com um gabinete médico, atendendo pela manhã, antes das saídas para os passeios. Portanto, era importante a consulta que, inclusive, distribuía vacinas contra doenças sexualmente transmissíveis.

O MIR no Ambassador, 8º andar, Sala nº 1. D, das 08:00h às 09:00h. Antivenéreas estão a sua disposição na sala da PM no Ambassador, 7º andar, nº 72 ou no “MIR” das 08:00h às 14:00h diariamente. Cinema: ‘toda semana haverá sessões em ambos os hotéis. O cinema é gratuito. Veja os programas semanais nos quadros de aviso’.³¹⁹

O pacote de atividades incluía também as festas privadas, denominadas de “reuniões dançantes”: “são programadas duas reuniões dançantes em cada período de dispensa: uma de “Boas Vindas”, outra de “despedida”. Consulte seu programa.” Além disso, havia assistência

³¹⁸ Lembrete em guia de viagem à cidade do Cairo em 1962.

³¹⁹ Guia de Viagem ao Cairo.

religiosa, inclusive, com opções de templos, em face da heterogeneidade religiosa do Batalhão Suez:

Catedral de todos os Santos (Protestante) Rua Maspero, Cairo. Domingos às 10:30h; Igreja Americana Maadi (Protestante) dentro do colégio Americano, Maadi Domingos às 11:00h.; Igreja de São José (Católica) Rua Emad el Dine, Cairo Missa em rito latino das 06:00 às 12:00h, em Inglês, às 11:00h.³²⁰

A análise do conteúdo das informações do programa distribuído aos praças, pelo Serviço Social da UNEF, permite reconstruir não apenas o rico conjunto de informações sobre as sociabilidades e as atividades de lazer previstas para a visita ao Cairo em 1962; também é fundamental para reconstruir a memória das representações sobre a cidade e seus habitantes. Ou seja, a análise do conteúdo do guia de excursão chama a atenção para a revelação do “discurso oficial brasileiro” (do Exército), *a priori*, com base nos clichês e estereótipos; então, as recomendações mostram a posição defensiva, de desconfiança contra “o árabe” e, especialmente, com relação às mulheres. O Cairo aparece agora com seus elementos “ameaçadores” à integridade física e moral dos soldados. No tópico como lidar com prostitutas e taxistas, tem-se um guia cujo conteúdo mescla recomendações de higiene com opiniões morais. As proibições e advertências faziam parte do universo discursivo do “NÃO” título de um dos tópicos do programa:

- 1 Não coma alimentos de rua e escolha cuidadosamente os restaurantes que desejar utilizar.
- 2 Não beba leite ou tome sorvete; eles não são garantidos.
- 3 Não alimente a ilusão de que as mulheres dos cabarés podem tornar-se suas boas amigas; elas querem é tomar seu dinheiro e farão tudo para esvaziar seu bolso.
- 4 Não dê ouvidos a motoristas de táxis ou a quaisquer indivíduos quando lhe aconselharem como e onde encontrar mulheres; cuidado, que elas são portadoras de doenças venéreas.
- 5 Não traga consigo grande quantidade (sic) [quantia] de dinheiro.
- 6 Não freqüentes cabarés de beira de rio, neles as doenças estão presentes.

No rol de advertências de como se dirigir aos taxistas, com a preocupação de alertar os soldados, o Programa também deixa transparecer algo mais complexo, pois permite observar os mecanismos de identificação empática com a imagem do árabe comum, geralmente descrito como de má índole:

A bandeirada dos táxis é de seis piastras. Ao tomar um táxi verifique sempre se o taxímetro marca ‘PT 6’ [seis piastras]. Assim você evitará ser explorado. Se houver qualquer reclamação contra o motorista, anote o número do táxi e participe à Polícia Militar.

³²⁰ Todas estas informações foram retiradas de um programa (guia) de viagem realizada ao Cairo em 1962.

Entretanto, algumas determinações eram de foro interno, de comportamento. Estas medidas deveriam ser rigorosamente seguidas, pois os infratores estariam sujeitos às penalidades estabelecidas: “como medida inicial correrás o risco de seres reconduzido para tua unidade”. Afinal, era importante ao praça consultar seu programa; era um guia completo, inclusive para conhecer e guardar as normas sobre a disciplina e o respeito com às leis civis do país visitado.

1 É estritamente proibido usar talões de bar para gratificar qualquer empregado do hotel, para pagar táxis, para compras nas lojas ou para facilitar troca.

2 É contra a lei vender, trocar, dar de presente ou cambiar qualquer objeto proveniente de fontes da UNEF, inclusive cigarros e bebidas. E’ expressamente proibido o porte de armas.

3 Devemos sempre respeitar as leis deste país.

4 Não se discutirá a respeito de política.

5 Será passível de sanção disciplinar se tentares transgredir as instruções contidas neste livreto.

Havia ainda, e isso era extremamente importante para o discurso oficial, quem buscava imiscuir-se em questões políticas com os anfitriões; havia recomendações tácitas para que, no afã de documentar suas passagens pela capital, não fossem fotografados *pontos sensíveis* referentes à política e à segurança do Egito.

1 O pessoal em dispensa no Cairo não poderá fotografar qualquer instalação militar da “R.A.U.”, nem mesmo na vizinhança das mesmas. Observe-se o mesmo para: toda e qualquer estação ferroviária; ponte ou barco; porto ou aeroporto (civil ou militar); qualquer casa-de-força, transformador e outra instalação elétrica.

2 Evitar-se-á tirar fotografias da população local, particularmente das mulheres.

3 Todo portador de câmeras deverá guardá-la na bagagem na viagem de vinda para o “*Leave Center*”, o mesmo se dando na de regresso.

Embora fosse proibido pelo Serviço Social da UNEF ao pessoal em *leaves* alugar carro, as narrativas deixam claro que este ponto foi aqui e ali burlado pelos soldados. O conteúdo do programa permite conhecer algumas particularidades daquele passeio ao Cairo, como dados sobre a estrutura energética local, preços básicos cobrados nos hotéis e as práticas que ainda hoje são usadas em excursões de grupos.

1 Durante sua dispensa, a lavagem de roupa pode ser feita as suas expensas no hotel em que se hospedar. A voltagem no Cairo é de 220, esteja seguro se seus aparelhos elétricos, como barbeador etc. estão adaptados para a mesma.

2 Consulte seu programa. Inscreva-se nas excursões que desejar com um dia de antecedência. Para inscrevê-lo, o oficial administrador estará em seu hotel antes das 09:00h e tomará todas as providências para você. Por favor, procure-o.

3 Os preços das excursões são consideravelmente mais baixos do que os pagos por turistas. Tenha em mente que trocas ou devolução de bilhetes não serão feitas senão em casos muito especiais. Os casos de doenças estão sujeitos ao parecer médico.

4 O preço pago para sua excursão inclui transporte, gratificação para guias etc. Não os gratifiquem, ainda que peçam, pois foram previamente pagos.

5 Durante as excursões não poderão entrar em áreas fora de limites. Vocês deverão ficar o tempo todo agrupados em volta do guia e não poderão misturar-se com outros grupos.

6 Se tiver grande quantia de dinheiro, deposite-a no escritório do seu hotel. O gerente lhe fornecerá um recibo. Se não depositar seus valores nem o gerente do hotel, nem o “*staff*” da “LAU” poderão garanti-los. Não leve a chave do quarto, pois, isso impedirá a sua limpeza diária.

7 Cuidado com batedores de carteira. Estes indivíduos estão sempre à procura de seu bolso, principalmente nos grandes ajuntamentos de gente, transportes coletivos etc. Pessoal em “*Leaves*” passados perdeu grandes somas de dinheiro.

No que diz respeito a guarda de cartas, fotografias, diários, peças do vestuário, os veteranos de Suez ainda conservam baús com diversos suvenires: selos, canetas, chaveiros, quadros, tapetes etc., elementos da cultura material que abundava nos mercados das cidades. Entre os utensílios que restam nos acervos, encontrei bilhetes das visitas às pirâmides, bilhetes de entrada de cinema.

8.13 A cartilha do soldado da UNEF: código de conduta e disciplina

O Manual ou Cartilha do Expedicionário, distribuído aos soldados do Batalhão Suez, se construía em um rígido sistema de controle e disciplina, a partir de regras que garantiam a sua reprodução. Sob o pretexto de punir alterações, tais como faltas leves ou indisciplinas graves dos soldados, os sargentos recorriam ao referido manual, para qualificar e punir os procedimentos das artes desviantes. A Cartilha é, sobretudo, um *locus* de discurso.

Por caracterizar uma espécie de *Manual de Sobrevivência e de Procedimento* dentro e fora dos quartéis, exigia-se do voluntário: “por onde andar, você deverá impressionar como soldado e como brasileiro. Você deverá deixar boa fama de disciplina e de dignidade”. No tópico “como tratar os estrangeiros”, no parágrafo 8, o Manual continua exortando os soldados a determinadas condutas de comportamento, como discriminação e abstenção a temas “sensíveis” aos árabes. Enfim, que “seja discreto, não se meta em assuntos complexos de política, religião, *não crie caso*”. Mais adiante, no parágrafo 10, exigia-se uma postura estóica de comportamento, de cada um:

Aceite e cumpra as ordens de seus superiores demonstrando claramente que em nosso Exército existe disciplina, tendo sempre em mente que a subordinação militar nunca foi humilhação. É uma honra e uma consciência do dever.

A Cartilha propunha um manual “que os soldados brasileiros deveriam ler e saber para o bom desempenho de suas funções em Suez”. Exigia temperança, orgulho, comportamento digno como militar e como brasileiro: “você foi escolhido para fazer parte em um acontecimento de grande relevância na História do Mundo. Nosso batalhão irá incorporar a Força de Emergência da ONU que se destina a manter a paz e evitar a guerra entre os povos”. Exigia, outrossim, disciplina, respeito às instituições locais: à cultura, à família, aos símbolos nacionais, discrição, amizade e camaradagem.

O documento é agente de um discurso, devido à autoridade e ao poder sobre agentes e territórios, os quais deveria conduzir, conhecer e informar. Outrossim, porque cria/inventa a própria realidade que descrevia aos leitores. Isso pode ser visto nos quatorze pontos que trazem a gramática discursiva assegurada nos princípios da ética militar. Ao tempo em que orienta os soldados ao denodo e desprendimento para com as tarefas, a Cartilha informa *en passant* acerca da região e do conflito árabe-israelense e seus atores: “a Força de Emergência vai se colocar no meio de todos para evitar o combate”. Se peca na economia das informações sobre a realidade, o discurso procura injetar em cada um o sentimento de “ vaidade” e ufanismo, por terem sido “escolhidos” para a Missão: “Você deve se orgulhar muito de sua missão, pois sua família irá se orgulhar muito de ti, e na volta todo o Brasil o festejará”. A Cartilha concentra o discurso da “conveniência”, do que deveria ser observado para a inserção naquele meio cultural e social distinto que encontrariam na Missão.

Mas a Cartilha não trabalha apenas para atender o que era desejável às necessidades cotidianas; transborda do conjunto de normas para a propedêutica do conhecimento, quando pede que cada um se informe sobre o teatro de operações, especialmente nos aspectos da:

religião, clima relevo, temperaturas, costumes usos, seu livro sagrado, o Corão, desertos, sua capital, o rio Nilo, condições de vida do povo, educação, regime político, principais cidades e Canal de Suez, [bem como conhecer sobre] Israel, sua história, povo, criação, costumes, usos, clima, produção, educação, religião localização geográfica, população, principais cidades, forma de governo e comércio.³²¹

Destaque-se também a importância simbólica da *Cartilha do Soldado* no tecido da memória. Segundo acreditam, ela forjaria soldados aptos e dignos para desenvolver a contento as atividades que deveriam ser empreendidas na Missão. Para o veterano Theodor da Silva Júnior:

Com essa cartilha, o boina azul brasileiro seguiu confiante no seu valor que é o valor do homem brasileiro; a nação ficou ansiosa pela sua volta. Precedido por um destacamento precursor, 50 homens transportados por via aérea, embarcou o 3º/2º

³²¹ Cartilha do Soldado da UNEF, enviada por e-mail pelo cabo Theodoro.

RI. Dia 11 de janeiro de 1957, o navio de transporte da MARINHA DE GUERRA DO BRASIL CUSTÓDIO DE MELLO, transportando o comando, oficiais e os praças deixou o Rio de Janeiro e navegou 6.136 milhas marítimas até chegar a PORTO SAID em 02 de fevereiro de 1957. O Batalhão desembarcou e foi incorporado à Força de Emergência da ONU se dirigindo para *El Ballah*, às margens do Canal de Suez.³²²

Nas idas e vindas de seus relatos sobre os habitantes “do lado de cá” e/ou os “do lado de lá” da ADL, aparecem elementos de táticas cotidianas, as habilidades e os estratagemas de convivência; enfim, o repertório das *artimanhas*, da malemolência e do *saber-fazer* o seu papel de soldado da paz. Na economia das relações possíveis, isto é, permitidas com os habitantes “do lado de cá”, a Cartilha do Soldado constitui um dos aspectos centrais do rol das proibições. Mas se elas não eram permitidas no Manual, também não eram ausentes no cotidiano. No mínimo, eram rarefeitas aos olhos do poder que regia a Missão. Institucionalmente, havia a preocupação em manter a neutralidade com os habitantes dos dois lados, especialmente, com os israelenses. Havia vários e diferentes motivos para que o Estado Maior da UNEF recomendasse o afastamento e a definição de limites e regras de convivência com árabes e judeus.

³²²Theodoro. E-mail recebido em 23 abr. 2006 (no original).

9 ENTRE ESCOMBROS E CADÁVERES: MEMÓRIAS DA GUERRA DOS SEIS DIAS

Sargento Macedo é um dos três piauienses que se encontravam na Faixa de Gaza, durante a Guerra dos Seis Dias. Ao organizar o espaço e o tempo na narrativa, ele apresenta minúcias de uma guerra que não era sua, mas da qual tomou parte, como observador, segundo ele. Entretanto, além de observar o cenário e os personagens, participava do drama árabe-palestino, que marcaria para sempre a história das guerras, a história do sargento Macedo e de todos os combatentes:

Passado o final de março, no mês de abril começou o *zum zum* da guerra, e que tínhamos que retornar ao Brasil, [já] que os Israelitas estavam declarando guerra. Mas mesmo assim continuou aquele boato; ninguém tinha informação precisa, até quando, no mês de maio, porque me parece que a guerra foi nos primeiros dias de junho, não me lembro bem, mas me parece que foi nesse período foram dez dias [seis] de guerra com vitória total. Então nós estávamos num pelotão quando recebemos a notícia que a embaixada solicitava ao cabo que voltássemos à base porque era o quartel. Isso aconteceu quando se aproximava do mês de junho e já estava confirmado que eles iam brigar. Mas como a gente já conhecia muitos árabes, porque nós estivemos no último batalhão que tinha uma convivência de quase dez anos com os brasileiros, então eles chegavam e informavam para nós.³²³

O supramencionado sargento também apresenta uma versão que é hegemônica acerca das ambições do Egito na guerra: a sua pretensa superioridade militar e o aprendizado adquirido com as guerras anteriores. O mais interessante do trecho a seguir não é a montagem do ambiente de preparação da guerra, mas o fato de a guerra, como ponto de inflexão, frustrar os brasileiros que se haviam “preparado” para um longo período na Missão. E ainda o fato de a descrição embaralhar-se em confidências controversas. Ou seja, a narrativa entremeia frustração, boatos, propaganda, incidentes e polêmica. Deve-se dizer que em nenhum dos relatos orais ou das correspondências aparece a denúncia de que o Brasil recebera o convite para permanecer e lutar ao lado do Egito. É interessante observar, na fala de Macedo, a

³²³ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

revelação dos sentimentos da soldadesca e o desenrolar dos eventos que antecederam a Guerra dos Seis Dias, narrados em alta velocidade, tudo com riqueza de detalhes.

Então, com esse preparativo de guerra o que aconteceu? Com a *previsão* da guerra iminente, houve uma preocupação do batalhão. O que o Egito fez? Nessa brincadeira toda, nessa disputa depois da primeira guerra do Egito com Israel, em 1956, que as forças da ONU embarcaram lá [para] apoiar a segurança, eles acharam que esses dez anos de preparativos, só de ameaças, aquela guerra fria, que estavam em condições de brigar, e prepararam o terreno para a guerra. Com isso, quando a guerra estava para ser declarada, foi que o batalhão tomou conhecimento que iria haver realmente a guerra. Aí o que é que o Egito faz? Fala aos comandos das embaixadas e, como prêmio, convida o Brasil para permanecer dez dias lá na Faixa de Gaza [...]. Nesses preparativos [de] propaganda da guerra, houve dois fatos interessantes: o convite para o batalhão permanecer como convidado especial do Egito por dez dias [...] não foi um convite, mas uma ordem para todo o batalhão brasileiro se reunir para fazer a segurança da área, porque o batalhão canadense convivera [sofrera] uma tentativa de invasão... dois soldados atiraram em um árabe, com isso pediram imediatamente o afastamento desse batalhão. Os canadenses eram um batalhão responsável pela logística, toda a orientação. Toda a logística dos batalhões que se encontravam lá estava sob responsabilidade do batalhão canadense [...]. Então, com esse boato da guerra, começamos a notar que a cada dia aparecia uma coisa. Numa noite, dois dias antes da guerra iniciar, foi derrubado um avião israelense, e os árabes, (o pessoal do Egito), raptaram o aviador e depois amarraram em uma corda e saíram rodando com ele; fizeram essa estupidez. E com essa vitória da queda do avião que eles derrubaram eles anunciaram, à noite na rádio do Cairo, que o Brasil já tinha saído da Faixa de Gaza. Isso para mim foi uma parte muito grave, como era que [eles poderiam fazer isso se] nós estávamos a convite do Egito?³²⁴

Na estética de sua narração, a memória não despreza as “migalhas” no universo dos eventos. Com algum esforço, ele procura trazer à tona tudo o que sobrou e conservou arquivado em sua memória. É interessante destacar que aparece vivo em sua percepção o significado do final da Missão, para quem fez planos para o futuro, e do que poderiam ganhar *com e naquela* Missão. Conforme sua análise, a notícia de que o Batalhão Suez seria desmobilizado gerou frustração entre os soldados. A razão principal para a “frustração geral” era econômica. Segundo o veterano:

Com a frustração de quem ia para passar treze meses, muita gente tinha débito aqui no Brasil, [gente] que comprou carro para pagar com aquele dinheiro, então houve aquela frustração geral. Assim, quem podia arranjava mais dólar, vendendo, trocando para arranjar o dinheiro. Resultado: eu me considero muito invejado, porque lá me deram uma cantina para tomar conta e senti que poderia trazer algum dinheiro com essa forma. Resultado: a guerra estava quase que preparada, e aí começaram aqueles falsos boatos, as rádios começaram a transmitir. Então você sente o movimento, cada um correr, cada um se precaver comprando mais coisas para armazenar, aquela coisa toda. Eram duas cidades próximas as nossas unidades. O batalhão ficava a 40 e poucos quilômetros [de Gaza] e era todo rodeado de eucalipto. E a cidade de Rafah ficava praticamente a três quilômetros de nosso batalhão, a gente patrulhava, era mais perto [...]. Com essa lógica, o Egito era quem mantinha os batalhões lá. Para onde deslocar os batalhões? Israel não cedeu a terra, não permitiu o batalhão ficar lá no território dele. Então o Egito foi quem cedeu o território. E com isso ele dava a cada soldado uma gratificação de cem libras [...]

³²⁴ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

para o alimento. Então esse tipo de comportamento era interessante para todo o pessoal que estava na parte da Faixa de Gaza era um dinheirinho a mais.³²⁵

Com uma narrativa marcada pela repetição do que fala, para enfatizar as bordas e o centro dos eventos, Sargento Macedo oferece uma interpretação própria acerca da permanência do Batalhão brasileiro na zona de guerra. É uma representação agenciada, a um só tempo, pela controvérsia e pela polêmica. Entretanto, ele enfatiza que é a *sua* avaliação dos acontecimentos. É a sua percepção das coisas que ocorriam ao redor dos batalhões; e, como diria Bosi, “a percepção da identidade [de militar] ilustra, de maneira especialmente marcante, quão decisivos são os fatores relacionais na percepção das coisas ao redor”.³²⁶ Mas há um aspecto a ser observado na narrativa: a ênfase na *astúcia* árabe, em envolver o Brasil no conflito. Verdade ou não, segundo ele, havia a tentativa egípcia de criar um ambiente extremamente hostil a Israel no contexto internacional, graças ao massacre das tropas brasileiras que permaneciam no Sinai pós-UNEF.

O Brasil foi convidado para participar da guerra a favor do Egito, quer dizer, se envolver com a guerra, e não foi aceita porque nossa missão não era essa. É tanto que o nosso armamento lá era revólver, não tínhamos arma pesada, não tinha nada. Mas sua jogada de marketing [era] para que o batalhão fosse, na minha concepção, massacrado. Isso na estratégica que nós estávamos foi uma jogada muito alta, muito inteligente, quando foi anunciado que o Brasil tinha desocupado a Faixa de Gaza e que ele [Egito] estava pronto para ir à guerra.³²⁷

Acrescente-se, entretanto, que a retirada da UNEF de seu território ocorreu a pedido do próprio Nasser. Nem por isso a avaliação do veterano deve ser preterida, tendo em vista que se trata de sua interpretação dos fatos; enfim, como ele via e reinterpreta, nos dias atuais, o fato de terem permanecido por mais tempo na linha de frente do confronto árabe-israelense.

Foi uma avaliação pela maneira de como ocorreu. Enquanto isso, as embaixadas procuram o Brasil para participar da guerra, quando o nosso presidente foi categórico, que o Brasil participava de um acordo de paz e que já estava sendo providenciado os transportes. Estava indo um navio para a Itália e de lá *o navio ia até em Gaza para nos apoiar*.³²⁸ Então, nenhuma possibilidade de haver acordo; e à noite eles passam um boato desses e de manhã a guerra amanhece [...] e nós estávamos lá fazendo a segurança. Tanto que a ordem que tínhamos recebido era para nos prepararmos, que quem quisesse aproveitar alguma coisa para comprar que providenciasse, porque a qualquer hora [poderíamos estar] embarcando para um Porto lá de Israel, para de lá ser deslocado [para o Brasil].³²⁹

³²⁵ Id. *ibid.*

³²⁶ Bosi, *op. cit.*, 2003, p.169.

³²⁷ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

³²⁸ Na verdade, Gaza ficava no continente, no deserto do Sinai. O navio iria, é claro, até o Porto de Ashdod em Israel, de onde eles embarcariam para o Brasil.

³²⁹ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

9.1 A fuga da guerra: fatos e versões

Manejando os fios da trama, Macedo engendra os contornos e elabora o nível semântico na descrição dos primeiros momentos da guerra. Enfatizando o papel de cada um dos quatro atores do drama, ele confisca do esquecimento o valor das palavras, das cenas e dos atores presentes naquele contexto particular. As cores, os ruídos, o cheiro e a visão da guerra, tudo isso movido por altas doses de adrenalina. Na fuga desesperada de Gaza para a Companhia em que servia, estiveram ora à frente, ora atrás do avanço israelense. Ele e seus companheiros enfrentaram o espetáculo de uma guerra em sua alvorada. Há o verniz épico e a descrição minuciosa de quatro brasileiros em fuga.

Na memória descritiva do ambiente e dos personagens, Macedo vai revelando as peripécias da viagem de Gaza para o deserto, mergulhando fundo no quadro que emoldura o avançar da Guerra dos Seis Dias. Sua narração com a seqüência dos fatos não abre espaços para silêncios nem hesitações, como quem não quer deixar o inexpressivo sobrepor-se à veracidade. A emoção no relato deste veterano desfia seus grãos de verdades sobre a guerra.

Éramos eu, o sargento Fonseca, o sargento Lucas e o Zenon [...] os dois últimos eram do Rio Grande do Sul [...] Nós nunca imaginávamos que iríamos servir de bode expiatório [...] À noite, nesse patrulhamento, combinamos de pela manhã irmos à Gaza comprar umas sedas japonesas para nossas esposas. E isso aconteceu. Quando saímos do batalhão [...] chegando em Gaza, quando entramos na primeira loja, ele [Zacarias] falava muito bem português, o árabe chegou e disse: “*rabiche!*, voltem para casa porque a guerra começou”. Eu até brinquei, “começou nada rapaz, vocês não têm coragem de brigar”. “Voltem porque nós não vamos vender nada e já estamos fechando a loja e vamos se (sic) esconder porque a guerra já começou”. Aí nós olhamos um pouquinho e ouvimos aquele barulho longe. Aí o Fonseca: “baixinho, vamos embora”, e eu queria era fazer minhas compras. Eles resolveram me deixar, e eu com medo de ficar sozinho resolvi aceitar o convite deles. Ora, aí o alvoroço estava tão grande, o receio, o perigo já estava eminente. O táxi cobrava cinco libras para trazer para o batalhão, para casa já não queria nem dez. Sei que a ONU conseguiu falar com esse árabe, nós demos vinte libras e embarcamos. Ele resolveu nos conduzir à Faixa de Gaza.

Observa-se que, no anseio de mais informar, de tornar-se ator daquelas histórias, são inevitáveis as costuras, os cortes, as emendas nas lembranças, enfim, as reconstruções de sua memória. Entretanto, a *desarrumação* não compromete a narrativa. Se a deixa truncada, por outro lado, enriquece a trama. A riqueza e a espontaneidade do relato remetem à importância do *trabalho da memória* do veterano. Especialmente por se tratar da representação sobre a guerra, nem sempre é uma situação fácil de ser contada, posto que a guerra propriamente dita aparece como algo absurdo a suas próprias vítimas. É a memória descritiva do cenário, à frente e atrás do avanço israelense sobre o Egito:

Lembro bem o detalhe: a saída de Gaza tinha uma ponte. Nós passamos a ponte, e caminhamos 200 metros; e Israel bombardeou a ponte. A mais ou menos uns 15 quilômetros de Gaza tinha um posto policial. Nós fomos barrados pela força árabe, os soldados árabes. Nós estávamos à paisana; fomos tirados do automóvel. O veículo foi ocupado por militares de seu [dele] país. Nós ficamos esperando outra viatura passar para [nos] levar enquanto éramos investigados para saber quem éramos. Lógico, quem [nos] salvou de uma prisão foi o cartão, a identidade que era dada pelo próprio Egito para o soldado brasileiro; escapamos aí de sermos presos nós quatro. Aí arranjaram outro carro [...] e saímos correndo para nos integrar ao nosso batalhão. Só que aí a Força de Israel estava na nossa frente; [...] fomos encontrando corpos, casas destruídas, uma barbaridade que você pode imaginar; corpos pendurados no arame, bombardeio, carro arrebentado, aquele negócio todo. Quando chegamos, nós viemos num carro arranjado por essa força policial que estava lá na estrada. Quando chegamos e olhamos para aquela destruição toda, o motorista mudou de estrada. Com essa mudança entramos em Rafah, os israelenses estariam por ali. Mas a cidade tinha muita destruição, o motorista mudou a pista para passar por dentro da cidade quando nós fomos novamente barrados. Aí não fomos presos graças ao rapaz [o Pernambuco] que trabalhava no nosso batalhão. Quando íamos [estávamos sendo] levados pelos policiais, eles nem queriam ouvir nada da gente e nós com a carteira na mão, quando o Pernambuco gritou: “Paulista, o que estão fazendo aqui?” Aí nós tomamos *alma nova* porque tinha um cara conhecido: era o primeiro tenente, era o espião lá dentro do batalhão *para ver* como era [a situação]. Aí esse rapaz tomou conta da gente, pegou um carro e nos conduziu para o Campo Brasil. Nessa altura você olhando uma guerra, como se diz, convencional [...] quando nos aproximamos do batalhão ele [o motorista] nem chegou a parar direito, era a gente saltar e correr. Ele fez a manobra aqui, não andou 200 metros e foi bombardeado por um carro de Israel. Ninguém sabe se escapou ou morreu; a nossa preocupação foi correr e nos proteger dentro das nossas barracas dentro do Campo Brasil. A guerra já estava exatamente em cima da gente, porque para Israel nós não estávamos mais lá... Quando retornamos à base, talvez fosse umas 9 horas da manhã, e até 16:00h o bombardeio foi intenso [...] Ao chegamos lá encontramos todo mundo no pé do muro se protegendo, porque o tiro estava por cima da gente. Quando Israel chegou encontrou a bandeira da ONU. O que ele faz? *Pega o batalhão*.³³⁰

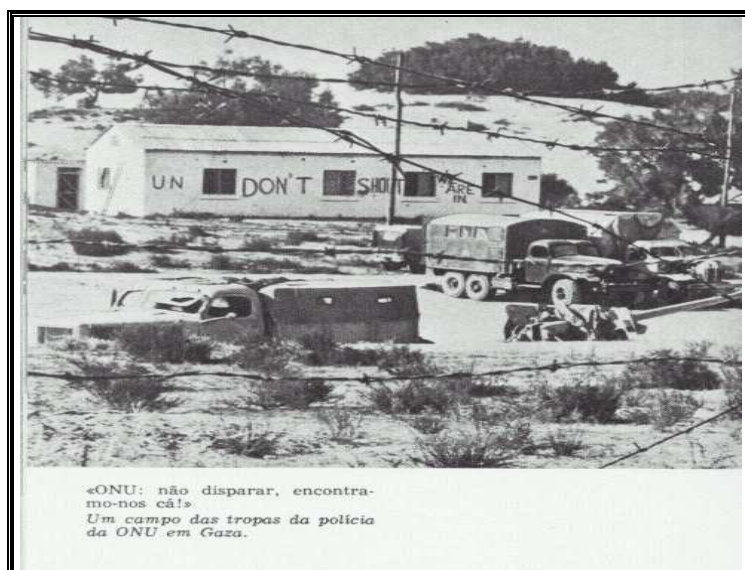
No processamento da memória, a narrativa do veterano mobiliza várias figuras de linguagem, para *autenticar* sua emoção, legitimá-la. A reconstrução é detalhada, e revela a suposta tática de guerra, adotada pelo Exército israelense; como também as conseqüências da eficácia das decisões do Estado Maior (EM) das Forças de Defesa de Israel (FDI). De fato, as FDI chegaram até os portões do Campo Brasil com fogo pesado. O que obrigou os integrantes do Batalhão a escreverem nas paredes do barracão, em inglês, a frase: “UN. Don’t shoot. We’re here”.³³¹

³³⁰ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

³³¹ Tradução da frase escrita na parede do barracão: “Nações Unidas. Não atirem. Estamos aqui”.

Figura 29 – Foto do Cerco israelense ao Batalhão Suez, em que brasileiros pedem em inglês para não serem alvejados pelos israelenses.

Fonte: Acervo particular.



Aparecem aqui registros pessoais, confidências sobre a guerra e as estratégias que, supostamente, lhes davam suporte. Na linguagem de Macedo, foi uma “jogada de marketing” do Egito, e ela teve efeitos práticos. De alguma forma, o Brasil permaneceu por mais tempo na Faixa de Gaza; entretanto, não houve o massacre dos nossos soldados que, supostamente, seria a segunda parte do suposto plano dos árabes, para incriminar Israel, face à opinião pública mundial. Deve-se observar que, na vivacidade e na quantidade dos detalhes, Macedo destaca a recusa das autoridades brasileiras em tomar parte do conflito; até porque a permissão dada pelo Congresso nacional não previa esta possibilidade, quando liberou a participação do III/2º RI, em 1956. No Decreto Legislativo de 1956, foi estabelecido que:

O contingente brasileiro que integrará a FENU, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com o uso da força, e permanecerá o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão.³³²

Deste modo, a decisão do comandante da Força estava coerente com a política brasileira de atuação como “*Peace Keeping*”, em que defende a sua neutralidade e imparcialidade, embora já houvesse cessado desde o mês de maio o “fator moral da presença” como país mediador da paz. O veterano Wilton Melo Garcia também faz um questionamento da presença do Batalhão Suez no teatro de operações no momento da Guerra. Vale informar que quando a Guerra dos Seis Dias começou, em 5 de junho de 1967, a UNEF já havia sido extinta exatamente no dia 18 de maio, portanto, há dezessete dias.

³³² Artigo 2º do Decreto Legislativo n. 61, de 2 de novembro de 1956. Documentos avulsos do Batalhão, Arquivo Histórico do Exército.

Por determinação do Conselho de Segurança da ONU, há mais de vinte dias, o Contingente brasileiro do Batalhão Suez que lá estava só não foi resgatado por absoluta negligência das autoridades do governo da época, que optaram por acreditar na promessa do governo americano que afirmava que não haveria guerra.³³³

9.2 Anátema da guerra: invenção e glosa

No recorte sobre a guerra, a narrativa revela as impressões de viver a possibilidade e depois a realidade de um confronto eminente entre Israel e Egito. Macedo se permite uma digressão sobre o *que é e como é* a guerra; realiza uma descrição densa das táticas, das estratégias, da dinâmica e o ser de uma guerra; exaspera os fatos e agrega adjetivos com os quais se posiciona no mundo em que vivia e no qual relembra sua experiência.

Quando o veterano analisa sua participação na Força depois dos acontecimentos de junho (a Guerra dos Seis Dias), observa-se que há uma mudança de axioma, posto que, no seu entendimento, é considerada “passiva”, haja vista que eram “apenas uns telespectadores (sic)”. Macedo questiona o caráter da preparação egípcia, supostamente montada nos dez anos em que a UNEF serviu de anteparo entre árabes e israelenses. O sargento mantém uma posição ambígua em relação a estes quando deplora a forma como os soldados brasileiros foram submetidos enquanto estiveram presos pelas FDI, mas reconhece que, como prisioneiros de guerra, poderia ter sido pior. Nessa situação, predominam o medo e a desconfiança mútuas.

No início, nunca acreditei que ela [a guerra] chegasse, porque pela história que andei tomando conhecimento [...] de um país que *estava preparado* para uma guerra, Israel ia acabar com ele em três dias, ele não tem combatente. Ele tinha um pessoal, vamos dizer, estava mal preparado, mal equipado, apenas fanáticos pela região não é nem pela pátria... Olha meu rapaz, vamos falar da guerra de Israel e Egito: eu assisti a essa guerra, momentaneamente, nós assistimos. Era como se estivesse passando um filme e nós assistindo, mas não houve nenhum envolvimento nosso. A nossa companhia ficou presa até ser identificada pelos fuzileiros [israelenses]. Até ser identificada em definitivo. Sacanearam com essa companhia que foi a companhia do meu amigo [piauiense] José Augusto, que passou mais ou menos umas oito horas prisioneira de Israel. E eles para sacanear com nossa tropa mandaram todos ficar com a mão na cabeça, sentar no chão até identificar quem era aquele pessoal; depois de identificado eles liberaram. O dia já estava amanhecendo quando mandaram o pessoal para nossa base. [Eles] passaram a noite toda prisioneiros de Israel por falta de identificação. Dizer que nos trataram bem não podemos dizer que não, porque numa guerra você não sabe quem é amigo, quem é inimigo. Então qualquer pessoa suspeita pode ter um coração como nós temos... Então normalmente [...] você não pode confiar, você tem que desconfiar sim de todo mundo. Você não sabe com quem está lidando, principalmente quando você não domina um idioma, quando você não

³³³ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em 13 fev. 2007. O senhor Wilton Melo Garcia é atualmente diretor da Consultoria Nacional de Outorgas da ABIBS.

entende o que está acontecendo. Então para nós, somos apenas uns *telespectadores* (sic).³³⁴

Referindo-se ao que denomina de “horrores da guerra”, Macedo expõe sensibilidade e faz um questionamento da personalidade e da conduta “do homem” em meio ao ambiente de guerra.

Mas [há] os horrores de uma guerra. Não sei como é que a pessoa chega a um ponto de ser tão desumano [...] não entendo como é que o homem se torna um animal tão violento como numa guerra. Não existe pena, não existe dó, não existe não, tem que atirar primeiro [tem] é que matar mais gente. É uma destruição, nada tem valor em uma guerra apenas da sobrevivência, você não quer morrer, você é um combatente, você foi preparado para aquilo, você está sendo pago para aquilo, você sabe que vai morrer e não tem pressa, mas chega um ponto que não tem mais saída, você luta para morrer lutando, correr não adianta porque eles te matam.³³⁵

Mais do que qualquer outro entrevistado, Macedo afirma que “pretende representar as coisas como elas realmente aconteceram, como elas são”. Sua narrativa é repleta de floreios e retóricas, *quase* um poema. Sua narrativa mimetiza, classifica, propõe ser o que diz aquilo que, de fato, apenas representa. Ela se alimenta de imagens, idéias e valores e está carregada de representações ideológicas sobre a complexidade do evento. A narrativa deixa clara sua visão de mundo enquanto conta e propõe a *sua* verdade. Ele quer uma eficácia histórica para a sua construção mental.

Diante de uma das poucas testemunhas da Guerra dos Seis Dias, infere-se que na imersão da memória há um misto de deslumbramento e medo. Mas sua posição sobre o fato também é de repulsa com o tratamento indigno e cruel dado pelos exércitos do Brasil, que os havia “abandonado”; e de Israel, que humilhou e pilhou os bens dos brasileiros. No encadeamento das narrativas, a fala do sargento Macedo transborda de emoções. Nesse ambiente, a descrição detalhada tem uma função utilitária: montar um quadro, preencher cada espaço possível, bricolando memórias, fragmentos de sua verdade.

Então, para mim a guerra é a pior coisa que pode existir na humanidade, tantos assassinatos em uma guerra. Pior é para quem está combatendo. Então para mim a guerra não deveria existir. Acho que deveríamos ter meios [tanto] de defender, [quanto de] evitar a guerra; nada se compara a nenhuma violência se comparada à guerra, porque nada tem valor. Se você puder dar o primeiro tiro dê porque senão você morre, e você vai se tornando um desumano. Eu comprovei isso numa missão que fiz; você entra todo arrumadinho e no dia seguinte você se torna tão bruto que nada tem valor. Eu passei por isso, saí da cidade para a selva sem conhecer nada, saí atrás do inimigo real que não sabia quem era [...] você fica apenas para cumprir uma missão dessas [...] Agora você imagina o combate, como foi o bombardeio entre Israel e Egito [...] você vendo esses aviões enquanto fazem aqueles mergulhos... Quem estivesse por perto, gente, animal, nada escapava. Havia receio de que eles

³³⁴ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

³³⁵ Id. *ibid.*

bombardeassem os prédios. Isso aí não tinha dúvida, porque as 24 horas que passamos na estação Campo Brasil ficamos todos deitados no chão.³³⁶

O turbilhão de memórias produz o tecido discursivo das ações emocionantes da guerra, mas abre espaços para as muitas críticas com relação à preparação e à grave denúncia de abandono a que foram relegados pelo Exército brasileiro, mesmo depois que a Missão já havia terminado. Agora nem o dinheiro extra que havia animado a tropa, e que, supostamente, receberiam do Egito, servia de consolo para ficar.

Então, para você ver que numa guerra [...] principalmente nós sabíamos que estávamos numa missão de paz [...] você não está psicologicamente preparado. Você vai para uma guerra e passa três quatro, cinco meses tendo treinamento gigante 24 horas por dia. Você está se preparando mesmo para se proteger para ir uma guerra, então é diferente na guerra, você é apenas o telespectador (sic). E a proteção? Cadê a nossa proteção preparada com antecedência? Nós estávamos vivendo o curso da vida. Não havia nenhuma [proteção]. [Tinha] um preparativo de que ia haver uma guerra, mas que fora houvesse um boato. Mas nós estávamos mais preocupados em preparar para vir embora do que para *assistir* uma guerra. O que ocasionou nós sermos vítima do pelotão e ficar prisioneiros dentro do batalhão foi exatamente pela maneira como fomos usados. É a minha impressão: fomos usados. Porque você já imaginou o Egito achando que não ia ganhar a guerra como não ganhou, que podia ter um bode expiatório para o mundo inteiro condenar Israel. Isso era um jogo altíssimo se nós tivéssemos sido maltratados por Israel. Porque tudo leva a crer que a jogada foi essa. Pode ser que alguns militares não façam essa avaliação, mas na minha concepção foi de propósito; aquele convite de dez dias foi para centralizar dentro todo o contingente dentro do batalhão que nunca fica, entendeu? E dentro de 24 horas a guerra estourar da maneira que aconteceu. Então quando houve os primeiros bombardeios foi para cada um o golpe de morte.³³⁷

No cotejo de suas avaliações críticas, revela a ineficácia do treinamento (militar e psicológico) que de nada adiantou. Despreparados efetivamente para a guerra, tiveram que se apoiar unicamente nos sinais da natureza humana, nos instintos de sobrevivência acionados a cada ruído de artilharia. Mesmo em uma região de guerra iminente, o Exército não se preparou adequadamente para o conflito. Entretanto, é importante lembrar que o início da guerra pegou, inclusive e principalmente, os egípcios de surpresa.

Então para você ver: preparado dessa maneira só tinha uma coisa ou morrer ou matar. Então, na realidade o nosso treinamento psicológico do batalhão era para saber lidar com o pessoal [civil], nunca se imaginou se assistir uma guerra. Então quando você ouvia o estalar de qualquer zoadá você se jogava no pé da parede que era a única defesa que lá tínhamos, porque lá os padrões eram aqueles muros de tijolos, então quando você ouvia algum estalo você se jogava no pé da parede porque não havia possibilidade de você ser atingido por uma bala. Então aquilo era instintivamente, ninguém mandou, não disse como você [deveria] fazer.³³⁸

³³⁶ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

³³⁷ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

³³⁸ Id. *ibid.*

A profusão de informações concedidas pelo veterano compõe uma narrativa marcada por aliterações e a recorrente circularidade da narrativa. O maior destaque de sua narrativa é a reafirmação do fato obscuro daquele fenômeno: o convite recebido pelo Brasil para permanecer mais tempo na Faixa. Entremeado a esta versão complexa, há pequenos eventos, menos intrigantes, mas igualmente chocantes, como a pontaria da aviação israelense ao atingir o carro que os levou ao batalhão, poucos minutos após descerem do veículo.

Ao expor suas representações sobre os atores principais do combate ao qual “assistiu” e do qual participou, Macedo procura enfatizar a bravura, a coragem e o preparo do soldado israelense, cujo orgulho e o apresto beiravam a arrogância e a irresponsabilidade. A guerra é um espetáculo para atores de coragem, com papéis definidos. Em tese, há um roteiro elaborado e conhecido por todos os envolvidos: cada um deve saber os movimentos dos outros no palco do evento. É esse conhecimento que produz a confiança do sucesso. No entanto, na hora do *show*, é cada um por si.³³⁹

O soldado de Israel é um verdadeiro combatente. Acho que está tão familiarizado com a guerra que não temia, ou então conhecia o inimigo do combate; porque durante o tiroteio, a guerra, nesse momento, os estafetas ficavam de lá para cá com as motos levando mensagens. Porque numa guerra isso ocorre muito, tem os mensageiros, e o mensageiro traz informações de como é o inimigo [...] o soldado não tinha medo porque sabia o inimigo que tinha [...] inclusive achei muita coragem de um único oficial mensageiro e um motorista dentro de um campo desses sem saber quantos homens tinha lá dentro. Então ali era um homem suicida, porque o nosso campo era grande. Você está em nosso campo e manda um oficial identificar quem estava lá dentro, apenas confiado na bandeira do Brasil e da ONU, é um suicida [...] são detalhes que pude observar [...] Então [essa é] a minha concepção, essa é minha análise [dos fatos].³⁴⁰

A partir da lembrança do veterano, observa-se a guerra ofuscando a imaginação e a memória. O excesso de detalhes desvenda o fascínio perturbador e mortal que a guerra ainda exerce na recordação de Macedo. A narrativa minuciosa dos acontecimentos, da desgraça que chegou com a Guerra, é articulada na função fática: “pra você ter uma idéia do que é uma guerra”, “então prá você ver”. Macedo realça a versão do convite e a interpretação subjacente do convite: “fomos usados”; “bodes expiatórios”, “sermos massacrados” e “a jogada foi essa”. Como se observa, a construção da narrativa é erguida com uma seqüência interpretativa, complexa e bem composta. A versão do *convite* para permanecer e combater ao lado dos egípcios, segundo ele, “*uma jogada alta do presidente Nasser*”; em outro momento “*do povo árabe*”. Um e outro, arditos, sujeitos inconfiáveis.

³³⁹ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

³⁴⁰ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

Com base nos encontros com os veteranos, pude observar que a gramática da Guerra ganha novos elementos: cenas, cenários e atores, que antes definhavam, desbotavam nos porões da memória. Aqui, agora, Macedo relembra e acresce à saudade os elementos que levou de Gaza ao quartel: medo, apreensão, a quase morte, a prisão, a barganha, a prisão (novamente) e as imagens à frente e atrás do Exército de Israel. Acrescenta ainda seu juízo de enunciatador sobre a situação em que se meteram, permanecendo na Faixa de Gaza, mesmo após o fim da UNEF. O depoimento entrecruza o temor e a surpresa. Aquela, dos brasileiros; esta, dos israelenses, ao encontrar um batalhão da ONU no meio do fogo cruzado. Com uma fotografia da invasão israelense nas mãos ele explica:

Nós perdemos todos os fardamentos, porque estávamos no batalhão canadense fazendo a segurança do canadense; e na minha folga fui com os colegas para Gaza fazer compras. Então essa invasão aqui houve depois que eles tinham dominado, aqui é o segundo dia. E isso aqui é a entrada do batalhão, foi quando eles invadiram a faixa em que estava o batalhão. A bandeira estava hasteada, a bandeira do Brasil. Para os israelitas foi surpresa encontrar um batalhão brasileiro lá dentro.³⁴¹

O veterano também relata as conseqüências administrativas para o comandante do Batalhão brasileiro de então, pelo fato de supostamente ter aceitado permanecer por mais tempo no Egito mesmo após a UNEF ter sido extinta, em maio de 1967.

A jogada do árabe com esse convite que nos fez permanecer lá mais dez dias a título de convite especial, foi uma jogada muito perigosa; na minha avaliação o nosso comandante pagou um preço muito alto. Ele [comandante] foi reformado administrativamente. Então foi um risco muito grande que nós corremos com essa invasão aqui; eles invadiram o campo e cercaram o batalhão; isso devia ser umas 10 horas; nós tínhamos acabado de chegar de Gaza [...] Então, essa foto aqui demonstra realmente que foi o momento em que eles entraram no campo para fazer o reconhecimento [...].³⁴²

Sargento Macedo recorda também os acontecimentos do primeiro e do segundo dias de guerra, quando as FDI já investiam para além dos limites do Batalhão brasileiro, em direção à Península do Sinai e ao Canal de Suez; e o tiroteio diminuía à proporção que avançava o território das FDI sobre o deserto.

Então no dia sete nós amanhecemos ainda no batalhão, [aí] foi que (sic) nós fomos começar a acreditar, porque já tinha diminuído o tiroteio. Israel já tinha dominado a situação então havia tiros esporádicos, porque são os mais perigosos individualmente [...] O sargento Augusto é desses homens pouco modestos [...] Porque quando gritaram: “Estamos cercados!”. Ele dormia com arma dele debaixo

³⁴¹ Id. *ibid.*

³⁴² MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

da cama, ele falou: “morro, mas levo outros comigo”, e numa guerra, uma pessoa com uma arma apontada para você, você não vai esperar ele atirar.³⁴³



Figura 30 – Foto do caixão, após a exumação, com o corpo de Adalberto Macedo.³⁴⁴

Fonte: Acervo particular.

Naquele mesmo dia (05/06), após o restabelecimento do contato com o comandante, o então secretário geral da ONU, U Thant, recebia um relatório da UNEF. Na peça, pode-se observar que tanto as autoridades da Força Internacional em Gaza, quanto U Thant em Nova Iorque desconheciam a íntegra dos acontecimentos na zona de guerra, como, por exemplo, a morte do cabo brasileiro. De acordo com o relatório oficial do dia 5 de junho de 1967, o primeiro dos seis dias de guerra, no seu item 4, informa-se o restabelecimento do contato com o comandante da UNEF, e que o militar brasileiro, o cabo Carlos Adalberto Ilha de Macedo, fora apenas “levemente ferido”:

Relatou a existência de “fogo de artilharia às 14:30h local [Faixa de Gaza], no acampamento principal do Batalhão indiano, com o qual as comunicações tinham se perdido. Ações de atiradores de elite foram reportadas ao mesmo tempo em *Rafah Camp*. Às 15:20h, horário local, foi relatado fogo de artilharia perto do Campo principal Sueco, e ao mesmo tempo fogo de artilharia e morteiro perto de *Rafah Camp*. Em *Rafah Camp* foi relatado que um soldado brasileiro e dois civis foram levemente feridos.³⁴⁵

³⁴³ A Guerra dos Seis Dias teve início no dia cinco de junho e não no dia “sete”, como afirma Macedo.

³⁴⁴ Com a permissão de Israel, após ser exumado, o corpo do cabo Adalberto Macedo foi embarcado para o Brasil com seus companheiros; dessa forma, todos os boinas azuis retornaram ao País.

³⁴⁵ 4. Contact has been re-established with the Commander of UNEF who reports artillery firing at 1430 hours LT on the Indian Battalion main camp, with whom communications have now broken down. Snipers' fire is reported at the same time from Rafah Camp. At 15:20 hours LT, artillery firing was reported near Swedish Battalion main camp and at the same time artillery and mortar fire were reported near Rafah Camp. In *Rafah Camp* one Brazilian soldier and two local civilians are reported lightly wounded. *Supplemental Information*

O estrato acima é econômico com relação à destruição cometida pelas FDI contra o Egito, na Faixa de Gaza, porque contém informações apenas concernentes aos estragos feitos à UNEF. Com base nos depoimentos orais, percebe-se que o relatório é extremamente superficial, e não dava conta da realidade dos fatos. O que era compreensível, em virtude do caos estabelecido pelas FDI, com a *blitzkrieg* encetada no deserto e nos principais pontos de comunicação egípcios. Daí a carência e a imprecisão das notícias que chegavam ao Ocidente naqueles dias. Na composição do tecido textual do sargento Macedo, há uma narrativa vivaz e rica em detalhes. Ao comentar sobre a guerra, entram elementos de estruturas diferentes: os eventos épicos e os menos complexos, divagações existenciais e polêmicas. Fios “ordinários” e nobres, em uma trama complexa de avanços, recuos, mortes, hesitações e decisões impensadas.

9.3 Entre lembranças, as cores e o cheiro da morte

Cheiro, ruídos, cenas e personagens são marcas deixadas pela guerra na memória de Macedo. Mas a guerra é, por excelência, um depósito de morte. Um dos momentos mais marcantes para o sargento Macedo refere-se ao da morte. Fugiram dela por quarenta quilômetros e a reencontraram por volta do meio-dia do primeiro dia de guerra. Aqui ele nos oferece uma descrição detalhada dos momentos em que o cabo Ilha foi alvejado com um tiro no pescoço e teve morte instantânea:

Tem uma parte que não esqueci que me marcou muito; foi quando mataram um cabo nosso, me marcou muito. Ele tinha uma cadela, ela estava latindo. Ela era a mascote do pelotão, ela deu um latido nessa hora quando mataram um cabo nosso [...] A noite toda foi de tiroteio. Num combate, não pode parar a infiltração, tem que demonstrar que todo mundo está atento. É tanto, meu amigo, que, nesse momento, eu vi quando foi dada a ordem para nos prepararmos, que Israel ia atacar em no máximo duas horas. Esse cara que foi assassinado estava com o uniforme dele todinho na lavanderia. Então, quando ele recebeu a ordem para se preparar que tinha duas horas, ele correu, quando passou correndo na frente do gravador a cachorrinha latiu, o pessoal todo olhando, não sei se foi o Fonseca que gritou: “Cabo, toma cuidado, não faz uma loucura dessas!”. Quando ele parou os atiradores atiraram nele; aí não teve como segurar, aí todo mundo já saiu correndo para apoiar o cabo. Lógico que o cara que atirou deve ter visto que muita gente saiu para socorrer, fugiu. Então o trouxemos para nossa barraca e foi mandado preparar uma urna, porque não tinha como se comprar. Tinha um mecânico [e ele] então preparou uma urna para trazer o corpo para o Brasil. Bom, quando chegou o transporte de Israel para [nos] levar para a cidade, daí embarcamos com todo o batalhão acompanhando o corpo.

Foi um comboio até chegar ao barco, daí nos deslocamos para Trieste [uma viagem] que durou três meses mais ou menos.³⁴⁶

A facilidade com que Macedo monta sua narrativa é a mesma com que expõe emoções. Ambas marcam o relato da morte que rondava o quartel e alcançou um cabo enfermeiro brasileiro. Na terceira entrevista, sargento Macedo relembra o momento da morte do cabo Ilha, apontando que tinha o mesmo sobrenome seu: “Macedo”. Lembranças “banais” e inesquecíveis impregnadas na memória do veterano, destacando o caráter do praça a quem chama de *oficial*, e afirmando que a combinação do senso de dever e obrigação e o desespero com a guerra precipitaram os acontecimentos em prejuízo de sua vida. Desfiando trechos de lembranças, ele conduz o leitor à seqüência dos passos que marcaram a convivência com o morto e o ritual até a chegada ao Brasil.

O oficial (sic) gaúcho com o nome também de guerra Macedo era uma pessoa cumpridora de suas obrigações, determinado e muito prestativo a seus superiores. Quando ele recebia qualquer missão tentava resolver da melhor maneira possível. No entanto, foi uma das vítimas da guerra na Faixa de Gaza [...] e ficou conhecida como a “Guerra dos seis dias” [...] Foi morte instantânea, o tiro entrou na nuca e saiu na boca rompendo a face do rapaz... Foi uma morte estúpida, porque toda morte de guerra é uma morte estúpida e que nos causou realmente um problema grande, porque com a eminência de sermos transportados do batalhão para o território de Israel, ainda tínhamos mais essa morte do companheiro [...] tentando cumprir uma ordem que lhe fora dada [...] Logo depois de isso ocorrido [ele foi] conduzido para enfermaria. O corpo ficou pouco tempo lá na enfermaria [...] foi feito sepultamento e depois foi exumado para colocar dentro da urna... Em Trieste [cidade da Itália], passamos oito dias aguardando ordem para o embarque novamente para o Brasil. Durante esse período todo o corpo lá dentro da urna permaneceu conosco. Tivemos a guarda que a gente faz dentro do navio, até desembarcar no Rio Grande do Sul para ser feito o sepultamento. Em Porto Alegre a urna foi velada pelos familiares que prestavam a última homenagem, foi isso que durante a guerra aconteceu com o Batalhão Suez.³⁴⁷

A maneira como o autor relembra os acontecimentos o conduz à cena da guerra, com sua estrutura e seus atores principais: gentes em combate, barulho, fumaça e a cena ambivalente do deserto arrasado. Põe o imaginário da guerra em destaque e encontra um lugar para se abrigar de bombas e tiros, bem como para os soldados e oficiais, buscando escapar do destino, procurando segurança no meio do fogo cruzado. O relato sobre a Guerra dos Seis Dias é uma prova do grande tesouro da memória do terceiro sargento Macedo. Aqui se deve dizer que isso se dá tanto “*pelo que é falado*”, quanto pelo “*como é falado*” com os fragmentos do tecido histórico do Batalhão Suez.

³⁴⁶ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003. O sargento refere-se a uma cadelinha que era mascote do Batalhão e que estava próxima deles no momento da morte do cabo Ilha.

³⁴⁷ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

O relato é um filão generoso de informações, como a lembrança das distâncias, dos parceiros, do motivo da ida à Gaza, o preço do táxi, os diálogos e os primeiros minutos de uma guerra anunciada, mas que nem Israel nem o Egito queriam começar, e, por último, a fuga rumo ao Batalhão. Os detalhes da morte e o transcorrer das exéquias em homenagem ao cabo até o Brasil também reforçam a importância da memória como fonte e como metodologia de trabalho de resgate histórico.

Aquele pessoal [árabe] que trabalhava no quartel o único que arranhava um pouquinho [de] inglês era o Pernambuco. Correndo num carro para chegar à base sem nenhum [de nós] falar nada, diante do perigo que a gente estava vendo. Se nós tivéssemos demorado 20 minutos mais, teriam nos matado. Porque tem uma ponte que separava a cidade do deserto [...] Quando nós atravessamos a ponte aqui estouraram a ponte, ainda não tínhamos chegado ao posto policial [...] Lá nós fomos presos, tirados do carro para ser identificados e todo o tempo o cara com a arma apontada para a gente. Você não sabia o que ele estava dizendo. Lá, o oficial que estava responsável por aquele posto olhou e traduzia a agenda e nos liberou. Aí continuamos; quando chegamos, ele fez a volta, vinha um carro de combate ligeiro [...] Aquele carro, metralhou a caminhonete do rapaz, ouvimos os *pipocos*. Já era a [operação] limpeza que vinha, porque o grupo da tropa já tinha passado. Pois meu rapaz, passamos por essa trajetória todinha.³⁴⁸

Com uma narrativa entremeada por repetições, anátemas, aliterações ele procura enfatizar, explicar, deixar claro sua versão dos acontecimentos vivenciados. Não quer deixar dúvidas, especialmente quando ajuíza o suposto convite egípcio: um compromisso espúrio com desfecho trágico. A riqueza descritiva, a minúcia tecida na narração faz com que os acontecimentos pareçam contar a si próprios. Através de anáforas, de palavras e frases, sua linguagem “avança”, e o discurso se torna rotundo, sublinhando suas ponderações que mitigam a “astúcia” árabe na figura de Nasser. Manejando com habilidade os fios que tecem a trama das cenas e das sequências dos acontecimentos, ele propõe interpretações. Seguindo sua perspectiva de linguagem fática, ele para, visando enfatizar os fatos narrados, buscando, através das pausas, proporcionar credibilidade a sua versão dos fatos: “Tudo isso aí é verdade. Não tem nada inventado ou criado. Tudo que contei procurei memorizar, mas está tudo aí de uma forma que você pode tirar alguma coisa.”³⁴⁹

Vale dizer que não é apenas nos depoimentos dos veteranos que as ações dos israelenses junto aos palestinos (antes, durante e depois da Guerra) carecem de uma visão

³⁴⁸ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

³⁴⁹ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

crítica. A descrição de um jornalista brasileiro, presente na Faixa de Gaza, seguindo as pegadas da Guerra, dois dias após seu início, é reveladora. Flávio Alcaraz escreveu em bloco de anotações sobre o avanço israelense e o aprisionamento de parte do Batalhão Suez pelas FDI:

Deixamos a cidade [de Rafah] e ganhamos a estrada intacta que, paralela à costa do Mediterrâneo, liga os 50 quilômetros que separam Rafah a El Arish. À saída, uma loja moderna, dando a impressão de ter sido saqueada, as portas arrombadas e impudicamente abertas. Ao alto, ocupando toda a sua fachada, um letreiro em manchete: ‘*Victory Shop*’... Ali defronte, em meio ao areal, a 7.^a Companhia brasileira da UNEF ficou presa sob a mira das metralhadoras de Israel, durante 36 horas. E então o deserto. E as pegadas frescas da guerra. Um quilômetro adiante, o primeiro Stalin reduzido a sucata... negro como carvão e apontado ainda em direção ao avanço de Israel.³⁵⁰

Nenhuma questão se levanta quanto à condição humilhante a que as FDI impuseram aos soldados brasileiros, aos saques, aos corpos mutilados (“as duas pernas encostadas no peito e os dois braços querendo estreitar a cabeça decepada”), e a terra arrasada deixada para trás.³⁵¹ Afinal, estavam vendo o produto da guerra, e, na guerra, as bordas dos limites são tênues demais para mensurações de valores. A guerra poderia explicar-lhe tal cenário e tal falta de crítica. Pelo menos havia a indignação estomacal:

Mas eu não me conformo. Ainda há uma semana aqueles homens foram meu chofer, meu camareiro, meu guia, meu intérprete, meu amigo no Cairo. E a indignação do cérebro desce para meu estômago, e vomito convulsivamente [...].³⁵²

Estes relatos, fragmentos de um tecido gasto que se desfaz com as narrativas cozem nova ambigüidade: a dicotomia palestinos/“não-civilizados” x israelenses/“civilizados”, e requer uma nova proposição, posto que, aqui, quem saqueou foi o “civilizado”. O “orientalismo”, ou seja, o modo de entender e explicar o oriental antes era identificado *somente* em relação aos árabes, agora alcança os israelenses, em busca de butim de guerra. É a economia política da guerra: acumular, literalmente, da forma mais primitiva, com saques, pilhagem e a produção de “fetos... gigantes, de um metro e tanto que estão carbonizados. Alguns ficaram reduzidos apenas ao tronco encolhidinho e esturricado”.³⁵³ Com essas narrativas põem do avesso suas representações sobre “os outros” e, no limite, a si próprios; mudanças das condições discursivas, como a de repartir árabes e israelenses: a narrativa sobre a guerra estabeleceu um jogo de soma zero; quem é bárbaro? Quem é civilizado?

³⁵⁰ Alcaraz, op. cit. [1967]; 1996, p.159.

³⁵¹ Ibid., p.160.

³⁵² Alcaraz, op. cit. [1967]; 1996, p. 160.

³⁵³ Id. ibid.

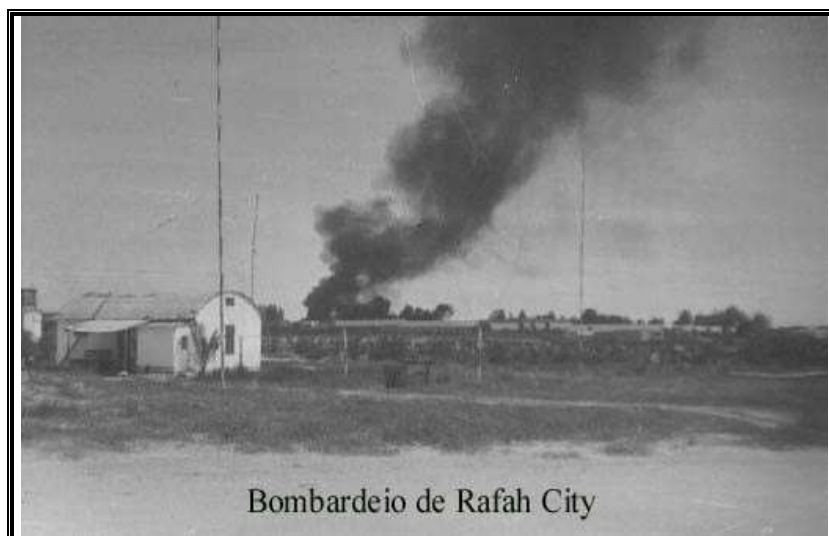


Figura 31 – Foto do Bombardeio no Batalhão Suez. Instalações do Batalhão Suez ardem em chamas na Guerra dos Seis Dias.
Fonte: Acervo particular.

No trajeto temático esboçado sobre a Guerra dos Seis Dias, há outro sargento piauiense, o então terceiro-sargento Fonseca. Este apresenta sua versão para o início da guerra, e também cita a fuga da qual tomou parte com o sargento Macedo. Ele oferece uma narrativa mais “enxuta”. A organização do tempo e do espaço é revelada sem floreios, entretanto, com a mesma configuração de personagens e eventos. Ambos se referem ao momento da mesma forma, sem mudanças significativas quanto à *seqüência dos eventos*. A versão de Fonseca é praticamente igual à de Macedo; contudo, no modo de discorrer, há diferenças interessantes quanto ao *conteúdo*, à *forma* e aos *personagens*.

Nós estávamos exatamente na cidade de Gaza pagando, na Loja Zacarias, quando realmente começou o bombardeio de avião. Só via era fumaça, bombas estourando por todos os lados... A gente comprava fiado, não era carnê, era um caderno, ficava anotado, o dono da mercearia Senhor Zacarias, um árabe, colocou o nome de “A brasileira”, porque realmente a gente comprava muito. A gente estava pagando as dívidas para vir embora, quando começou essa guerra violenta lá [...]. Foi realmente uma situação de grande apreensão, de medo também, todo mundo sentiu medo. O motorista de nosso táxi, no caso lá já era um automóvel Mercedes, nos trouxe dizendo que estava começando a guerra. Fez aquele barulho todo; ele falava rápido, ele nos levou de volta. Encontramos vários carros estragados, corpos pelo chão já nessa volta.³⁵⁴

O texto de Fonseca não se alimenta de imagens, cores e valores presentes na narrativa de Macedo. Fonseca e Macedo revelam que, embora todos conhecessem a relação conflituosa entre árabes e israelenses, não havia entre si a expectativa da Guerra. Nem mesmo um

³⁵⁴ FONSECA. Teresina, 2005. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 16 ago. 2005.

ambiente de grande movimentação de tropas e blindados egípcios e israelenses, nas bordas da ADL, conseguia demover os dois boinas azuis de que algo se encaminhava para um confronto bélico. Ao contrário, o clima observado e descrito não dava sinais claros de que nada de grave pudesse ocorrer daquela forma e naquele momento; daí a surpresa de ambos e de outros soldados quando falam sobre a guerra.

Quando chegamos [ao Egito], não havia expectativa de guerra. A gente via uma população e muitos amigos [...], os árabes lá falando em português. E nessas patrulhas que a gente fazia nessa linha divisória ao lado, a gente via muitos árabes e judeus, cada qual fazendo o seu papel. Mas não se tinha a impressão de que nesses poucos meses depois iria ter uma guerra tão violenta, como teve a tomada daquela região toda por Israel, que agora anda devolvendo uma parte [...].³⁵⁵

O ponto de vista de Fonseca, sobre a expectativa da guerra e seu rastro deixado no ar e nas areias do deserto do Sinai, não propõe interpretações, não traz polêmicas. Suas frases procuram *apenas* pontuar os momentos e o ambiente em que os fatos ocorreram. Não se permite aventar hipóteses para a situação na qual estavam envolvidos momentaneamente. O veterano mimetiza as seqüências sem agregar juízos, revelando um conhecimento fundamentado, do qual é agente; sua descrição tem menos erudição e mais equilíbrio. É também a fala das perdas econômicas; na Missão “ganhava três vezes mais”, um prejuízo considerável.

Realmente, houve esse problema devido à guerra que não se esperava que tivesse tão cedo. Mas mesmo antes da guerra a nossa missão já tinha terminado. E realmente a gente tinha aquela esperança de passar mais esses meses lá na Faixa de Gaza, mas também de conhecer Beirute, [onde] tinha uma feira muito tradicional de ouro; poderia comprar alguma jóia para trazer para os familiares e também de voltarmos com a vida um pouco mais arranjada; porque, como falei anteriormente, a gente ganhava três vezes mais do que no Brasil, e em dólar, que era bastante valorizado. Então tudo isso foi um negócio bastante decepcionante da gente não conseguir ficar lá mais tempo. No início da guerra, nós estávamos fora do alojamento; nós conseguimos voltar num táxi, era um Mercedes Benz, de cor avermelhada. E, quando chegamos [ao] alojamento, houve uma rajada de metralhadoras via aérea que rasgou a parede do nosso alojamento, mas felizmente não pegou ninguém. E nós depois ficamos todos recolhidos durante essa guerra no nosso alojamento. Às vezes dava para ver aqueles táxis de Israel passando de um lado para o outro, os carros de combate, os aviões rasgando aquele céu de um lado para o outro, aquela fumaça, os incêndios que se via muito a distância. E passamos esses dias todos praticamente confinados no alojamento. E quando foi com dois, três dias, começou uma fedentina terrível. Aqueles cadáveres não sepultados (mais cadáveres dos árabes) [eram] muitos. Foi grande o número de mortes entre os judeus e árabes, muitos mortos por parte dos árabes. E depois que acalmou começamos a sair devagarzinho dos alojamentos, observando; e felizmente só tivemos uma morte de um cabo do nosso lado, era até da parte de saúde. Mas foi se acalmando normalmente; depois as missões diplomáticas do Brasil entraram em ação para sair lá do território, para ir para o território judeu.³⁵⁶

³⁵⁵ Id. *ibid.*

³⁵⁶ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

Nesta pequena biografia da Guerra e do final da Missão, em que rememora o itinerário da viagem de retorno ao País, Fonseca apresenta as idas e vindas de um batalhão vencido e humilhado, claudicando de porto em porto, entre o cheiro e as sacas de café, assistindo ao sonho de centenas de missionários da paz transformar-se em pó.

Nós viemos embora já através de Israel, porque naquela época fomos transportados da Faixa de Gaza em comboios para o porto, lá de Israel. Começamos a nossa viagem de volta para o Brasil no navio Soares Dutra. Era um navio que foi carregado de café, e nós aproveitamos esse navio e voltamos nele para o Brasil. Embora tenha demorado mais, porque estava bastante carregado de café, foi à cidade Bari, Trieste, descarregar essa carga. Voltou para a Ilha de Chipre, depois de Chipre nós voltamos para Marselha, França, depois Ilhas das Canárias para seguir para Recife Pernambuco. Depois, Rio de Janeiro, e em seguida, Porto Alegre. E começou a se desfazer o Batalhão Suez.³⁵⁷

Na “seleção” dos eventos finais vivenciados na Missão, o terceiro sargento Fonseca também relembra o saque realizado pelas tropas de Israel no segundo dia de guerra, momento em que mantinha preso todo o Batalhão Suez. São informações preciosas na reconstrução da memória, da vida de cada um na Missão.

À tropa brasileira foi ordenado que ninguém se retirasse do alojamento, que ninguém se retirasse do quartel. Então, praticamente não houve nada de atrito entre a gente e as Forças de Israel [que] estavam dominando tudo. Agora o que aconteceu foi que aquelas pessoas que ficaram longe dos seus bens, como aquele cabo, praticamente ficaram só com a roupa do corpo. Levaram máquina fotográfica, levaram aparelho de som, levaram canetas, porque naquela época tinham muitas canetas bonitas e eram baratas, e vários materiais de lembranças que iam trazer para o Brasil. E posteriormente com a intervenção da Diplomacia brasileira, já quando estávamos no Brasil, nós fomos indenizados por Israel dessas coisas levadas, pelos soldados israelenses. Mas teve esse incidente da gente ficar praticamente sem roupa, mas que fomos contemplados depois através da indenização de Israel.³⁵⁸

As narrativas de Macedo e Fonseca são espaços para a “afirmação étnica” que segue os moldes de um suposto “orientalismo”, ou não, que procura imprimir um cunho específico, geralmente negativo, excêntrico, exótico etc., a toda e qualquer manifestação da cultura, *das astúcias* e artes cotidianas dos palestinos; espaços de “afirmação cultural” e de gênero, quando enfatizam as *supostas* liberdades conquistadas pelas mulheres brasileiras do ponto de vista da cidadania e no mundo do trabalho.

9.4 No fogo cruzado: o que comer na guerra

No inventário das representações, é possível alcançar a humanização da Missão, e, mais que isso, a humanização dos atores no meio de uma guerra. Os resíduos do passado

³⁵⁷ FONSECA. Teresina, 2005. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 16 ago. 2005.

³⁵⁸ FONSECA. Teresina, 2005. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 16 ago. 2005.

rememorados por Macedo são uma fonte rica e um meio de conhecimento de banalidades importantes para a bricolagem dos micropontos do tecido da história do Batalhão Suez. A esse respeito, vale dizer que, enquanto, no *front*, a guerra prosseguia, defronte ao Campo Brasil, no seu interior, os sinais indeléveis do correr das horas marcavam seu encontro com compromissos prosaicos e a quebra da rotina. A narrativa abre espaço para o cansaço físico e psicológico, e o corpo demandando alimento. A memória de Macedo sobre a guerra resgata ocorrências banais, cotidianas, tais como: fome e medo, e a descrição da dieta forçada, enquanto, fora do portão, reinava o cenário devastado pela guerra.

Depois de comer o pão dormido, nós fomos verificar qual o saldo. Caminhões que estavam na estrada todos furados, porque houve tiroteio baixo. Nós não perdemos um soldado que estava na enfermaria por milagre, aquele cara não nasceu para morrer tão cedo não, porque o cara deflagrou a parede de madeira e atirou, metralhou todinha e não matou ele. Ele parece que estava dormindo que nem ele mesmo percebeu que tinha metralhado a parede dele toda [...] Ração é comida fria, lata de conserva, farinha, bolacha, pão, você abre a lata, se você [não] tiver meio de esquentar um pouco, então se come fria [...].³⁵⁹

E mais adiante, deplorando o despreparo do Batalhão para aquelas condições, revela uma das muitas dificuldades advindas da guerra: a fome.

No primeiro dia não houve almoço, porque a guerra começou cedo, começou às 9 horas da manhã, foi o dia todinho de tiroteio. Aquele mais corajoso [que] estava procurando um pedaço de alguma coisa para comer ia se arrastando pelo chão. No pelotão lá da minha barraca fui atrás do cabo oficial, atrás de comida. Então atravessei, vamos dizer, lá era rua, aqui do lado direito tinha os cabos oficiais, acolá era o alojamento, os quartéis lá eram divididos assim, então a comida vinha de lá. Então fui atrás porque não era possível que não [tivesse] comida lá sobrando, porque, aqui, viraram as panelas. Então às vezes saía me arrastando atrás de comida. Então com isso você vê que é muito difícil você estar preparado para uma guerra.³⁶⁰

O soldado Intérprete brasileiro Edson Iabel, que também participou do 20º Contingente e trabalhava para o QG da UNEF em Gaza, havia sido transferido na função de Assistente do Protocolo Geral, e estava alojado no “Tre Kronor”, o Campo Sueco em Gaza, quando irrompeu a Guerra. Escrevendo sobre a Guerra dos Seis dias, ele revela um cenário de medo, carências, surpresas e solidariedade. É a memória de um inventário de mitigações que lhe marcou o terceiro dia de guerra:

A luz e as comunicações foram finalmente restabelecidas. Ainda aturdido com os acontecimentos mal pude acreditar em meus olhos, com a imagem de 2 rostos familiares: os soldados Jandir Regianini e Jorge Karam, cobertos de poeira dos pés a cabeça! Eles tentaram chegar em Rafah, Sede do Batalhão brasileiro, mas tiveram que voltar no meio do caminho. Diversos voos razantes de bombardeios da Força

³⁵⁹ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

³⁶⁰ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2003.

Aérea Israelense, despejando bombas sobre posições inimigas. No final do dia, abandonamos o QG e nos deslocamos em comboio até o Campo Sueco, junto à praia de Gaza, onde reencontramos alguns oficiais brasileiros. Aproveitamos para saborear nossa primeira refeição em 3 dias; ração de guerra, gentilmente compartilhada pelos soldados suecos. Passamos o restante do dia, dentro de trincheiras, ao abrigo do fogo cruzado.³⁶¹

9.5 O fim da Missão e a saída melancólica por Israel

No cotejo descritivo dos resultados da guerra, sargento Macedo informa o quadro dramático da cenografia que atravessaram na saída dos acampamentos militares em direção a Israel, cujo destino final seria o Brasil. A fala é atravessada pela exposição da precariedade em que deixaram a Faixa de Gaza. Condições pouco honrosas para quem durante dez anos teve total preponderância, destaque e algum respeito das duas partes em conflito. Simbolicamente, seguiam como um batalhão aprisionado, cabisbaixo, derrotado em sua Missão de promover a paz entre dois vizinhos.

Nós fomos exatamente sair do batalhão, fomos remanejados pela primeira força de Israel, levados a pernoitar à margem do Mediterrâneo. Então de sete para oito [de junho] nós dormimos. Fomos acampar. No acampamento você dorme na areia porque não tem como abrigar toda aquela tropa. Então nós acampamos no dia sete para oito. Às 6 horas da manhã fomos apatriado (sic) para o cais do porto do navio que já estava no local. Quando fomos deslocados em comboio do Campo Brasil lá para o porto de Israel, nós fomos conduzidos em ônibus, às 8 horas da manhã.³⁶²

Lavrando memórias do retorno, sargento Macedo apresenta aspectos relevantes para a montagem do cenário da guerra. Há a ênfase na hierarquia cronológica e de importância dos eventos: destruição, morte e o odor dos corpos decompostos à beira das estradas; a saída para o Brasil e, afinal, o fim da Missão para os brasileiros.

Isso é muito importante. No nosso primeiro deslocamento, pessoas que são fracas não suportavam ver corpos mutilados. Um exemplo: quem foi correndo para pular essa cerca aqui e o cara te alcançou, tu ficou enganchado. Corpos [depois] de ter passado dias anteriores na limpeza (como chamamos na vida militar, depois do combate vem a limpeza) que é captar os mortos, os feridos, vem os serviços de saúde da Cruz Vermelha. Ela vem junto aos militares fazendo a limpeza de resgate, não é a limpeza como chamamos limpeza de combatente. Então você via coisas horrorosas, pessoas que estavam no sol do dia anterior a pessoa quando morre se pegar sol fica negra que parece um tição, eram pessoas esquartejadas. Às vezes uma granada, você vai caminhando aqui e vai se deslocando um automóvel passa por cima de uma mina, arrebenta o carro todo, milhares de motos, milhares de carros amassados [...] é uma coisa absurda, destruição generalizada em bens e humano, casas bombardeadas, através de bombas soltadas dos aviões ou mesmo destruídas por granadas de canhões. A guerra é isso, é acabar com a *raça* que você está

³⁶¹ Yabel Charm. *Guerra Dos 6 Dias (1967)* - um breve resumo. Depoimento enviado por e-mail por Theodoro da Silva Junior. Acesso em: 17 mar. 2007.

³⁶² MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 3 set. 2004.

combatendo. Então foi tudo isso que nós passamos durante o deslocamento, nós vimos isso a olho nu. A gente não parava para não interromper o comboio. Nós íamos ficar na beira do Mediterrâneo, porque ninguém agüentava mais a fedentina; nós fomos obrigados a suportar a fedentina. Foi isso [que] vimos durante o deslocamento. Caminhei 500 metros, encontrei um corpo e outro, tanta gente morta [...] ficava amontoado de gente. Lá as covas eram coletivas, não tinha esse negócio de enterrar fulano aqui e outro aqui não. Abre aqui uma vala, identifica quem é, tira a medalha que você anda com ela para saber quem é você, quem foi que morreu. Encontrou morto, tira logo aquilo e anota, recolhe lá. Essa eu vi de perto, participei olhando uma guerra, três, quatro caminhões cheios de mortos [...].³⁶³

A retirada do Batalhão Suez da área de operações para Israel com destino ao Brasil foi feita sob a supervisão de Israel. Durante todo o percurso, os soldados puderam observar o cenário de guerra com seus epítetos mais alusivos. Para retornar a descrição do jornalista brasileiro Flávio Alcaraz, ele relata que, por todos os lados, era possível observar:

Árabes mortos como moscas, ao longo do caminho, e cada vez em maior número, à medida que vamos chegando ao aeroporto internacional construído pela ONU. Mas já não lhes damos a mesma importância de há pouco. Parece mentira, que até a isso a gente se acostuma.³⁶⁴

O autor vai percebendo que, na guerra, os corpos fazem parte da paisagem; são parte integrante da estética; e somente o sentido moral gera o combustível que impulsiona os combatentes a avançarem sobre as fronteiras inimigas.

À guisa de informação, deve-se dizer que na batalha das FDI contra a 7.^a Divisão egípcia de Rafah, descrita como “uma das mais duras lutas” da Guerra dos Seis Dias e no fogo de artilharia contra os palestinos em Gaza, além de israelenses e árabes, também perderam a vida “os jornalistas Bem Oyserman e Paul Schultzer, da Revista *Life*, cujas últimas fotos seriam publicadas em uma edição especial sobre a guerra, além de doze membros da UNEF”,³⁶⁵ incluindo-se o cabo Adalberto Macedo.

Aliada das fontes escritas, a História Oral, por seu turno, permite que se veja a guerra em um plano que ultrapassa os números da força e a tecnologia empregada; mas também o passeio no rescaldo, o contar os mortos, o avançar das fronteiras, e a crise existencial de jovens, no meio de uma guerra que não era sua, buscando respostas para questões que não conseguiam entender nem responder.

³⁶³ Id. *ibid.*

³⁶⁴ Alcaraz, op. cit., [1967]; 1996, p.166. O aeroporto citado por Alcaraz o de El Arish.

³⁶⁵ ³⁶⁵ Alcaraz, op. cit., [1967], 1996, p. 249.



Figura 32 – Retirada do Batalhão Suez da área do conflito. Morte e destruição captadas pelo comboio brasileiro ao deixar a área de guerra.
Fonte: Acervo particular.

A melancolia que marca as despedidas é representada de maneiras diferentes. Banhados por motivações gerais ou individuais, nos relatos, deixam transparecer as emoções coletivas e de cada um: tristeza, alegria e frustração são as marcas do retorno ao Brasil. Alegrias, tristezas e tragédias marcam a saída da área do conflito. Em outra situação, outro momento e com personagens diferentes, pode-se notar que o fim da participação na Missão tem a mesma gramática emocional para cada um dos veteranos nos vinte contingentes. Um dicionário repleto de aliterações, palavras de amargura e expiação. A esse respeito, a lembrança afetiva de Zouain do momento de partida do penúltimo contingente é exemplar.

De pé na carroceria de um dos caminhões *Bedford*, já em movimento, após passarmos pela guarita [...] foi muito triste olhar para o *Fort Worthington* pela última vez. Já estava amanhecendo, e alguns companheiros que ficaram corriam atrás do caminhão, gritando numa espécie de desespero e solidão [...] Não dá para descrever aquele tipo de emoção e aquela sensação de perda acompanhada de uma grande dor, não física, muito estranha.³⁶⁶

A fotografia a seguir (Figura 33), retirada do acervo da ONU, mostra os últimos instantes do Batalhão em solo israelense, quando do retorno ao Brasil. A legenda na fotografia original, em inglês, afirmava que os 284 soldados brasileiros voltavam para casa após

³⁶⁶ Zouain, op. cit., 2003, p.15.

completar sua Missão na UNEF.³⁶⁷ De fato, retornaram todos os boinas azuis que estavam em missão, inclusive o cabo Ilha. No instantâneo, capturado em Port Said, os dois militares, mais à esquerda e à direita, são respectivamente, o tenente-coronel Luis Dantas de Mendonça, oficial comandante do Batalhão brasileiro; e o tenente-coronel C.C. Torres, oficial brasileiro junto ao Quartel-general da UNEF; à esquerda, no centro, o general Amin Hilmy II, chefe da República Árabe Unida em Gaza; e o Coronel I. J., Rikhye, da Índia, comandante da UNEF. O navio de transporte de carga “Soares Dutra” pode ser visto logo na parte posterior.



Figura 33 – Foto do embarque de volta ao Brasil. Oficiais brasileiros, da RAU e da UNEF, no momento de despedida do Batalhão Suez em Port Said. Fonte: Acervo da ONU.

³⁶⁷ **284 Brazilian Troops Return Home after UNEF Service.** After completion of their service with the United Nations Emergency Force (UNEF), 284 men of the Brazilian battalion left today for Rio de Janeiro on the Brazilian ship, “Soares Dutra”. Disponível em: <<http://www.photolibr@un.org>>. Acesso em: 16 abr. 2007.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CULTURA ESCRITA, IDENTIDADE E SOCIABILIDADES

Os capítulos anteriores procuraram discutir o significado das experiências de vida relatadas pelos veteranos da Missão Suez, analisando as estratégias de sobrevivência, as formas de inserção no trabalho que ali tinham a realizar, os problemas de comunicação enfrentados no contato com os dois povos que vigiavam e guardavam; e ainda com os outros batalhões. Analisa também a reconstrução da realidade social: seus usos, práticas, efeitos e leituras. A História Oral do Batalhão Suez é a coletânea de uma *aventura* humana, a definir uma identidade, as referências de cada um: a história usual.

Em cada capítulo, desfilaram personagens comuns, atores coadjuvantes, principais, e, ainda assim, anônimos de um evento que deveria ser essencialmente de paz, falando sobre si próprios e sobre a Missão. Dos sobreviventes de uma multidão de 6.226 homens que cruzaram o Oceano e pisaram no Sinai, destino *comum*, encontramos treze veteranos piauienses, e mais de vinte boinas azuis de vários outros Estados do Brasil. O produto das narrativas orais é uma escrita sobre os itinerários, as aventuras e desventuras vivenciadas no Batalhão Suez. Interessam, aqui, as classificações e os recortes traçados por estes homens comuns, figuras ausentes de uma história que vivia praticamente esquecida, relegada, dormitando nos porões de suas memórias. Insuflados pela democratização que a História Oral promove, aborda-se o objeto, utilizando o arcabouço teórico do que se chama Nova História Cultural. Assim, os veteranos de Suez são insígnias de proa do trabalho; antes, encurralados na sorte *comum* do esquecimento, agora ganham um lugar próprio na história. Histórias de “homens ordinários”. Retirados do obscurantismo, são chamados para o primeiro plano, para

as luzes, mas ainda assim, homens comuns, que, no Egito, escreveram várias páginas em suas vidas. Esses raros “eleitos” designam o lugar onde seu texto se elabora.

Há um cuidado especial com os detalhes das narrativas, a revelação de gestos e astúcias na seqüência do tempo em que ali viveram. As lições apreendidas, no calor e no frio do deserto, ofereceram aos veteranos uma vasta esteira cultural sobre si e sobre os povos locais. O *corpus* das narrativas permite que se trave um diálogo ou um encontro com outras disciplinas das ciências humanas como as Relações Internacionais, a Sociologia, a Antropologia e a Geografia. Isso torna o trabalho um desafio, exigindo grande esforço para a sua compreensão, o diagnóstico e a escritura de uma história de dez anos, empreendida no velho e gasto solo do deserto do Sinai.

Em suma, este trabalho se sustenta prioritária e unicamente nas entrevistas com os veteranos, no reconhecimento de cada um, como atores principais, importantes no texto da Missão Suez. Suas experiências e linguagem “absolutamente supérfluas” foram colocadas como fontes preferenciais no resgate de *realidades* de uma história ainda em construção. As relações com palestinos e israelenses e as impressões, representações sobre a cultura escrita “dos outros” constituir-se-ão enfoque de grande relevo para o resgate histórico.

De maneira geral, antes das entrevistas, o grau de importância que cada veterano antecipa para o seu papel era o de “banal” e “insignificante”. Suas histórias eram banalidades, nada originais, sem importância. A memória, ao que parece, gerava uma patologia de recalque acerca do percurso e da experiência. Ao contar suas trajetórias, entretanto, os locutores passaram a entender que, como qualquer outro herói ou anti-herói, suas experiências, embora não ultrapassem os *grandes acontecimentos da história*, ganham expressão e um novo pressuposto: o de que desempenharam um papel de relevância na Missão, pois tanto o comandante quanto o soldado sem graduação estão ambos envolvidos na construção da História do Batalhão Suez. Uma história de pequenas aventuras, *vistas de baixo (from below)*, em que homens comuns *se tornam* os narradores, produtores de um texto rico e interessante e definem os lugares do discurso e o espaço (anônimo) do seu desenvolvimento.

As histórias de cada um se entrecruzam no calor das dunas e nos perigos das minas espalhadas na fronteira, eventos de um cotidiano comum, distante, no Sinai. Para tanto, tiveram que compartilhar entre si o conhecimento da área e as vicissitudes da natureza humana, a solidariedade e a compaixão. Há muitos exemplos a esse respeito. O então terceiro-sargento Irapuã declara que tinha um relacionamento muito próximo com seus comandados: seus praças. O soldado Manuel Ferreira também relata que era muito próximo do comandante de seu contingente, o coronel Iracílio Pessoa. O hoje coronel Irapuã revelou que, muitas

vezes, confortava seus jovens soldados quando recebiam notícias ruins do Brasil ou quando estavam emocionalmente enfraquecidos na fronteira.

Normalmente, quando o assunto era a namorada que terminava, aí ele ia se lamentar para o comandante do Pelotão que tinha uma namorada e que pensava que ela gostava dele, [mas o] tinha deixado. Eu tinha que aconselhar e dizer que ele arranjaría outra e tal. Normalmente era problema de namorada, a soldadesca quase toda era solteira; inclusive ao cabo e ao soldado não era permitido ser casado, só se fosse casado extra, mas oficialmente não.³⁶⁸

Estes narradores são construtores de redes de sociabilidades; ou seja, de momentos de encontro, conversas, interação com seus iguais e/ou diferentes. É interessante observar que há uma mudança de prisma nas relações hierárquicas que ali experimentaram, e que se tornavam mais amenas, menos severas e mais sensíveis. Era a humanização de homens “embrutecidos” pelo isolamento social, pela carga extenuante de trabalho, e pela rígida disciplina e hierarquia militar exigida nas areias do deserto do Sinai.

Diferentemente do que se passava em condições de operações “habituais”, no cotidiano de um Batalhão, pelotão ou Companhia no Brasil, pode-se observar que, nesse quadro, a Missão permitiu uma significativa mudança de atitude nas relações hierárquicas entre oficiais e praças. Se no Brasil estas relações eram mais “isentas”, objetivas e distantes, portanto, menos intensas e partilhadas, no aspecto das afetividades, as narrativas oferecem um contraponto, ao expor uma relativa humanização de soldados, em um cenário de guerra iminente, praticamente isolados. Entretanto, e eles procuram deixar claro, mesmo com relações mais próximas, não havia quebra de confiança nos dois pilares do Exército: a hierarquia e a disciplina.

Lá era uma irmandade, todo mundo era amigo. Para você ter uma idéia, para qualquer lugar que você saísse na cidade ou em país que a gente ia, por exemplo, no Líbano, os próprios oficiais gostavam de andar acompanhados com os soldados, porque se sentiam mais seguros; a amizade era muito grande [...] nenhum oficial saía sozinho na cidade sem ser acompanhado de dez a vinte soldados, com medo exatamente de um ataque, de um assalto ou qualquer coisa. Então a amizade era uma irmandade, todo mundo lá era considerado irmão; essa era a realidade, inclusive os oficiais. Não tinha esse negócio porque era coronel, era capitão, tenente. Não. Era todo mundo amigo inseparável, porque exatamente o oficial se sentia seguro do lado dos colegas soldados [...] Eram considerados irmãos. Só tinham dois países. Da América do Sul só tinha Brasil e Colômbia; os colombianos eram tão amigos da gente que a gente chamava assim: “vamos dar umas cacetadas naquele caboclo ali?” Agora, Brasil e Colômbia na mesma merda!” Para tudo que se chamasse o colombiano, ele topava a parada, eles eram mesmo amigos da gente. Amigos mesmo [...] em qualquer confusão que tivesse um brasileiro, tinha um colombiano também.³⁶⁹

³⁶⁸ IRAPUÃ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

³⁶⁹ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

Na narrativa há a intenção de demarcar, deixar claro, e enfatizar que, em determinados momentos, havia uma mudança de atitude, uma relativa horizontalização das relações sociais entre os pares, mesmo que envolvessem soldados diferentes graduações: “*era uma irmandade*”.

Todos os meses nós festejávamos o aniversário dos companheiros da Companhia, cabos, soldados, oficiais; e também de período em período era festejado pelo Batalhão. O comandante do Batalhão festejava os aniversariantes, nós vivíamos nos confraternizando. Por que essa confraternização? Para poder levantar mais o moral da tropa, aqueles tristes aqueles alegres, isso fazia parte. Esse tipo de valorização era para levantar o astral da tropa. Então, fazíamos várias confraternizações.³⁷⁰

Era uma relação muito boa, uma irmandade, uma verdadeira irmandade; inclusive nós nos visitávamos muito; eu pegava a viatura, perguntava quem queria ir ao Pelotão tal; então cabo, sargento, soldado, íamos visitar, fazíamos muito essas visitas, tipo uma confraternização. Isso é normal. Eu passei o meu tempo quase todo em Pelotão [...] tomava-se o café; o sargento levava os soldados para os postos de observação; o restante que estava de folga ficava no Pelotão praticando esporte. Nós tínhamos uma quadra de basquete, voleibol. Quando ele estivesse queixando de alguma doença ia a visita médica do Batalhão. O Pelotão tinha como meio de transporte um jipe, que era do comandante do Pelotão, era ele quem tinha que guiar e uma caminhonete. Era o próprio comandante do Pelotão, não tinha motorista para o comandante de Pelotão. Aliás, quando você chega lá tem a carteira de habilitação, você só pode guiar as viaturas da ONU se tirar a carteira de lá. Então os comandantes de pelotões são obrigados a tirar essa carteira para guiar seu próprio jipe, e a caminhonete era para fazer todo serviço.³⁷¹

Resgatando uma aventura eivada de emoções, frustrações e dedicação ao trabalho, cansativo pela paz momentânea, Theodoro analisa a *moral* militar dos brasileiros. A partir destes pedaços de memória, pode-se ter consciência relativa do que o isolamento poderia provocar nos soldados, naquelas terras distantes, especialmente nos mais jovens. Para tanto, o Exército procurou atender a algumas necessidades básicas, com o intuito de minimizar a influência da distância e dos efeitos psicológicos sobre os pracinhas brasileiros e, assim, elevar a autoestima da tropa:

No início, a vida era monótona, [...] o soldado passava de 2 a 5 meses rodeado por todos os lados pela imensa areia. O estado de angústia que [...] acometia alguns soldados determinava os seus retornos ao Brasil. Para elevar o ânimo do combatente e dar-lhe mais determinação no cumprimento da missão recebida, algumas ações foram providenciadas, como por exemplo:

- Um reforço de gêneros perecíveis, principalmente arroz, feijão e açúcar, agradando a tropa.
- A organização dos alojamentos das companhias em confortáveis barracas, montadas em armações de madeira.
- Havia cinema diário, com filmes falados em inglês, sem legenda.
- Intercâmbio entre os diversos batalhões, em especial com os canadenses e os suecos.

³⁷⁰ COIMBRA. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

³⁷¹ IRAPUÁ. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 27 abr. 2004.

- De vez em quando, shows europeus e americanos, com predomínio do sexo feminino bem selecionado.
- Havia uma cantina bem sortida (biscoitos, chocolates, bebidas, artigos valorosos), permitindo maior conforto à tropa.
- As competições esportivas estimulavam o crescimento do espírito coletivo. Eram realizadas disputas de vôlei, de basquete, de natação, de xadrez, de atletismo, de tiro, de futebol, entre outras. O esporte na FENU dava prestígio, o que proporcionou ao Brasil adotar uma política de seleção dos atletas, visando tornar mais forte as equipes nas competições. De 3 em 3 meses de missão, o militar tinha o direito de uma semana de dispensa, podendo acumular até 28 dias. Essas dispensas-férias poderiam ser passadas no próprio Oriente Médio, na Europa e no Brasil.
- Havia Centros de Licença (*Leave Center*) no Cairo, Alexandria e em Beirute, onde os militares poderiam usufruir de hospedagem em hotéis, refeições grátis e de assistência médica. Tais medidas eliminavam a rotina diária e revigoravam o combatente para o cumprimento de suas tarefas [de guarnecer a fronteira entre Israel e o Egito].³⁷²

10.1 Entre a poeira e a tradição: educação e identidade no deserto

Nas entrevistas com os veteranos, detive-me nas representações sobre a cultura local. Nesse recorte temático, o imaginário coletivo sobre a realidade cultural manifestou-se estilizado em diferentes formas de representação. Reconstruindo seu cotidiano na Missão Suez, rememoram as dificuldades resolvidas, às vezes, com criatividade e “astúcias”, a partir de diferentes meandros de comunicação com o outro: beduínos e os soldados da paz de outros batalhões. Gírias, gestos e rudimentos dos idiomas estavam, ali, presentes. Enfim, eles desenvolveram maneiras próprias de navegar e de *estar* naquele mundo diferente.

Na rememoração sobre a UNEF, analisam os bens culturais beduínos e o conjunto dos padrões de comportamento, crenças e costumes do lugar. Com efeito, no recorte dos fenômenos culturais, encontramos as representações sobre a educação. Aí, o analfabetismo elevava entre estes e o povo do deserto uma separação fundamental. Mas o tema também aparece em um relatório do Exército brasileiro. O analfabetismo entre os soldados foi apresentado pelas autoridades militares como uma das dificuldades operacionais adicionais, no sentido de construir melhor formação e o funcionamento do Batalhão.

A inexistência de escolas na região tinha efeitos visíveis: essa condição favorecia a representação de que a cultura árabe, estendida nas areias do Sinai, fosse básica e tradicionalmente oral. O analfabetismo da população tinha pouca resistência institucional, uma marca perene, havia milênios. Mas na recolha desses fragmentos de memória também é possível levantar algumas questões sobre a cultura escrita, a leitura. Há referências dos boinas azuis sobre a atividade educacional regular e formal dos palestinos, relatos esparsos sobre o

³⁷² E-mail enviado por Theodoro. Acesso em 23 nov. 2004.

imprevisível, como, por exemplo, beduínos lendo à beira de estradas: “estudar era para ir ao Cairo”. Essa é a inferência alcançada, pois somente na capital poder-se-iam tentar outras opções de vida.

Por sua vez, o veterano Macedo procura explicar a condição do palestino comum, pobre e analfabeto, apontando esta perspectiva de mudança de vida. Trata-se de um pequeno fragmento que aparece em um microponto da massa anônima visualizada em uma tarde quente do Sinai. O humilde leitor beduíno e seu livro gasto realçam e põem, na mesa da memória, a possibilidade de contemplar as condições de vida material das personagens, determinadas seja pelo econômico, político, social seja pelo religioso. O beduíno pastorando ovelhas é apenas um pequeno traço da História da cultura escrita e da leitura, e os agentes históricos da paisagem severina do deserto.

Eles não podiam se ausentar dali, sem profissão, sem saber ler. Então qualquer um que fosse encontrado era repatriado de volta, eram maltratados. Porque eles são muitos severos, a religião deles é muito severa, desobedeceu, paga caro. Então, eles não iam [para as cidades]; quando passava um patrulhamento você encontrava vários jovens o dia todinho com um livro aberto lendo, não sei se era lendo Alcorão. Sei que era um livro; por exemplo, se eles estavam cuidando do seu rebanho passavam o dia lendo. Então, a informação que eu colhi é que eram jovens que estavam se alfabetizando para poder conhecer, ao menos, a capital do Cairo, porque, sem esse conhecimento, eles não permitiriam a entrada do palestino do Cairo.³⁷³

A pouca instrução da maioria da população é um corte de realce, que marca um lugar de destaque no sistema de duplo isolamento em que viviam: o político e o cultural. Ainda que não apareça explicitamente nas narrativas, pode denotar que, naquelas condições, a educação formal representava um desafio supremo para um sujeito diante de um projeto pessoal de vida.

É o seguinte: palestino e árabe lá se misturam, eles são muito mais atrasados do que israelita, atrasadíssimos, tanto que uma classe lá que é muito valorizada, [é a de] professor. Então, aquele refugiado árabe, aquele rapaz que tem mais vontade de estudar, eles estudam muito para chegar a um nível tal, que, a partir daquele nível, eles podem sair da Faixa onde ele está e ir estudar no Cairo ou noutra cidade, mas aí são muito poucos. Então, uma classe muito privilegiada lá é professor, quando você vê uma casa bonita, você pode perguntar: “e essa casa aí?” Essa é do professor tal. São pobres, as diferenças econômicas [são] muito grandes.³⁷⁴

Se em grande parte do Ocidente a educação escolar era uma prática já de há muito generalizada, especialmente na transmissão de habilidades e conhecimentos básicos e como meio de socialização de indivíduos, o modelo de formação social no seio da gente do deserto, era o de uma “folha em branco”. Assim, afastados dos sistemas educacionais formais, a

³⁷³ MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

³⁷⁴ IRAPUÃ. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 5 set. 2003.

realidade compulsória da população aldeã e tribal, fora das escolas, indicaria um desfavorecimento sistemático em suas habilidades e apontava para baixo a sua distinção social, quando comparados aos jovens das cidades ou “do outro lado” da ADL. Este era um vetor negativo de unidade cultural entre as populações beduínas. Enfim, não era através da educação formal que eles se inseriam na engrenagem da sociedade beduína ou alcançavam algum grau de mobilidade social. Embora, nesse jogo, a educação pudesse criar estratificação microscópica de posição entre eles. Uma professora, por exemplo, era mais valorizada que uma analfabeta no momento do casamento; o dote exigido pelo pai era maior.

Imersos na vida rural, os camponeses eram, de fato, majoritariamente analfabetos. Esse fato faz com que existam poucos registros escritos de suas histórias, “da vida pessoal, de suas aspirações, de suas esperanças e de sua opinião acerca de sua humilde condição e de seu infortunado destino”.³⁷⁵ A cultura escrita e os costumes da civilização na Faixa de Gaza eram traços de relevo, comportamentos estranhos e exóticos, que causavam espanto aos brasileiros. A estética do lazer, das sociabilidades e da leitura, ganha verniz na rememoração do passado.

A distração favorita da maioria dos palestinos, no final da tarde, é passear aos bandos à beira-mar, curiosamente de pijamas e chinelos. Era comum vermos homens e rapazes aos pares, alegremente de mãos dadas e dedos entrelaçados! Outros, alheios ao zunzum em redor, caminham lentamente, junto à rebentação, mão direita estendida, segurando, à altura dos olhos, as páginas abertas do *Al-Koran* (Corão). No início tudo aquilo era muito estranho para os jovens brasileiros.³⁷⁶

“Humildes leitores”, essa referência nos faz lembrar que “a leitura não é somente uma operação abstrata: ela é o uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo e com o outro”.³⁷⁷ Essas histórias relatadas, resgatadas são pequenos gestos esquecidos, hábitos desaparecidos no tempo. Sombras e marcas revigoradas na pátina da memória que agora lembram com saudade.

A leitura “jamais é neutra”. Controlar sua produção, emprego, significação é um poderoso instrumento de poder, e se presta ao “controle sobre os corpos”.³⁷⁸ Isso permite inferir sobre o alcance do “poder da escrita”, no interior da sociedade beduína. A extensão do fenômeno cultural, os usos sociais da leitura e da escrita são portadores de poder. No esteio de

³⁷⁵ Donadoni, et al, op. cit., 1994, p.15.

³⁷⁶ Trecho do livro inédito do veterano Edson Iabel, op. cit., 1967, enviado por e-mail por Theodoro Júnior. Acesso em: 13 dez. 2006.

³⁷⁷ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRS, 2002. p. 70.

³⁷⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir apud Chartier. CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRS, 2002. p. 254.

uma vida de provações, a representação social da educação para o beduíno tinha uma função eminentemente utilitária, ordenação específica: “ir para o Cairo”.

Então, a gente notava perfeitamente o lado árabe, o lado onde os palestinos viviam era muito sofrido, eram pobres, a cultura procurando desenvolver, pois você encontrava os estudantes no meio do deserto com o livro na mão, estudando para ver se conseguia fugir da Faixa de Gaza para o Cairo. Então, isso a gente pergunta o porquê daquilo: só podia sair da Faixa de Gaza se soubesse ler e escrever, concluído pelo menos o primeiro grau [primário]. O palestino que não tivesse o primeiro grau não se ausentaria da Faixa da Palestina [...] Então por aí você via que era uma cultura atrasada pelo próprio perfil. Vamos considerar, assim, diferenciando da cultura, vamos dizer aqui do Nordeste, que os *habibes* eram as pessoas camponesas da Faixa de Gaza, que são nômades trazendo e levando, plantando. Então, você notava por aí, que a diferença era grande demais, era absurda [...] sem comparação.³⁷⁹

O lugar circunscrito do palestino analfabeto comum o distanciava e o afastava da feição “moderna” da sociedade imaginada por nossos soldados. A circunstância milenar da educação informal no seio da família e da tribo o atava à sua superfície, cuja planície caíra nas mãos dos israelenses desde a Partilha de 1947; e, a cada evento bélico, ela se resumia a faixas ainda menores, sufocadas entre o Mediterrâneo e o Mar Morto.

A narrativa do veterano deixa fissuras em seu lastro. Observa-se que há estranhamento com o nível cultural dos dois vizinhos. Sobre isso, o estrato expressa dois níveis: primeiro, eles comparam beduínos e israelitas; segundo, beduínos e nordestinos. Da maneira como explana suas percepções, a lógica subjacente coloca os nordestinos dos anos cinquenta mais próximos dos israelenses do que dos beduínos. Embora a realidade educacional do Piauí não aponte uma diferença tão acentuada, se levarmos em conta os dados da população geral e a estudantil do Estado no final daquela década. De uma população de pouco mais de um milhão de habitantes, mesmo com a precariedade dos dados, estimava-se que 50.696 crianças, ou seja, menos de 5% da população, estavam no ensino primário, distribuídos em 1.373 escolas e pouco mais de 1.100 professores em todo o Estado.³⁸⁰ Outrossim, a realidade socioeconômica da região Nordeste, e do Piauí, em particular, também não era tão alvissareira a ponto de que pudessem distinguir a realidade dos habitantes do deserto e os do sertão do semi-árido nordestino.

³⁷⁹ MACEDO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 11 mar. 2004.

³⁸⁰ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano I e Serviço Nacional de Recenseamento, 1958.

10.2 Memória sobre a cultura escrita

Olhando a realidade social da Palestina de cima para baixo, os soldados brasileiros definitivamente, em princípio, acertam em afirmar que, no deserto, não havia uma cultura “habilitada” pelo ensino formal; esta não havia, decerto. O ensino secretado nas aldeias não se constituía um lugar apropriado, um espaço para “o saber formal”. Se o proveito intelectual observado e descrito não era de grande monta, reconhecem, entretanto, que sobravam as sinecuras da tradição e do costume milenar na *arte* de educar, rezar, produzir, colher, cozinhar e dar sentido a suas vidas. A Força viva da cultura beduína, certamente, tinha alento excepcional e alimentava sobremaneira a vassalagem, os fiéis. Era assim desde as suas origens no lento correr dos séculos. Cipriano lembra:

É como eu acabei de falar, o judeu naquela época já não tinha nenhum analfabeto em Israel, era um povo culto, todo mundo estudava. Agora o árabe era um analfabetismo total; talvez metade das crianças não frequentasse a escola aquela época não, inclusive nós tínhamos dois funcionários: Ibrahim e Mamede, dois árabes para fazer faxina. O Ibrahim era solteiro e o Mamede já tinha duas mulheres e tinha criança grande. A gente perguntava: “Mamede os teus meninos estão no colégio?” “Não está não, porque não tem vaga”. Quer dizer, eles não estudavam.³⁸¹

O estrato supracitado procura apenas exemplificar o reforço do atraso intelectual dos palestinos, descrito pelos entrevistados; mas também serve para enfatizar que há uma identificação de representações sobre alguns temas. No caso em tela, há, nas narrativas, uma ausência, uma não-relação sobre a pobreza das aldeias e dos beduínos e a dos sertões e seus habitantes. A narrativa é construída agrupando as dificuldades locais. Entretanto, menos que separar beduínos e nordestinos, elas terminavam por aproximá-los, especialmente para a realidade sertaneja das décadas de 1950 e 1960. Essa visão perpassa todas as entrevistas, seja dos nordestinos, seja dos não-nordestinos. Outra vez, procuram colocar o árabe beduíno como “diferente”; e a identidade ou, pelo menos, a proximidade seria com os israelenses, conforme dito anteriormente.

10.3 Menu de culturas: *experimentando a língua árabe*

Na atividade de vigília da ADL, os veteranos tiveram as primeiras “aulas” sobre o Egito, a língua, o modo de vida das pessoas, usos, costumes etc. Os homens da UNEF estavam distribuídos espacialmente na extensão da ADL. No “tecido espaço-tempo” vivenciado, a memória histórica vai desfiando fiapos de representações, demarcações de

³⁸¹ CIPRIANO. Teresina, 2004. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 1 dez. 2004.

diferenças entre árabes e israelenses e entre brasileiros e os palestinos. Aí podem ser encontradas também pequenas histórias com referências ao idioma. Estes ocidentais reconhecem que tiveram grandes dificuldades com a língua, seja ela qual fosse: inglês, árabe ou hebraico. De fato, o alfabeto árabe é inteiramente diferente do nosso, que usa caracteres latinos com vinte e seis letras. Já o árabe possui vinte e oito letras, sendo quatorze solares e quatorze lunares. Os caracteres árabes eram signos completamente “estranhos e impenetráveis”.

O idioma árabe é a língua do Corão, e, como ocorre com outras línguas, o árabe também pode variar de país para país, como o português em Portugal, que tem um acento e um vocabulário ligeiramente diferentes dos utilizados no Brasil. Uma diferença marcante é a forma como os árabes e os israelenses (o hebraico) escrevem e, naturalmente, leem: da direita para a esquerda. Na esteira das diferenças apontadas sobre as línguas portuguesa e árabe, no alfabeto “deles” não existem letras maiúsculas, nem pontos ou vírgula, assim como também não há as letras “o”, “e” e nem o “p”.³⁸²

Enquanto em suas memórias descrevem pequenas características do idioma árabe, os veteranos priorizam o reforço das diferenças e o seu estranhamento. Estes personagens se *esquecem* ou não sabem que a língua portuguesa herdou várias palavras árabes. Tanto Portugal quanto a Espanha tiveram influência da dominação dos mouros, e trouxeram seu vocabulário para as colônias do Novo Mundo (alfarrábio, almanaque, alface...) ³⁸³. Por seu turno, a expressão *salamaleque*, usada entre Oswaldo, Cipriano e Orisvaldo, significa “excesso de reverência”, e é a transliteração da saudação árabe *salam alikum* (a paz esteja contigo). Pelo jogo dos empréstimos e das influências recíprocas, alguns veteranos retornaram da Missão com algumas palavras, frases e números no vocabulário.

No exame dos pormenores da economia dos encontros mantidos na fronteira, pude concluir que a Linha Divisória nunca foi uma fronteira de inação; ali ocorreu operatividade social e cultural. Além da atividade militar precípua e única de vigília e controle, seus ocupantes estabeleceram um campo fértil de pequenas trocas, nem sempre ocasionais, acidentais ou camufladas; elementos de um jogo político em um cenário perigoso. Mas o oculto da Missão que trata das relações com os judeus e com os palestinos ainda é uma história a ser contada. Limitados pela barreira linguística, as operações de comunicação com

³⁸² As informações estão no livro *Curiosidades sobre o Egito*, enviado por Theodoro. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

³⁸³ Para citar apenas algumas palavras de origem árabe, temos: “bazar” e “xerife”, além das palavras que iniciadas por “al”: alface (*al-khas*), alcaide (*al-qaid*), algarismo (*al-khwarizmi*), álgebra (*al-jabrâ*), almanaque (*al-manakh*). Alfarrábio (referência ao filósofo árabe *Al-Farabi*) significa livro *antigo, volumoso*.

palestinos e judeus eram geralmente articuladas de forma gestual. O árabe era um idioma de signos indecifráveis e difíceis de soletrar; o hebraico, idem. Mas havia, na Missão, quem por ele (idioma) se interessasse e conhecesse mesmo as sutilezas e os acentos diferenciados. O conhecimento ensejava autoridade, poder de sugestão sobre *o falar* com e dos “outros”.

O fato interessante, é que ao contrario da grande maioria de seus colegas canadenses, totalmente desinteressados nos costumes locais, o “brigadeiro” falava muito bem o árabe jordaniano, aprendido, quando servia na UNTSO, em Jerusalém. “Se você quiser aprender falar árabe de maneira correta, não aprenda o ‘palestino’; na Faixa eles falam uma espécie de dialeto, comum aos semi-analfabetos dos países árabes. Prefira o ‘jordaniano [...]’ Aconselhou meu amigo, preocupado com meu *arabic* de meia-tigela.³⁸⁴

Em suma, se a não entrada no sistema educacional formal representava o passado e o presente nas aldeias, o analfabetismo traçava os limites de quem ia e de quem ficava, de quem se distanciava e de quem se agarrava ao seu exílio. Entretanto, efetuavam-se *apartheids* internos, as diferenças culturais nunca evitaram a atividade multiforme de contatos entre os soldados brasileiros e os palestinos nem entre aqueles e os judeus: vozes, olhares, gestos, toques, carícias e sexo. Definitivamente, a economia das relações entre os soldados da paz e aqueles dois povos parentes e inimigos não foi uma página em branco. A diferença do contato com os judeus é definida apenas no plano quantitativo. Enfim, estar “do lado de cá”, isto é, dentro da Faixa de Gaza não os impediu de estabelecer um texto de contatos: perigosos, fragmentados e proibidos. O texto restrito e construído em um espaço próprio desempenhou um papel mais generalizado do que o acordado, expresso sob formas múltiplas. Os encontros tornaram-se momentos importantes para o conhecimento da realidade social; peças e engrenagens de atividades e de rotinas da Missão que valeram a pena conhecer.

10.4 Vigiando a ADL, observando a paisagem

Percorrida e guarnecida por todos os praças, a ADL permitiu-lhes uma experiência comum. A ADL era a projeção simbólica do poder da ONU, estabelecida na fronteira **entre o Egito e Israel em 20 de julho de 1949, sob a supervisão dos observadores da UNTSO.**³⁸⁵ A vala traçada no espaço de fronteira era uma salva-guarda de segurança; um paradoxo, um escudo subterrâneo. Ali também era em espaço para o desfrute visual da paisagem israelense;

³⁸⁴ Trecho inédito do livro de Iabel, enviado por e-mail por Theodoro em 13 dez. 2006.

³⁸⁵ UNTSO é a sigla em inglês para *United Nations Truce Supervision Organization*. Foi formada em 1948, como a primeira operação de força de paz pela ONU; entretanto, era composta apenas por observadores militares na supervisão de cessar-fogo, armistícios e de acordos, prevenindo incidentes isolados, e dando assistência a operações de paz, disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/untso/>>. Acesso em: 19 maio 2008.

lugar de espetáculo do que podiam descrever e nomear; vitrine vazada, lugar de moderação e azáfama, atitude de frio e de calor; espaço de encontro com a cultura e a linguagem do *outro*.

Para as autoridades egípcias e do Estado Maior da UNEF, no isolamento daquilo que se prefigurava como a ADL, era proibido todo e qualquer contato. Entretanto, para os praças, a ADL também permitia a introdução de maneiras de tirar algum proveito com “os do lado de lá”. Dessa forma, pude mapear a produção de um texto de contatos com os judeus; ou seja, a história da atividade social entre ambos não foi apenas murmurante e simbólica. Além de um espaço para produzir e obedecer às regras, a ADL foi espaço de manipulação e alteração das “maneiras de fazer” da UNEF. A ADL era uma “área técnica” e restrita. Espaço onde se desenvolveu uma “cadeia de produção e consumo”; espaço de articulação de tarefas: vigília e limpeza.

Com criatividade, aquele espaço quase sempre marcado pela solidão, era vazado em seus limites. No repertório que constituía o léxico marginalizado, os encontros, o sexo e o namoro deveriam ser evitados ou pelo menos postos em absoluto segredo. Contudo, se descobertos, as punições eram severas. Com efeito, os contatos eram considerados como ações intoleráveis tanto pelas autoridades do Estado Maior da UNEF como pelos palestinos, uma vez que os Batalhões estavam estacionados em seu solo.

Em que pese a árdua tarefa militar e os riscos de morte inerentes do local, para o soldado de fronteira, a vigília da ADL os colocava em uma condição de dignitários privilegiados de uma posição de força e poder. Grandes parcelas da Faixa de Gaza transformaram-se em campo aberto para a observação: a paisagem natural e os elementos da cultura material e simbólica. Do mesmo modo, a passagem de militares judeus do outro lado da Linha Divisória era sempre acompanhada pelo olhar dos soldados brasileiros que guardavam os Postos de Observação na fronteira. Cada viatura, animal, pessoa ou gesto era anotado nos boletins e relatórios de patrulha, repertório do cotidiano do desterro. Escritos com a tinta já gasta pela ação inexorável do tempo, os relatórios oficiais são testemunhos diários das operações e das séries de investidas israelenses e seus artefatos de tecnologia avançada no espaço da ADL.

Ali se encontram os registros de toda a economia do tempo que passava lento, como a poeira se enroscando no cascalho, os animais tocados pelos beduínos do lugar; é o texto da microfísica do poder panóptico estabelecido pela ONU e por seus exércitos auxiliares. É o texto itinerante das patrulhas, a subir e descer, margeando as bordas escavadas da ADL e das pequenas trocas encadeadas por diálogos esparsos. Pequenos desvios que as instituições se esforçavam por controlar. Se o judeu do outro lado da vala tinha um fazer próprio e podia

narrar e escrever o texto de sua trajetória de guarda e espionagem na fronteira, o habitante “do lado de cá” tinha, em sua maioria, uma folha em branco em que imprimiam um texto simbólico, mental e gestual, instigante, rico e deveras triste. É o livro da memória em que anotavam as dores do exílio, do descaso e do abandono em que viviam desde as manhãs frias até o entardecer escaldante dos verões do Sinai. A proibição era parte integrante e essencial do jogo político da Missão, enquanto os encontros pertenciam ao campo das pequenas aventuras, das atitudes desviantes, migalhas, quando comparadas aos grandes eventos da história “clássica” positivista. Estes pequenos desvios são importantes para recordar e abordar uma diferenciação de acontecimentos e para levantar novas questões sobre a produção de suas experiências na História do Batalhão Suez, ainda ignorada pela maioria dos historiadores.

Observando o conjunto das narrativas de nossos soldados, sua construção discursiva parece não apreciar o lado positivo da cultura popular palestina, haja vista ela ser sistematicamente negada na rememoração distante e distanciada. Por outro lado, tal cultura também era afogada pelo opressor sionista. Na crônica montada com pedaços de lembrança, na descrição dos veteranos sobre a realidade palestina, não há poesia. Ela não representa um grito de vida, nem significa uma ardente crônica sobre a ocupação e o exílio; provavelmente, nunca será a demonstração de que os sessenta anos de destruição não conseguiram arrancar definitivamente suas raízes.

Em que pese o descaso para com as práticas e costumes que identificam e legitimam o povo e a cultura beduína, há ainda o desconhecimento. Destituídos de maior experiência e sem informações *a priori*, eles ignoram que a composição da sociedade árabe palestina foi violentamente modificada depois de 1947.³⁸⁶ O Estado judeu foi imposto, em média, a 70% da população do território da Palestina bíblica. Na primeira guerra árabe-israelense (1948), a quase totalidade da população urbana emigrou. Assim, a maioria dos 200.000 árabes que ficou na Palestina permaneceu no setor rural. De modo que, depois de perdas consideráveis do território, o destino de seu povo se tornou incerto. Milhares pereceram, outros tantos fugiram de suas terras, gerações de cidadãos, agricultores, políticos, escritores, inclusive, se exilaram.³⁸⁷

Enquanto elaboram suas representações, os veteranos se colocam sob um véu espesso que os faz ignorar que a população da Palestina, conforme dito anteriormente, era essencialmente rural. Ademais, a parcela que permaneceu não demorou a submeter-se a um

³⁸⁶ A Assembléia Geral das Nações Unidas, sob intensa pressão do *lobby* judeu aprovou a Resolução 181, propondo a divisão da Palestina no dia 29 de novembro de 1947. Na oportunidade, 56 Estados decidiram pela Partilha, com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções.

³⁸⁷ Em 1948, foram criados o Estado Judeu, efetivado, e o Estado Árabe, até o momento não efetivado.

brutal “bloqueio cultural”; na ocasião da Missão, era cerceada não apenas da cultura palestina autóctone, como também em relação às correntes culturais e ideológicas presentes no mundo árabe vizinho.³⁸⁸

Buscando na memória as relações e as similitudes com o mundo que enfeixa a vida cidadina, os veteranos procuram naquele “mundo memória” elementos que abarquem a arte de fazer e de viver, mas não articulam a interligação primordial do homem com o meio ambiente: o mundo palestino era rural. Isso fica claro na passagem a seguir:

Essencialmente rural, era a aldeia a unidade fundamental. Excetuando-se as cidades principais, como Jerusalém, Haifa, Jaffa, Naplusa, Gaza, pode-se dizer que a quase totalidade das outras concentrações urbanas, na realidade, não passavam de grandes aldeias rurais, ligadas entre si por outras aldeias de menor importância. A sociedade palestina de então caracterizava-se, portanto, por características menos cidadinas e mais rurais. A junção brutal de dois mundos, o da cidade e o do campo, tão frequente em outros países, nunca existiu na Palestina. A realidade profunda da sociedade era principalmente rural: a aldeia representava o vínculo mais poderoso entre o homem e a terra.³⁸⁹

Na descrição histórica dos eventos, descortina-se um quadro de desigualdades de várias latitudes: de produção, de consumo, de compartilhamento de materiais, astúcias e criatividades eivadas na sociedade há milênios. Assim, penetrando nos meandros da Sociologia e na Geografia humanas, encontrei a composição da sociedade palestina relativamente “homogênea”. Com efeito, a recuperação das falas, eventos e gestos daquele passado pode evidenciar que a realidade mais densa daquela sociedade do deserto era, de fato, e principalmente, rural.³⁹⁰

A [Palestina é perpassada pela] pequena propriedade agrícola [que] diferente da organização feudal que era geral nos outros países árabes [isto] permitiu que o aldeão palestino estivesse constantemente ligado a uma parcela de terra [...] era o laço direto que o unia à vida da aldeia [...] essa [era a] característica própria dos palestinos desde o princípio.

Os princípios de diferenciação cultural que marcam os palestinos e israelenses não se restringem apenas aos produtos culturais concretos (os objetos, utensílios) mas também no “caso das pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais”.³⁹¹ Do outro lado da ADL, *Eretz Israel* secretava um enraizamento sociopolítico e econômico, baseado na apropriação da terra, organizada em colônias agrícolas, os chamados *kibutzins*. O estado de Israel manifestava uma

³⁸⁸ SUWWAN, op. cit., 1981, p. 18.

³⁸⁹ SUWWAN, op. cit., 1981, p. 24.

³⁹⁰ Ver Yusuf Al Khatib in SUWWAN, op. cit., 1981.

³⁹¹ Chartier, op. cit., 2002, p. 69.

configuração ideológica de “tipo colonial” extremada, uma vez que ela repousava na idéia da exclusividade racial e cultural judia. Dessa forma, “o outro” palestino aparecia como algo estranho, incômodo. O que, do lado israelense, justificaria o processo de fazer “desaparecer o inimigo” e as mais profundas lembranças de sua história e de sua cultura.

O texto colonizador e o dos soldados brasileiros se identificam aqui e ali ao tentar construir uma imagem superior e etnocentrista ocidental de si mesmos. Para o israelense, essa noção era orientada em função da estratégia de despersonalização e aniquilamento cultural, sobre a organização da sociedade muçulmana. A legitimação da identidade israelense passava pela desqualificação *da do outro* e *do outro*. De maneira análoga, observei nas narrativas dos praças a busca de qualquer elemento de depuração do organismo social autóctone, embalados por uma opinião eminentemente cidadina e ocidental. A diferença cultural entre ambos era fonte de tensão e os mantinha distantes.

Cenas, momentos, gestos, diversões observadas e lembradas compõe o repertório da memória do Batalhão. Entretanto, a busca da descrição e a análise detalhada daquelas comunidades tradicionais não são isentas e efetuaram-se por cima. Dessa maneira, há uma esteira de excessos e equívocos, salpicada por exigências de uma cultura reflexa que cabia dentro de seus padrões, de seus valores e de suas expectativas. Que fosse purgada, “normal”, em que a mecânica dos lances e dos ritos e as relações entre marido e mulher, pais e filhos não destoasse tanto daquela que levaram na bagagem. São duas gramáticas culturais diferentes, com pouca ou nenhuma analogia lexical.

De modo geral, o repertório das representações dos veteranos está embasado na dicotomia das diferenças entre forças desiguais. O israelense era representado como o povo trabalhador, guerreiro, amigo, moderno e, militarmente, bem equipado; nunca é representado como um intruso, um invasor. A Palestina, para os primeiros, era um espaço conquistado; para os segundos, um espaço para não se retirar. A Palestina era o território de sua moradia, identidade e cultura.

Com efeito, a história do Islã e do mundo árabe são textos históricos e literários, descritos como uma série ininterrupta de guerras de conquista. Da mesma maneira, nas representações dos veteranos, os árabes aparecem como um povo ou como uma *raça* de invasores belicistas e fanáticos. O egípcio e o palestino “eram inconfiáveis”, “ladrões”. A pedagogia vencedora israelense e a observadora dos soldados procuram sublinhar as diferenças entre si e os muçulmanos, dos quais, eles, na verdade, mais se aproximavam, tanto do ponto de vista social como econômico. Por outro lado, fatias do território palestino, pedaços de seu espaço doméstico desapareciam completamente debaixo de seus pés e dos

compêndios de geografia. Ato contínuo, o sionismo *israelizou* a toponímia árabe, modificando os nomes de cidades, aldeias, rios e regiões da Palestina. Comparativamente o discurso dos brasileiros tende a transformar-se em um brocardo isomorfo; ou seja, os brasileiros procuravam na cultura popular, nos comportamentos e na vida social palestina, qualquer tipo de sinais ocidentais, indícios de “civilização”. Tarefa em vão. Entretanto, ao buscar elementos de analogia, o que sobressai é a brutal alteração entre culturas. O veterano Macedo declara: “correndo para a Palestina você vai encontrar um mundo completamente diferente. Essa é a filosofia a que cheguei”.³⁹²

Assinale-se que os veteranos brasileiros (piauienses, em especial) não se identificam com o “beduíno atrasado”, o “caboclo”, o “homem do campo”. Da mesma forma, a miséria, o atraso e o abandono das populações do deserto não fazem eco com o sertanejo do interior nordestino, os dos “sertões” dos Estados do Centro e do Sul do País. Assim como as realidades socioeconômicas das cidades e do deserto são descritas como diferentes, no Brasil, das décadas de 1950 e 1960, “as regiões, percebidas como espaço geográfico”, também se constituíam, e ainda se constituem como territórios diferenciados, embora, algumas delas fossem interligadas por importantes fluxos demográficos, econômicos e de poder.³⁹³ A articulação regional pode ser mais ou menos equilibrada”. Não havia uma economia de mercado nas areias do deserto, também não havia na imensa maioria das cidades do interior do Brasil. Aqui percebemos a falta de relação entre as realidades “do outro lado da ADL”, a “de lá” e a “de cá”. Ademais, se há alguma identificação, ela não se dá com os beduínos, com sua realidade e seus valores, ao contrário, em suas reflexões, os veteranos procuram enxertá-los no dos israelenses. Outro ponto interessante é que Israel e Palestina são descritas como “duas nações” em flagrante contraste, há ausência no contraste entre Israel e Brasil, Nordeste e Piauí. Nada disso era (nem o é) evidente nas percepções dos boinas azuis.

A memória dos soldados também não alcança o fato de que a consciência histórica, a identidade lingüística e religiosa do Islã secretavam o caldo grosso fermentado em um caldeirão cultural milenar. Aí se forjava o escudo contra a amnésia coletiva; antídoto contra a dúvida, contra o desmembramento. A manifestação cultural, com seu repertório de ritos, comidas, ingredientes e práticas de produção e consumo em geral, é descrita como atrasada; ela é a única bagagem desse povo “refugiado em sua pátria”; espaço em que podiam reencontrar-se e encontrar sua história e identidade. De parte a parte, o conhecimento e o

³⁹² MACEDO. Teresina, 2003. Entrevista concedida a Ricardo Arraes em 9 set. 2003.

³⁹³ Interessante trabalho sobre este ponto está em Castro, Iná Elias. O mito da necessidade. CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1993.

saber popular, ao longo de um ano de participação ou dos dez de duração da Missão, de alguma maneira, se renovaram, se beneficiaram do choque de culturas.

Enfatize-se que a lógica política do sionismo, que embora não tenha sido ponto de interesse mais profundo neste trabalho, tocava profundamente a cultura beduína. O texto político da ideologia sionista fazia sentido, tinha uma lógica interna. Seu principal mecanismo de funcionamento procurava separar o povo árabe de suas raízes culturais e históricas. Para o palestino, o apego à tradição significava manter seu enraizamento e reconstruir a memória do povo, a cultura popular, que, por outro lado, transformava-o em vigoroso instrumento de luta.

Os soldados brasileiros não conseguiam ouvir o murmúrio nem compreender as vozes sobre a existência de “um povo que reivindicava sua cultura, sua língua, sua autonomia, o direito de viver e de morrer em sua terra”,³⁹⁴ uma tragédia que não dispunha de um mito. Afina, envoltos em um véu espesso de religião e de tradição, os palestinos eram vítimas de um processo de colonialismo político, econômico e cultural. Os beduínos sofriam ainda de vários tipos de abusos, todos eles marcados pelo selo da opressão.

Nas representações de nossos veteranos, o território onde se desenrola este evento, lugar de astúcias e das artes de fazer e dizer, era um refúgio de miseráveis, terra de “ladrões”, mas era, sobretudo, terra arrasada em todas as entradas e saídas pelos judeus, terra de passagem e de conquista. A Palestina viu sua identidade ser abjurada, dissolver-se ainda mais com a chegada dos boinas azuis a limitar-lhe os movimentos. A ADL nada mais representava do que a “operação de demarcação” do espaço (onde andar, o ir e o vir), da economia de sociabilidades (com quem se relacionar) e de hierarquias (como se comportar). Era a primeira etapa da alienação política de sua civilização. As narrativas tratam dos palestinos sob o selo do exótico, “uma raça” classificada, etiquetada com uma cultura popular inteiramente folclorizada. Para tanto, a narrativa geral dos veteranos é construída com base na função fática: “para se ter uma idéia do árabe”.

Entre as várias temáticas destacadas pelos veteranos, aponto aqui o fato de os brasileiros (nordestinos ou não) terem assimilado uma representação ou definição estigmatizada sobre o Oriente. Isso é bem ao estilo do que Said nos informa, ou seja, uma “atitude textual para com o Oriente”, preparada “talvez por alguém que não tivesse nenhuma experiência prévia do Oriente além da adquirida através de livros e dos estudiosos”.³⁹⁵ Mas os veteranos estiveram lá, aquela parte do Oriente foi conhecida “de primeira mão”, *in loco*; de alguma maneira, conviveram com os beduínos e sua cultura; além do mais, a visão não se

³⁹⁴ FERRO, Marc. **A História vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 53.

³⁹⁵ Said, op. cit., 1989, p. 92.

altera, mesmo depois de tanto tempo. Nos depoimentos, a concepção sobre os árabes permanece. Entre a memória e os fatos, de modo nenhum os contatos que mantiveram com os habitantes do deserto parecem ser valorizados, estimados.

Durante a pesquisa, encontrei o livro *Poesia Palestina de Combate*. É uma interessante fonte de consulta, por seu conteúdo crítico, e bastante diverso de toda a historiografia sobre o confronto. Escrito por árabes (palestinos, egípcios, libaneses) etc., o que se vê em suas páginas é o atestado de que há luta, amor e orgulho pela “Terra Mãe”, uma vontade de reaver cada palmo do solo, das oliveiras e dos laranjais que esverdeavam a cor desbotada do deserto. A literatura oferece uma “contra história”, para utilizar uma expressão de Ferro.³⁹⁶ É um contra discurso árabe, pró-palestino, a emergir do sentimento secretado na repressão, no exílio, em favor da terra arrasada, com vistas a parar a sangria da identidade e da memória, que se dissolviam ante o avanço do sionismo e das fronteiras compulsórias estendidas pelas Forças de Defesa de Israel (FDI). A contra história palestina ali expressa é a história do *martirologio* iniciado com a Partilha em 1947.

No caso da Palestina, a poesia foi o “lugar privilegiado de combate”, de resistência e de memória. Estes “afrescos históricos”, presentes na obra, são antes mesmo a manifestação da história, que aos poucos ia sendo eliminada da crosta queimada pelo sol, dos livros didáticos e da educação formal, ensinada nas escolas palestinas e israelenses, esmaecendo no imaginário de quem chegava e de quem ficava na poeira do Sinai.

As operações de demarcação das diferenças entre as culturas ocidental e oriental, que aparecem nos discursos dos boinas azuis, são compilações de relatos, com pedaços tirados de lembranças “bricoladas” em um *corpus* único, as “aventuras de Suez”. Neste sentido, as representações ajudam à formação de mitos, além de sua função de fundar e articular espaços. Elas compõem uma fantástica literatura de viagens. Mas, no dizer de Certeau, “essa literatura representa apenas uma parte ínfima (aquela que se escreve em pontos litigiosos) da narração oral que não cessa; trabalho interminável, de compor espaços, verificar, confrontar e deslocar suas fronteiras”.³⁹⁷

Os relatos desses veteranos oferecem, portanto, um campo rico à análise da organização da espacialidade e das fronteiras da paisagem natural: o deserto; e o funcionamento da rede urbana: as cidades da Faixa de Gaza e do Oriente Médio. O estudo das atividades oficiais e de lazer, no espaço rural e das cidades, e a vida dos beduínos e

³⁹⁶ Ferro, op. cit., p. 51.

³⁹⁷ Certeau, op. cit., 1994, p. 208, vol. I.

israelenses remetam ao estudo das relações espaciais do homem. Sob este aspecto, observe-se o depoimento de Theodoro:

Os iugoslavos e brasileiros eram os que menos sabiam falar o inglês, no entanto a amizade entre essas duas nacionalidades era marcante, devido ao gênio alegre dos nossos rapazes. Nas festas, nos embates esportivos, sempre findavam com uma confraternização geral, sempre sob a direção dos boinas azuis do Brasil. Foi assim que os soldados da paz do Brasil se tornaram comunicativos, respeitados não só no lazer, mas principalmente no cumprimento do seu dever.³⁹⁸

Por fim, as anotações soltas, os diários, a fértil memória e as conversas informais sobre os momentos passados naquelas áreas foram importantes e ajudaram nas interpretações sobre a Missão. Os contextos socioeconômicos que deixaram para trás e o que encontraram lá são importantes para lidar com a construção do tema, tecer comparações, perceber diferenças, o que tinham em comum e as contradições de cada cultura. Por isso é importante tentar entender o entrevistado em seu contexto, o lugar de sua fala, considerar sua história de vida.

Os então pracinhas, atuais veteranos, em sua maioria, procediam de classes pouco aquinhoadas, social e economicamente; fato que norteou um dos pontos desse trabalho; qual seja: conhecer suas expectativas e valores ao viajar, e como, neste cotidiano, são reelaborados em suas relações sociais. Nos dias atuais, todos os boinas azuis piauienses vivem em condições econômicas e sociais diferentes de quando partiram para o Egito. Para alguns, houve uma melhora sensível no padrão educacional, econômico e social. São médicos, dentistas, pequenos empresários, comerciantes, taxistas e aposentados. Enfim, eles superaram qualitativamente a situação em que viviam antes da Missão, não necessariamente em virtude disso. A experiência, por si só, faz parte do rol das grandes vitórias pessoais e coletivas conquistadas em suas vidas. O exame de seus relatos orais também revela que o *estar lá* foi uma experiência relativamente dolorosa. Por outro lado, vivenciar cotidianamente a realidade do deserto, culturas diferentes, a miséria e o abandono de velhos e crianças, foi uma dura provação sob todos os aspectos.

Antes das entrevistas, a Missão Suez fazia parte de sua *história esquecida*, relegada ao “arquivo morto” que carregavam na memória, fragmentos desconexos de suas histórias de vida. Essa reconstrução foi um processo de reflexão, fundamentado no diálogo entre mim e eles, posto que freqüentemente suas narrativas com outras pessoas não davam conta do valor e da importância do papel de cada um. Enfim, agora eles se sentem não apenas como “expectadores”, mas como sujeitos de sua participação na Missão, senhores do espaço e do tempo em que viveram na Palestina. O reposicionamento em relação à Missão permite um

³⁹⁸ E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 15 abr. 2006.

passeio pelas *aventuras*, o cumprimento das tarefas e a astúcia para concretizá-las ou desviá-las. Por meio das entrevistas, emergiram muitas facetas do cotidiano militar da Missão. Cada um, seguindo seu ritmo narrativo e de memória, procurou repassar suas práticas, manifestando uma pluralidade de representações sobre a Missão, descortinando um contexto e uma paisagem relativamente inóspitos e deslumbrantes. As entrevistas tornaram-se um movimento particular de reapropriação e de reinterpretação dos eventos; as representações: os momentos de solidão e de sociabilidade que a Missão lhes proporcionou.

Para concluir, a lembrança trouxe à tona a presença mítica envolvente do que foi a Missão para cada um, e as cenas do realismo mágico que vivenciaram na Palestina. Há vida, tecida nessa urdidura fugaz que é a memória; e, por seu intermédio, esses veteranos discorreram e representaram fragmentos do drama humano essencial da história dos trabalhadores e dos habitantes que encontraram no deserto. Nas palavras de Zouain, “foi a melhor época da minha vida”; “lembranças da nossa grande aventura e convivência”; embora os documentos escamoteiem alguns temas, como a dignidade e a perseverança daquelas pessoas que lutaram, reagiram e sobreviveram às mais extremas condições.

REFERÊNCIAS

- AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA. In: **Revista Eletrônica da USIA**, EUA, v. 3, n. 2, abr. 1998. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0498/ijpp/ijpp0498.pdf>. Acesso em: 25 set. 2006.
- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação; Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALCARAZ, Flávio. Morrer por Israel. Porto Alegre: Globo, 1967. p. 26. In: AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AMADO, Jô. A nacionalização do Canal de Suez. In: **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2002-07,a364>. Acesso em: mar. 2002.
- BAKER, A. J. **A guerra dos seis dias**. [s. l.]: Renes, 1973.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. O tempo vivo da memória. In: **Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. **A gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BUESCU, Jorge. **Suez antes da geração de 1960**. E-mail enviado por Theodoro. Acesso em: 16 maio 2006.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: SP: EDUSC, 2004.
- _____. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro F. Santana. **Narrativa, sentido, história**. Capinas: Papyrus, 1997.
- CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994. V. 1.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. V. 2.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.** Porto Alegre: UFRS, 2002.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados.** São Paulo: USP, 1991.

CHURCHILL, Randolf & CHURCHILL, Winston. **Seis dias de uma guerra milenar.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.

DAYAN, D. **A Guerra dos seis dias.** São Paulo: Lux, 1968.

DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. **A questão Jerusalém.** Brasília: Stephanie, 1999.

DOCUMENT A/6730/ADD.1 1/. **Document circulated**, on 21 May 1967, as a document of the twenty-second session under the symbol A/6669/Add.1. Disponível em: <<http://www.uno.org>>. Acesso em: 16 maio 2006.

DONADONI, Sérgio (Org.). **O homem egípcio.** Lisboa: Presença, 1994.

DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Túlio (Org.). **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global.** São Paulo: UNESP, 2002.

FALCON, Francisco J. C. **História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 43-64.

FERREIRA, M. M. et al. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERRER, Francisca Carla & MATOS, Júlia Silveira. A construção do Canal de Suez e a formação do conflito no Sinai: a Força de Paz brasileira na Faixa de Gaza. In: **Biblos**, Rio Grande, 19:43-53, p. 49, 2006.

_____. (Org.). **Historia oral e multidisciplinaridade.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERRO, Marc. **A história vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GINBURG, C. **A microhistória e outros ensaios.** Tradução António de Narino. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRANDES CIVILIZAÇÕES DO PASSADO. **Israel.** Barcelona: Folio, 2006. (Coleção).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWN, E. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, E. (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil,** ano I. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1958.

JOHNSON, Allan G. Verbete cultura. In: **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KOMZELAM, Gerhard. **O Canal de Suez:** um ponto explosivo na rota do petróleo. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História:** novos objetos. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história.** Campinas: UNICAMP, 1989.

_____. (Org.). **História nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história.** São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

MAIER, Félix. **Egito:** uma história de 5.000 anos. [s. l.: 19??]: s. ed. E-mail enviado por Theodoro. Disponível em:
<www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=3796&cat=Ensaios>.

MAINGUENEAU, Dominique & CHARADEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

MARDOR, Munya M. **Haganah:** um documento sobre o exército secreto de Israel. Lisboa: Portugália, 1957.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso:** história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. (Org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil:** 1. Encontro regional de história oral. São Paulo: FFLCH/Xamã, 1996.

MONTENEGRO, Antônio T. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

NAVA, Pedro. **Viagem ao Egito, Jordânia e Israel**. Cotia-SP: Ateliê, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OREN, Michael. **Seis dias de guerra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PAPPÉ, Ilan (Edited by). **The Israel / Palestine question**. New York/London: Routledge, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 22, jun. 2001.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 14, fev. 1997.

SAID, Edward & HITCHENS, Christopher. **Blaming the victims** (spurious scholarship and the palestinian question). New York/London: Verso, 1988.

SAID, Edward. **Cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Norma B. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das nações Unidas. In: DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Túlio (Org.). **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: UNESP, 2002.

SILVA, Tomaz T. & STUART, Hall (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIZER, Frances; WHITNEY, Eleanor. **Nutrição: conceitos e controvérsias**. 8. ed. São Paulo: Manole, 2007.

SUWWAN, Farid. Prefácio. In: **Poesia palestina de combate**. Seleção de Abdellatif Laâbi. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. (Farid Suwwan representante da OLP no Brasil).

SWETTENHAM, Capt J.A. (Appendix prepared by). REPORT, n. 78. HISTORICAL SECTION (G.S.). **ARMY HEADQUARTERS**, 2 Jan. 59. Some Impressions of UNEF (1957 to 1958). in Record of impressions of United Nations Emergency Force.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. São Paulo-SP: Campus, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. & Stuart Hall (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva d culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZOUAIN, Stans. **Histórias de Suez**: aventuras de nossos soldados. Vitória-ES: Zo (Edição do autor).

Apêndices

Apêndice A - CESSÃO DE DIREITOS EM HISTÓRIA ORAL

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
 LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu _____
 (nacionalidade)_____ (estado civil)_____ (profissão)_____
 (CPF no.)_____ (Carteira de identidade)_____ (emitida
 pelo)_____ domiciliado e residente na cidade de _____,
 bairro _____ rua _____
 no. _____, declaro ceder ao Laboratório de História Oral e Imagem/LABHOI, sem
 quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e
 os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao LABHOI
 na cidade de _____, em / / , num total de _____ horas gravadas
 perante os pesquisadores _____ da equipe do
 LABHOI. Este Laboratório fica
 consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado
 depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao
 mesmo para fins idênticos, segundo as normas do LABHOI, com a única ressalva de sua
 integridade e indicação da fonte e autor.

Local e data: _____

Nome do depoente: _____

 Chefe do Depto. de História

Diretor do ICHF/UFF

Apêndice B - CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu _____ (nacionalidade) _____ (estado civil) _____ (profissão) _____ (CPF no.) _____ (Carteira de identidade) _____ (emitida pelo) _____ domiciliado e residente na cidade de _____, bairro _____ rua _____ no. _____, declaro ceder à Denise Rollemberg, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a ela na cidade de _____, em / / , num total de _____ horas gravadas perante os pesquisadores _____ da equipe do LABHOI. Este Laboratório fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo as normas do LABHOI, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Local e data: _____

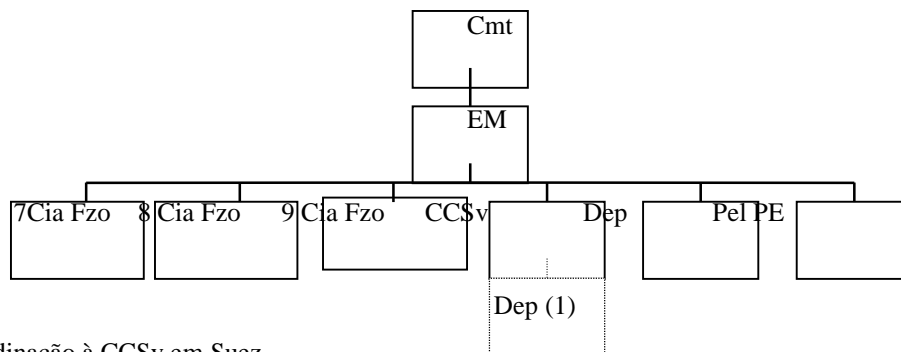
Nome do depoente: _____

Chefe do Depto. de História

Diretor do ICHF/UFF

Anexos

Anexo A - Organograma do Batalhão Suez



(1) Subordinação à CCSv em Suez.

A UNEF: DADOS ESTATÍSTICOS

Contingente total de militares do Exército brasileiro em Suez: 1957-1967

- 2 generais
- 12 tenentes-coronéis
- 53 majores
- 94 capitães
- 144 primeiros-tenentes
- 94 segundos-tenentes
- 40 subtenentes
- 83 primeiros-sargentos
- 253 segundos-sargentos
- 588 terceiros-sargentos
- 808 cabos
- 4.055 soldados
- Total: 6.226 homens

Anexo B - Acidentes: Perdas ou Baixas do Batalhão Suez – 1957-1967

Acidentes: Perdas ou Baixas

Data	Motivo	Consequências
07 Mai 57	Explosão de mina em estrada (sabotagem)	1 Vtr 2 ½ 1 soldado ferido
07 Mai 57	Explosão de mina AC em estrada	1 Vtr 2 ½ sem feridos
07 Mai 57	Explosão de mina AC em estrada (sabotagem)	1 Vtr 2 ½ Pes escoriado
02 Jun 57	Afogamento na praia de RAFAH	1 soldado morto
20 Mai 57	Explosão de fogão em PORT FOUAD	1 soldado morto
12 Abr 58	Explosão de mina na PC do Batalhão	1 menino morto
23 Abr 58	Disparo de Mtr INA	1 soldado morto
25 Jun 58	Acidente com Vtr	1 Cabo ferido
16 Jul 58	Disparo de arma pela sentinela contra 1 soldado brasileiro	1 soldado morto
09 Ago 58	Explosão de granada, provocada	2 soldados feridos, 1 perdeu a mão
1967	Guerra Egito X Israel	1 soldado morto 1 soldado ferido

Anexo C - Mapa com o teatro de operações da UNEF

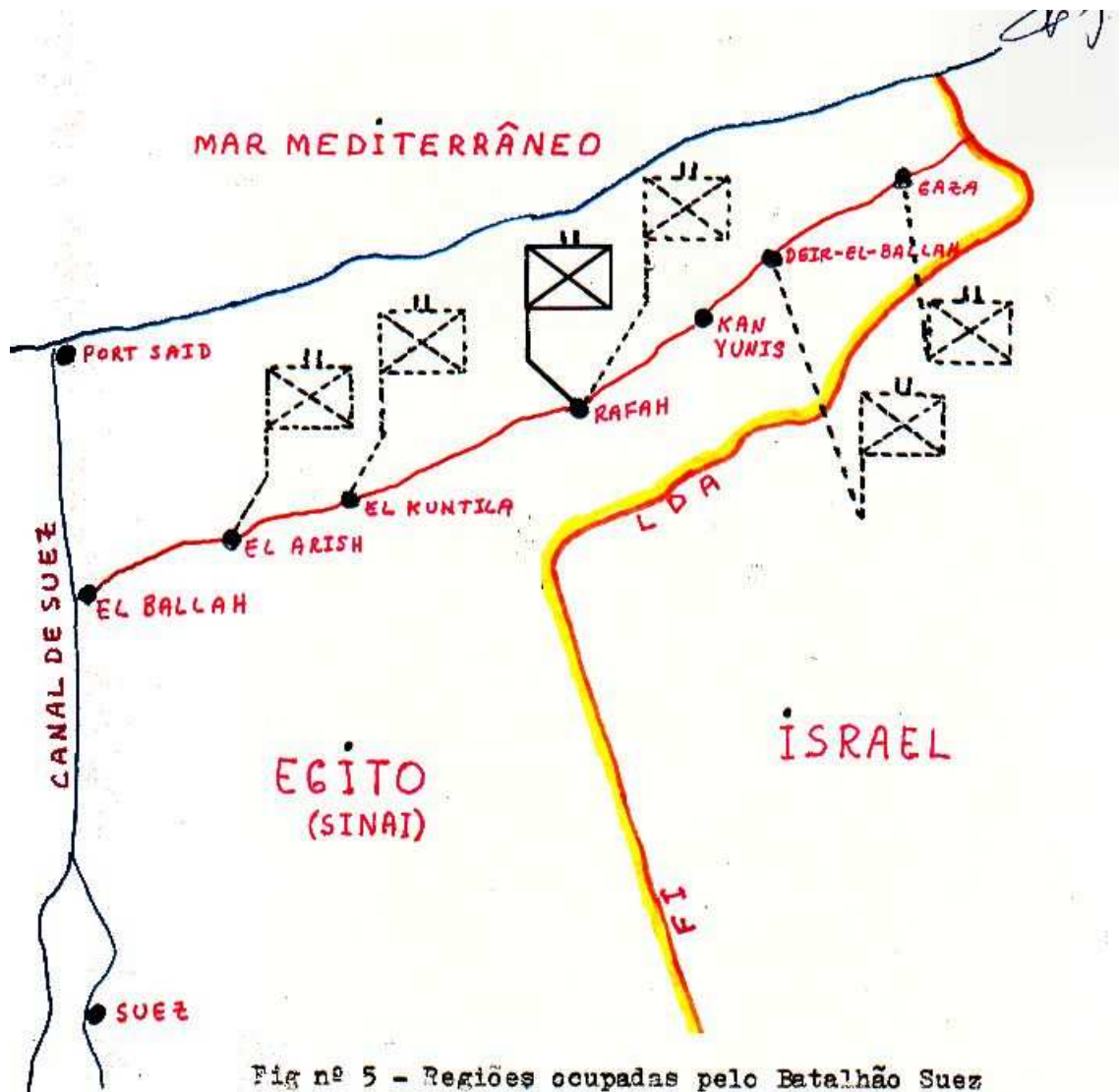
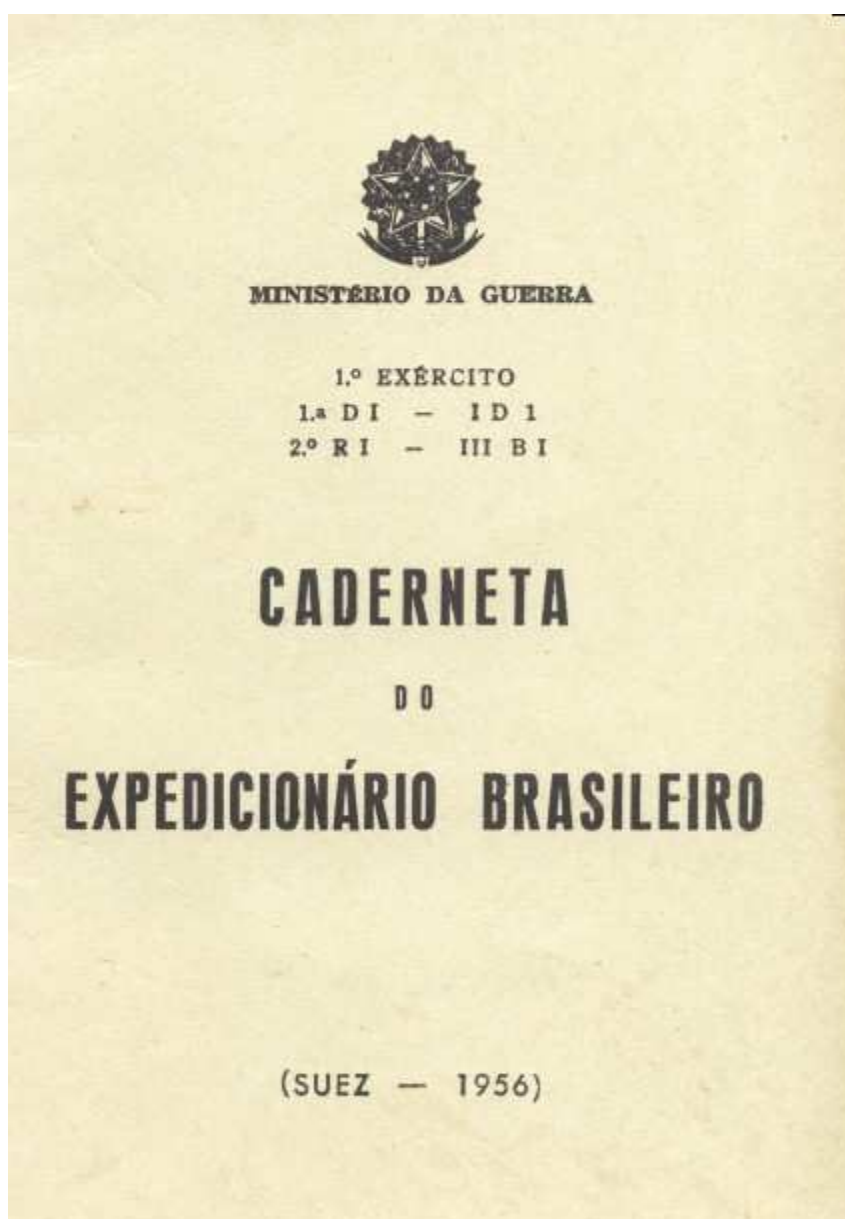


Fig nº 5 - Regiões ocupadas pelo Batalhão Suez

Anexo D – Caderneta de Regras do Expedicionário brasileiro



Capa da Caderneta ou manual do soldado brasileiro que continha todas as regras de comportamento que cabiam aos infantess do batalhão Suez e informações sobre o conflito, os países, a cultura e a religião. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.

Cartilha que os soldados brasileiros deveriam ler e saber para o bom desempenho de suas funções em Suez.

1- Você foi escolhido para fazer parte em um acontecimento de grande relevância na História do Mundo. Nosso batalhão irá incorporar a Força de Emergência da ONU que se destina a manter a paz e evitar a guerra entre os povos.

2- Você deve orgulhar muito de sua missão, pois sua família irá orgulhar muito de ti, e na volta todo o Brasil o festejará.

3- Você vai adquirir muita experiência nessa missão conviverá com militares de outras nações e irá conhecer terras com usos e costumes diferentes das nações

4- O Batalhão Brasileiro irá para o Oriente Médio que é a região que fica entre três continentes: Europa, Ásia e África. Os povos em sua maioria que lá estão são árabes e israelenses, povos que possuem grandes divergências, e andam guerreando ultimamente. A Força de Emergência vai se colocar no meio de todos para evitar o combate.

5- Por onde estiver deverá ser comportar dignamente como militar e como brasileiro. Deverá deixar boa forma de disciplina e comportamento.

6- Lembre-se que o estrangeiro tem tanto direito de ser patriota como você os costumes dos estrangeiros devem ser respeitados como também seus símbolos nacionais

7- Os estrangeiros como nós tem famílias por isso devemos respeitar seus familiares. Suas igrejas merecem também respeito.

8- Seja discreto, não se meta em assuntos complexos de políticas, religião, não crie caso.

9- Mantenha um bom ambiente no Batalhão e um ótimo relacionamento com seus camaradas, afinal "a união faz a força".

10- Aceite e cumpra as ordens de seus superiores demonstrando claramente que nosso Exército existe disciplina, tendo sempre em mente que a subordinação militar nunca foi humilhação.

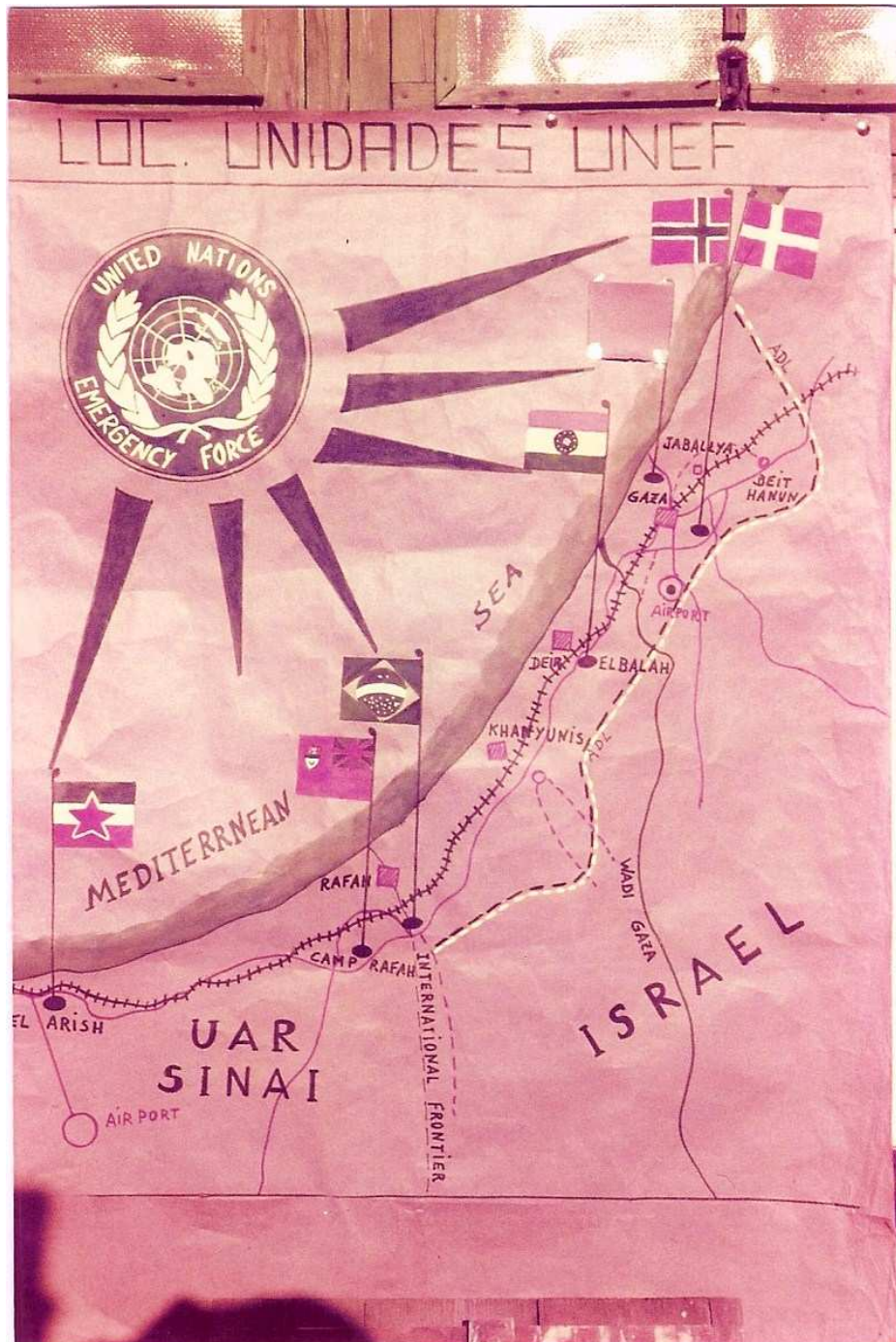
11- Não relaxe, respeite a si mesmo e a todos para ser respeitado, dignificando o uniforme que veste e eleve bem alto o nome do BRASIL.

12- Escreva constantemente carta para a família com simplicidade e carinho, informando de sua vida. Não mande notícias alarmantes ou que não sejam verdadeiras

13- É importante aprender algumas coisas sobre o Egito como religião, clima relevo, temperaturas, costumes usos, seu livro sagrado ALCORÃO, desertos, sua capital, o Rio Nilo, condições de vida do povo, educação, regime político, principais cidade e Canal de Suez.

14- Ter conhecimentos sobre Israel, sua história, povo, criação, costumes, usos, clima, produção, educação, religião localização geográfica, população, principais cidades, forma de governo e comércio.

Anexo E – Mapa de operações da UNEF em 1966



Cópia de uma fotografia do Mapa de operações da UNEF em 1966. Pode-se observar a disposição dos batalhões indicada pelas bandeiras dos países que compunham a Missão. Acervo do sargento Coimbra.

Anexo F – Cópia de um dos *Leaves* (passeios oficiais da UNEF)

UNEF
IAU - ALEX

PROGRAMA DO SERVIÇO SOCIAL

9ª SEMANA

<u>DIA</u>	<u>HORA</u>	<u>PROGRAMA</u>	<u>SAIDA</u>
5a feira 21 Ag	1000 - 1230	Visita a Alexandria de onibus Livre Para compras	Royal
	1000	Visita a Feira de Industria e Economia (Faculdade de Comercio)	La Tourelle
	1430 - 1800	Visita ao Palacio Montaza	
	2000	Box (Yugoslavia vs Alex) Alex. Municipal Stadium	
	2100 - 2300	Cinema - Hotel Royal	
	2100 - 0100	Tiro ao pombo (Silsila Club)	Royal
	2100 - 2300	Hit Parade - San Stefano Hotel	
	2100 - 0100	Reuniao dansante no Hotel La Tourelle	
6a feira 22 Ag	1000 - 1300	Visita a Cidade Antiga	Royal
	1000	Visita ao centro de Comercio Japones	
	1500 - 1800	Visita ao Palacio Ras El Tin	Royal
	1500 - 1900	Tiro ao pombo (Moharrem Bey)	
	1600 - 1730	Encontro Esportivo - Hockey match (A.S.C.)	
	2100 - 2300	Cinema - Hotel La Tourelle	
	2100	Alexandria a noite	Royal
Sabado 23 Ag	0900 - 1700	Excursao a Alamein	Royal
	1030 - 1130	Visita a fabrica de cerveja STELLA	Royal
	1500 - 1900	Corridas da Cavalo - New Sports Club (Smouha City)	
	1900 - 2100	Jantar com musica - Hotel Royal	
	2000	Basket Ball match (Greeks vs Alex)	Royal
	2100 - 2300	Ibrahimieh Sporting Stadium Cinema - Hotel Giro	
Domingo 24 Ag	0900	Servico religioso e visita as residencias familiares	Royal
	1030	Exposicao de Artes e Revolucao	Royal
	1500 - 1900	Corridas da Cavalo - N.S.C. (Smouha City)	Royal
	2100 - 2300	Cinema - Hotel Royal	
	1630 - 1900	Encontro Esportivo - (National Bank of Egypt * Victoria)	
	2100 - 0100	Shooting Club (Silsilah Club)	Royal
	2100 - 0100	Dansa - Hotel La Tourelle	
2a feira 25 Ag	0930 - 0100	Visita a fabrica BATA e a fabrica MADLER	Royal
	1030 - 1600	Excursao a Agami	Royal
	1900 - 2100	Jantar com musica - Hotel Giro	
	2000 - 2230	Magico - Danarina Oriental - Hotel Royal	
	2100 - 2300	Cinema - Hotel La Tourelle	
3a feira 26 Ag	0930	Visita a Fabrica de Sabonetas	Royal
	1030 - 1600	Visita a Abou Kir	La Tourelle
	2000	Torneio de tennis de mesa (Alex Bank Club)	
	2100 - 2300	Cinema - Hotel Giro	
4a feira 27 Ag	0730 - 0830	Cross Coutry - Stanley to Glyn - Vice versa	
	0930 - 1130	Visita a fabrica MISR RAYON (neylon e seda)	Royal
	1700 - 1900	Jogos internos campeonato (Final)	
	2100 - 0100	Shooting Club (Silsilah)	Royal
	2100 - 2430	Festa de despedida - Hotel La Tourelle	

- N.B. 1. Peca seu lunch em caisinhas e bebidas no seu hotel antes de sair para as excursoes.
2. As saídas dos hotéis Giro, San Stefano e La Tourelle serao respectivamente 15, 20, 25 minutos mais tarde do que a hora de partida do Hotel Royal Palace.
3. As pessoas que desejarem visitar:

Cópia de um dos *Leaves* (passeios oficiais da UNEF) com visitas a vários pontos turísticos, de comércio e industrial de Alexandria, Egito, em 1957. Cortesia do soldado piawaiense Oswald.

Anexo G – Em árabe, a numeração e a transliteração de algumas palavras usuais no dia-a-dia

varrad... 1	Teletim - 30	mitim - 200	seia meia varrad 601
linnin... 2	Arbaim - 40	mitim 200	seia meia 700
Teletim... 3	Ramissim - 50	mitim varrad 201	seia meia varrad 701
Arbar... 4	Setim 60	Teletim meia 300	Tamamba meia 800
Ramiss... 5	Sebrain 70	Teletim meia varrad 301	Tamambameia varrad 801
Seia... 6	Tamamin - 80	Arbar meia 400	Tesã meia 900
Tamamba 8	Tesaim 90	Arbar meia varrad 401	Tesã meia varrad 901
Tesã... 9	meia 100	Ramiss meia 500	Elfo 1000
Achara... 10	meia varrad 101	Ramiss meia varrad 501	Acharameia
Arbatache 11	meia varrad 101	seia meia 600	
Atinache 12	meia varrad 101		
Talalache 13	meia varrad 101		
Arbatache 14	meia varrad 101		
Ramastache 15	meia varrad 101		
Cistache 16	meia varrad 101		
Sabalache 17	meia varrad 101		
Tamastache 18	meia varrad 101		
Tisaalache 19	meia varrad 101		
Axinim 20	meia varrad 101		

Numeros em Arabes

Oswaldo Oliveira

1091770E M 11

109876543210

Em um envelope de telegrama, o soldado Oswaldo escreveu, em árabe, a numeração e a transliteração de algumas palavras usuais no dia-a-dia. Cortesia do soldado Oswaldo.

**Exército Brasileiro na ONU
IIIº / do IIº RI - Dois de Ouro
Btl. Suez BOINAS AZUIS**



Símbolo da ABIBS, Associação Brasileira dos ex-Integrantes do Batalhão Suez quando da comemoração do cinquentenário da Missão.

Anexo H – Fotos dos Veteranos



Dois pracinhas em posto de observação, no início da Missão.
Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.



Soldado à frente de uma estação de tratamento de água, no início da Missão.
Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.



Em 1957, as condições de estacionamento dos soldados ainda eram precárias, como pode ser visto na imagem acima, em que o soldado piauiense Francisco Lima (senhor Chicó) aparece em frente a uma barraca de lona, comum naquele período. Acervo do veterano.



Soldados brasileiros em ação, da fronteira simulam ataque, em 1958. Cortesia do soldado piauiense Orisvaldo.



Clássica fotografia presente em todos os álbuns, e que, no limite, simboliza a presença das tropas da UNEF entre os dois países beligerantes (Israel – à direita – e Egito (Palestina) – à esquerda do soldado), em 1958. Acervo do soldado Cipriano.



Foto do cabo Malta (16º Contingente) e uma beduína, bastante conhecida de todos os contingentes, apelidada de Vovó. Sempre presente nas cercas das companhias militares, tornou-se figura folclórica. Enviada por Theodoro.



Foto de veteranos em momento de comemoração no ano de 2007. Acervo do Batalhão Suez. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.



1956 As tropas da UNEF chegaram à Faixa de Gaza para garantir a Paz. A missão de Paz duraria até o início de junho de 1967 quando o Presidente Nasser do Egito, solicitou a retirada da Força de Paz da ONU, iniciando a Guerra dos Seis Dias.

Foto enviada por Theodoro. Cortesia. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.



Na viagem para o Egito, soldados do 20º Contingente em escala na Ilha do Sol (Portugal). Pode-se ver, ao centro, o **Cabo Adalberto Ilha de Macedo**, de óculos escuros e uma placa branca nas mãos; morto na Guerra dos Seis Dias. Foto enviada por Theodoro em Monday, 6 september 2005 13:59:38. Acesso em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.



Veteranos reunidos na sede da ABIBS, vendo-se ao centro o veterano paranaense Theodoro da Silva Jr.

Anexo I – Hinos e Poemas

HINODOBATALHÃOSUEZ

Letra: Sd. Eduardo Pikinas

Música: Sd. Eduardo Pikinas e Sd. Romeu C. Moreira

I

Batalhão Suez

Gloriosa Unidade da Paz

Fiel representante ante o mundo,

Do Brasil e do seu povo audaz.

Sentinela sempre alerta!

Deste longínquo deserto oriental;

És a unidade, que o Brasil garante,

Poderoso auxílio, pela paz mundial.

Estribilho

Salve, salve Batalhão Suez,

Defensor da paz da humanidade

Ficarás na história do Brasil.

Para toda eternidade!

II

No combate da guerra sangrenta!

Ou mensageiro da Paz sobre a terra

O nosso verde oliva sempre impera

Sua bandeira hasteada no deserto,

Simboliza a bravura e tradição

Batalhão Suez

É o orgulho de nossa nação!

Estribilho

Salve, salve Batalhão Suez,

Defensor da paz da humanidade

Ficarás na história do Brasil

Para toda eternidade

Os soldados EDUARDO PIKINAS e ROMEU C. MOREIRA, pertenceram 8ª Cia do 7º Contingente, do Batalhão Suez.

A O SONHO DE SUEZ

Tu, que um dia em teu passado
Cheio de amor e idealismo
Vibrando de patriotismo
Saíste de seu torrão
Foste parar em outra terra
Desumana e sem razão

Tu, que em plena mocidade
Cruzastes terra e mares
Deixaste amores e lares
Para calar os canhões
Deixaste a pátria querida
Indo arriscar tua vida,
Se interpondo entre nações

Tu, jovem patriota
Desfraldaste as bandeiras,
A da ONU e a Brasileira
Em terras tão diferentes
Levastes a paz ao inferno
Ganhaste o respeito eterno
Dos países e das gentes.

Tu, que partiste um dia
Quantas saudades chorastes,
Quanto de bom tu deixastes:
A paz , o lar e o amor
Indo viver com bravura,
Com renúncia e destemor

Tu, que moço destemido,
Plantasse a paz no deserto
Ombro a ombro muito perto,
De outros jovens irmãos
A tua pátria honraste
E ao Brasil coroaste
Com o respeito das nações.

Tu, que orgulhoso partiste
E um herói julgavas.
Pois tua vida arriscavas,
Em tua nobre missão
Cumpristes bem teu dever
E ao mundo fizeste ver
O valor desta nação!

Tu, que ao regressar previas
Uma acolhida de flores,

Medalhas honras e louvores
 E como herói ser tratado
 Tiveste os pais, os parentes
 E no mais, bem pouca gente
 A receber-te soldado

Tu, que não foste lembrado
 Depois da missão cumprida
 Depois da luta vencida
 Na distância e no sofrimento
 Jamais tiraste da memória
 Que num momento da cúria
 Tiveste teu momento

Tu, que foste esquecido
 O anônimo soldado
 O herói não coroadado
 Que fez a guerra cessar...
 Não deixe calar no peito
 O conquistado respeito
 Que longe foste ganhar.

Acorda os que dormem em paz
 Na paz pela qual lutaste
 Na paz que tu conquistaste
 Com teu irmão no passado,
 E lembra que a nação que amas
 Que nada, nada, reclama
 A não ser um obrigado

E se ninguém te escutar,
 Procura por teus irmãos,
 Abraça-os, dêem-se as mãos
 Dividindo glória e dor...
 Na legião dos esquecidos,
 Muitos aguardam feridos
 Por tua ajuda e amor!

Nem deixes, tu pelo menos,
 Que aqueles que já partiram
 E nem tiveram ou sentiram
 O conforto de tua prece,
 Sejam em pleno sentido,
 O herói desconhecido,
 Pois, a glória não padece!

Tu, que vives hoje em paz,
 Se foi fugaz tua glória,
 Lembra que um dia na história
 Chegará sua vez.

Erga a frente com vaidade,
E marcha para a Eternidade,
Como um bravo de Suez.

Autor: José Carlos Giacomini, do 9º Contingente.

“Um Triste Poema de Guerra”

Anoitece... a sombra da morte estende seu manto negro sobre Gaza;
As Estrelas - antes tão abundantes - e a Lua, migraram para outras plagas; esta noite iluminam outros céus.
Balas silvam sobre nossas cabeças; nos entreolhamos angustiados; entre nós reina um silêncio pesado; não se ouve absolutamente nada, além do búum, búum metálico dos morteiros, caindo à curta distancia, sacudindo o chão e desmoronando nossas trincheiras. Um barulho amedrontador, rude sem harmonia.
Amanhece... uma alvorada cinza aos poucos engole a escuridão; o orvalho transforma-se em lágrimas, antes de tocar o solo...
Lentamente saímos de nossas trincheiras e olhamos desolados em direção à praia; lugar que costumávamos a admirar... o azul do mar hoje tem uma triste tonalidade rubra... mistura de água com o sangue derramado dos combatentes.
Olhamos em direção à cidade... só há destruição!
Árvores destroçadas, paredes arrancadas; carcaças de automóveis calcinadas por napalm... mais adiante uma chusma de corpos de jovens soldados, árabes e israelitas; tombados lado a lado...
... antes eram inimigos... agora jazem em paz...
... foram unidos pelo destino comum; selado pelo implacável anjo da morte....
Calor deveras sufocante; o que foi feito daquela brisa refrescante?
Hoje o vento nos traz lufadas de ar fétido, exalado por corpos insepultos.
O vento traz também, nuvens de enormes moscas negras; sentimos seu peso, quando pousam em nossos ombros e braços.
Tudo mudou na Faixa de Gaza:
Ontem o padeiro, o leiteiro... e o jornaleiro, entregavam suas preciosas encomendas; hoje entregam munição para metralhadoras, e alimentam as bocas esfomeadas dos morteiros.
Ontem o agricultor semeava a terra, para futura colheita;
hoje virou coveiro: sua pá cava o chão e abre novas covas...
As flores morreram; ao jardineiro Mohamed, coube-lhe a dura missão de cobrir com terra estas mesmas covas... agora abarrotadas.

Um uivo lamentoso à distancia; será algum cãozinho abandonado?
Sentimos um nó na garganta, por não poder fazer nada por ele; nem por seu possível dono.

Tampouco podemos fazer algo pela paz: o Estandarte Azul da ONU há muito foi arriado... aqui, a paz vale menos do que uma piastra...
A única lembrança da Paz é nossa... honrada Boina Azul!

Poema escrito por Edison Iabel, soldado interprete do 20º Contingente, 1967, em 05 de junho de 2004, no 37º Aniversário da Guerra dos Seis Dias. Disponível em [HTTP//WWW.batalhaosuez.com.br](http://www.batalhaosuez.com.br).

A situação no PC vai muito mal

Já estão pensando que o soldado é animal.

A alvorada toca ali as 6 e meia.

Se atrasar, é que a coisa fica feia.

Más não mudou, continua às 6 e meia,

Chiou! É cadeia!

Ali o pão já está racionado.

E um pedaço, e ovo é só comprado.

Mingau de aveia é só para graduado.

Se reclamar, você é logo anotado.

E ao “estrela” você é encaminhado.

Reclamou! Repatriado!

Quanto ao serviço, não podemos nem falar.

Lá na guarita, não podemos mais ficar.

Mesmo chovendo, você tem que se molhar.

Somos infantes, temos que entrar em fria.

Porque o ‘homem’ veio da “Cavalaria”.

Resmungou! Repatria!

A ordem unida, já está iniciada.

E uma hora, logo após a parada.

E a japona, tem que ser abraçada.

Passou daí, a faxina é começada.

Mas não tem nada, a Missão ta terminada.

Adeus! Capetada!

Poema extraído do livro HISTÓRIAS DE SUEZ, do Cb.Stans Zouain Filho, 18º -A
contingente do Batalhão Suez – 1966/1967